



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 962

Segunda-feira - 02 de Abril de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos	5
Biguaçu	7
Braço do Trombudo	7
Caçador.....	7
Camboriú.....	15
Campo Alegre	15
Campos Novos	46
Canoinhas.....	72
Capinzal	74
Chapadão do Lageado	75
Concórdia	75
Coronel Martins.....	77
Corupá	79
Eral Velho	84
Forquilha.....	92
Fraiburgo.....	94
Garopaba.....	104
Gaspar	104
Guaramirim.....	107
Herval do Oeste	107
Imbituba	111
Iomerê	113
Irineópolis	114
Itaiópolis	114
Itapoá	115
Joaçaba.....	119
Lages	127
Lauro Muller	128
Lebon Regis.....	129
Leoberto Leal.....	130
Lindóia do Sul	132
Luzerna	132
Maracajá	133
Massaranduba.....	142
Meleiro	144
Navegantes.....	146
Nova Trento	146
Palhoça	147
Pinheiro Preto	147
Porto Belo.....	148
Porto União.....	149
Rio do Sul.....	151
Salto Veloso	153
Santa Terezinha do Progresso	154
São Lourenço do Oeste.....	156
Schroeder	161
Siderópolis.....	182
Timbó	185

Tunápolis.....	198
Turvo	199
Videira.....	200
Vitor Meireles.....	205

Associações

AMOSC.....	207
------------	-----

Consórcios

CIGA	208
CINCO	208

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Decreto N° 1.492, de 15 de Março de 2012.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos da Lei Municipal nº 585, de 15 de Março de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional especial no valor de R\$ 20.820,00 (vinte mil, oitocentos e vinte reais), para a inclusão da seguinte nova ação orçamentária:

09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

09.01 Alimentação Escolar

12 EDUCAÇÃO

12.306 Alimentação e Nutrição

12.306.0042 Alimentação Escolar de Qualidade

12.306.0042.2.073 Atividades de Alimentação Escolar

3 DESPESAS CORRENTES

3.1 Pessoal e Encargos

3.1.71.00.0.3.0000 Transferências a Consórcios Públicos

R\$ 20.820,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional especial aberto nos termos do artigo anterior é suportada com a utilização de recursos remanescentes do saldo do superávit financeiro, verificado no balanço Patrimonial do Exercício de 2011, na vinculação, daquele exercício "0.1.000 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais".

Art. 3º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 15 de março de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável Pelas Publicações Pelas Publicações

Decreto Nº 1.493, de 20 de Março de 2012.

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, III, da Lei Municipal nº 571 de 23 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para utilizar recursos do excesso de arrecadações na seguinte ação orçamentária:

09.00 GERENCIA DE EDUCAÇÃO

09.04 Ensino Médio

12 EDUCAÇÃO

12.362 Ensino Médio

12.362.0046 Apoio ao Ensino Médio

12.362.0046.2.087 Serviços de Transporte Escolar - Ensino Médio

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 3.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, exclusivamente no vínculo 0.1.0000:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 20 de março de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável Pelas Publicações

Decreto Nº 1.495, de 26 de Março de 2012.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TEMPORÁRIO ; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista - SC, no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Artigo 1º: Fica exonerada a Servidora Pública Municipal ,

ALESSANDRA MANFÉ, no cargo de PROFESSOR II -EDUCAÇÃO FÍSICA -20 horas ; á partir de 31 de Março de 2012, pois a mesma foi convocada para assumir a vaga efetiva através do Concurso Publico 02/2011.

Artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, SC, 26 de março de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável Pelas Publicações pelas Publicações

Decreto Nº 1494 de 26 de Março de 2012.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

Considerando a Convocação e Justificativa da Gerente de Educação, da necessidade de Professor II Educação Infantil-20 horas em virtude do aumento do numero de matriculas,que supera a quantidade de professores , já que as matriculas da creche podem ser efetuadas no decorrer do ano.

DECRETA;

Artigo 1º - Fica nomeada a Sra. JUSSARA RETTORE REKSHAUSE , para exercer o Cargo de PROFESSOR II - 20 horas ; Educação Infantil classificada em primeiro lugar no Processo Seletivo 01/2011, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á por tempo determinado, até 31 de dezembro de 2012.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 26 de Março de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável Pelas Publicações Pelas Publicações

Contrato Administrativo N.º 030/2012

Extrato de Contrato 030/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa N. Rodrigues Artesanato ME

Objeto Contratação de Serviços Técnicos Profissionais através

de Oficinas de Teatro (artes Cênicas) junto aos projetos da Gerência de Assistência Social e CRAS. O profissional capacitado no ensino de artes cênicas deverá desenvolver atividades de desinibição (falar em público, desenvolver peças e apresentações teatrais, bem como participar de eventos, desenvolver nas crianças e adolescentes a concentração a desenvoltura, criatividade, a disciplina e a responsabilidade. A oficina de teatro terá carga horária de 8 horas semanais.

Valor Total R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais)
Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 19 de março, estendendo-se até 14 de dezembro de 2012.
Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 030/2012
Alto Bela Vista - SC, 12 de março de 2012.
Sergio Luiz Schmitz
Prefeito Municipal
Empresa N. Rodrigues Artesanato ME
Contratado

Contrato Administrativo N.º 031/2012

Extrato de Contrato 031/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - Epagri

Objeto O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT).

Valor Total R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais)
Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 12 de março, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 031/2012
Alto Bela Vista - SC, 12 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz
Prefeito Municipal
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - Epagri
Contratado

Contrato Administrativo N.º 032/2012

Extrato de Contrato 032/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa KERBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 005/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 002/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Tubos de Concretos, para utilização em estradas municipais, entradas de propriedades, riachos, córregos e esgotamento de água, compreendendo de novos e manutenção de tubulação.

Valor Total R\$ 1.825,00 (Um mil oitocentos e vinte e cinco reais)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 13 de março, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2012 PREGÃO Nº 02/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 032/2012
Alto Bela Vista - SC, 13 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz
Prefeito Municipal
Empresa KERBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
Contratado

Contrato Administrativo N.º 033/2012

Extrato de Contrato 033/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa JUCIANE C. BOFF E CIA LTDA ME

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 005/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 002/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Tubos de Concretos, para utilização em estradas municipais, entradas de propriedades, riachos, córregos e esgotamento de água, compreendendo de novos e manutenção de tubulação.

Valor Total R\$ 4.940,00 (Quatro mil novecentos e quarenta reais)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 13 de março, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2012 PREGÃO Nº 02/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 033/2012
Alto Bela Vista - SC, 13 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz
Prefeito Municipal
Empresa JUCIANE C. BOFF E CIA LTDA ME
Contratado

Contrato Administrativo N.º 034/2012

Extrato de Contrato 034/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa CONSELHO COMUNITÁRIO DE ALTO BELA VISTA.

Objeto O MUNICÍPIO contrata com a CONTRATADA a locação da quadra de esportes do Conselho Comunitário de Alto Bela Vista, para ministrar aulas de educação física dos alunos da rede municipal de ensino e para prática de esportes de treinos de escolinha de futsal, para o desenvolvimento do esporte amador do município.

Valor Total R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)
Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 13 de março, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 034/2012
Alto Bela Vista - SC, 13 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz
Prefeito Municipal
Empresa CONSELHO COMUNITÁRIO DE ALTO BELA VISTA.
Contratado

Contrato Administrativo N.º 035/2012

Extrato de Contrato 035/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Senhor IRINEU FUHR

Objeto O PROPRIETÁRIO supra identificado, é detentor de uma área de terras rurais neste município, próximo a sede, com 164.350,00 m² (cento e sessenta e quatro mil e trezentos e cinquenta metros quadrados), Registrada no livro n.º 2 "E" SOB nº 1.397, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício, dentro da qual existe uma área própria de aproximadamente 3.500,00 m², para extração de cascalho e, pelo presente, cede a mesma ao MUNICÍPIO, com a finalidade exclusiva de extração de cascalho para utilização em recuperação e manutenção das rodovias municipais.

Valor Total R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 15 de março, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 035/2012
Alto Bela Vista - SC, 15 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz
Prefeito Municipal
Senhor IRINEU FUHR
Contratado

Contrato Administrativo N.º 036/2012

Extrato de Contrato 036/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa Mecânica Marcial Ltda. - ME

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA DA FROTA MUNICIPAL.

Valor Total R\$ 16.409,50 (Dezesseis mil e quatrocentos e nove reais e cinquenta centavos)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 22 de março, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 007/2012 CONVI-TE N.º 03/2012 Contrato Administrativo N.º 036/2012

Alto Bela Vista - SC, 22 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

Empresa Mecânica Marcial Ltda. - ME

Contratado

Contrato Administrativo N.º 037/2012

Extrato de Contrato 037/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa GRAFICA SUL OESTE LTDA - ME

Objeto Conforme resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 006/2012, na modalidade de Convite nº 002/2012, o MUNICÍPIO, contrata com a CONTRATADA o fornecimento, ao MUNICÍPIO, de serviços gráficos.

Valor Total R\$ 1.050,50 (Um mil e cinquenta reais e cinquenta centavos)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 23 de março, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2012 CONVI-TE N.º 002/2012 Contrato Administrativo N.º 037/2012

Alto Bela Vista - SC, 23 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

Empresa GRAFICA SUL OESTE LTDA - ME

Contratado

Contrato Administrativo N.º 038/2012

Extrato de Contrato 038/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa EQUIPLAN GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Objeto Conforme resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 006/2012, na modalidade de Convite nº 002/2012, o MUNICÍPIO, contrata com a CONTRATADA o fornecimento, ao MUNICÍPIO, de serviços gráficos.

Valor Total R\$ 13.000,00 (Treze mil reais)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 23 de março, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2012 CONVI-TE N.º 002/2012 Contrato Administrativo N.º 038/2012

Alto Bela Vista - SC, 23 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

Empresa EQUIPLAN GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Contratado

Contrato Administrativo N.º 038/2012 - FMS

Extrato de Contrato - FMS 2012. 038/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa FARMÁCIA PERITIBA LTDA ME

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 005/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 03/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição, DE FORMA parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Medicamento Éticos ou Genéricos e

Material de Consumo para utilização e distribuição nas Unidades Municipais de Saúde.

Valor Total R\$ 6.863,48 (Seis mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos).

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 29 de março de 2012, e expirará em 31 de maio de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2012 PREGÃO Nº 03/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 038/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 29 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

Empresa FARMÁCIA PERITIBA LTDA ME

Contratado

Contrato Administrativo N.º 039/2012

Extrato de Contrato 039/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa BCNET - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto Contratação de Serviços de instalação de antena radio e sinal de Internet, com capacidade do link de 500kbps em cada escola, 24 horas, sendo: Escola Municipal Julio da Costa Neves e Escola Emilio Jacob Carlos Schonell.

Valor Total R\$ 4.005,00 (Quatro mil e cinco reais)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 01 de abril, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal Contrato Administrativo N.º 039/2012

Alto Bela Vista - SC, 23 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

Empresa BCNET - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME

Contratado

Contrato Administrativo N.º 039/2012 - FMS

Extrato de Contrato - FMS 2012. 039/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 005/2012, na modalidade de PREGÃO, na forma presencial nº 03/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA tem por objeto a aquisição, DE FORMA parcelada, segundo as necessidades da Administração, de Medicamento Éticos ou Genéricos e Material de Consumo para utilização e distribuição nas Unidades Municipais de Saúde.

Valor Total R\$ 384,00 (Trezentos e oitenta e quatro reais)

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 29 de março de 2012, e expirará em 31 de maio de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2012 PREGÃO Nº 03/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 039/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 29 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

Empresa FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA.

Contratado

Contrato Administrativo N.º 029/2012.

Extrato de Contrato 029/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa ANGONESE & PININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA

Objeto Conforme o resultado do julgamento do Processo de Licitação nº 03/2012, na modalidade de Convite nº 01/2012, o MUNICÍPIO contrata à CONTRATADA a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E TREINAMENTO EM GESTÃO PÚBLICA

E OPERACIONAL, CONTÁBIL E PLANEJAMENTO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL.

Valor Total R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 08 de março, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2012 Convite Nº 01/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2012.

Alto Bela Vista - SC, 08 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

Empresa ANGONESE & PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA

Contratado

Contrato Administrativo Nº 037/2012 - FMS

Extrato de Contrato - FMS 2012. 037/2012

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa BCNET - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto Contratação de Serviços de instalação de antena radio e sinal de Internet, com capacidade do link de 300kbps em cada unidade de saúde, 24 horas, sendo: Linha Araraquara e Volta Grande.

Valor Total R\$ 3.006,00 (Três mil e seis reais).

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 23 de março, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 037/2012 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 23 de Março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

Empresa BCNET - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME

Contratado

Termo Aditivo de Contrato 025 X 096

Termo Aditivo de Contrato 025 x 096

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa SAMARA IMÓVEIS E CONSTRUTORA LTDA

Objeto SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, PARA A EXECUÇÃO, DE FORMA INDIRETA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DAS OBRAS DE EXECUÇÃO ESTRUTURAL DO CENTRO DE EVENTOS. Considerando a necessidade de aumento de prazo de execução para mais 50 dias em atendimento a solicitação da empresa, justificando o atraso em decorrência dos problemas apresentados na execução das estruturas metálica.

Valor Total

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 10 de fevereiro de 2012, e expirará em 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 032/2011 Tomada de Preços Nº 001/2011 CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 096/2011

Alto Bela Vista (SC), em 10 de Fevereiro de 2012.

Sergio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

Empresa SAMARA IMÓVEIS E CONSTRUTORA LTDA

Contratado

Termo Aditivo de Contrato 033 Xx 033

Termo Aditivo de Contrato 033 xx 033

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa JUCIANE C. BOFF E CIA LTDA ME

Objeto PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA UTILIZAÇÃO EM ESTRADAS MUNICIPAIS, ENTRADAS DE PROPRIEDADES, RIACHOS, CÓRREGOS E ESGOTAMENTO DE

ÁGUA.

Valor Total R\$ 6.175,00 (Seis mil, cento e setenta e cinco reais)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 14 de março, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2012 PRE-GÃO Nº 02/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 033/2012

Alto Bela Vista (SC), em 14 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

Empresa JUCIANE C. BOFF E CIA LTDA ME

Contratado

Termo Aditivo de Contrato 033 Xxx 032

Termo Aditivo de Contrato 033 xxx 032

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa KERBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Objeto PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA UTILIZAÇÃO EM ESTRADAS MUNICIPAIS, ENTRADAS DE PROPRIEDADES, RIACHOS, CÓRREGOS E ESGOTAMENTO DE ÁGUA.

Valor Total R\$ 2.263,00 (Dois mil, duzentos e sessenta e três reais)

Vigência O prazo de vigência deste Contrato inicia-se na data de 13 de março e expira em 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2012 PRE-GÃO Nº 02/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO n.º 032/2012

Alto Bela Vista (SC), em 13 de março de 2012.

Sergio Luiz Schmitz

Prefeito Municipal

Empresa KERBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Contratado

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria Nº 218/2012.

PORTARIA Nº 218/2012.

Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, THAYSE GUESER MANNES, do cargo temporario de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, matrícula 1158, a partir de 30 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de março de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 30 de março de 2012.



MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 219/2012.

PORTARIA Nº 219/2012.

Exonera Cargo Comissionado.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, OSMAR ARENEU DE SOUZA, do cargo Comissionado de COORDENADOR DE INDUSTRIA, COMERCIO, TURISMO E ESPORTE, partir de 30 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de março de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 30 de março de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 220/2012.

PORTARIA Nº 220/2012.

Exonera Cargo efetivo.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, INEZ PAULI, do cargo efetivo de PROFESSOR COM PÓS GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO, partir de 30 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de março de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 30 de março de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 221/2012.

PORTARIA Nº 221/2012.

Concede Licença Premio.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora ANA PAULA WEBER KINDERMANN, ocupante do Cargo de AUXILIAR TECNICO INFORMATICA - 40H, referente ao periodo aquisitivo de Fevereiro/2007 a Fevereiro/2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de março de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 30 de março de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação Nº 062/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 062/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº. 039/2012; Tipo: Menor Preço Global - Registro de Preço; Objeto: contratação de empresa especializada, para fornecimento de outsourcing de impressão e cópias com fornecimento de papel, para a Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde, e demais Secretarias da Prefeitura de Antonio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Abertura: dia 16/04/2012 as 09:00 (nove) horas. Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 30 de Março de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Homologação e Adjudicação

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Origem: Licitação nº. 046/2012 - Pregão Presencial nº. 030/2012; Objeto: aquisição parcelada de produtos de consumo do tipo gêneros alimentícios e material de limpeza para a Secretaria da Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Pedro Paulo dos Santos, Prefeito Municipal Em Exercício, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo as empresas Prinhoffmann - Mário Prim ME, no valor total de R\$ 19.205,00; Paemi Comercial e Distribuidora Ltda, no valor total de R\$ 1.575,25; Químicos & Papéis Ltda ME, no valor total de R\$ 6.342,85; e MDH Transporte Rodoviário de Carga Ltda, no valor total de R\$ 885,00.

Antônio Carlos, 26 de Março de 2012.
PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito Municipal Em Exercício

Extrato de Termo de Homologação e Adjudicação

EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Origem: Licitação nº. 051/2012 - Pregão Presencial nº. 032/2012; Objeto: aquisição de parcelada de pneus para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos; Geraldo Pauli, Prefeito Municipal, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo a empresa Comercial Automotiva S.A. - DPASCHOAL, no valor total de R\$ 9.066,44.

Antônio Carlos, 28 de Março de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Extrato de 3º Termo Aditivo Ao Contrato Nº 051/2009

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato: nº. 051/2009; Origem: Processo Licitatório nº. 013/2009. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: MTS & SH Tecnologia em Impressão e Cópia Ltda; Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de maquina fotocopadora, incluindo serviço de manutenção preventivo-corretiva e fornecimento de suprimentos; Prorrogação de Prazo: 30 (trinta) dias, de 01/04/2012 a 30/04/2012.

Antônio Carlos, 30 de Março de 2012.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Revogação Do Processo Licitatório Pp003/2012-Famabi

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PP003/2012/2012-FAMABI

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP003/2012-FAMABI, que tem por objeto "contratação de empresa para confecção de placas educativas e adesivos para cestos de coleta de lixo ao longo do Trapiche Municipal", devido à erros na especificação do material.

Biguaçu, 23 de março de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aditivo de Valor Do Contrato Nº 10.021/2012 DI Nº 62/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Objeto: AQUISIÇÃO DE PERSIANA HORIZONTAL PARA NOVA

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU. A REFERENTE COMPRA É JUSTIFICÁVEL ATRAVÉS DO ARTIGO 24, INCISO V, DA LEI Nº 8666/93. OS MATERIAIS CITADOS SÃO INTEGRANTES DO PROCESSO Nº 120/2011, PORÉM PARA ESTE ITEM NÃO ACUDIRAM INTERESSADOS.

Aditivo de valor do Contrato nº 10.021/2012 DL Nº 62/2012 - FMS
Fornecedor: ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS ME
Valor: R\$ 836,23

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Edital Pregão 1/2012 FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1/2012 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE LIC. PREGÃO 1/2012 - REGISTRO DE PREÇO.

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 15:00 horas do dia 18.04.2012, estará selecionando a melhor proposta para aquisição pneus novos. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitações da Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 29 de março de 2012.
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 240

LEI COMPLEMENTAR Nº 240, de 22 de março de 2012.
Autoriza permutar imóveis entre o Município de Caçador e à Senhora Julita Clarice Moraes Schneider, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a efetuar a permuta pura e simplesmente de uma área de terreno urbano, de propriedade do Município de Caçador, com outra área de terreno urbano de propriedade da Senhora Julita Clarice Moraes Schneider, tendo as seguintes características:

I - uma área de terreno urbano com superfície de 405,00m² (quatrocentos e cinco metros quadrados), localizado Rua Alcir Antonio Vivan, quadra "T", lote 2, no Bairro São Cristóvão, devidamente matriculada sob o nº 4/5945, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade do Município de Caçador, avaliada em R\$ 91,00 (noventa e um reais) o metro quadrado, totalizado a importância de R\$ 36.855,00 (trinta e seis mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais);

II - uma área de terreno urbano com superfície de 378,00m²

(trezentos e setenta e oito metros quadrados), localizado na Rua Luiz Simas, devidamente matriculada sob o nº 4.566, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Julita Clarice de Moraes Schneider, avaliada em R\$ 97,50 (noventa e sete reais e cinquenta centavos) o metro quadrado, totalizando a importância de R\$ 36.855,00 (trinta e seis mil e oitocentos e cinquenta e cinco reais).

Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo, destina-se a abrigo parte das obras de construção da Ponte do Trabalhador e revitalização da Beira Rio.

Art. 2º As despesas de escritura pública de permuta correrão por conta do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012.

Art. 3º Fica área de terreno urbano permutado e que por esta Lei passa a pertencer a Senhora Julita Clarice de Moraes Schneider, desafetada na forma da Lei.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

Decreto Nº 5.181

DECRETO nº 5.181, de 29 de março de 2012.

Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
2 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2013
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	

3.1 - Registro e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2014
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro de 2014
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro de 2014
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2014
5 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2014
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2013
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2013
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almo-xarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº 21.473

PORTARIA Nº 21.473, de 16 de março de 2012.

O Prefeito Municipal, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e os arts. 57 e 58, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004-Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER readaptação em atividades extra-classe, à Servidora Pública Municipal DIOCLÉIA ALVES DE MOURA, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a EMEB Henrique Júlio Berger, a contar de 19 de março de 2012, conforme laudo médico.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.474

PORTARIA Nº 21.474, de 16 de março de 2012.

Dispõe sobre nomeação de Servidores Públicos Municipais aprovados em Concurso Público.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e conforme inciso II, art. 17 da Lei Orgânica do Município de Caçador, de 05/04/1990, e, ainda o que prevê o artigo 5º e artigo 15, inciso I da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004-Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/12/11, que dispõe sobre plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010, os (as) cidadãos (as), abaixo relacionados (as), para ocuparem cargos nos Grupos Ocupacionais do Poder Executivo Municipal, especificando: nome, cargo, referência, carga horária semanal, secretaria de exercício e data do exercício e posse, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Sec. Exerc.	Data Exercício e Posse
Amanda Padilha Machado	Assistente Administrativo	14	35	008	19/03/2012
Sandra Tomazini Scolari Moraes	Assistente Administrativo	14	35	005	16/03/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.478

PORTARIA Nº 21.478, de 16 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

RESCINDIR O CONTRATO por tempo determinado, do cidadão a

seguir relacionado, especificando: nome, cargo, secretaria, referência, carga horária, e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H.	Data da rescisão
Valdecir Paulo Pereira	Agente Serviços e Obras Especiais	002	08	44	1º/03/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.482

PORTARIA Nº 21.482, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Caçador, mais o previsto no art. 41 da Lei Complementar nº 7, de 27/12/1999,

RESOLVE:

ALTERAR A CARGA HORÁRIA da Servidora Pública Municipal, da Secretaria de Educação, abaixo relacionada, face o desdobramento de turmas na EMEB Alto Bonito, especificando código, nome, cargo, carga horária antiga, carga horária atual, e período, conforme segue:

Cód.	nome	cargo	c.h. antiga	c.h. atual	período
11675	Patricia Guimarães	Professora	18	21	19/03/12 a 21/12/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA
Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.484

PORTARIA Nº 21.484, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conversão em dinheiro de licença prêmio, a que fazem jus, por motivos pessoais, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Conv.	Período Aquis.
1143	Aldonir Anciutti	Professor	016	2/3	02/02/98 a 02/02/03

352	Iracilda Ribeiro Cristaldo	Aux. Serv. Gerais	006	1/3	03/10/99 a 03/10/04
-----	----------------------------------	----------------------	-----	-----	------------------------

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.485

PORTARIA Nº 21.485, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, o contrato por tempo determinado, da cidadã a seguir relacionada, especificando: nome, cargo, secretaria, referência, carga horária, e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H	Data da rescisão
Ivanice Niendicher	Professor Monitor	034	02	20	19/03/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.486

PORTARIA Nº 21.486, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seus filhos, especificando código, nome, cargo, dia do nascimento, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Dia nascimento
9696	Deisiane Santana Telles	Agente Adminis- trativo	05/03/2012
897	Gladis Marisa Fontana	Diretora CAPS II	17/03/2012
9869	Kariana Alves dos Santos	Secretária Escolar	08/03/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.487

PORTARIA Nº 21.487, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 71, inciso I, Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, o Servidor Público Municipal NELCIR ANTONIO TESSER, ocupante do cargo de Professor de 5ª a 8ª série, com exercício de 36 (trinta e seis) horas semanais, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13 de março de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.489

PORTARIA Nº 21.489, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal LAURETE GARCIA GODINHO, ocupante do cargo de Servente da Educação, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 3.516 (três mil quinhentos e dezesseis) dias, ou, 09 (nove) anos, 07 (sete) meses e 21 (vinte e um) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00014/12-7, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 19/03/2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.490

PORTARIA Nº 21.490, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e data do início da licença, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Data Início
897	Gladis Marisa Fontana	Diretora CAPS II	006	15/02/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.491

PORTARIA Nº 21.491, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisição	Período Gozo
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	Aux. Serviços Gerais	Agricultura	05/07/06 a 05/07/11 - 3 meses	11/04/12 a 09/07/12
803	Arno Waldir Maleske	Técnico Legislativo	Adm. e Faz.	05/10/03 a 05/10/08 - 3 meses	1º/04/12 a 30/06/12
775	Daniel Rodrigo de Freitas	Marceneiro	Fundema	25/02/07 a 25/02/12 - 3 meses	12/03/12 a 09/06/12
216	Iraci dos Santos	Professora 40h	Educação	15/02/00 a 15/02/05 - 3 meses	01/03/12 a 01/06/12
213	Julia dos Santos Pereira	Servente	Educação	01/01/97 a 01/01/02 - 3 meses 01/01/02 a 01/01/07 - 3 meses	01/04/12 a 01/10/12
378	Maricelda Rita Tonietto	Odontóloga	Saúde	01/01/03 a 01/01/08 - 3 meses	01/05/12 a 31/07/12

1271	Neide Teresinha de Oliveira Brochier	Aux. Enfermagem	Saúde	01/10/02 a 01/10/07 - 2 meses	19/03/12 a 19/05/12
1071	Romney Riedi	Professor	Educação	26/02/98 a 26/02/03 - 3 meses 26/02/03 a 26/02/08 - 3 meses	02/04/12 a 02/10/12
1079	Sebastiana Mace-no Domingues	Servente 44h	Educação	24/02/05 a 24/02/10 - 3 meses	05/03/12 a 05/06/12
513	Sidnei Roberto Marins	Médico	Saúde	05/10/98 a 05/10/03 - 3 meses 05/10/03 a 05/10/08 - 3 meses	1º/12/11 a 29/02/12 1º/03/12 a 30/05/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.492

PORTARIA Nº 21.492, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, Estatuto do Servidor Público Municipal, e dá outras providências

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 16.142, de 29/04/2005, que concedeu 01 (um) mês de licença prêmio, a Servidora Pública Municipal JANETE COLDEBELLA VISLOSKI, ocupante do cargo de Professora, da Secretaria de Educação, com carga horária de 20h semanais, referente o período aquisitivo que passa a ser de 01/09/1995 a 01/09/2000.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário De Administração E Fazenda

Portaria Nº 21.493

PORTARIA Nº 21.493, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e arts. 68 e 69, da lei Complementar nº 056, de 20/12/2004 Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento em razão de faltas

justificadas dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, referente os meses de fevereiro e março de 2012, abaixo relacionados, especificando: código, nome e número de faltas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº faltas
11376	Adair das Graças Martins Cardoso	05 e ½
10941	Arlete Teresinha Benjamini Alves dos Santos	09
11372	Cristiano Homero Bordignon	05
11425	Débora Jane Zarur	04
8613	Deyse Aparecida Heine	04 e ½
688	Diocléia Alves de Moura	04
7744	Elizandra Dietrich	60
11329	Estela Maris Padilha de Souza	15
10769	Gilberto Ribeiro	60
11173	Ilze Mara Sheffer	05
1795	Iraci Furtado	04
7742	Ivonete Zolner Lara	30
11714	Luiz Carlos Nica	10
9382	Mara Luiza Weber da Rocha	04
1855	Maria Ivonete Bento Rodrigues	06
9615	Marilene de Lima Fagundes	13
10765	Marinez Ap. Bertotto	10 e ½
4999	Marisa Ap. Goes	35
11346		
1101	Rejane Mara Sorgatto	15
9339	Rosangela de Araújo Godoy	15
8428	Roseli Bora	04
11214	Sander Murilo Ceccato	07
3437	Sayonara Galina	10
9928	Silvana Maria Cristaldo Vorel Carlin	15
135	Sueli Teresinha Bueno	04
10097	Vinicius Marcelino Piccoli	91
10378	Vivian de Lemos Estrowispy	18

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário De Administração e Fazenda.

Portaria Nº 21.494

PORTARIA nº 21.494, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período de afastamento, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Sec.	Dias de afastamento	A contar de
1771	Aurélio Luiz Arrabar Filho	Odontólogo	006	180 dias	09/03/12
4612	Ivanise Aparecida Mello Cordeiro	Merendeira	005	29 dias	01/02/12

4612	Ivanise Aparecida Mello Cordeiro	Merendeira	005	30 dias	01/03/12
8023	Leila Ap. Schmidt	Aux. Biblioteca	005	45 dias	12/03/12
8514	Leoni de Lima da Silva	Servente	005	15 dias	1º/03/12
2465	Marilucy Wierzbicki	Secretária Escolar	016	60 dias	01/03/12
11439	Maristela Ceolla	Professora	016	15 dias	14/03/12
3262	Rosângela Cristina Malat	Assistente Social	006	90 dias	30/01/12
11401	Rosmari Aparecida Becker	Professora	016	30 dias	01/03/12
588	Sueli Ribeiro	Servente	005	10 dias	22/02/12
588	Sueli Ribeiro	Servente	005	15 dias	05/03/12

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.495

PORTARIA Nº 21.495, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e o art. 113, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal LEILA ALVES SPEGGIORIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com exercício de 35 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde, 90 (noventa) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme laudo médico, durante o período de 15/03/2012 a 15/06/2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ
Secretário De Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.496

PORTARIA Nº 21.496, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 20.449, de 05/05/2011, que CONTRATOU, por tempo determinado, diversos cidadãos, no que se refere ao cargo da Servidora abaixo relacionada que passa a ser:

Nome	Cargo	Sec.	Ref.	C.H.	Período da Contratação
Vera Lucia Azevedo	Médica PSF	006	40	40	09/05/11 a 30/05/12

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

Portaria Nº 21.498

PORTARIA Nº 21.498, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

ALTERAR as Escolas de atuação da Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada CONTRATADA, por tempo determinado, da Secretaria de Educação, que passa a ser:

Nome	Cargo	C.H.	Escola	Motivo	Período da Contratação
Sil-mara Zotto	Profª Matemática	34	20- EMEB Hilda G. de Souza 14-EMEB Morada do Sol	20-VV Maria B. Konflanz, SME 04-VV Mara Lipka, direção EMEB Maria Luisa Barbosa 10- Vaga Excedente	06/02/2012 a 21/12/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.499

PORTARIA Nº 21.499, de 20 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

ALTERAR a Carga horária do Servidor abaixo relacionado, CONTRATADO por tempo determinado, para atuar junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, que passa a ser:

Nome	Cargo	C.H.	Escola	Motivo	Período da Contratação
Miguel Gustavo Reibinitz	Prof de Ed. Física 5ª a 8ª	27	EMEB Morada do Sol	21h -VV Marcos dos Reis, direção EMEB Maria Luisa Barbosa 06h-Vaga Excedente	01/03/2012 a 21/12/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária De Educação.

Portaria Nº 21.502

PORTARIA Nº 21.502, de 26 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

RETIFICAR as datas de contratação da Servidora abaixo relacionada, CONTRATADA por tempo determinado, através da Portaria nº 21.376, de 10/02/2012, para atuar junto a Secretaria de Educação, que passam a ser:

Nome	Cargo	C.H.	Escola	Motivo	Período da Contratação
Monica Lapolli	Profª 1ª a 4ª série	20	EMEB Maria Luisa Barbosa	Vaga Excedente	08/02/2012 a 21/12/2012
Monica Lapolli	Profª 1ª a 4ª série	20	EMEB São Pascoal	VV Vanusa Zart, Lic Trat. Saúde	08/02/2012 a 18/05/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

Aviso de Alteração Edital e Prorrogação de Prazo Pr 25-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA

ALTERA EDITAL E PRORROGA PRAZO

EDITAL: Pregão Presencial Nº 25/2012

OBJETO: Aquisição de equipamentos (trator, pulverizador e grade

aradora) destinados a Patrulha Agrícola da Secretaria Municipal de Agricultura de Caçador/SC - Alterações ver Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 18/04/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 18/04/2012.

Convênio SICONV nº 768289 processo nº 768289/2011 Ministério da Agricultura

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site www.cacador.sc.gov.br no ícone licitações ainda por e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador/SC 29 de março de 2012.

IMAR ROCHA,

Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação Pr 02-2012 Esporte

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAÇADOR/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 02/2012 - FMEC

TIPO: Menor Preço Por Item

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS, TROFÉUS E PLACAS DE HOMENAGEM DESPORTIVAS DA FME NO EXERCÍCIO DE 2012.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do Dia 17/04/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do Dia 17/04/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail: licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 29 de março de 2012.

VERA LÚCIA LIPKA NEVES

Presidente

Fundação Municipal de Esportes

Aviso Inexigibilidade 05-2012 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

INEXIGIBILIDADE Nº 05/2012 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Caçador, SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de licitação n 05/2012 para contratação de serviços médicos especializados em ortopedia para realizações de consultas no Ambulatório Municipal, através da empresa credenciada: CLINICA DE FRATUAS E ORTOPEDIA CAÇADOR LTDA que credenciou os profissionais Cláudio Rogério Araldi e José Roberto Queiroz, pelo valor de R\$ 40,00 a consulta, com validade pelo exercício 2012, nos termos do Artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Maiores Informações poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 29 de março de 2012.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

Errata Dispensa 02-2012 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA DISPENSA Nº 02/2012 - FMS

valor estimado - onde estava escrito: R\$ 12.085,92 (doze mil, oitenta e cinco reais e noventa e dois centavos) mensais, leia-se: R\$ 25.354,45 (vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) mensais.

Maiores Informações poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sítio Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 29 de março de 2012.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

Contrato 33-2012 Saúde

Contrato 33/2012 FMS - Prestação de serviços especializados em ORTOPEDIA para realização de consultas, referente ao processo licitatório nº 19/2012, IL05/2012. Contratado: CLINICA DE FRATURAS E ORTOPEDIA CAÇADOR LTDA. Valor: R\$ 192.000,00. Prazo: 31/12/2012.

Ata 39-2012 Prefeitura

Ata nº 39/2012 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2011 - acréscimo de até 25% nas quantidades constantes na Ata Principal de registro de preços nº 0116/2011 e prorrogação de prazo de execução pelo período de (60) sessenta dias, para locação de horas máquinas e caminhão truck destinados a limpeza e desassoreamento de córregos nos seguintes bairros: Martello, Alto Bonito, Reunidas, Bom Jesus, Rancho Fundo, Bello, Nossa Senhora Salete e Figueira. Fornecedor: TERRAPLANAR TERRAPLENAGENS LTDA- CNPJ nº 11.708.964/0001-05- Caçador - SC. Prazo: 60 dias.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
01	22	Horas	Locação de escavadeira hidráulica, peso operacional mínimo de 18.000 Kg, Combustível, operador habilitado, transporte e manutenção do equipamento por conta da empresa vencedora.	KOMATSU	150,00	3.300,00
02	06	Horas	Locação de Retroescavadeira, com combustível, operador habilitado, transporte do equipamento por conta da empresa vencedora.	FIATALLIS	80,00	480,00
03	05	Horas	Locação de Caminhão Truck, com combustível, operador habilitado, transporte por conta da empresa vencedora	MERCEDES	80,00	400,00
TOTAL						4.180,00

As demais cláusulas constantes na Ata principal, geradora desta, permanecem inalteradas e continuam vigendo em sua integralidade e asseguradas e reservadas às dotações orçamentárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do acréscimo.

Publicado em 23-03-2012.

Camboriú

PREFEITURA

DI 04/12 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 004/2012 - FMS
Data: 29/03/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA O CUMPRIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL, AUTOS Nº 0004331-51-2011.8.24.0113 - MOACIR ROGÉRIO RIBEIRO RAMOS.

Valor total: R\$ 23.463,20 (Vinte e Três Mil Quatrocentos e Sessenta e Três Reais e Vinte Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: CM HOSPITALAR LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 29 de Março de 2012

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 8.997 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.997 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal MARGARIDA DO ROCIO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 0270, Registro no Sistema sob nº 303680, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.999 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.999 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ERNA LUIZA PACHECO IENSEN, Matrícula Funcional nº 000201, Registro no Sistema sob nº 428600, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.000 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.000 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91,

inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal LUCEMAR SCH-MANSKY PASDA, Matrícula Funcional nº 000200, Registro no Sistema sob nº 307400, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.001 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.001 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal MARCIA REGINA FELICIANO DAMÁZIO FRANCO, Matrícula Funcional nº 000228, Registro no Sistema sob nº 310460, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.002 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.002 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal MARINÊS WOYESKOVISKY UHLIG, Matrícula Funcional nº 0229, Registro no Sistema sob nº 310540, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, percebendo o valor de R\$ 2.152,12 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e doze centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.003 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.003 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal CÉLIA REGINA DRANCKA COELHO QUEIROZ, Matrícula Funcional nº 000013, Registro no Sistema sob nº 367000, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.004 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.004 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ARLETE JORGENSEN SCHIESSL, Matrícula Funcional nº 0232, Registro no Sistema sob nº 437501, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de

R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.005 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.005 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal JANETE DRANCKA, Matrícula Funcional nº 000234, Registro no Sistema sob nº 612201, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.006 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.006 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SOLANGE REGINA DOS PASSOS, Matrícula Funcional nº 000195, Registro no Sistema sob nº 714500, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.007 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.007 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal DAGMAR DENISE RIBEIRO PETRIS, Matrícula Funcional nº 000015, Registro no

Sistema sob nº 740400, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, percebendo o valor de R\$ 1.076,06 (um mil, setenta e seis reais e seis centavos) mensais, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.008 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.008 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal OLIVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000105, Registro no Sistema sob nº 780300, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF



Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.009 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.009 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, Matrícula Funcional nº 000396, Registro no Sistema sob o nº 954248, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 2.216,69 (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e nove centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.010 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.010 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em

05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal LUZIA KOBUS LEAL, Matrícula Funcional nº 000397, Registro no Sistema sob nº 954249, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, percebendo o valor de R\$ 2.152,12 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e doze centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.011 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.011 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal BERNADETE TERESINHA SCHUTA ODIA, Matrícula Funcional nº 000427, Registro no Sistema sob nº 954287, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P1, Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.741,20 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.012 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.012 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ALINE CRISTIANE FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 000445, Registro no Sistema sob nº 954386, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, percebendo o valor de R\$ 2.152,12 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e doze centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.013 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.013 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ANA LUÍZA DA CRUZ KMEICK, Matrícula Funcional nº 000451, Registro no Sistema sob nº 954462, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.014 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.014 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal JOICE LINZ-MEYER, Matrícula Funcional nº 000469, Registro no Sistema sob nº 954475, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.015 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.015 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000470, Registro no Sistema sob nº 954476, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.016 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.016 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal CLÁUDIA INÊS CARDOSO, Matrícula Funcional nº 000508, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.017 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.017 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, Matrícula Funcional nº 000513, Registro no Sistema sob nº 954609, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o

valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.018 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.018 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ELIANE REGINA NENEVÊ SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000514, Registro no Sistema sob nº 954610, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:

19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.019 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.019 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ANA MARIA KOBUS AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000526, Registro no Sistema sob nº 954626, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.020 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.020 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA

SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Matrícula Funcional nº 000542, Registro

no Sistema sob nº 954648, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.021 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.021 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SIMONE IRENE FUECKNER WALTMANN, Matrícula Funcional nº 000596, Registro no Sistema sob nº 954829, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P1, Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.741,20 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.022 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.022 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SANDRA PAULA SCHWEDLER, Matrícula Funcional nº 000602, Registro no Sistema sob nº 954837, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P1, Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.741,20 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.023 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.023 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em

05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar o Servidor Público Municipal MARCIO MARCELO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 361, Registro no Sistema sob nº 386520, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor II - Educação Física, para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência E, percebendo o valor de R\$ 2.351,68 (dois mil, trezentos e cincoenta e um reais e sessenta e oito centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas/aula semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.024 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.024 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar o Servidor Público Municipal JAIRO AFONSO BELLE, Matrícula Funcional nº 000464, Registro no Sistema sob nº 954471, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor II - Educação Física, para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas/aula semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.025 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.025 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar o Servidor Público Municipal RENATO CAMPOS QUERINO FILHO, Matrícula Funcional nº 000467, Registro no Sistema sob nº 954473, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor II - Educação Física, para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas/aula semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.026 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.026 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar o Servidor Público Municipal RODOLFO HENRIQUE WORMS, Matrícula Funcional nº 000468, Registro no Sistema sob nº 954474, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor II - Educação Física, para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas/aula semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.027 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.027 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar o Servidor Público Municipal ANTONIO MAURI CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000564, Registro no Sistema sob nº 954694, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor II - Educação Física, para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P1, Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.741,20 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas/aula semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.028 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 9.028 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal BRIGITTE SUELI VAN DEN AKKER STEUERNAGEL, Matrícula Funcional nº 000475, Registro no Sistema sob nº 954481, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor IV - Língua Inglesa, para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P1, Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.741,20 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas/aula semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.029 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.029 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ MOREIRA, Matrícula Funcional nº 000523, Registro no Sistema sob nº 954621, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor VI - Matemática, para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, percebendo o valor de R\$ 2.089,44 (dois mil, oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas/aula semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito MunicipalAURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito**Portaria Nº 9.030 de 19 de Março de 2012**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.030 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar o Servidor Público Municipal PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000571, Registro no Sistema sob nº 954546, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor IX - História, para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P1, Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 870,60 (oitocentos e setenta reais

e sessenta centavos) mensais, com jornada de trabalho de 20 horas/aula semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito MunicipalAURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito**Portaria Nº 9.031 de 19 de Março de 2012**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.031 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar o Servidor Público Municipal PAULO ALEXANDRE CHRISTOFF, Matrícula Funcional nº 000499, Registro no Sistema sob nº 954736, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor VIII - Geografia, para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P1, Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 870,60 (oitocentos e setenta reais e sessenta centavos) mensais, com jornada de trabalho de 20 horas/aula semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito MunicipalAURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 9.032 de 19 de Março de 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.032 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DO
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar o Servidor Público Municipal LUIS ROGÉRIO DE VARGAS VALÉRIO, Matrícula Funcional nº 000458, Registro no Sistema sob nº 954467, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor V - Língua Portuguesa, para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P1, Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.741,20 (um mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas/aula semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Julgamento Pregão 36/2012

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 36/2012 - modalidade Pregão (presencial) Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Josiane Alquini Cubas e Maria Cristina Marciniak Munhoz, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 36/2012, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de materiais para drenagem pluvial, pavimentação e calçamento de ruas do município no exercício 2012. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Fabrica de Artefatos de Cimento

Beira Rio Ltda e Concreplan Artefatos de Concreto Ltda. Todas as empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo Sr. Joni Pazda, representante da empresa Fabrica de Artefatos de Cimento Beira Rio Ltda e Sr. João Renato Schveller representante da empresa Concreplan Artefatos de Concreto Ltda. Todas as empresas licitantes apresentaram documento que comprova o enquadramento como empresa de pequeno porte para valerem-se da lei complementar nº 123/2006. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço unitário por item. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada em cada item, obtendo o seguinte resultado:

ITEM 01 - Tubo de concreto bitola 30 cm				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
CONCREPLAN	16,80	15,50	1ª	Habilitada
BEIRA RIO	16,80	16,10	2ª	-----
ITEM 02 - Tubo de concreto bitola 40 cm				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
CONCREPLAN	23,60	22,50	1ª	Habilitada
BEIRA RIO	23,40	23,00	2ª	-----
ITEM 03 - tubo de concreto bitola 60 cm				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
CONCREPLAN	42,90	40,00	1ª	Habilitada
BEIRA RIO	42,00	41,20	2ª	-----
ITEM 04 - tubo de concreto bitola 200 cm				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
CONCREPLAN	1.950,00	1.940,00	1ª	Habilitada
ITEM 05 - lajota sextavada de concreto 25x25x8, resistência mínima de 35 mpa				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
BEIRA RIO	34,00	33,00	1ª	Habilitada
CONCREPLAN	39,00	39,00	2ª	-----
ITEM 06 - meio fio de 30cm alt x base 12 cm				
EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
BEIRA RIO	16,00	16,00	1ª	Habilitada
CONCREPLAN	18,00	18,00	2ª	-----

Considerando a classificação e a habilitação das empresas a Pregoeira declara a empresa Concreplan Artefatos de Concreto Ltda vencedora dos itens 01,02,03 e 04 e a empresa Fabrica de Artefatos de Cimento Beira Rio Ltda, vencedora dos itens 05 e 06, de acordo com os valores informados na planilha constante desta Ata. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Julgamento Pregão 42/2012

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 42/2012 - modalidade Pregão (presencial) Aos vinte e dois do mês de março do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno

Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Lucilaine Mokfa Schwarz, Pregoeira Municipal, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Josiane Alquini Cubas, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 42/2012, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de botijões de gás de cozinha com 13 quilos, a base de troca de botijões para uso em diversos setores. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: AB GAS LTDA. A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. Apresentou também documento que comprova o enquadramento como empresa de pequeno porte para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo Sra. Angélica Stoeberl, representante da empresa AB GAS LTDA. O critério de julgamento é o menor preço POR GLOBAL (soma de todos os itens). Passou-se a abertura dos envelopes da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa 1ª classificada, obtendo o seguinte resultado:

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
AB GAS LTDA	13.450,00	13.250,00	1ª	Habilitada

A Pregoeira julgou a empresa AB GAS LTDA vencedora desta licitação com o valor global de R\$ 13.250,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Julgamento Pregão 44/2012

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 44/2012)

Aos vinte dias do mês de março do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Josiane Alquini Cubas, Lucilaine Mokfa Schwarz e Maria Cristina Marciniak Munhoz, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 44/2012, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a prestação de serviços de recapagem e recauchutagem de pneus para manutenção da frota municipal no exercício 2012. Empresas convidadas: FM Pneus Ltda, Recapadora São Bento Ltda, Renovadora de Pneus Fleischmann Ltda, Recauchutadora Batista Ltda, Recauchutadora de Pneus Neri Ltda e Comercial de Pneus Taquarense Ltda. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, além dos membros da Comissão já nominados, se fizeram presentes o Sr. Ricardo Luis Maldaner, representante da empresa FM Pneus Ltda e Sr. Sírío Paulinho Oberziner, representante da empresa Recauchutadora de Pneus Neri Ltda. Passou-se ao recebimento dos envelopes nº 01 (documentos) e nº 02 (proposta) das empresas proponentes: FM Pneus Ltda, Recauchutadora de Pneus Neri Ltda e Recapadora São Bento Ltda. A empresa Recapadora São Bento Ltda não se fez representar na sessão. Passou-se a abertura do envelope contendo a documentação das empresas proponentes. As empresas Recauchutadora de Pneus Neri Ltda e Recapadora São Bento Ltda apresentaram a Certidão Simplificada que comprova o enquadramento como EPP para valerem-se da Lei Complementar 123/2006 (direito de preferência). A Comissão julgou todas as empresas licitantes devidamente HABILITADAS. Conforme desistência de recurso por parte dos proponentes, quanto o julgamento dos documentos, prosseguiu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO total de

cada LOTE. PARA O LOTE 01: A Comissão desclassificou a proposta apresentada pela empresa Recapadora São Bento Ltda considerando que esta não cotou todos os itens do lote, e julgou a empresa Recauchutadora de Pneus Neri Ltda vencedora com o valor total de R\$ 18.605,00, sendo que a empresa FM Pneus Ltda apresentou proposta com o valor total de R\$ 35.490,00 para o lote. PARA O LOTE 02: A Comissão julgou a empresa FM Pneus Ltda vencedora com o valor total de R\$ 24.152,00, sendo que a empresa Recauchutadora de Pneus Neri Ltda apresentou proposta com o valor total de R\$ 24.225,00 não fazendo uso do direito de preferência (como empresa de pequeno porte) e a empresa Recapadora São Bento Ltda apresentou proposta com o valor total de R\$ 30.500,00. Está aberto prazo recursal quanto o julgamento das propostas. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Pregão Presencial Nº 56/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 56/2012

A licitação tem como objeto AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO, zero quilômetro, para a Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, conforme segue:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário ESTIMADO (R\$)
01	01	Unid.	Veículo utilitário, tipo pick up, zero quilometro, ano/modelo 2012 ou 2013, 2 portas, cor branco, motor de no mínimo 1.4, flex (gasolina/etanol), direção hidráulica, cabine simples, com carroceria aberta, 5 velocidades, contendo desembacador com ar quente, grade protetora de vidro traseiro e porta-escada, protetor de caçamba, protetor de carter, retrovisor externo com comando interno, tapetes de borracha, pneus novos e demais equipamentos exigidos pelo CBT - código brasileiro de transito. Prazo mínimo de garantia: 12 meses	35.000,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 12/04/2012, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 9 horas e 45 minutos, do dia 12/04/2012, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Unidade: 13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 - Saneamento; Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano; Programa: 77 - Águas de Campo Alegre; Projeto: 2.124 - Manutenção e Conservação das Atividades da Secretaria de Saneamento; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamento e Material Permanente; Recurso: 00.01.0766 - Recursos Saneamento Básico (valor reservado R\$ 35.000,00).

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão

acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 56/2012".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 28 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Aditivo Contratual Nº 20/2012

ADITIVO CONTRATUAL Nº 20/2012.

Considerando a prorrogação do Contrato n.º 53/2011, estimam-se os gastos para o exercício 2012 e prevê a reserva orçamentária. PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMÁTICA (EDUCAÇÃO), QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, as partes acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PREVISÃO DE GASTOS PARA 2012

Estimam-se os gastos para o exercício 2012 e prevê a reserva orçamentária, conforme segue:

ENSINO FUNDAMENTAL

Item	Qtd	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1- Valor para conversão dos dados existentes	1	Serv.	0,00	0,00
2- Valor para implantação e treinamento do sistema licitado.	1	Serv.	0,00	0,00
3- Locação mensal (com direito de uso) do Sistema de Controle Educacional com até 02 usuários simultâneos e para 5 unidades escolares com até 8 usuários simultâneos.	12	Mês	549,83	6.597,96

ENSINO INFANTIL

Item	Qtd	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1- Valor para conversão dos dados existentes	1	Serv.	0,00	0,00
2- Valor para implantação e treinamento do sistema licitado.	1	Serv.	0,00	0,00
3- Locação mensal (com direito de uso) do Sistema de Controle Educacional com até 02 usuários simultâneos e para 3 unidades escolares com até 8 usuários simultâneos.	12	Mês	329,90	3.958,80

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício 2012:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental; Função: 12 - Educação; Subfunção:

361 - Ensino Fundamental; Programa: 10 - Ensino Fundamental; Projeto: 2.105 - Manutenção e Coordenação das Atividades; Elemento de Despesa: 3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 00.01.0118 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos.

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.03 - Serviço de Educação Infantil; Função: 12 - Educação; Subfunção: 365 - Educação Infantil; Programa: 11 - Educação Infantil; Projeto: 2.106 - Manutenção e Coordenação das Atividades; Elemento de Despesa: 3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Recurso: 00.01.0118 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz conforme disposto no inciso II do Art. 57, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato nº 53/2011 bem como seu Aditivo nº 92/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

BETHA SISTEMAS LTDA

Contratada

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico - OAB nº 15.760

Aditivo Contratual Nº 26/2012

ADITIVO CONTRATUAL Nº 26/2012

TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Considerando Ofício nº 018/ SEDUC / 12 recebido da Secretaria Municipal de Educação solicitando a alteração do contrato nº 53/2011 firmado com a empresa Betha Sistemas Ltda, objetivando a locação de sistema educacional, para:

a) Suprimir a locação mensal de 03 unidades escolares (EMEB Antonio Domingos Corra, EMEB Bela Vista e EMEB Carlos Frederico Adolfo Schneider), tendo em vista que tais alunos passaram a frequentar a nova EMEB Maria José Duarte Silva Bernardes; e b) Acrescer a locação mensal, serviço de implantação e conversão de dados para 01 unidade escolar (EEF Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco), devido a municipalização da mesma.

RESOLVE,

Alterar o contrato nº 53/2011 conforme segue:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

O Município de Campo Alegre, em exercício, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao interesse público vigente, nos termos da Lei Federal 8.666/93, RESOLVE: ALTERAR O CONTRATO Nº 53/2011, originado do processo licitatório nº 38/2011, modalidade Pregão.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e de

outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, fica convencionado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA SUPRESSÃO E ACRESCIMO para adequação das necessidades da Secretaria Municipal de Educação - Suprime-se do contrato nº 53/2011 a locação mensal referente 03 unidades escolares, ambas do ensino fundamental: EMEB Antonio Domingos Corra, EMEB Bela Vista e EMEB Carlos Frederico Adolfo Schneider, a partir do mês de março de 2012.

- Acresce o serviço de locação mensal e conseqüentemente conversão e implantação do sistema para 01 unidade escolar: EEF Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco, a partir de março de 2012 (cobrança da locação).

Para efeitos contábeis:

- empenha-se o valor referente a conversão dos dados e implantação do sistema para 01 unidade escolar: EEF Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco;

- o valor referente a locação mensal da unidade escolar: EEF Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco desconta-se da Autorização de Fornecimento nº 256; e

- anula-se apenas 2 unidades escolares no valor total de R\$ 2.199,32 da Autorização de Fornecimento nº 256 .

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93, e alterações.

As demais cláusulas do contrato nº 53/2011, bem como do Termo Aditivo nº 92/2012 permanecem inalteradas e em vigor.

O presente termo é lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre/SC, 16 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Aditivo Contratual Nº 28/2012.

ADITIVO CONTRATUAL Nº 28/2012.

Considerando a Solicitação de PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL, pela empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA;

Considerando o despacho da Secretária Municipal de Administração e Finanças;

Considerando o Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior pela alteração do Contrato nº 71/2011 (referente Processo Licitatório nº 62/2011);

As partes contratantes RESOLVEM, de comum acordo, prorrogar o prazo do Contrato nº 71/2011, conforme segue:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO A EMPRESA LN CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento particular de aditivo contratual que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, 292, centro, cidade de Campo Alegre-SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. VILMAR GROSSKOPF, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.834.999/0001-28, com sede a Rua Iracema, nº 349, sala 02, Bairro Cruzeiro, na cidade de São Bento do Sul-SC, representada neste ato pelo Sr. Lourival Negrelli, CPF nº 420.543.899-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si certo e ajustado que o contrato nº 74/2010, passará a vigorar com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO:

Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 71/2011 até 27 de março de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Inciso II do Art.65, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 71/2011, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 24 de fevereiro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 23/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2012

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO, NUM TOTAL ESTIMADO DE 1.400 QUILOMETROS POR DIA, PARA O LETIVO DE 2012 (202 DIAS), TOTALIZANDO 282.800KM, Dotação: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.02 - Serviço de Ensino Fundamental; Função: 12 - Educação; Subfunção: 361 - Ensino Fundamental; Programa: 10 - Ensino Fundamental; Projeto: 1.004 - Construção, Reforma e Adequação de Unidades Escolares do Ensino Fundamental; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; Recurso: 0.1.0118- Receitas Impostos e Transf. De Impostos; 00.01.0122 - Transporte Escolar e 00.01.0127 PNATE - Programa Nacional de Transporte.

Vigência: Início em 03/01/2012 e expira em 31/12/2012.

Do valor total: R\$ 1.162.308,00 (Um milhão cento e sessenta e dois mil e trezentos e oito reais)

Contratado: ASS TURISMO LTDA. - ME

Processo Licitatório nº 1/2012, na modalidade Pregão Presencial (Registro de preços). Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 27/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA LECIONAR, ENSAIAR E REGER A BANDA MUSICAL BAMUCA (nas dependências da Casa da Cultura - Centro) E A BANDA E FANFARRA DO DISTrito DE FRAGOSOS (em Fragosos), TOTALIZANDO 56 HORAS MENSAIS (40 HORAS MENSAIS PARA TRABALHAR NO CENTRO E 16 HORAS PARA TRABALHAR EM FRAGOSOS).

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre;

11.01.1.005.3.3.90.36.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Banda Municipal, Manutenção das Atividades da Cultura, Coordenadoria de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Vigência: 22/02/2012 a 31/12/2012

Do valor total: R\$ 38.716,00 (trinta e oito mil e setecentos e dezesseis reais)

Contratado: JOSÉ SLUMINSKI
Inexigibilidade de Licitação 35/2012 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 29/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2012

Objeto: ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC

Dotação: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração; Unidade: 03.01 - Serviço de Administração; Função: 4 - Administração; Subfunção: 122 - Administração Geral; Programa: 05 - Coordenação e Manutenção das Atividades Administrativas; Projeto: 2.102 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo (código reduzido: 24);

Vigência: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e terá o seu vencimento depois de concluído todo o objeto do concurso público.

Do valor total: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

Contratado: ÁGUIA ASSESSORIA E CURSOS LTDA
Processo do processo licitatório nº 32/2012, modalidade Pregão
Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 30/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2012

Objeto: aquisição dos itens "Iogurte integral, Biscoito doce, Abo-brinha, Tomate, Laranja, tipo Pêra ou Bahia e Maçã", GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 2/2012.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre;

0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 06/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 28.297,75 (vinte e oito mil duzentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos).

Contratado: COOPERATIVA AGROPECUARIA REGIONAL DE PEQUENOS PRODUTORES

Chamada Pública nº 2/2012- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 31/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2012

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação escolar, para Ensino Infantil, Fundamental e APAE.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre;

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0113 - PNAEF Merenda Escolar

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0119 - PNAEC - Programa de Alimentação de Creche

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0764 - PNAEP Merenda Escolar

Vigência: 12/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 48.850,00 (quarenta e oito mil e oitocentos e cinquenta reais).

Contratado: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA

Processo Licitatório nº 19/2012, modalidade Pregão, na forma presencial)

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 32/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2012

Objeto: aquisição do item "CEBOLA", GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino (Fundamental e Infantil) e APAE, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2012.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 12/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 882,00 (oitocentos e oitenta e dois reais),

Contratado: MÉRÍ TEREZINHA SIMÕES DE FARIAS

Chamada Pública nº 2/2012- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 33/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2012

Objeto: a aquisição do item "CENOURA", GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2012

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 12/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 3.315,00 (três mil, trezentos e quinze reais)

Contratado: NÍVEA SIMÕES DE FARIAS

Chamada Pública nº 1/2012- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 34/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2012

Objeto: aquisição do item "BETERRABA", GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2012.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 12/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 1.235,70 (um mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta centavos)

Contratado: MARLI INÊS DA CRUZ

Chamada Pública nº 1/2012- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 35/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2012

Objeto: aquisição do item "REPOLHO", GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2012.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 12/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 1.828,50 (Hum mil oitocentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)

Contratado: ZÉLIA KOBUS ZUMBACH

Chamada Pública nº 1/2012- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 36/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2012

Objeto: a aquisição do item "BROCOLIS e COUVE FLOR", GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2012.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 12/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 6.664,00 (Seis mil seiscentos e sessenta e quatro reais)

Contratado: ANA MARIA SELL DA CRUZ

Chamada Pública nº 1/2012- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 37/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2012

Objeto: aquisição do item "BATATA", GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2012.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 12/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 5.144,40 (cinco mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta centavos)

Contratado: ANA MARIA SELL DA CRUZ

Chamada Pública nº 1/2012- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 38/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2012

Objeto: aquisição dos itens "VAGEM" e "ALFACE", GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE,

descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2012.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 12/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 1.118,90 (um mil cento e dezoito reais e noventa centavos)

Contratado: IRACEMA RODRIGUES DE FARIAS

Chamada Pública nº 1/2012- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 39/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2012

Objeto: a aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis) destinados a alimentação escolar, para o Ensino Infantil, Fundamental e APAE.

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0080 - Recursos Ordinários

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0113 - PNAEF Merenda Escolar

Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 - Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 - Educação; Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição; Programa: - Merenda Escolar; Projeto: 2.015 - Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo; Recurso: 0.1.0119 - PNAEC - Programa de Alimentação de Creche

Vigência: 12/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 84.370,00 (oitenta e quatro mil e trezentos e setenta reais).

Contratado: SUPERMERCADO BLASZKOVSKI LTDA
Processo Licitatório nº 21/2012, modalidade Pregão, na forma presencial)

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 40/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2012

Objeto: aquisição do item "FEIJÃO", GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a

chamada pública n.º 1/2012.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 12/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 5.344,00 (cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais)

Contratado: ROSELIA UHLIG DE FARIAS

Chamada Pública nº 1/2012- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 41/2012

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2012

Objeto: aquisição do item "BATATA SALSA", GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2012.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 12/03/2012 a 31/12/2012

Do valor total: 990,00 (novecentos e noventa reais)

Contratado: SILMARA DE ALMEIDA COELH ZUMBACH

Chamada Pública nº 1/2012- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Resumo Contrato Nº 5/2012 - Fundo Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESUMO CONTRATO Nº 5/2012

OBJETO: fornecimento de medicamentos diversos (constantes da Revista ABC Farma), para uso emergencial, prescritos por médicos, necessários e imprescindíveis para atendimento a pessoas cadastradas no Programa de Distribuição de Medicamentos Excepcionais, do Fundo Municipal de Saúde.

Contrato em decorrência ao Processo licitatório nº 7/2012, modalidade Convite.

Do valor total: 70.000,00 (setenta mil reais),
CONTRATADA: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.
Prazo: início em 29/02/2012 com vigência até 31/12/2012.
Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

DEODATO RAUL HRUSCHKA
Gestor

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 312/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACB6948	55140653C	5045/0	02/12/2009	R\$ 191,53	162 * V
ACX7078	55141154C	6637/2	11/09/2011	R\$ 127,69	230 * IX
ACX7078	55141155C	6610/2	11/09/2011	R\$ 127,69	230 * VII
AHJ9845	55140952C	6548/2	12/11/2010	R\$ 85,12	229
AHJ9845	55141113C	6548/2	04/09/2011	R\$ 85,12	229
HQY3434	55141111C	5169/1	03/09/2011	R\$ 957,69	165
IBW8323	55140688C	5010/0	15/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
IBW8323	55140689C	6599/2	15/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
IBW8323	55140690C	5169/1	15/06/2010	R\$ 957,69	165
LWS5396	55141131C	6599/2	26/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
LWX2705	55140612C	6599/2	19/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
LWX2705	55140613C	5010/0	19/08/2010	R\$ 574,61	162 * I
LXA7781	55141061C	6599/2	19/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXT4581	55140230C	6637/1	06/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LXT4581	55140231C	6599/2	06/02/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXT4581	55140232C	6637/1	06/02/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LYD0544	55140914C	6637/1	06/01/2011	R\$ 127,69	230 * IX
LYF7728	55140238C	6580/0	11/02/2011	R\$ 191,53	230 * IV
LYS7017	55140843C	5525/0	03/03/2011	R\$ 85,12	181 * XV
LYZ8367	55140692C	6548/2	19/06/2010	R\$ 85,12	229
LYZ8367	55140736C	5274/3	07/11/2010	R\$ 191,53	175
LYZ8367	55140737C	6610/2	07/11/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MAP8584	55140502C	5010/0	27/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
MAP8584	55140502C	5169/1	27/11/2009	R\$ 957,69	165
MAP8584	55140503C	6599/2	27/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBO0015	55140130C	6548/2	06/12/2009	R\$ 85,12	229

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBP0302	55140376C	6580/0	28/02/2010	R\$ 191,53	230 * IV
MBW9383	55140122C	6599/2	09/11/2009	R\$ 191,53	230 * V
MBW9383	55140123C	6556/1	09/11/2009	R\$ 191,53	230 * I
MCI2992	55141065C	6637/1	06/03/2011	R\$ 127,69	230 * IX
MCI2992	55141066C	6580/0	06/03/2011	R\$ 191,53	230 * IV
MCI2992	55141067C	6599/2	06/03/2011	R\$ 191,53	230 * V
MCI2992	55141068C	6912/0	06/03/2011	R\$ 53,20	232
MCM5088	55140583C	5525/0	12/08/2011	R\$ 85,12	181 * XV
MCV3692	55140757C	5010/0	08/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCV3692	55140758C	6556/1	08/09/2010	R\$ 191,53	230 * I
MCV3692	55140758C	6599/2	08/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MCY2364	55141105C	6599/2	15/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEU0974	55140825C	6564/0	18/08/2010	R\$ 191,53	230 * II
MFE5568	55140981C	6947/1	17/12/2010	R\$ 127,69	235
MFG1015	55140088C	5835/0	15/03/2010	R\$ 127,69	195
MFG1015	55140089C	6394/4	15/03/2010	R\$ 191,53	220 * XIV
MFG1015	55140090C	5967/0	15/03/2010	R\$ 191,53	203 * V
MFG1015	55140091C	6726/1	15/03/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFG1015	55140092C	5010/0	15/03/2010	R\$ 574,61	162 * I
MFG1015	55140093C	6599/2	15/03/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFG1015	55140094C	5118/0	15/03/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFG1015	55140095C	6556/1	15/03/2010	R\$ 191,53	230 * I
MFG1015	55140096C	6556/4	15/03/2010	R\$ 191,53	230 * I
MFG1015	55140097C	6769/1	15/03/2010	R\$ 85,12	230 * XXII
MFG1015	55140099C	5169/1	15/03/2010	R\$ 957,69	165
MFV8694	55140953C	5525/0	14/11/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MFY5872	55140610C	5835/0	05/08/2010	R\$ 127,69	195
MFY5872	55140611C	6599/2	05/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MHA7929	55140572C	5185/2	24/03/2011	R\$ 127,69	167
MHL0338	55141033C	5525/0	11/11/2011	R\$ 85,12	181 * XV
MIG2644	55140595C	7030/1	29/10/2011	R\$ 191,53	244 * I
MIG2644	55140597C	5274/1	29/10/2011	R\$ 191,53	175
MIG2644	55140598C	7048/1	29/10/2011	R\$ 191,53	244 * II
MIG2644	55140599C	5835/0	29/10/2011	R\$ 127,69	195
MJA6350	55140735C	6599/2	30/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MJA6350	55140899C	5010/0	30/10/2010	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 29 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 310/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACX7078	55141155C	6637/1	11/09/2011	R\$ 127,69	230 * IX
AEY9455	55141114C	5010/0	06/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
AEY9455	55141115C	6599/2	06/09/2011	R\$ 191,53	230 * V
AGZ3675	55140942C	5525/0	12/08/2011	R\$ 85,12	181 * XV
AGZ3675	55140943C	5460/0	12/08/2011	R\$ 85,12	181 * IX
AVT0072	55141157C	5010/0	19/09/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDQ8889	55140889C	6599/2	13/10/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFC1362	55140955C	5274/1	15/11/2010	R\$ 191,53	175
MFH8079	55140863C	6599/2	25/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
MHJ5718	55140929C	5010/0	14/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHJ9020	55140997C	5010/0	09/01/2011	R\$ 574,61	162 * I
MJN4490	55141090C	5010/0	01/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
NFM3937	55141160C	6599/2	10/10/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 29 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 309/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGS0544	55141201C	7048/1	12/02/2012	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 29 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 305/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHI0462	55141162C	5207/0	14/01/2012	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 29 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 305/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHI0462	55141162C	5207/0	14/01/2012	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 29 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação Por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 308/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDL2569	55140395C	5835/0	29/01/2012	195
MFP8654	55141137C	7048/1	09/01/2012	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 29 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação Por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 307/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYR2809	55141132C	6726/1	12/12/2011	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 29 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação Por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 360 306/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEU4595	55140511C	6599/2	06/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFY1963	55141036C	5010/0	11/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFY1963	55141037C	6599/2	11/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFY1963	55141038C	5061/0	11/11/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFY1963	55141039C	6912/0	11/11/2011	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 29 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLÍCIA

Edital de Notificação Por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 303/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEL5658	55141042C	5967/0	07/12/2011	203 * V
AMB9360	55141126C	5460/0	20/11/2011	181 * IX
CLQ9983	55141133C	7366/2	16/12/2011	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 29 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Edital de Notificação Por Autuação Pelo Cometimento de Infração

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 360 304/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWS3965	55141130C	5169/1	26/11/2011	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 29 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA DE POLICIA

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto Nº 6.505/12 de 29/03/2012

DECRETO Nº 6.505/12 DE 29/03/2012

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

Item Prazo

1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas; Até o Final do Exercício de 2013

1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa

1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa

2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência; Até o Final do Exercício de 2013

2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência;

2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.

3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; Até o Final do Exercício de 2012

3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.

4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão; Até o Final do Exercício de 2012

4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/ amortização/ exaustão, e vida útil dos bens móveis.

4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.

4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.

5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura; Até o final do Exercício de 2012

5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.

5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura

5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de

infraestrutura;

5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura

6 - Implementação do sistema de custos; Até o Final do Exercício de 2013

6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados

6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.

6.3 - Implementação do sistema de custos.

7 - Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais; Até o final do Exercício de 2012

7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.

7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.

8 - Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público

Até o Final do Exercício de 2013

8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.

8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxarifado.

Art. 2º - Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art.1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º - Os procedimentos contábeis referidos neste artigo serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos Novos, 29 de março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Tomada de Preço Nº 01/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2012

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 25/04/2012 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Tomada de Preço do Tipo Menor Preço, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, A SEREM COLETADOS NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, QUINZENALMENTE, ESTIMANDO-SE A QUANTIDADE MENSAL DE 30 BOMBONAS DE 200 LITROS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12:00 horas e das 13:30 às 18:00 horas diariamente.

Campos Novos, 02 de abril de 2012.

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

MARLIÊSE DA CASS MECABO

Administradora

Editais de Publicação Nº 01/2012 - Cm
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 01/2012 - CM
LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Santo Amaro Da Imperatriz (Trecho Rua Cel. Farrapo até Rua Chapecó) numa extensão de 863,90m/l, com 6.907,20 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 561.936,45 (quinhentos e sessenta e um mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 199.683,00 (cento e noventa e nove mil seiscentos e oitenta e três reais), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Santo Amaro Da Imperatriz (Trecho Rua Cel. Farrapo até Rua Chapecó)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 199.683,00 (cento e noventa e nove mil seiscentos e oitenta e três reais)

Participação da Municipalidade: R\$ 561.936,45 (quinhentos e sessenta e um mil novecentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 761.619,45 (setecentos e sessenta e um mil seiscentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 761.619,45 (setecentos e sessenta e um mil seiscentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na nº 3.736 de 14/02/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Santo Amaro Da Imperatriz

- (Trecho Rua Coronel Farrapo até Rua Gerônimo Debastiani):

- a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Gerônimo Debastiani até Rua Lages):

- c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Lages até Rua Concórdia):

- e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Concórdia até Rua Piratuba):

- g) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
h) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Piratuba até Rua Anildo Bleichwel):

- i) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
j) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Anildo Bleichwel até Rua Capinzal):

- k) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
l) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Capinzal até Rua Curitibaanos):

- m) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
n) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Curitibaanos até Rua Tangará):

- o) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
p) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Tangará até Rua Xanxerê):

- q) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
r) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Xanxerê até Rua Chapecó):

- s) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
t) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

Vilivaldo Erich Schmid
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro
www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua: Rua Santo Amaro Da Imperatriz (Trecho Rua Cel. Farrapo até Rua Chapecó)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 761.619,45
Participação Prefeitura (%): 73,78%
Saldo (R\$): R\$ 199.683,00
Total em m²: 6.907,20
Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Valter De Souza	ESQUERDO	120,00	R\$ 3.960,00
Joacir Gomes Pereira	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Jorge Mocelin	ESQUERDO	62,00	R\$ 2.046,00
Noel Sutil	ESQUERDO	62,40	R\$ 2.059,20
Antônio Valdeni De Paula Marques	ESQUERDO	76,00	R\$ 2.508,00
João Maria De Oliveira	ESQUERDO	98,00	R\$ 3.234,00
Pedro Ferreira De Moraes	ESQUERDO	130,00	R\$ 4.290,00
Nilso Reinaldo	ESQUERDO	76,40	R\$ 2.521,20
Nilso Reinaldo	ESQUERDO	102,80	R\$ 3.392,40
Airton Santos De Moraes	ESQUERDO	63,20	R\$ 2.085,60
Ana Maria Ferreira e Maria Rita	ESQUERDO	59,20	R\$ 1.953,60
Dejandir Scalsavara	ESQUERDO	61,60	R\$ 2.032,80
Marisane Terezinha Biolchi	ESQUERDO	59,20	R\$ 1.953,60
Jair Henkel	ESQUERDO	60,80	R\$ 2.006,40
Olivia De Matos	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Ivanilda Moreira De Lima	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Doracy Sobrinho	ESQUERDO	58,40	R\$ 1.927,20
Jocelino Pinto	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Alzemiro Alves França	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Bernardo Oliveira Silva e Homero Alencar Leite	ESQUERDO	61,40	R\$ 2.026,20
Miguel Ap ^a De Souza	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Antônio Vilamr Kluves	ESQUERDO	88,00	R\$ 2.904,00
Camilo Mocelin	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Idaiane Bitarelo Duarte	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
Ines Mary Da Cruz	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
Angelo Coelho Muniz	ESQUERDO	58,40	R\$ 1.927,20
Wilma Alves Carvalho	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.584,00
João Alves Carvalho e Ivone-te A. Carvalho	ESQUERDO	12,00	R\$ 396,00
Geomar Salvatti	ESQUERDO	59,20	R\$ 1.953,60
Generosa Walter	ESQUERDO	68,80	R\$ 2.270,40
Marlene Canônica	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Gibair Da Fonseca	ESQUERDO	62,80	R\$ 2.072,40
Alzemiro Alves França	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Alzemiro Alves França	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Alzemiro Alves França	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Gilmar Antônio Mantovani	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Idorvina Lins De Lima	ESQUERDO	120,00	R\$ 3.960,00
Ricardo De Lima Alves	ESQUERDO	61,60	R\$ 2.032,80
Ari Alves Dos Santos	ESQUERDO	58,00	R\$ 1.914,00
Sandro Luiz Arigoni	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Centro Beneficiente N. S. Aparecida	ESQUERDO	78,00	R\$ 2.574,00
Ivanil Pascoali	ESQUERDO	42,00	R\$ 1.386,00
Valdevino Gabriel	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Antônio Carlos Gomes Da Silva	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.584,00
José Batista Gomes Da Silva	ESQUERDO	12,00	R\$ 396,00
Julio Raizel Fernandes	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Anilson Da Cruz	DIREITO	120,00	R\$ 3.960,00
Luiz Ivo De Vargas	DIREITO	80,00	R\$ 2.640,00
João Nicolau Serpa	DIREITO	104,40	R\$ 3.445,20
Arlindo Junior Viaceli	DIREITO	87,60	R\$ 2.890,80
Inair Becker	DIREITO	110,00	R\$ 3.630,00
Ana Elice Viaceli	DIREITO	106,40	R\$ 3.511,20
Rita Alves Da Silva	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Saul Weler e Cassilda Berto Weler	DIREITO	58,00	R\$ 1.914,00
Junior Cesar De Moraes	DIREITO	44,00	R\$ 1.452,00

Herdeiros De Galileu Debas-tiani	DIREITO	139,60	R\$ 4.606,80
Everton Da Silva Batista	DIREITO	52,00	R\$ 1.716,00
Tereza Ferreira Da Silva	DIREITO	69,60	R\$ 2.296,80
Lidio Antônio Dias De Vargas	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Edimar Vezaro	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Amélio Alves Bom	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Valdecir Paulo Zanoni	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Nebor Alves França	DIREITO	132,00	R\$ 4.356,00
Valdezir Barros e Ivanilda Barros	DIREITO	108,00	R\$ 3.564,00
Ana Maria Dos Santos	DIREITO	120,00	R\$ 3.960,00
Zeli Pinto Dos Santos	DIREITO	62,00	R\$ 2.046,00
Adão Candido Da Silva	DIREITO	58,00	R\$ 1.914,00
Alvadi França De Souza	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Marcelo Luiz De Mattos	DIREITO	60,40	R\$ 1.993,20
Angelo Ebert Locatelli	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
José Adelar Carpes	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Andréia Ap. Triques	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
José Dornelis Mendes	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Maria Lori De Andrade	DIREITO	72,00	R\$ 2.376,00
Herdeiros De Henriqueta Thibes Bleyer	DIREITO	110,80	R\$ 3.656,40
Delcio Francisco Back	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Verônica A. Flores e Ivonete De Lima Totti	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Lori Sutil De Oliveira	DIREITO	64,00	R\$ 2.112,00
Pedro Guizoni	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Lucir Mario Pinto	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Carlos Silva	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Ivanir Pascoali	DIREITO	64,00	R\$ 2.112,00
Sirlei Gonçalves De Oliveira	DIREITO	48,00	R\$ 1.584,00
-	DIREITO	48,00	R\$ 1.584,00
Sebastião Alves De Lima	DIREITO	204,00	R\$ 6.732,00
TOTAL			199.683,00

Edital de Publicação Nº 02/2012 - Cm
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 02/2012 - CM
LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Rio Do Sul (Trecho Rua Cel. Farrapo até Rua Chapecó) numa extensão de 863,90m/l, com 6.911,20 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 557.675,16 (quinhentos e cinquenta e sete mil seiscentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 204.069,36 (duzentos e quatro mil e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Rio Do Sul (Trecho Rua Cel. Farrapo até Rua Chapecó)
 Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
 Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)
 Participação dos Contribuintes: R\$ 204.069,36 (duzentos e quatro mil e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos)
 Participação da Municipalidade: R\$ 557.675,16 (quinhentos e cinquenta e sete mil seiscentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos)
 Valor Total da Obra: R\$ 761.744,52 (setecentos e sessenta e um mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)
 A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 761.744,52 (setecentos e sessenta e um mil setecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na nº 3.736 de 14/02/12.



8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rio Do Sul

- (Trecho Rua Coronel Farrapo até Rua Gerônimo Debastiani):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Gerônimo Debastiani até Rua Lages):

c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Lages até Rua Concórdia):

e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Concórdia até Rua Piratuba):

g) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

h) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Piratuba até Rua Anildo Bleichwel):

i) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

j) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Anildo Bleichwel até Rua Capinzal):

k) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

l) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Capinzal até Rua Curitibanos):

m) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

n) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Curitibanos até Rua Tangará):

o) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

p) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Tangará até Rua Xanxerê):

q) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

r) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Xanxerê até Rua Chapecó):

s) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

t) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

Vilibaldo Erich Schmid

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua: Rua Rio Do Sul (Trecho Rua Cel. Farrapo até Rua Chapecó)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 761.744,52

Participação Prefeitura (%): 73,21%

Saldo (R\$): R\$ 204.069,36

Total em m²: 6.911,20

Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Ivo Artemio Cordeiro	ESQUERDO	178,80	R\$ 5.900,40
Ívair Pereira Da Silav	ESQUERDO	62,00	R\$ 2.046,00
Valdeni Da Fonseca	ESQUERDO	62,80	R\$ 2.072,40
Antônio José Reinaldo	ESQUERDO	52,00	R\$ 1.716,00
Maria Izolina Guzatti e Jaqueline Guzatti	ESQUERDO	52,00	R\$ 1.716,00
Francisco Tonello	ESQUERDO	51,60	R\$ 1.702,80
Irineu Mascarelo	ESQUERDO	70,80	R\$ 2.336,40
Vilmar Canuto	ESQUERDO	77,60	R\$ 2.560,80
João Maria Ribeiro Do Amaral	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
Oracides Batista Ribeiro	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
Flávio Henrique Ascari	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
José Branco Maximiliano	ESQUERDO	63,20	R\$ 2.085,60
Edson Cristofoli	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Delézia Aurora Rodrigues Bardi	ESQUERDO	64,00	R\$ 2.112,00
Valdir Morgoti	ESQUERDO	56,00	R\$ 1.848,00
Nelson Leonir Demétrio	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Waldomiro Dalacosta e Carla Terezinha da Silva	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Natalicio Venancio Da Silva	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
João Antunes Telels	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Antônia Alves De oliveira	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
João Alcides Haaz	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00

Antônio Vilson Padilha Dos Santos	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Hilton Da Silva Camargo	ESQUERDO	61,20	R\$ 2.019,60
João Maria De Souza	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Miguelina Antunes Leria	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Joaquim Dos Reis	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Terezinha Enderle	ESQUERDO	58,80	R\$ 1.940,40
Antônio Gildo Maria Bortoli	ESQUERDO	58,80	R\$ 1.940,40
Lecir Mario Pinto	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Vilmar De Souza	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Jandira Ribeiro Becker	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Eliane França Dos Santos	ESQUERDO	61,60	R\$ 2.032,80
Eminio Tadeu De Jesus Almeida	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
Valdivino Rodrigues Dos Santos	ESQUERDO	60,80	R\$ 2.006,40
Janice Antunes Thibes	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Antônio Coltts	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Maria I. Da Silveira Ferreira	ESQUERDO	62,00	R\$ 2.046,00
Cezinando Pinheiro	ESQUERDO	64,80	R\$ 2.138,40
Almedorino João Dutra	ESQUERDO	29,20	R\$ 963,60
Sebastião Padilha	ESQUERDO	31,20	R\$ 1.029,60
Benjamin Masson	ESQUERDO	69,20	R\$ 2.283,60
Benjamin Masson	ESQUERDO	118,40	R\$ 3.907,20
Geni De Souza	ESQUERDO	62,00	R\$ 2.046,00
Kleyto Roberto Dallamico	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Antônio Bordin	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Janete Fatima Da Fonseca	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Otavino De Torin e Eloí Ap. De Torin	ESQUERDO	62,00	R\$ 2.046,00
Angelo Suzin Alves	DIREITO	122,80	R\$ 4.052,40
Anézio Miguel Dos Santos	DIREITO	60,80	R\$ 2.006,40
Vinícius Serena	DIREITO	57,60	R\$ 1.900,80
Jessi De Oliveira	DIREITO	63,20	R\$ 2.085,60
Sebastião Becker	DIREITO	62,00	R\$ 2.046,00
Marco Tonello	DIREITO	58,12	R\$ 1.917,96
José Alves Ribeiro	DIREITO	111,00	R\$ 3.663,00
Severino Scaini Sobrinho	DIREITO	63,60	R\$ 2.098,80
Diva Aparecida Da Silva	DIREITO	75,60	R\$ 2.494,80
Alcides Turmina	DIREITO	44,00	R\$ 1.452,00
José Claudedir Garipuna	DIREITO	44,00	R\$ 1.452,00
Elza Alves Kominkiewicz	DIREITO	65,60	R\$ 2.164,80
Everaldo Pereira	DIREITO	57,60	R\$ 1.900,80
Darci Padilha Dos Santos e Elza Alves	DIREITO	67,20	R\$ 2.217,60
Sebastião Rodrigues Sobrinho	DIREITO	68,00	R\$ 2.244,00
Bruna Luiza Dalcortiva	DIREITO	106,40	R\$ 3.511,20
João Pedro Da Silva	DIREITO	58,40	R\$ 1.927,20
Éder José Coradin	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Maria Vitória De Souza	DIREITO	61,60	R\$ 2.032,80
Celso Ferreira Dos Santos	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Herdeiros De Valdomiro Bleichwel	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Honorina Coltts De Lima	DIREITO	118,00	R\$ 3.894,00
Maria Juvina Da Silva	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
José Maria Varela	DIREITO	62,00	R\$ 2.046,00
Gilmar Elias Sutil	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Antônio Gentil Coelho	DIREITO	62,40	R\$ 2.059,20
Antônio Carlos Carpes	DIREITO	58,80	R\$ 1.940,40
Salete França	DIREITO	60,80	R\$ 2.006,40
Luiz Giacomelli	DIREITO	62,00	R\$ 2.046,00
Jonil Rodrigues	DIREITO	56,40	R\$ 1.861,20
Alcione Mendes	DIREITO	160,00	R\$ 5.280,00

Everaldo De Carvalho	DIREITO	58,00	R\$ 1.914,00
Jordão Sutil De Oliveira	DIREITO	59,20	R\$ 1.953,60
Jordão Sutil De Oliveira	DIREITO	62,00	R\$ 2.046,00
Lourdes Maria Faustino Da Silva	DIREITO	61,60	R\$ 2.032,80
Antônio De Camargo	DIREITO	160,00	R\$ 5.280,00
Luan R. De Barros	DIREITO	12,00	R\$ 396,00
Jordão Sutil De Oliveira	DIREITO	64,00	R\$ 2.112,00
Rozeli Sutil De Oliveira	DIREITO	55,20	R\$ 1.821,60
Rozeli Sutil De Oliveira	DIREITO	61,20	R\$ 2.019,60
Valdeni A. Telles	DIREITO	120,00	R\$ 3.960,00
Antonio Bordin	DIREITO	62,00	R\$ 2.046,00
Ana Maria Boll	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Adelino De Oliveira	DIREITO	62,00	R\$ 2.046,00
Antônio R. De Barros	DIREITO	48,00	R\$ 1.584,00
TOTAL		204.069,36	

Edital de Publicação Nº 03/2012 - Cm

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 03/2012 - CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Herval D'Oeste (Trecho Rua Cel. Farrapo até Rua Chapecó) numa extensão de 863,90m/l, com 6.911,20 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e,

individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 595.457,37 (quinhentos e noventa e cinco mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 135.936,00 (cento e trinta e cinco mil novecentos e trinta e seis reais), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Herval D'Oeste (Trecho Rua Cel. Farrapo até Rua Chapecó)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor Unitário m²: 33,00 (vinte e dois reais e cinquenta centavos)
Participação dos Contribuintes: R\$ 135.936,00 (cento e trinta e cinco mil novecentos e trinta e seis reais)

Participação da Municipalidade: R\$ 595.457,37 (quinhentos e noventa e cinco mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 731.393,37 (setecentos e trinta e um mil trezentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 731.393,37 (setecentos e trinta e um mil trezentos e noventa e três reais e trinta e sete centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na nº 3.736 de 14/02/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo,

no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Herval D'Oeste

- (Trecho Rua Coronel Farrapo até Rua Gerônimo Debastiani):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Gerônimo Debastiani até Rua Lages):

c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Lages até Rua Concórdia):

e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Concórdia até Rua Piratuba):

g) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

h) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Piratuba até Rua Anildo Bleichwel):

i) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

j) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Anildo Bleichwel até Rua Capinzal):

k) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

l) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Capinzal até Rua Curitiba):

m) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

n) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Curitiba até Rua Tangará):

o) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

p) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Tangará até Rua Xanxerê):

q) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

r) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Xanxerê até Rua Chapecó):

s) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

t) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária

de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

Vilivaldo Erich Schmid
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro
www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua: Rua Herval D'Oeste (Trecho Rua Cel. Farrapo até Rua Chapecó)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 731.393,37

Participação Prefeitura (%): 81,41%

Saldo (R\$): R\$ 135.936,00

Total em m²: 6.911,20

Valor do m²: R\$ 22,50

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Alvadi Serpa	ESQUERDO	64,80	R\$ 1.458,00
José Roberto Oliveira	ESQUERDO	57,60	R\$ 1.296,00
Ivo Varela	ESQUERDO	59,20	R\$ 1.332,00
Osmar Luiz Da Silva	ESQUERDO	62,00	R\$ 1.395,00
Alceu Camassola	ESQUERDO	60,80	R\$ 1.368,00
Maria Zenilda Farias Adair Corrêa Couto	ESQUERDO	61,20	R\$ 1.377,00
Márcio J. Machado e outros	ESQUERDO	48,80	R\$ 1.098,00
Rozenilda De Almeida Fogaça e Roselene Apª	ESQUERDO	145,60	R\$ 3.276,00
Terezinha Mecabô Lima	ESQUERDO	120,00	R\$ 2.700,00
Luciana Lemos De Souza	ESQUERDO	76,00	R\$ 1.710,00
Adilson Da Fonseca	ESQUERDO	107,20	R\$ 2.412,00
Leonardo C. Martendal e Aline Apª Tesser	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Liziane Ferreira Jorge	ESQUERDO	50,00	R\$ 1.125,00
Adelar De Souza	ESQUERDO	10,00	R\$ 225,00
Ademir Gonçalves Dias	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel e Ademir De Oliveira	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Nelson Leonir Demétrio	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00

Luiz Idalino Bortolini	ESQUERDO	102,80	R\$ 2.313,00
-	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.080,00
Rogério Mocelin	ESQUERDO	63,20	R\$ 1.422,00
Adão Inácio Barbosa	ESQUERDO	44,00	R\$ 990,00
Eva Alves De Andrade	ESQUERDO	42,00	R\$ 945,00
Antônio Jacinto De Oliveira	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Alfeu Frigo	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Vilmar De Souza	ESQUERDO	6,40	R\$ 144,00
Rogério Carlos De Deus	ESQUERDO	54,00	R\$ 1.215,00
Edenilson Martin De Souza	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Osmauro Batista Viater	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Osmauro Batista Viater	ESQUERDO	62,40	R\$ 1.404,00
Beatriz Paz Seifert	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Aldemir Zanon	ESQUERDO	63,60	R\$ 1.431,00
Francisco Carlos Mendes	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Salvador C. Fogaça	ESQUERDO	60,80	R\$ 1.368,00
Vilmar Alves De Carvalho	ESQUERDO	58,80	R\$ 1.323,00
Sebastião Pereira	ESQUERDO	62,00	R\$ 1.395,00
Vanderlei Francisco	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Antônio Pessoli	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Sebastião Padilha	ESQUERDO	62,00	R\$ 1.395,00
João Adelir Dos Reis	ESQUERDO	58,00	R\$ 1.305,00
João Valdecir De Paulo	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Tertulina Garcia De Lima	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
José Estevo Casanica	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.350,00
Carlos Emilio Machado	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Adair Corrêa Couto	DIREITO	48,40	R\$ 1.089,00
João Nicolau Serpa	DIREITO	304,40	R\$ 6.849,00
Márcio Lopes De Abreu	DIREITO	98,40	R\$ 2.214,00
Carlos De Matos	DIREITO	80,00	R\$ 1.800,00
Juvenil Pinheiro e José Hélio De Jesus	DIREITO	80,00	R\$ 1.800,00
Juvenil Pinheiro	DIREITO	49,20	R\$ 1.107,00
Silvana Fagundes	DIREITO	54,40	R\$ 1.224,00
Aldori Rodrigues Da Cruz	DIREITO	70,00	R\$ 1.575,00
Adair José Coredeiro Rossa	DIREITO	54,40	R\$ 1.224,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	DIREITO	54,40	R\$ 1.224,00
Francisco Higino Fagundes	DIREITO	54,40	R\$ 1.224,00
Deyse Tesser	DIREITO	72,40	R\$ 1.629,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00

Aldocir José Gonçalves Dos Santos	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Iraci Johanatan Ghisi	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Iraci Johanatan Ghisi	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Gilberto Luiz Mocelin	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Calixto Pandini	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Rosemeri Oliveira e Dheimes W. De Oliveira B.	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Nelson Bess	DIREITO	155,60	R\$ 3.501,00
Elizabete Ribeiro, Heikimeli e Hekelli De Almeida	DIREITO	80,00	R\$ 1.800,00
Chacará	DIREITO	64,40	R\$ 1.449,00
Herdeiros De Hercílio Rupp	DIREITO	300,40	R\$ 6.759,00
José Francisco Fogaça	DIREITO	120,00	R\$ 2.700,00
Daniel Kunen	DIREITO	62,00	R\$ 1.395,00
Gamier Ferreira	DIREITO	58,00	R\$ 1.305,00
Valdir Stolfo	DIREITO	62,80	R\$ 1.413,00
Zefir Criz	DIREITO	62,80	R\$ 1.413,00
Cléber Zano	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Antônio Gonçalves Alves	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Carlito Adão Ebert e Danilo S.	DIREITO	120,00	R\$ 2.700,00
Antônio Rogério Pereira	DIREITO	62,40	R\$ 1.404,00
Gilberto Carlos Favareto	DIREITO	60,00	R\$ 1.350,00
Antônio Alves De Matos	DIREITO	59,20	R\$ 1.332,00
Domingos Tidre	DIREITO	59,20	R\$ 1.332,00
Abilio Antônio De Souza	DIREITO	63,20	R\$ 1.422,00
TOTAL		135.936,00	

Edital de Publicação Nº 04/2012 - Cm

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 04/2012 - CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Geronimo Debastiani (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste) numa extensão de 250,60m/l, com 2.004,80 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 130.327,98 (cento e trinta mil trezentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTE

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 65.907,60 (sessenta e cinco mil novecentos e sete reais e sessenta centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Geronimo Debastiani (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 65.907,60 (sessenta e cinco mil novecentos e sete reais e sessenta centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 130.327,98 (cento e trinta mil trezentos e vinte e sete reais e noventa e oito centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 196.235,58 (cento e noventa e seis mil duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 196.235,58 (cento e noventa e seis mil duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (dez por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.736 de 14/03/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

Vilibaldo Erich Schmid
Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Geronimo Debastiani

- (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Sto. Amaro Da Imperatriz):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Sto. Amaro Da Imperatriz até Rua Rio Do Sul):

c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Rio Do Sul até Rua Herval D'Oeste):

e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua: Rua Geronimo Debastiani (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 196.235,58

Participação Prefeitura (%): 66,41%

Saldo (R\$): R\$ 65.907,60

Total em m²: 2.004,80

Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Alceu Camassola	ESQUERDO	102,80	R\$ 3.392,40
José Alencar De Assunção	ESQUERDO	67,50	R\$ 2.227,50
Manoel Francisco Garipuna	ESQUERDO	67,50	R\$ 2.227,50
Valdeni Da Fonseca	ESQUERDO	113,20	R\$ 3.735,60
Jessi De Oliveira	ESQUERDO	54,00	R\$ 1.782,00
Vanilda M. Correia	ESQUERDO	54,00	R\$ 1.782,00
Adão Kominkiewicz	ESQUERDO	58,00	R\$ 1.914,00
José Luiz De Oliveira	ESQUERDO	45,20	R\$ 1.491,60
João Nicolau Serpa	ESQUERDO	110,00	R\$ 3.630,00
Noel Sutil	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.584,00
Duone Salete Mantoavani	ESQUERDO	62,40	R\$ 2.059,20
Adriana Fátima Recalcatti	ESQUERDO	67,50	R\$ 2.227,50
Adriana Fátima Recalcatti	ESQUERDO	67,50	R\$ 2.227,50
Frederico Alfredo Miorelli	ESQUERDO	108,00	R\$ 3.564,00
Maria Zenilda Farias	DIREITO	111,20	R\$ 3.669,60
Antônio Valente De Oliveira	DIREITO	40,40	R\$ 1.333,20
Sebastião Antunes Da Silva	DIREITO	12,00	R\$ 396,00
Alceu Rogério Farias	DIREITO	54,00	R\$ 1.782,00
Antônio José Reinaldo	DIREITO	107,60	R\$ 3.550,80
Sebastião Becker	DIREITO	106,00	R\$ 3.498,00
Geraldino Borges Da Silva	DIREITO	73,20	R\$ 2.415,60
Arlindo Junior Viaceli	DIREITO	81,60	R\$ 2.692,80
Antônio Avaldeni De Paula Marques	DIREITO	42,00	R\$ 1.386,00
Alzemiro De Paula Marques	DIREITO	56,00	R\$ 1.848,00
Alceu Bortoli	DIREITO	56,00	R\$ 1.848,00
Ancelmo Bortoli	DIREITO	61,20	R\$ 2.019,60
Luiz Carlos Recalcatti	DIREITO	108,00	R\$ 3.564,00
Geraldino Borges Da Silva	DIREITO	62,40	R\$ 2.059,20
TOTAL		65.907,60	

Editais de Publicação Nº 05/2012 - Cm
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 05/2012 - CM
LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Coronel Farrapo (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste numa extensão de 274,60m/l, com 2.746,00 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 177302,32 (cento e setenta e sete mil trezentos e dois reais e trinta e dois centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 81.279,00(oitenta e um mil duzentos e setenta e nove reais), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Coronel Farrapo (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 81.279,00 (oitenta e um mil duzentos e setenta e nove reais)

Participação da Municipalidade: R\$ 177.302,32 (cento e setenta e sete mil trezentos e dois reais e trinta e dois centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 258.581,32 (duzentos e cinquenta e oito mil quinhentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 258.581,32 (duzentos e cinquenta e oito mil quinhentos e oitenta e um reais e trinta e dois centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.736 de 14/03/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Geronimo Debastiani

- (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Sto. Amaro Da Imperatriz):

- a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Sto. Amaro Da Imperatriz até Rua Rio Do Sul):

- c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Rio Do Sul até Rua Herval D'Oeste):

- e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua: Rua Coronel Farrapo (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 258.581,32

Participação Prefeitura (%): 68,57%

Saldo (R\$): R\$ 81.279,00

Total em m²: 2.746,00

Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
João Nicolau Serpa	ESQUERDO	400,00	R\$ 13.200,00
Nelson Bess	ESQUERDO	56,00	R\$ 1.848,00
Napalha Com. Rep. Ltda.	ESQUERDO	377,50	R\$ 12.457,50
Espólio De João Argenta Sobrinho	ESQUERDO	427,00	R\$ 14.091,00
Alvadi Serpa	DIREITO	132,50	R\$ 4.372,50
Douglas	DIREITO	67,50	R\$ 2.227,50
Ivo Artemio Cordeiro	DIREITO	200,00	R\$ 6.600,00
Angelo Suzin Alves	DIREITO	67,00	R\$ 2.211,00
Osni Machado De Souza	DIREITO	65,00	R\$ 2.145,00
João carlos Da Silva	DIREITO	46,00	R\$ 1.518,00
Silvana Maria Vargas	DIREITO	18,50	R\$ 610,50
Florêncio Borges De Souza	DIREITO	73,50	R\$ 2.425,50
Paulinho Orlei De Souza	DIREITO	59,00	R\$ 1.947,00
Anilson Da Cruz	DIREITO	72,50	R\$ 2.392,50
Valter De Souza	DIREITO	70,00	R\$ 2.310,00

Joacir Gomes Pereira	DIREITO	66,50	R\$ 2.194,50
Joacir Gomes Pereira	DIREITO	65,00	R\$ 2.145,00
Maria Helena Da Silva Tossati	DIREITO	65,00	R\$ 2.145,00
João Carlos Cardoso	DIREITO	64,50	R\$ 2.128,50
Vilmar Antônio Marshaw	DIREITO	70,00	R\$ 2.310,00

TOTAL 81.279,00

Edital de Publicação Nº 06/2012 - Cm

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 06/2012 - CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Lages (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste) numa extensão de 250,60m/l, com 2.004,80 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 133271,5799 (cento e trinta e três mil duzentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos), do orçamento, e mais os



aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUÍNTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 62.964,00 (sessenta e dois mil novecentos e sessenta e quatro reais), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Lages (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 62.964,00 (sessenta e dois mil novecentos e sessenta e quatro reais)

Participação da Municipalidade: R\$ 133.271,58 (cento e trinta e três mil duzentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos)
Valor Total da Obra: R\$ 196.235,58 (cento e noventa e seis mil duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 196.235,58 (cento e noventa e seis mil duzentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.736 de 14/03/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao

Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Lages

- (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Sto. Amaro Da Imperatriz):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Sto. Amaro Da Imperatriz até Rua Rio Do Sul):

c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Rio Do Sul até Rua Herval D'Oeste):

e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua: Rua Lages (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 196.235,58

Participação Prefeitura (%): 67,91%

Saldo (R\$): R\$ 62.964,00

Total em m²: 2.004,80

Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Rozenilda De Almeida Fogaça	ESQUERDO	72,00	R\$ 2.376,00
Alcione Junior	ESQUERDO	74,40	R\$ 2.455,20
Valmir Rogério De Souza e Adelaide Fagundes	ESQUERDO	40,00	R\$ 1.320,00
Neri Da Silva	ESQUERDO	68,80	R\$ 2.270,40
Vilmar Canuto	ESQUERDO	46,80	R\$ 1.544,40

Severino Scaini Sobrinho	ESQUERDO	52,00	R\$ 1.716,00
Manoel Reinaldo	ESQUERDO	86,80	R\$ 2.864,40
Vilmar Betiolo Tormen	ESQUERDO	58,80	R\$ 1.940,40
Amilton Da Silva	ESQUERDO	63,20	R\$ 2.085,60
Ana Elice Viaceli	ESQUERDO	62,40	R\$ 2.059,20
Pedro Ferreira De Moraes	ESQUERDO	65,20	R\$ 2.151,60
Antenos Julio Dos Santos	ESQUERDO	36,40	R\$ 1.201,20
Sebastião José Rodrigues	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Nilson Reinaldo	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Ivo Fagundes Cordeiro	ESQUERDO	101,60	R\$ 3.352,80
Terezinha Mecabô Lima	DIREITO	47,60	R\$ 1.570,80
Sebastião Pinto	DIREITO	39,60	R\$ 1.306,80
Oswaldir Rodrigues	DIREITO	40,00	R\$ 1.320,00
Moacir José Molon	DIREITO	40,40	R\$ 1.333,20
Sérgio Ferreira Jorge	DIREITO	40,00	R\$ 1.320,00
Ademir Luiz Pacheco	DIREITO	35,60	R\$ 1.174,80
Lourdes Walter De Castro	DIREITO	36,00	R\$ 1.188,00
João Maria Ribeiro Amaral	DIREITO	40,00	R\$ 1.320,00
Diva Aparecida Da Silva	DIREITO	63,60	R\$ 2.098,80
Dorli Roque Saurin	DIREITO	52,00	R\$ 1.716,00
Adão Ferreira Jorge	DIREITO	46,40	R\$ 1.531,20
Alcebiades Coronnelli	DIREITO	82,00	R\$ 2.706,00
Rita Alves Da Silva	DIREITO	77,20	R\$ 2.547,60
Nilson Reinaldo	DIREITO	83,20	R\$ 2.745,60
Nilson Reinaldo	DIREITO	74,40	R\$ 2.455,20
Pedro Viacelli	DIREITO	161,60	R\$ 5.332,80

TOTAL 62.964,00

Edital de Publicação Nº 07/2012 - Cm

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 07/2012 - CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Concórdia (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste) numa extensão de 250,60m/l, com

2.004,80 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 142618,70 (cento e quarenta e dois mil seiscentos e dezoito reais e setenta centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTE

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 63.732,90 (sessenta e três mil setecentos e trinta e dois reais e noventa centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Concórdia (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 63.732,90 (sessenta e três mil setecentos e trinta e dois reais e noventa centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 142.618,70 (cento e quarenta e dois mil seiscentos e dezoito reais e setenta centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 206.351,60 (duzentos e seis mil trezentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 206.351,60 (duzentos e seis mil trezentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:



8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.736 de 14/03/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Concórdia

- (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Sto. Amaro Da Imperatriz):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Sto. Amaro Da Imperatriz até Rua Rio Do Sul):

c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Rio Do Sul até Rua Herval D'Oeste):

e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população

urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua: Rua Concórdia (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 206.351,60

Participação Prefeitura (%): 69,11%

Saldo (R\$): R\$ 63.732,90

Total em m²: 2.004,80

Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Adilson Da Fonseca	ESQUERDO	54,00	R\$ 1.782,00
Claiton Varela	ESQUERDO	52,00	R\$ 1.716,00
Silvana Aparecida De Arruda	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.584,00
Margarida Cordeiro	ESQUERDO	42,00	R\$ 1.386,00
Branco Gilson Maximiliano	ESQUERDO	58,00	R\$ 1.914,00
José Branco Maximiliano	ESQUERDO	65,20	R\$ 2.151,60
Elza Alves Kominkiewicz	ESQUERDO	62,80	R\$ 2.072,40
Olivia Capristano Walter	ESQUERDO	42,50	R\$ 1.402,50
Antônio Nelson Kominkiewicz	ESQUERDO	35,20	R\$ 1.161,60
Herdeiros De Galileu Debastiani	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Herdeiros De Galileu Debastiani	ESQUERDO	122,00	R\$ 4.026,00
Ana Maria Ferreira e Maria Rita	ESQUERDO	61,60	R\$ 2.032,80
Caroline Silveira Kasburg	ESQUERDO	52,80	R\$ 1.742,40
Nivaldo Antunes	ESQUERDO	54,80	R\$ 1.808,40
Congregação Cristã Do Brasil	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.584,00
Antônio José Reinaldo	DIREITO	112,00	R\$ 3.696,00
Leonardo C. Martendal e Aline Aparecida Tesser	DIREITO	108,00	R\$ 3.564,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	DIREITO	50,40	R\$ 1.663,20
Alvir Carliare	DIREITO	33,60	R\$ 1.108,80
Edson Cristofoli	DIREITO	128,00	R\$ 4.224,00
Everaldo Pereira	DIREITO	80,00	R\$ 2.640,00
Sérgio Antônio Trevisol e Anita Trevisol	DIREITO	80,00	R\$ 2.640,00

Tereza Ferreira Da Silva	DIREITO	51,60	R\$ 1.702,80
Evertton da Silva Batista	DIREITO	109,60	R\$ 3.616,80
Dejandir Scalsavara	DIREITO	79,60	R\$ 2.626,80
Celito Chiodi	DIREITO	80,00	R\$ 2.640,00
Celito Chiodi	DIREITO	159,60	R\$ 5.266,80

TOTAL 63.732,90

Edital de Publicação Nº 08/2012 - Cm

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 08/2012 - CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Capinzal (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste) numa extensão de 250,60m/l, com 2.004,80 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 157.263,36 (cento e cinquenta e sete mil duzentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTE

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 60.812,40 (sessenta mil oitocentos e doze reais e quarenta centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Capinzal (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 60.812,40 (sessenta mil oitocentos e doze reais e quarenta centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 157.263,36 (cento e cinquenta e sete mil duzentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos) Valor Total da Obra: R\$ 218.075,76 (duzentos e dezoito mil e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 218.075,76 (duzentos e dezoito mil e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.736 de 14/03/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Capinzal

- (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Sto. Amaro Da Imperatriz):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Sto. Amaro Da Imperatriz até Rua Rio Do Sul):

c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Rio Do Sul até Rua Herval D'Oeste):

e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua: Rua Capinzal (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 218.075,76

Participação Prefeitura (%): 72,11%

Saldo (R\$): R\$ 60.812,40

Total em m²: 2.004,80

Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Eva Alves De Andrade	ESQUERDO	40,40	R\$ 1.333,20
Aurora Paz Biten-court	ESQUERDO	40,00	R\$ 1.320,00
Herdeiros De Sabrina Ap. Biten-court	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
Alexandrina Enderle	ESQUERDO	78,40	R\$ 2.587,20
Gilmar Elias Sutil	ESQUERDO	81,20	R\$ 2.679,60
Francisca Severo Donati	ESQUERDO	120,00	R\$ 3.960,00
Jandir Bitarello	ESQUERDO	45,20	R\$ 1.491,60

Alvadi França De Souza	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
Ines Mary Da Cruz	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
Jandir Bitarello	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
Nereu Alves De Lima	ESQUERDO	159,20	R\$ 5.253,60
Antônio Jacinto De Oliveira	DIREITO	112,00	R\$ 3.696,00
Pedro Da Fonseca	DIREITO	48,00	R\$ 1.584,00
Ronildo A. Seifer	DIREITO	14,00	R\$ 462,00
Batista Sutil	DIREITO	76,00	R\$ 2.508,00
Antônio Gildo Maria Bortoli	DIREITO	70,00	R\$ 2.310,00
Antônio Gentil Coelho	DIREITO	80,00	R\$ 2.640,00
Antônio Gentil Coelho	DIREITO	80,00	R\$ 2.640,00
Dorvalina Leria Pires	DIREITO	42,00	R\$ 1.386,00
Wilmar Ribeiro De Mello	DIREITO	43,20	R\$ 1.425,60
Marcelo Luiz De Mattos	DIREITO	76,00	R\$ 2.508,00
Angelo Coelho Muniz	DIREITO	80,00	R\$ 2.640,00
Ines Fagundes De Chaga	DIREITO	77,60	R\$ 2.560,80
Antônia Macedo Delfes	DIREITO	62,80	R\$ 2.072,40
Antônia Macedo Delfes	DIREITO	96,80	R\$ 3.194,40
TOTAL		60.812,40	

Edital de Publicação Nº 09/2012 - Cm

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 09/2012 - CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Curitiba (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste) numa extensão de 250,60m/l, com 2.004,80 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 136.109,72 (cento e trinta e seis mil cento e nove reais e setenta e dois centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 63.386,40 (sessenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Curitibanos (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 63.386,40 (sessenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 136.109,72 (cento e trinta e seis mil cento e nove reais e setenta e dois centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 199.496,12 (cento e noventa e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e doze centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 199.496,12 (cento e noventa e nove mil quatrocentos e noventa e seis reais e doze centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.736 de 14/03/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Curitibanos

- (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Sto. Amaro Da Imperatriz):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Sto. Amaro Da Imperatriz até Rua Rio Do Sul):

c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Rio Do Sul até Rua Herval D'Oeste):

e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua: Rua Curitibaanos (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 199.496,12

Participação Prefeitura (%): 68,23%

Saldo (R\$): R\$ 63.386,40

Total em m²: 2.004,80

Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Osmauro Batista Viater	ESQUERDO	102,00	R\$ 3.366,00
Alexandre Gonçalves Da Silva	ESQUERDO	58,00	R\$ 1.914,00
Joaquim Silveira Da Rocha	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Eliane França Dos Santos	ESQUERDO	100,00	R\$ 3.300,00
Jonil Rodrigues	ESQUERDO	100,00	R\$ 3.300,00
João Henrique Graef	ESQUERDO	62,80	R\$ 2.072,40
Gumercindo Triques	ESQUERDO	81,20	R\$ 2.679,60
José Dornelis Mendes	ESQUERDO	77,20	R\$ 2.547,60
Mariende Canônica	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
-	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
João Antenor Dalabrida	ESQUERDO	159,20	R\$ 5.253,60
Osmauro Batista Viater	DIREITO	102,40	R\$ 3.379,20
João Sutil De Oliveira	DIREITO	56,80	R\$ 1.874,40
Antônio José De Oliveira	DIREITO	60,80	R\$ 2.006,40
Erminio Tadeu De Jesus Almeida	DIREITO	100,00	R\$ 3.300,00
Alcione Mendes	DIREITO	78,00	R\$ 2.574,00
Terezinha Da Fonseca	DIREITO	82,40	R\$ 2.719,20
Arcelino Moraes De Campos	DIREITO	46,40	R\$ 1.531,20
Terezinha Moraes De Campos	DIREITO	74,40	R\$ 2.455,20
Maria Lori De Andrade	DIREITO	40,00	R\$ 1.320,00
Gibair Da Fonseca	DIREITO	159,20	R\$ 5.253,60
Juvenal Fagundes	DIREITO	160,00	R\$ 5.280,00

TOTAL 63.386,40

Edital de Publicação Nº 10/2012 - Cm

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 10/2012 - CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Piratuba (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste) numa extensão de 250,60m/l, com 2.004,80 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 148.743,22 (cento e quarenta e oito mil setecentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 63.386,40 (sessenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Piratuba (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 63.386,40 (sessenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 148.743,22 (cento e quarenta e oito mil setecentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 212.129,62 (duzentos e doze mil cento e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 212.129,62 (duzentos e doze mil cento e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.736 de 14/03/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Piratuba

- (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Sto. Amaro Da Imperatriz):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Sto. Amaro Da Imperatriz até Rua Rio Do Sul):

c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Rio Do Sul até Rua Herval D'Oeste):

e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e

aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Ruas: Rua Piratuba (Trecho Av. S. Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 212.129,62

Participação Prefeitura (%): 70,12%

Saldo (R\$): R\$ 63.386,40

Total em m²: 2.004,80

Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Nelson Leonir Demétrio	ESQUERDO	108,00	R\$ 3.564,00
Antônio Gomes	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.584,00
Prefeitura De Campos Novos	ESQUERDO	16,00	R\$ 528,00
Anita Ap. Silva	ESQUERDO	57,60	R\$ 1.900,80
Carla T. Silva	ESQUERDO	6,40	R\$ 211,20
Waldomiro Dalacosta, Carla Terezinha Da Silva	ESQUERDO	84,00	R\$ 2.772,00
Bruna Luiza Dalcortiva	ESQUERDO	119,60	R\$ 3.946,80
Elizete Antunes e José Maria De Souza	ESQUERDO	40,00	R\$ 1.320,00
Diomar Canuto	ESQUERDO	40,00	R\$ 1.320,00
Cristiane R. Rucks	ESQUERDO	60,80	R\$ 2.006,40
Amélio Alves Bom	ESQUERDO	60,80	R\$ 2.006,40
Ivanilda Moreira De Lima	ESQUERDO	108,80	R\$ 3.590,40
Valdecir Valentin	ESQUERDO	51,60	R\$ 1.702,80
Evandro Carlos Dos Santos	ESQUERDO	90,00	R\$ 2.970,00
Oswaldo Dos Santos	ESQUERDO	68,80	R\$ 2.270,40
Herdeiros De Iraci Bleichwel	DIREITO	112,00	R\$ 3.696,00
Ivori Gonçalves De Souza	DIREITO	52,00	R\$ 1.716,00
Ivori Gonçalves De Souza	DIREITO	52,00	R\$ 1.716,00
Sebastião Dias	DIREITO	52,00	R\$ 1.716,00
Natalício Venancio Da Silva	DIREITO	52,00	R\$ 1.716,00
João Pedro Da Silva	DIREITO	169,20	R\$ 5.583,60
Valdecir Paulo Zanoni	DIREITO	152,00	R\$ 5.016,00
Doracy Sobrinho	DIREITO	96,80	R\$ 3.194,40
Sérgio Antônio Trevisol	DIREITO	68,00	R\$ 2.244,00
Jurandir José Biolchi	DIREITO	154,40	R\$ 5.095,20

TOTAL 63.386,40

Editais de Publicação Nº 11/2012 - Cm
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 11/2012 - CM
LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Anildo Bleichwel (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste) numa extensão de 250,60m/l, com 2.004,80 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 142050,79 (cento e quarenta e dois mil e cinquenta reais e setenta e nove centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 63.386,40 (sessenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Anildo Bleichwel (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 63.386,40 (sessenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 142.050,79 (cento e quarenta e dois mil e cinquenta reais e setenta e nove centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 205.437,19 (duzentos e cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais e dezenove centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 205.437,19 (duzentos e cinco mil quatrocentos e trinta e sete reais e dezenove centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.736 de 14/03/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Anildo Bleichwel

- (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Sto. Amaro Da Imperatriz):

- a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Sto. Amaro Da Imperatriz até Rua Rio Do Sul):

- c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Rio Do Sul até Rua Herval D'Oeste):

- e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Ruas: Rua Anildo Bleichwel (Trecho Av. S. Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 205.437,19

Participação Prefeitura (%): 69,15%

Saldo (R\$): R\$ 63.386,40

Total em m²: 2.004,80

Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Herdeiros De Iraci Bleichwel	ESQUERDO	112,00	R\$ 3.696,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	ESQUERDO	48,00	R\$ 1.584,00
Herdeiros De Iraci Bleichwel	ESQUERDO	64,80	R\$ 2.138,40
Antônio Vilson Padilha Dos Santos	ESQUERDO	95,20	R\$ 3.141,60
Herdeiros De Valdomiro Bleichwel	ESQUERDO	76,00	R\$ 2.508,00
Vilson França	ESQUERDO	84,00	R\$ 2.772,00
Valdezir Barros e Ivanilda Barros	ESQUERDO	81,20	R\$ 2.679,60
Valdezir Barros e Ivanilda Barros	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
Miguela Ap. De Souza	ESQUERDO	81,20	R\$ 2.679,60
Luiz Adão Ribeiro	ESQUERDO	80,00	R\$ 2.640,00
Nelson Bess	ESQUERDO	158,00	R\$ 5.214,00
Luiz Idalino Bortolini	DIREITO	79,20	R\$ 2.613,60
Amarildo Santo Carminati	DIREITO	80,00	R\$ 2.640,00
Cesar Batista Gomes	DIREITO	84,80	R\$ 2.798,40

Hilton Da Silva Camargo	DIREITO	76,00	R\$ 2.508,00
Honorina Colts De Lima	DIREITO	100,00	R\$ 3.300,00
Estejano Santos Ross e Maria Dejanira	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Ana Maria Vazer Dos Santos	DIREITO	161,20	R\$ 5.319,60
Antônio Vilmar Klues	DIREITO	56,80	R\$ 1.874,40
Rosalvo Calheiro Do Amaral	DIREITO	52,00	R\$ 1.716,00
Gilmar F. Cordeiro	DIREITO	52,00	R\$ 1.716,00
Argemiro Antunes	DIREITO	45,20	R\$ 1.491,60
Fátima Mecabô Andrade	DIREITO	113,20	R\$ 3.735,60

TOTAL 63.386,40

Edital de Publicação Nº 12/2012 - Cm

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 12/2012 - CM

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Tangará (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste) numa extensão de 250,60m/l, com 2.004,80 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100%



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

(cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 139.981,17 (cento e trinta e nove mil novecentos e oitenta e um reais e dezessete centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 63.386,40 (sessenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Tangará (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 63.386,40 (sessenta e três mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 139.981,17 (cento e trinta e nove mil novecentos e oitenta e um reais e dezessete centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 203.367,57 (duzentos e três mil trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 203.367,57 (duzentos e três mil trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.736 de 14/03/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo,

no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Tangará

- (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Sto. Amaro Da Imperatriz):

a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Sto. Amaro Da Imperatriz até Rua Rio Do Sul):

c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Rio Do Sul até Rua Herval D'Oeste):

e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56

f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua Tangará (Trecho Av. S. Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 203.367,57

Participação Prefeitura (%): 68,83%

Saldo (R\$): R\$ 63.386,40

Total em m²: 2.004,80

Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Rua Tangará			
Salvador C. Fogaça	ESQUERDO	99,20	R\$ 3.273,60

Antônio Sutil De Oliveira	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Luiz Mascarelo	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Vanderlei Recalcatti	ESQUERDO	48,80	R\$ 1.610,40
Maria I. Da Silveira Ferreira	ESQUERDO	52,00	R\$ 1.716,00
Lourdes Maria Faustino Da Silva	ESQUERDO	71,20	R\$ 2.349,60
Nilza A. da Fonseca	ESQUERDO	130,00	R\$ 4.290,00
Verônica A. Flores e Ivonete De Lima Totti	ESQUERDO	120,00	R\$ 3.960,00
Gilmar Antônio Mantovani	ESQUERDO	84,40	R\$ 2.785,20
Renato Antunes	ESQUERDO	32,80	R\$ 1.082,40
Saete Alves Da Silva	ESQUERDO	42,00	R\$ 1.386,00
Viviane Suzana Gandin	ESQUERDO	160,00	R\$ 5.280,00
Vilmar Alves De Carvalho	DIREITO	48,00	R\$ 1.584,00
Jurandir Antônio Cris	DIREITO	50,00	R\$ 1.650,00
Marcio Marcelo e Nilton Cruz Da Silva	DIREITO	14,00	R\$ 462,00
Ilza Ribeiro	DIREITO	48,00	R\$ 1.584,00
Sebastião Padilha Dos Santos	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Cezinando Pinheiro	DIREITO	100,00	R\$ 3.300,00
Antônio De Camargo	DIREITO	100,00	R\$ 3.300,00
João Pedro e Antônio Sutil De Oliveira	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
João Pedro e Antônio De Oliveira	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Lori Sutil De Oliveira	DIREITO	101,20	R\$ 3.339,60
Idorvina Lins De Lima	DIREITO	50,40	R\$ 1.663,20
Leila A. Lins e Antônio Valdir Gabriel	DIREITO	54,00	R\$ 1.782,00
Carlos Lins De Lima	DIREITO	54,80	R\$ 1.808,40
Mitra Diocesana de Joaçaba	DIREITO	160,00	R\$ 5.280,00
TOTAL		63.386,40	

Edital de Publicação Nº 13/2012 - Cm
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 13/2012 - CM
LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação,

drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Chapecó (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste) numa extensão de 274,60m/l, com 2.196,80 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 171.733,50 (cento e setenta e um mil setecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 63.518,40 (sessenta e três mil quinhentos e dezoito reais e quarenta centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Chapecó (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
 Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)

Participação dos Contribuintes: R\$ 63.518,40 (sessenta e três mil quinhentos e dezoito reais e quarenta centavos)

Participação da Municipalidade: R\$ 171.733,50 (cento e setenta e um mil setecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)

Valor Total da Obra: R\$ 235.251,90 (duzentos e trinta e cinco mil duzentos e cinquenta e um reais e noventa centavos)

A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 235.251,90 (duzentos e trinta e cinco mil duzentos e cinquenta e um reais e

noventa centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.736 de 14/03/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Chapecó

- (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Sto. Amaro Da Imperatriz):

- a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
- b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Sto. Amaro Da Imperatriz até Rua Rio Do Sul):

- c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
- d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Rio Do Sul até Rua Herval D'Oeste):

- e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
- f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro
www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Ruas: Rua Chapecó (Trecho Av. S. Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 235.251,90
Participação Prefeitura (%): 73,00%
Saldo (R\$): R\$ 63.518,40
Total em m²: 2.196,80
Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Rua Chapecó			
Carlos Emilio Machado	ESQUERDO	156,00	R\$ 5.148,00
Julio Rayzel Fernandes	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Otavino De Torin e Eloí Ap. De Torin	ESQUERDO	104,00	R\$ 3.432,00
Adelino De Oliveira	ESQUERDO	97,20	R\$ 3.207,60
Adair Bordin	ESQUERDO	61,20	R\$ 2.019,60
Izabel Vieira De Souza	ESQUERDO	40,00	R\$ 1.320,00
Sebastião Alves De Lima	ESQUERDO	126,80	R\$ 4.184,40
Julio Raizel Fernandes	ESQUERDO	159,20	R\$ 5.253,60
Osmar Ferreira	ESQUERDO	160,00	R\$ 5.280,00
João Pedro Da Silva	DIREITO	191,80	R\$ 6.329,40
Ana Paula Kemer	DIREITO	65,00	R\$ 2.145,00
João Francisco F. Da Costa	DIREITO	63,20	R\$ 2.085,60
Igreja Evangelica Assembléia De Deus Bauru	DIREITO	127,20	R\$ 4.197,60
Neri Ferreira Da Silva	DIREITO	104,00	R\$ 3.432,00
Estádio Pinheirão	DIREITO	90,00	R\$ 2.970,00
Olimpio Favareto	DIREITO	101,20	R\$ 3.339,60
Custódio Prudêncio	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Pré-Escola A Caminho Do Futuro	DIREITO	158,00	R\$ 5.214,00
TOTAL		63.518,40	

Editais de Publicação Nº 14/2012 - Cm
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 14/2012 - CM
LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Vilivaldo Erich Schmid, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Arts. 17, 18, 413 e seguintes da Lei Complementar 01/2002 de 27/12/02, baixa Edital demonstrando os custos da obra, com fins de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ou total ao erário público, dos valores despendidos nas obras de pavimentação, drenagem, meio-fio compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Campos Novos:

1. DO LOCAL

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros, as obras situadas na Rua Xanxerê (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste) numa extensão de 250,60m/l, com 2.004,80 m² de pavimentação.

2. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação, drenagem, meio-fio nas vias urbanas da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras, conforme memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação anexo a este Edital.

3. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a rua, que foram valorizados conforme planilha em anexo.

4. DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança de Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano, laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta, os índices cadastrais.

A Municipalidade participará no custo da obra com a importância de R\$ 140042,1699 (cento e quarenta mil e quarenta e dois reais e dezessete centavos), do orçamento, e mais os aditivos que eventualmente se fizerem necessários, face às alterações ou imprevistos ocorridos na obra.

6. PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 63.505,20 (sessenta e três mil quinhentos e cinco reais e vinte centavos), de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

7. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas nas ruas, é conforme abaixo.

Rua Rua Xanxerê (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Serviços: Pavimentação, Mão-de-Obra, Drenagem Pluvial, Meio Fio
Valor Unitário m²: 33,00 (trinta e três reais)
Participação dos Contribuintes: R\$ 63.505,20 (sessenta e três mil quinhentos e cinco reais e vinte centavos)
Participação da Municipalidade: R\$ 140.042,17 (cento e quarenta mil e quarenta e dois reais e dezessete centavos)
Valor Total da Obra: R\$ 203.547,37 (duzentos e três mil quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos)
A despesa total para a realização das obras, meio fio, drenagem pluvial e calçamento deste Edital, será da ordem de R\$ 203.547,37 (duzentos e três mil quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos).

8. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 Pagamento à Vista

A ser pago pelo contribuinte em conta única, por ocasião do final da obra. Sobre o valor será concedido desconto de 15% (quinze por cento).

8.2 Pagamento Parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra, em até 24 (vinte e quatro) vezes, parcelas mensais, observando-se o disposto na Lei nº 3.736 de 14/03/12.

8.3 Opção de Pagamento

Ficará a critério do contribuinte, optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

- São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

- Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no Departamento de Tributação e Arrecadação, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

- A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, no qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e outros.

- Decorrido o prazo acima previsto, será emitido o carnê nas condições estabelecidas no item 8.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações serão obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Tributação e Arrecadação e Departamento Técnico.

Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ANEXO I

Fator de absorção da valorização para os imóveis objetos da zona de influência das obras:

1. Rua Xanxerê

- (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Sto. Amaro Da Imperatriz):

- a) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
b) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Sto. Amaro Da Imperatriz até Rua Rio Do Sul):

- c) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
d) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

- (Trecho Rua Rio Do Sul até Rua Herval D'Oeste):

- e) Valor do m² terreno sem asfalto - R\$ 5,56
f) Valor do m² terreno com calçamento - R\$ 9,73

A valorização imobiliária foi apropriada, utilizando-se como parâmetro a planta de valores genéricos utilizada pelo Município, e aplicada nas áreas beneficiadas pelas obras.

O laudo técnico elaborado por profissional com inscrição no CREA, e apoio de corretores inscritos no CRECI.

As obras desenvolvidas pelo município, constituem-se no atendimento de uma das exigências mais frequentes da população urbana, qual seja a pavimentação de ruas.

A eleição dos trechos das ruas pavimentadas foi pactuada por critérios técnicos, levando-se em conta o restante da malha viária de forma a observar a continuidade e o fluxo viário como um todo.

Prefeitura de Campos Novos, 21 de Março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campos Novos (SC)

Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323 - Centro

www.camposnovos.sc.gov.br 49 3541-6200

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - ASFALTO

Rua: Rua Xanxerê (Trecho Av. Sagrado Coração De Maria até Rua Herval D'Oeste)

Valor Total da Obra (R\$): R\$ 203.547,37

Participação Prefeitura (%): 68,80%

Saldo (R\$): R\$ 63.505,20

Total em m²: 2.004,80

Valor do m²: R\$ 33,00

Nome	Lado	Área Pavimentada	Valor Asfalto
Sebastião Padilha dos Santos	ESQUERDO	87,20	R\$ 2.877,60
Ana Maria Rodrigues	ESQUERDO	12,00	R\$ 396,00
Gentil R. De Barros	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
João Maria R. De Barros	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Benjamin Masson	ESQUERDO	100,80	R\$ 3.326,40
Rozeli Sutil De Oliveira	ESQUERDO	110,40	R\$ 3.643,20
Ivanir Pascoali	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Ivanir Pascoali	ESQUERDO	60,00	R\$ 1.980,00
Ivanir Pascoali	ESQUERDO	90,00	R\$ 2.970,00
Sandro Luiz Arigoni	ESQUERDO	75,20	R\$ 2.481,60
Maria Silva Eineck	ESQUERDO	84,00	R\$ 2.772,00
Leodoro Pinto	ESQUERDO	160,00	R\$ 5.280,00
João Adelar Dos Reis	DIREITO	97,20	R\$ 3.207,60
Ivanir Pascoali	DIREITO	52,00	R\$ 1.716,00
Terezinha A. Stefanis Pontes	DIREITO	49,60	R\$ 1.636,80
Ivone Ap. Pacheco	DIREITO	12,00	R\$ 396,00

Leudemir Carlos Silveira	DIREITO	49,60	R\$ 1.636,80
Geni De Souza	DIREITO	60,00	R\$ 1.980,00
Valdeni A. Telles	DIREITO	99,20	R\$ 3.273,60
Antonio Alves De Carvalho	DIREITO	60,80	R\$ 2.006,40
Eva Do Amaral	DIREITO	40,00	R\$ 1.320,00
Joaquim Dos Reis	DIREITO	40,00	R\$ 1.320,00
Joaquim Dos Reis	DIREITO	54,40	R\$ 1.795,20
Sirlei Gonçalves De Oliveira	DIREITO	30,80	R\$ 1.016,40
Centro Beneficente N. S. Aparecida	DIREITO	319,20	R\$ 10.533,60

TOTAL 63.505,20

Canoinhas

PREFEITURA

Edital 03/Fcc/2012

EDITAL 03/FCC/2012

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES

A Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", através de sua Direção, no uso de suas atribuições legais, torna público, o resultado, para conhecimento dos interessados que se inscreveram no Edital nº 01/FCC/2012 – PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, para atuarem no ano de 2012, junto à Casa da Cultura "Emílio Gothard Wendt". A relação dos classificados é apresentada no Anexo I deste Edital, conforme cada área de inscrição do candidato. De acordo com o Item 5.3 do Edital nº 01/FCC/2012, as vagas serão preenchidas observando-se a demanda de alunos e conseqüentemente formação de turmas para cada área, sendo a primeira chamada para contratações prevista para 10 de abril de 2012.

Os aprovados deverão comparecer na Casa da Cultura no dia 03 de abril/2012, para verificação deste item e os devidos encaminhamentos.

Canoinhas, 30 de março de 2012.

VIVIANE BUENO

Diretora Administrativa

ALFREDO EIKE BACK

Presidente

EDITAL 03/FCC/2012 ANEXO I

Relação dos classificados para as vagas de Professor III e Professores de Artes em Caráter Temporário (Edital 01/FCC/2012) – obedecendo a seguinte ordem: Nº de Inscrição, Nome e CPF do candidato, Pontuação Total (referente a: Cômputo de Horas em Cursos de Aperfeiçoamento e Tempo de Serviço e Nota da Prova Escrita) e Classificação:

Nº	Nome do Candidato	CPF	Pontuação			Situação
			Cômputo	Prova	Total	
	Professor I – Teclado (20 horas)					



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

05	REGINALDO ANTÔNIO MARQUES DOS SANTOS	003.891.829-31	0,15	7,60	7,75	Aprovado
01	JOSIELE AL- VES PEREIRA	057.435.269-40	0,15	6,0	6,15	Classifi- cada
Professor I – Teatro (20 horas)						
08	MARIANE MORESCHI MARCI- NICHEN PADILHA	047.977.589-37	0,25	6,00	6,25	Aprovada
09	GIOVANA ROSA GE- VIESKI	988.129.049-04	0,35	4,80	5,15	Classifi- cada
04	LEONARDO CASTOR BEZERRA	079.897.989-56	0,00	Faltou a prova - Desclas- sificado		
Professor I – Violino – Projetos Sociais (10 horas)						
03	SUSAN DE OLIVEIRA IZÍDIO	074.077.739-47	0,15	Faltou a prova - Desclas- sificada		
Professor I – Violão e Teclado - Projetos Sociais (10 horas)						
06	RICARDO LUIS NUNES DE LIMA	027.419.959-90	0,05	5,20	5,25	Aprovado
Professor III – Coord./Supervisão (20 horas)						
02	JAQUELINE BONETES CARVALHO DO PRADO	049.510.039-02	0,10	4,80	4,90	Aprovada
07	ANA CAROLI- NA ALLAGE	032.260.199-10	1,40	Faltou a prova - Desclas- sificada		

Canoinhas, 30 de março de 2012.

VIVIANE BUENO
Diretora Administrativa

ALFREDO EIKE BACK
Presidente

Edital de Convocação Nº. 04/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 04/2012

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, Resolve:

CONVOCAR

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados do resultado do processo seletivo visando à contratação temporária de Professores/Técnicos, previsto no Edital nº 003/FME/2011, conforme abaixo relacionado.

Os candidatos devem apresentar a seguinte documentação para contratação:

1. Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente Registro no Conselho de Classe correspondente, quando for o caso (Carteirinha de Registro no respectivo Conselho e comprovante de pagamento de anuidade) (cópia e original)

2. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial. (Laudo fornecido pela Prefeitura)

3. Atestado de Nada Consta Criminal. (Fórum)

4. Declaração de bens que constituem seu patrimônio.

5. Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos a qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitidas pelo respectivo órgão.

6. Declaração de ter ou não sofrido no exercício de função pública, penalidades disciplinares conforme legislação aplicável.

7. E os seguintes Documentos Pessoais:

- Cédula de Identidade - RG (cópia legível autenticada);
 - C.P. F. (cópia autenticada);
 - Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Cadastro de Pessoa Físicas);
 - Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; (cópia autenticada);
 - Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição; (cópia autenticada);
 - Comprovante de Residência atualizado; (cópia);
 - Certidão de Nascimento e/ou Casamento; (original e cópia);
 - Certidão de Nascimento dos filhos (menores de 21 anos); (original e cópia);
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social; (original);
 - Número de inscrição no Pis/Pasep; (original);
 - 1 Foto 3X4 recente;
 - Número de telefone para contato
 - Comprovante de abertura de conta corrente junto a Caixa Econômica Federal, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.
- O não comparecimento ou manifestação por escrito, junto ao Departamento de Pessoal no prazo de trinta (30) dias contados da publicação do edital, configurará como desistência da vaga.

Canoinhas/SC, 29 de março de 2012.

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente da FME

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 04/2012

Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: Professor Técnico de Voleibol
José Roberto Krzesinski Filho

Edital Nº. 023/2012

EDITAL Nº. 023/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 07/SMS/2011.

O Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 07/SMS/2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 246/2011;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital),

aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº 08/SMS/2011, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EDITAL Nº. 023/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MÉDICO GENERALISTA - ESF

MARCOS ADRIANI DEBIASI

Publicação de Decisão Em Processo

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO EM PROCESSO

ADMINISTRATIVO Nº 12/2012

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrição no CNPJ sob nº. 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº. 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais que através do Processo Administrativo nº. 12/2012, ante a inexecução do contrato, rescindiu o contrato nº. FMS 03/2012, mantido com a Empresa GT Construção Civil Ltda, oriundo do Processo Licitatório nº. 48/2011, cumulado com a aplicação de sanção de Advertência nos termos do Art. 87, I, da lei 8666/93.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Publicação de Decisão Em Processo Administrativo Nº. 05/2012

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO EM PROCESSO

ADMINISTRATIVO Nº. 05/2012

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrição no CNPJ sob nº. 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº. 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais que através do Processo Administrativo nº. 05/2012, ante a inexecução do objeto, rescindiu o contrato nº. 26/2011, mantido com a Empresa DF Engenharia e Consultoria Ltda, oriundo do Processo Licitatório nº. 151/2011, cumulado com a aplicação de sanção de Advertência nos termos do Art. 87, I, da lei 8666/93.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Contrato 0087/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0087/2012

Pregão Presencial 0016/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: Aquisição de MATERIAS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS, para execução de diversas atividades relacionadas a

Secretaria de Infraestrutura, como: consertos, limpezas, reformas, reparos na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, Rodoviária Municipal, Praças Municipais, Cemitérios e Capelas Municipais, manutenção e limpezas de Ruas, Avenidas, passeios públicos estradas interioranas, conserto e limpeza de boca-de-lobo, confecção de boca-de-lobo, reformas de passeios públicos danificados, recursos próprios.

VALOR R\$: 8.500,36

VIGÊNCIA: 28/03/2012 A 31/12/2012

Contrato 0088/2012

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0088/2012

Pregão Presencial 0016/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: AMERITINTAS LTDA ME

OBJETO: Aquisição de MATERIAS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS, para execução de diversas atividades relacionadas a Secretaria de Infraestrutura, como: consertos, limpezas, reformas, reparos na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito, Rodoviária Municipal, Praças Municipais, Cemitérios e Capelas Municipais, manutenção e limpezas de Ruas, Avenidas, passeios públicos estradas interioranas, conserto e limpeza de boca-de-lobo, confecção de boca-de-lobo, reformas de passeios públicos danificados, recursos próprios.

VALOR R\$: 7.067,15

VIGÊNCIA: 28/03/2012 A 31/12/2012

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 192 de 30.03.2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 192/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/06/2011 à 30/06/2012, a MARIA DA SILVA SEBOLD, Matrícula nº251/01, ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde - 40 horas na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30(trinta) dias no período de 02.04.2012 à 01.05.2012, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 30 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital Nº 15/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2012

- FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 1/2012

- FMS

CONTRATANTE Município de Chapadão do Lageado.

OBJETO: Contratação de Profissional para coordenar o projeto "Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável", do qual o Município foi contemplado, conforme Portaria n. 2.970, de 14 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde.

FORNECEDOR: JOSEANE REGINA FOSTER ALVEZ.

VALOR: R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais) mensais.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

Chapadão do Lageado (SC), 02 de abril de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Concórdia

PREFEITURA

Aviso Pregão de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 45/2012 - Pmc

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2012- PMC

Objeto: Aquisição de bicicletas e câmeras digital a serem entregues como premiação no Concurso do COMEN - Conselho Municipal de Entorpecentes, descritos nos anexos "A" e "B" deste edital. Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 24/04/2012.

Abertura: dia 25/04/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 30 de março de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Notificação Convênio - Pconcordiafmaspbfi/ Cras

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMA-S-PBFI/CRAS, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 29 de março de 2012.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação Convênio - Pconcórdia masptmc/ Apae

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAF-MASPTMC/APAE, no valor de R\$ 5.765,20 (cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 29 de março de 2012.
CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 2.452

Estabelece Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com as Leis Complementares nºs 574, de 13 de dezembro de 2010 e 623, de 27 de março de 2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Em decorrência da Lei Complementar nº 623, de 27 de março de 2012, fica estabelecida a Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, na forma do Anexo Único, que passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2012.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 30 de março de 2012.
EVANDRO PEGORARO
Presidente em exercício

DIRCEU BIONDO
1º Secretário

ANEXO ÚNICO

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER LEGISLATIVO

PADRÃO DE VENCIMENTO																
CLASSE	DENOMINAÇÃO	GOC	QTD	CH	IN- TERS- TÍ- CIOS E PER- CEN- TUAIS	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%	3 anos 4,0%

					FAI- XAS DE VEN- CI- MEN- TOS	A R\$	B R\$	C R\$	D R\$	E R\$	F R\$	G R\$	H R\$	I R\$	J R\$	K R\$	L R\$
1	AGEN- TE DE APOIO	GF	1	35	I	1.796,16	1.868,01	1.942,72	2.020,43	2.101,24	2.185,30	2.272,71	2.363,62	2.458,16	2.556,49	2.658,76	2.765,10
	ADM- NISTRA- TIVO E LEGISLA- TIVO				II	1.921,88	1.998,75	2.078,70	2.161,85	2.248,33	2.338,26	2.431,79	2.529,06	2.630,21	2.735,42	2.844,84	2.958,63
2	AUXILIAR ADM- NISTRA- TIVO	GF	3	35	I	2.140,45	2.226,07	2.315,11	2.407,71	2.504,02	2.604,18	2.708,35	2.816,68	2.929,35	3.046,52	3.168,39	3.295,12
					II	2.290,28	2.381,89	2.477,16	2.576,25	2.679,30	2.786,47	2.897,93	3.013,85	3.134,40	3.259,78	3.390,17	3.525,78
3	AGENTE LEGISLA- TIVO	GT	2	35	I	2.925,36	3.042,37	3.164,07	3.290,63	3.422,26	3.559,15	3.701,52	3.849,58	4.003,55	4.163,70	4.330,25	4.503,46
					II	3.130,14	3.255,34	3.385,56	3.520,97	3.661,81	3.808,28	3.960,61	4.119,03	4.283,79	4.455,15	4.633,36	4.818,69
4	CONTA- DOR	GE	1	35	I	3.389,35	3.524,92	3.665,92	3.812,56	3.965,06	4.123,66	4.288,61	4.460,15	4.638,55	4.824,09	5.017,05	5.217,74
					II	3.626,60	3.771,67	3.922,53	4.079,43	4.242,61	4.412,32	4.588,81	4.772,37	4.963,27	5.161,80	5.368,26	5.583,00

Decreto Legislativo Nº 2.453

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.453, DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Estabelece Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23 da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 623, de 27 de março de 2012,

D E C R E T A:

Art. 1º Em decorrência da Lei Complementar nº 623, de 27 de março de 2012, fica estabelecida a Tabela de Vencimentos do Pessoal integrante do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo - Cargos de Provimento em Comissão, na forma do Anexo Único, que passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2012.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 30 de março de 2012.

EVANDRO PEGORARO

Presidente em exercício

DIRCEU BIONDO

1º Secretário

ANEXO ÚNICO**QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO****CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO****TABELA DE VENCIMENTOS DE CARGOS EM COMISSÃO****NÍVEL VENCIMENTO**

CC - 1 3.786,42

CC - 2 3.678,30

CC - 3 1.191,42

Coronel Martins**PREFEITURA****Decreto Nº. 062, de 29 de Março de 2012.**

DECRETO Nº. 062, DE 29 DE MARÇO DE 2012.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARATER TEMPORÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC, CONFORME EDITAL Nº. 002, DE 08 DE MARÇO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º Fica nos termos do presente Decreto, homologado o resultado final para Processo Seletivo, para ingresso nos quadros de vagas em Caráter Temporário das Secretarias de Educação Cultura e Esportes, Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Coronel Martins, conforme determina o Edital de Seleção nº. 002, de 08 de março de 2012.

**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
026	CLEVERSON DORNELES CORREIA	7,50	1º
002	VOLMAR LUIZ GONÇALVES	7,00	2º
039	JOSE NEIVACIR CAMARGO	7,00	3º
027	VOLNEI CHITTO	7,00	4º
009	GEAN JUNIOR BOTECA	7,00	5º

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

057	GILMAR ANTONIO BILICO	6,50	6º
018	FERNANDO GIRARDELLO	6,50	7º
023	ADILSON MAICON CAPELARO	6,00	8º
019	RUDINEI DA TRINDADE	6,00	9º
051	LEOPOLDO SMANIOTTO	5,00	10º
054	JAIR PEREIRA	5,00	11º
024	CLAUDEMIR ZANCO	2,00	12º
045	JOCEMAR AMARANTE	1,00	13º
036	SIDEVAN ROGELSON CHITTO	Não compareceu	-

SERVENTE GERAL

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
004	CLECIMAR DA SILVA	9,00	1º
050	IRMA MORES	8,50	2º
014	LORENI AP. CASTRO DOS SANTOS	7,00	3º
028	RAQUEL RIBEIRO DOS SANTOS	7,00	4º
003	IZETE FERNANDES DE O. DOS SANTOS	6,50	5º
010	SIDINEIA BIAZIN	6,50	6º
040	MARIA GENI ALVES	6,50	7º
022	IVETE PERUZZO THIBES	6,00	8º
041	JUCELI DE FÁTIMA GIRARDI BRUM	5,50	9º
021	NEUSA DE OLIVEIRA	5,50	10º
016	MARIA DA APARECIDA BILICO ZANCO	5,00	11º
005	JUSSARA SOUZA DOS SANTOS	5,00	12º
012	DAIANE VARGAS RAMOS	5,00	13º
015	MARILENE BASI	4,50	14º
056	ERONY SALETE MAY TRENTON	4,50	15º
048	DILIANE ALVES DE LIMA MELO	4,50	16º
033	GERCI RODRIGUES DE MELO BOTTEGA	4,50	17º
031	CRESCÉLIA APARECIDA DE OLIVEIRA	4,50	18º
055	CATARINA PICCHI	3,50	19º
006	TEREZINHA SOUZA BALSANELLO	3,50	20º
017	IVONETE VALARDÃO F. PREVIATTI	3,50	21º
032	CLEONICE DALONSSO	0,50	22º
030	FÁTIMA MARMENTINI PERTILLE	-	23º
037	JULIANA ALVES BRUM	Não compareceu	-
046	CLAUDETE RIBEIRO	Não compareceu	-
053	EDINEIA SIMONE BIAZIN	Não compareceu	-

AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
043	LAÍS FERNANDA MOREIRA	8,00	1º

OPERADOR DE MAQUINA II

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
034	SANDRO CAMPANA	7,50	1º
035	ANGELINO INÁCIO	6,75	2º
049	ERIBERTO CALZA	6,50	3º
011	ADEMIR DA SILVA	6,50	4º

MONITOR DE PROJETOS/JUDÔ

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
042	LEODORO DE LIMA	7,50	1º

AGENTE DE SAUDE

Nº. INSCRIÇÃO	CANDIDATO	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
007	ANDERSON MARCOS PINHEIRO	6,00	1º
047	ANGÉLICA INÁCIO CUCHI	5,50	2º
052	RAMON CASTILHO RAVARENA	5,00	3º
008	ELIANE ALVES BRENA	3,00	4º
013	DAIANE NARA BELATTO	2,50	5º

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do prefeito Municipal de Coronel Martins - SC em 29 de Março de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI
Chefe de Gabinete

Anexo Tc-07/94 - Dados e Texto de Termo de Rescisão Consensual de Contrato Nº. 003/2012 de 29 de Março de 2012

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO Nº. 003/2012 DE 29 DE MARÇO DE 2012

NÚMERO CONTRATO: 063/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/04/2011

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

As partes rescindem o Contrato Nº 063 de 01 de Abril de 2011, com base legal no Art. 79, II, da Lei 8.666/93, a partir do dia 31 de março de 2012.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2 CPF/CNPJ: 04.287.014/0001-99

CONTRATADO: REDE DE COMUNICAÇÃO SC LTDA - ME

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº. 447/12

DECRETO Nº. 447/12

EXONERA O SR. JONEY CÍCERO MOROZINI, DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Item VII, do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o pedido de exoneração, apresentado pelo Secretário Municipal de Educação, Sr. JONEY CÍCERO MOROZINI,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado no dia 31 de março de 2012, o Sr. JONEY CÍCERO MOROZINI, do cargo de Secretário Municipal de Educação, para o qual foi nomeado através do Decreto nº 152/10, de 04 de janeiro de 2010.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 30 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ

Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março

Portaria Nº 1840/12

PORTARIA Nº 1840/12

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 1, A SERVIDORA EVELIA AHTLENE SELL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 1, a servidora EVELIA AHTLENE SELL, para responder pelo Coordenação da Fiscalização Sanitária, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1841/12

PORTARIA Nº 1841/12

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 1, A SERVIDORA ISABEL CRISTINA OLARI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 1, a servidora Isabel Cristina Oliari, para responder pela Coordenação Geral de Serviços Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1842/12

PORTARIA Nº 1842/12

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 2, DA SERVIDORA APARECIDA INÊS CORREA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG - 2, à servidora APARECIDA INÊS CORREA, que respondia pela Coordenação Geral de Serviços Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 890/10, de 01 de abril de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1843/12

PORTARIA Nº 1843/12

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 2, DO SERVIDOR JOÃO IVO MUZIOL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009 e Portaria nº 1502/11 de 19 de setembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG - 2, do servidor JOÃO IVO MUZIOL, que respondia pela Coordenação da Equipe de Operador de Máquina, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 31 de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 1453/11, de

07 de julho de 2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1844/12

PORTARIA Nº 1844/12

EXONERA A PEDIDO O SR. JOÃO IVO MUZIOL DO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, JOÃO IVO MUZIOL, do cargo de Operador de Máquina, admitido pelo Concurso Público 001/08, nomeado através da Portaria nº 403/08 de 15 de abril de 2008.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 31 de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1845/12

PORTARIA Nº 1845/12

EXONERA A PEDIDO A SRA. TACIANE VOIGT DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, TACIANE VOIGT, do cargo de Auxiliar Administrativo, admitida pelo Concurso Público 001/10, nomeada através da Portaria nº 1500/11 de 14 de setembro de 2011.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 31 de janeiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1846/12

PORTARIA Nº 1846/12

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 028/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 028/2012, o senhor Mauri Edgar Padilha de Lima, matrícula funcional nº 8276-01, ocupante do cargo de Gerente de Administração, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, cujo objeto do contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E MONTAGEM DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA USO NAS DEPENDÊNCIAS DA NOVA SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 12 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1847/12

PORTARIA Nº 1847/12

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 029/2012, o senhor Mauri Edgar Padilha de Lima, matrícula funcional nº 8276-01, ocupante do cargo de Gerente de Administração, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, cujo objeto do contrato CONSISTE NO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA E SISTEMAS DE GRAVAÇÃO, PARA USO NAS DEPENDÊNCIAS DA NOVA SEDE ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender

necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 16 de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1848/12

PORTARIA Nº 1848/12

SUSPENDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 1, DO SERVIDOR JEAN FABIAN SCHULZE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009 e Portaria nº 1502/11 de 19 de setembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a Função Gratificada, com denominação de FG - 1, do servidor JEAN FABIAN SCHULZE, que respondia pelo Auxílio ao Coordenador dos Trabalhos na Oficina Mecânica, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2012, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1682/12, de 23 de janeiro de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1849/12

PORTARIA Nº 1849/12

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 2.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 2, ao servidor JOÃO IVO MUZIOL, para responder pela Coordenação da Equipe de Operador de Máquina, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de fevereiro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1850/12

PORTARIA Nº 1850/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 030 E 031/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 030 e 031/2012, a senhora Maria Aparecida Rosa, matrícula funcional nº 2439-03, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Cultura, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato CONSISTE NO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1851/12

PORTARIA Nº 1851/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 032/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 032/2012, a senhora Marisa Kühl Judachewsky, matrícula funcional nº 2656-04, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Educação, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AMPLIAÇÃO, ADEQUAÇÕES DE EDIFICAÇÕES E REVISÕES DE PARTE ELÉTRICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DONA NINA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 20 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1852/12

PORTARIA Nº 1852/12

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 033/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 033/2012, a senhora Marisa Kühl Judachewsky, matrícula funcional nº 2656-04, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Educação, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE PASSAGEIROS COM O INTUITO DE TRANSPORTAR OS ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DA UNIDADE SENAI/SC DE JARAGUÁ DO SUL, PARA APRIMORAMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS MORADORES DO MUNICÍPIO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 20 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1853/12

PORTARIA Nº 1853/12

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 034/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 034/2012, o senhor Alvaro Poerner, matrícula funcional nº 2581-02, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Serviços Públicos, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM MARMITA Nº 09.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 20 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1854/12

PORTARIA Nº 1854/12

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 035/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 035/2012, o senhor Lourenço Piontkiewicz, matrícula funcional nº 2004-03, ocupante do cargo de Chefe de Obras e Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato consiste em EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ÓLEO DIESEL PARA USO NA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, APÓS A ASSINATURA DA PRESENTE ATA POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES MÁXIMAS DE CADA ITEM CONSTANTES NO ANEXO I, QUE ACOMPANHA O EDITAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato,

determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 20 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1855/12

PORTARIA Nº 1855/12

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 036 E 037/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 036 E 037/2012, o senhor Mauri Edgar Padilha de Lima, matrícula funcional nº 8276-01, ocupante do cargo de Gerente de Administração, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, cujo objeto dos contratos CONSISTE NO REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAFÉ, AÇÚCAR, FILTRO, ADOÇANTE, CHÁ E ÁGUA MINERAL), PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 20 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1856/12

PORTARIA Nº 1856/12

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL DE EFETIVO COMO MOTORISTA O SR. GILSON WALDEMAR PEGGAU.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação de GILSON WALDEMAR PEGGAU, aprovado no Concurso público nº 001/2010, para o cargo de Motorista, para o vencimento mensal com o Fator - 19, com carga horária de 44 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Gerência de Administração.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 21 de março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 016/12 - Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO -

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 016/12

REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Eventuais aquisições parceladas de medicamentos, destinados a distribuição nas unidades de Saúde do Município e aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 02/04/2012, às 09h00min do dia 12/04/2012.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 12/04/12.

TIPO: MAIOR DESCONTO PERCENTUAL.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 02 de Abril de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 136/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

sc.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO 136/11

Processo de licitação nº 110/11

Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço nº 032/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MERCADO BERTINA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 83.122.291/0001-18, estabelecida na Rua Roberto Seidel Nº 1137, Bairro Centro, Cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA USO NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO PROGRAMA ESPAÇO DE VIDA, E ATENDIMENTO AO IDOSO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, ATÉ 31/09/2012 A CONTAR APÓS A ASSINATURA DA PRESENTE ATA, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES MÁXIMAS DE CADA ITEM CONSTANTES NO ANEXO I, QUE ACOMPANHA O EDITAL, QUE PASSA A FAZER PARTE DESSE CONTRATO.

Valor do Contrato: R\$ 26.310,36 (Vinte e Seis Mil Trezentos e Dez Reais e Trinta e Seis Centavos).

Data da Assinatura: 16/09/2011

Data da Vigência: 31/09/2012

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Ata de Registro de Preços 016/11 - Sétimo Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AV: GETÚLIO VARGAS, 443

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500

89278-000 - CORUPÁ - SC

e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>

EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/11

SÉTIMO TERMO ADITIVO

Processo de licitação nº 007/11

Modalidade Pregão Presencial nº 003/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, com sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS, representada neste ato, por seu representante legal, o Senhor MARCELO WAIS, CPF nº 632.005.380-15.

Objeto: eventuais aquisições de APÓLICE DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO ATÉ O PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

Cláusula Primeira - Do Preço: Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, altera-se o valor do Contrato no valor de R\$ 720,03 (setecentos e vinte reais e três centavos), referentes ao endosso de inclusão do veículo Renault Logan Expression Hi-Flex 1.6 8V 4 Portas.

Data da Assinatura: 12/12/2011

Data da Vigência: 01/03/2012

LUIS CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

Lei 1301/2012

Lei n.1301, de 15 de março de 2012.

Concede Revisão Geral Anual aos Servidores Municipais Ativos, Inativos e Pensionistas, aos Cargos de Provimento em Comissão, Funções Gratificadas e aos Agentes Políticos e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido a Revisão Geral Anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1988, aos Servidores Públicos Municipais ativos, inativos e pensionistas, de Programas de Saúde e Assistenciais, aos cargos de provimento em comissão, funções gratificadas e aos agentes políticos.

Art. 2º. O percentual de recomposição será de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento), o que corresponde à média aritmética da inflação registrada pelos índices do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e IGP-M/ FGV(Índice Geral de Preços de Mercado), durante o período de março de 2011 até fevereiro de 2012, conforme estabelece o artigo 1º da Lei 1264 de 24 de março de 2011, sendo que este índice deverá ser aplicado sobre a remuneração dos servidores do mês de março de 2012.

Parágrafo único - Aos Servidores Municipais Ativos, Inativos ou Pensionistas, de Programas de Saúde e Assistenciais, aos Cargos de Provimento em Comissão, Funções Gratificadas, será concedido além da inflação de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento) o aumento de 3,04% (três vírgula zero quatro por cento) de ganho real totalizando o reajuste de 7,50% (sete vírgula cinquenta por cento), exceto aos Agentes Políticos, que receberão somente a recomposição correspondente a inflação de 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento).

Art. 3º. Caso, após a aplicação do percentual correspondente à revisão de que trata o artigo 1º da presente Lei, seja constatado vencimentos que não atinjam o valor do Salário Mínimo Nacional que é o Piso Salarial do Município, aplicar-se-á, o disposto no inciso IV, do artigo 7º, mais o § 3º, do artigo 39, ambos da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998, tudo presente a determinação contida no §1º, do artigo 39, da Lei Complementar Municipal n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de março de 2012.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lei 1302/2012

Lei n. 1302, de 15 de março de 2012.

Autoriza a Celebração de Convênio com a APAE - Joaçaba - SC e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de convênio, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joaçaba - SC APAE, conforme cópia anexo, objetivando cooperação financeira, no valor de R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais) para o ano de 2012, pagáveis da seguinte maneira:

a) O valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) pagável até 30 de março de 2012;

b) O valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) até o dia 28 de setembro de 2012;

Art. 2º - As despesas decorrentes a aplicação da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação do orçamento vigente do Município.

Órgão 04 - Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Proj /Ativ. 2022 - Manutenção do Ensino Especial e Contribuições

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de março de 2012.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Lei 1303/2012

Lei n. 1303, de 15 de março de 2012.

Denomina Via Pública e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a denominar de "RUA JACOB ENSFELD" a rua sem denominação que tem seu início na Rua São José, em frente ao Hospital Nossa Senhora de Fátima e seu término no final do perímetro urbano nas proximidades da Fazenda Santa Rita, neste Município de Erval Velho.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta do orçamento vigente do município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de março de 2012.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Lei 1304/2012

Lei n. 1304, de 15 de março de 2012.

Amplia a área urbana da cidade de Erval Velho e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ampliada a área urbana da cidade de Erval Velho, na forma disposta no artigo 3º desta lei.

Art. 2º A área de expansão urbana, definida por esta Lei tem destinação industrial, comercial, de prestação de serviços, dentre outras atividades econômicas não residenciais.

Art. 3º São as seguintes coordenadas geográficas, medidas, confrontações e localização da área destinada à expansão urbana.

MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO - SC

IMÓVEL: ÁREA 01 DE EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO

LOCAL: MARGENS DA RODOVIA FEDERAL BR - 282

MUNICÍPIO: ERVAL VELHO/SC

ÁREA: 48.723,53 m²

PERÍMETRO: 1.320,16 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por faixa, dividindo-o com a FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282; Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 132°01'44" e a distância de 8.34 m até o marco '2' (E=460542.900 m e N=6980491.860 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 135°34'23" e a distância de 17.84 m até o marco '3' (E=460555.386 m e N=6980479.122 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 137°22'29" e a distância de 18.84 m até o marco '4' (E=460568.143 m e N=6980465.260 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 138°21'54" e a distância de 19.13 m até o marco '5' (E=460580.851 m e N=6980450.965 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 139°25'45" e a distância de 143.46 m até o marco '6' (E=460674.155 m e N=6980341.993 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 139°27'36" e a distância de 187.29 m até o marco '7' (E=460795.889 m e N=6980199.661 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 138°08'50" e a distância de 28.84 m até o marco '8' (E=460815.134 m e N=6980178.177 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 135°56'02" e a distância de 17.17 m até o marco '9' (E=460827.077 m e N=6980165.838 m); Daí segue por linha seca confrontando com VALDOIR CARRAFA com o azimute de 189°47'38" e a distância de 64.25 m até o marco '10' (E=460816.148 m e N=6980102.526 m); Daí segue por linha seca confrontando com MARCOS ROBERTO CARRAFA com o azimute de 312°01'15" e a distância de 276.68 m até o marco '11' (E=460610.602 m e N=6980287.736 m); Daí segue por linha seca confrontando com MARCOS ROBERTO CARRAFA com o azimute de 322°20'59" e a distância de 71.33 m até o marco '12' (E=460567.032 m e N=6980344.210 m); Daí segue por linha seca confrontando com MARCOS ROBERTO CARRAFA com o azimute de 231°26'19" e a distância de 147.09 m até o marco '13' (E=460452.016 m e N=6980252.521 m); Daí segue por linha seca confrontando com WANILSON MARTIN CARRAFA com o azimute de 315°43'17" e a distância de 86.36 m até o marco '14' (E=460391.726 m e N=6980314.348 m); Daí segue por

linha seca confrontando com WANILSON MARTIN CARRAFA com o azimute de 38°22'20" e a distância de 233.54 m até o marco \1' (E=460536.702 m e N=6980497.446 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 48.723,53 m².

Cálculo Analítico de Área, Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° WGr

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimute	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude
1	2	6980497.446	460536.702	132°01'44"	8.34	0.99961912 27°17'52.37529" S	51°23'55.70700" W	
2	3	6980491.860	460542.900	135°34'23"	17.84	0.99961912 27°17'52.55749" S	51°23'55.48217" W	
3	4	6980479.122	460555.386	137°22'29"	18.84	0.99961910 27°17'52.97278" S	51°23'55.02940" W	
4	5	6980465.260	460568.143	138°21'54"	19.13	0.99961909 27°17'53.42462" S	51°23'54.56691" W	
5	6	6980450.965	460580.851	139°25'45"	143.46	0.99961908 27°17'53.89054" S	51°23'54.10625" W	
6	7	6980341.993	460674.155	139°27'36"	187.29	0.99961899 27°17'57.44186" S	51°23'50.72444" W	
7	8	6980199.661	460795.889	138°08'50"	28.84	0.99961887 27°18'02.08031" S	51°23'46.31211" W	
8	9	6980178.177	460815.134	135°56'02"	17.17	0.99961885 27°18'02.78054" S	51°23'45.61443" W	
9	10	6980165.838	460827.077	189°47'38"	64.25	0.99961884 27°18'03.18279" S	51°23'45.18136" W	
10	11	6980102.526	460816.148	312°01'15"	276.68	0.99961885 27°18'05.23935" S	51°23'45.58627" W	
11	12	6980287.736	460610.602	322°20'59"	71.33	0.99961905 27°17'59.19867" S	51°23'53.04282" W	
12	13	6980344.210	460567.032	231°26'19"	147.09	0.99961909 27°17'57.35871" S	51°23'54.62138" W	
13	14	6980252.521	460452.016	315°43'17"	86.36	0.99961920 27°18'00.32672" S	51°23'58.81639" W	
14	1	6980314.348	460391.726	38°22'20"	233.54	0.99961926 27°17'58.31103" S	51°24'01.00259" W	

Área Total: 48.723,53 m²

MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO - SC
IMÓVEL: ÁREA 02 DA EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO

LOCAL: MARGENS DA RODOVIA BR - 282

MUNICÍPIO: ERVAL VELHO /SC

ÁREA: 28.111,45 m²

PERÍMETRO: 731.69 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado \15', desde, segue por linha seca, dividindo-o com a PATRICIA FIGUEIREDO; Daí segue por linha seca confrontando com PATRICIA FIGUEIREDO com o azimute de 45°11'14" e a distância de 130.36 m até o marco \16' (E=460764.385 m e N=6980559.479 m); Daí segue por linha seca confrontando com PATRICIA FIGUEIREDO com o azimute de 139°26'48" e a distância de 167.21 m até o marco \17' (E=460873.097 m e N=6980432.433 m); Daí segue por linha seca confrontando com PATRICIA FIGUEIREDO com o azimute de 189°47'38" e a distância de 168.85 m até o marco \18' (E=460844.375 m e N=6980266.046 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 319°26'48" e a distância de 265.27 m até o marco \15' (E=460671.906 m e N=6980467.602 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 28.111,45 m².

Cálculo Analítico de Área, Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° WGr

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimute	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude
15	16	6980467.602	460671.906	45°11'14"	130.36	0.99961899 27°17'53.35925" S	51°23'50.79172" W	
16	17	6980559.479	460764.385	139°26'48"	167.21	0.99961890 27°17'50.38273" S	51°23'47.41671" W	
17	18	6980432.433	460873.097	189°47'38"	168.85	0.99961880 27°17'54.52301" S	51°23'43.47640" W	
18	15	6980266.046	460844.375	319°26'48"	265.27	0.99961882 27°17'59.92775" S	51°23'44.54049" W	

Área Total: 28.111,45 m²



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 4º- As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de março de 2012.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Lei 1305/2012

Lei n. 1304, de 15 de março de 2012.

Amplia a área urbana da cidade de Erval Velho e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho - Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ampliada a área urbana da cidade de Erval Velho, na forma disposta no artigo 3º desta lei.

Art. 2º A área de expansão urbana, definida por esta Lei tem destinação industrial, comercial, de prestação de serviços, dentre outras atividades econômicas não residenciais.

Art. 3º São as seguintes coordenadas geográficas, medidas, confrontações e localização da área destinada à expansão urbana.

MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO - SC
IMÓVEL: ÁREA 01 DE EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO
LOCAL: MARGENS DA RODOVIA FEDERAL BR - 282
MUNICÍPIO: ERVAL VELHO/SC
ÁREA: 48.723,53 m²
PERÍMETRO: 1.320,16 m
DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por faixa, dividindo-o com a FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282; Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 132°01'44" e a distância de 8.34 m até o marco '2' (E=460542.900 m e N=6980491.860 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 135°34'23" e a distância de 17.84 m até o marco '3' (E=460555.386 m e N=6980479.122 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 137°22'29" e a distância de 18.84 m até o marco '4' (E=460568.143 m e N=6980465.260 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 138°21'54" e a distância de 19.13 m até o marco '5' (E=460580.851 m e N=6980450.965 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 139°25'45" e a distância de 143.46 m até o marco '6' (E=460674.155 m e N=6980341.993 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 139°27'36" e a distância de 187.29 m até o marco '7' (E=460795.889 m e N=6980199.661 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimute de 138°08'50" e a distância de 28.84 m até o marco '8' (E=460815.134 m e N=6980178.177 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA

RODOVIA BR - 282 com o azimute de 135°56'02" e a distância de 17.17 m até o marco '9' (E=460827.077 m e N=6980165.838 m); Daí segue por linha seca confrontando com VALDOIR CARRAFA com o azimute de 189°47'38" e a distância de 64.25 m até o marco '10' (E=460816.148 m e N=6980102.526 m); Daí segue por linha seca confrontando com MARCOS ROBERTO CARRAFA com o azimute de 312°01'15" e a distância de 276.68 m até o marco '11' (E=460610.602 m e N=6980287.736 m); Daí segue por linha seca confrontando com MARCOS ROBERTO CARRAFA com o azimute de 322°20'59" e a distância de 71.33 m até o marco '12' (E=460567.032 m e N=6980344.210 m); Daí segue por linha seca confrontando com MARCOS ROBERTO CARRAFA com o azimute de 231°26'19" e a distância de 147.09 m até o marco '13' (E=460452.016 m e N=6980252.521 m); Daí segue por linha seca confrontando com WANILSON MARTIN CARRAFA com o azimute de 315°43'17" e a distância de 86.36 m até o marco '14' (E=460391.726 m e N=6980314.348 m); Daí segue por linha seca confrontando com WANILSON MARTIN CARRAFA com o azimute de 38°22'20" e a distância de 233.54 m até o marco '1' (E=460536.702 m e N=6980497.446 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 48.723,53 m².

Cálculo Analítico de Área, Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° WGR

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimute	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude
1	2	6980497.446	460536.702	132°01'44"	8.34	0.99961912 27°17'52.37529" S	51°23'55.70700" W	
2	3	6980491.860	460542.900	135°34'23"	17.84	0.99961912 27°17'52.55749" S	51°23'55.48217" W	
3	4	6980479.122	460555.386	137°22'29"	18.84	0.99961910 27°17'52.97278" S	51°23'55.02940" W	
4	5	6980465.260	460568.143	138°21'54"	19.13	0.99961909 27°17'53.42462" S	51°23'54.56691" W	
5	6	6980450.965	460580.851	139°25'45"	143.46	0.99961908 27°17'53.89054" S	51°23'54.10625" W	
6	7	6980341.993	460674.155	139°27'36"	187.29	0.99961899 27°17'57.44186" S	51°23'50.72444" W	
7	8	6980199.661	460795.889	138°08'50"	28.84	0.99961887 27°18'02.08031" S	51°23'46.31211" W	
8	9	6980178.177	460815.134	135°56'02"	17.17	0.99961885 27°18'02.78054" S	51°23'45.61443" W	
9	10	6980165.838	460827.077	189°47'38"	64.25	0.99961884 27°18'03.18279" S	51°23'45.18136" W	
10	11	6980102.526	460816.148	312°01'15"	276.68	0.99961885 27°18'05.23935" S	51°23'45.58627" W	
11	12	6980287.736	460610.602	322°20'59"	71.33	0.99961905 27°17'59.19867" S	51°23'53.04282" W	
12	13	6980344.210	460567.032	231°26'19"	147.09	0.99961909 27°17'57.35871" S	51°23'54.62138" W	
13	14	6980252.521	460452.016	315°43'17"	86.36	0.99961920 27°18'00.32672" S	51°23'58.81639" W	
14	1	6980314.348	460391.726	38°22'20"	233.54	0.99961926 27°17'58.31103" S	51°24'01.00259" W	

Área Total: 48.723,53 m²

MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO - SC
 IMÓVEL: ÁREA 02 DA EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO
 LOCAL: MARGENS DA RODOVIA BR - 282
 MUNICÍPIO: ERVAL VELHO /SC
 ÁREA: 28.111,45 m²
 PERÍMETRO: 731.69 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se se no marco denominado '15', desde, segue por linha seca, dividindo-o com a PATRICIA FIGUEIREDO; Daí segue por linha seca confrontando com PATRICIA FIGUEIREDO com o azimuth de 45°11'14" e a distância de 130.36 m até o marco '16' (E=460764.385 m e N=6980559.479 m); Daí segue por linha seca confrontando com PATRICIA FIGUEIREDO com o azimuth de 139°26'48" e a distância de 167.21 m até o marco '17' (E=460873.097 m e N=6980432.433 m); Daí segue por linha seca confrontando com PATRICIA FIGUEIREDO com o azimuth de 189°47'38" e a distância de 168.85 m até o marco '18' (E=460844.375 m e N=6980266.046 m); Daí segue por faixa confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA BR - 282 com o azimuth de 319°26'48" e a distância de 265.27 m até o marco '15' (E=460671.906 m e N=6980467.602 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 28.111,45 m².

Cálculo Analítico de Área, Azimutes, lados e Coordenadas Geográficas

Datum: SAD-69 Meridiano Central: 51° WGr

Estação	Vante	Coord. Norte	Coord. Este	Azimute	Distância	Fator Escala	Latitude	Longitude
15	16	6980467.602	460671.906	45°11'14"	130.36	0.99961899 27°17'53.35925" S	51°23'50.79172" W	
16	17	6980559.479	460764.385	139°26'48"	167.21	0.99961890 27°17'50.38273" S	51°23'47.41671" W	
17	18	6980432.433	460873.097	189°47'38"	168.85	0.99961880 27°17'54.52301" S	51°23'43.47640" W	
18	15	6980266.046	460844.375	319°26'48"	265.27	0.99961882 27°17'59.92775" S	51°23'44.54049" W	

Área Total: 28.111,45 m²

Art. 4º- As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º- Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 15 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
 Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 15 de março de 2012.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
 Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1618/2012

DECRETO 1618, de 05 de março de 2012.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1292, de 17 de novembro de 2011 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 211.000,00 (Duzentos e onze mil reais) para suplementar as seguintes dotações orçamentárias: ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV - 1.016 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS

4.4.90.00.00.00.00.03.0300.00 - Aplicações Diretas R\$ 56.000,00

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

UNIDADE 01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL

PROJ/ATIV - 1.019 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - SEC.DE AGRICULTURA

4.4.90.00.00.00.00.03.0300.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

PROJ/ATIV - 1.021 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO INTERIOR

4.4.90.00.00.00.00.03.0300.00 - Aplicações Diretas R\$ 125.000,00

Total de Suplementações R\$ 211.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2011 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 05 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1618/2012, de 05 de março de 2012

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Exercício de 2011

Fonte de Recurso 0000.00 - Recursos Ordinários

Ativo Financeiro 1.398.209,63

(-) Passivo Financeiro (82.323,96)

Superávit Financeiro 1.315.885,67

Deduções	
Decreto n.º 1602/2012	300.000,00
Decreto n.º 1609/2012	20.000,00
Decreto n.º 1617/2012	231.099,96
Decreto n.º 1618/2012	211.000,00

Saldo	553.785,71
-------	------------

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2011- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE

Técnico Contábil

Decreto 1619/2012

DECRETO nº 1619, de 16 de março de 2012.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município de Erval Velho afetada por estiagem.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, especialmente aquelas contidas no artigo 85, da Lei Orgânica do Município, e, de acordo com o artigo 7º, do Decreto Federal n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual n. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual n. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução n. 03, do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

A estiagem prolongada, provocada pela redução das precipitações pluviométricas, que atinge o Município desde o início de dezembro de 2011, conforme Mapa das Áreas Afetadas, anexo ao presente Decreto;

Como consequência desse desastre, resultaram danos e prejuízos constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

A recomendação da Comissão da Defesa Civil do Município, que avaliou e quantificou os efeitos dos desastres;

Considerando os critérios agravantes da situação de anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e o despreparo da Defesa Civil local, frente ao desastre, considerando a difícil previsibilidade do padrão evolutivo do desastre.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como situação de emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida para todo o território do Município, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pelo COMDEC Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único - O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho-SC, em 16 de março de 2012.



LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto em 16 de março de 2012.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças.

Decreto 1620/2012

DECRETO 1620, de 23 de março de 2012.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal n. 1292, de 17 de novembro de 2011 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais) para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 07 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJ/ATIV - 2.032 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
3.1.90.00.00.00.00.03.0352.00 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

Total de Suplementações R\$ 32.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2011 (Anexo).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 23 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo I - DECRETO N.º 1620/2012, de 23 de março de 2012

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO
Exercício de 2011

Fonte de Recurso 0352.00 - Outras Transferências FMAS

Ativo Financeiro 103.643,69
(-) Passivo Financeiro (0,00)
Superávit Financeiro 103.643,69

Deduções

Decreto n.º 1620/2012	32.000,00
Saldo	71.643,69

Fonte: Balanço Patrimonial do Exercício de 2011- Anexo 14

DJALMO DE ANDRADE
Técnico Contábil

Decreto 1621/2012

DECRETO 1621, de 26 de março de 2012.

Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público e da outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica,

DECRETA

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2013
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Dezembro de 2012
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Dezembro de 2012
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2013
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	
6.3 - Implementação do sistema de custos.	

7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2013
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxarifado.	

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 26 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria 2591/2012

PORTARIA 2591, de 06 de março de 2012.

Nomeia por Concurso servidor que menciona e dá outras providências.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e, em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, e Lei Complementar n. 020, de 08 de abril de 2009, e em especial o disposto no Edital n. 009/2010, de 27 de dezembro de 2010 do Concurso Público Municipal n. 009/2010,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear por Concurso JOSE DORINI SOBRINHO, brasileiro, solteiro, nascido em 18 de novembro de 1971, para exercer o Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas, nível 04 - A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos de R\$ 1.033,68 (Hum mil e trinta três reais e sessenta oito centavos).

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 06 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2592/2012

PORTARIA 2592, de 12 de março de 2012.

Altera Carga Horária de Servidores.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o parágrafo único do artigo 14 da Lei Complementar 021, de 07 de maio de 2009, e com o artigo 2º da Lei Municipal n. 0937/2001, Considerando solicitação da Direção da Escola Básica Municipal César Avelino Bragagnolo;

Considerando parecer da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

RESOLVE:

Art.1º. Alterar temporariamente a carga horária dos professores abaixo relacionados até 31 de dezembro de 2012 ou enquanto perdurar a necessidade da Unidade Escolar:

Funcionário	Cargo	Nível	Carga Horária
Aline Alves Bedin	Professor ACT	Não habilitado	10 para 20 horas semanais
Sonia Regina Silva	Professor	02-A	20 para 30 horas semanais

Art.2º. Serão assegurados os vencimentos proporcionais à carga horária.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 12 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2593/2012

PORTARIA 2593, de 28 de março de 2012.

Exonera Servidor Contratado em Caráter Temporário e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora MARISA GORETI ALBERTI LORENZETTI, do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, PSF, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, no qual foi contratada pela Portaria 2100, de 17 de dezembro de 2008 e prorrogada pela Portaria 2257, de 14 de dezembro de 2009.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de março de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 28 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2594/2012

PORTARIA 2594, de 28 de março de 2012.

Concede adicional de insalubridade a servidor que menciona.

Lenita Dadalt Fontana, Prefeita Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 25, da Lei Complementar n. 020, de 08 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Concede Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, ao servidor José Dorini Sobrinho, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT emitido pela empresa PORTAL-MED - Segurança e Saúde no Trabalho.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 28 de março de 2012.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR
Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 016, de 14 de Março de 2011.

DECRETO Nº. 016, DE 14 DE MARÇO DE 2011.

CONCEDE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA, SOB A FORMA DE BOLSA DE ESTUDOS, AOS ESTUDANTES DE CURSO DE NÍVEL SUPERIOR QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinada com a Lei Municipal nº. 785, de 18 de outubro de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida assistência financeira mensal, de março a dezembro de 2012, sob a forma de bolsa de estudos aos estudantes de curso de nível superior nos valores abaixo relacionados:

UNESC						
NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	V. da BOLSA
Aline Pereira Mezzari	Engenharia de Produção	70431	2ª	403,14	20%	80,62

Ana Paula de Luca	Direito	69838	3ª	717,96	20%	143,40
Angelica Ronchi Manenti	Adm. Hab. Com. Exterior	60279	8º	827,40	20%	165,48
Beatriz Brolesi Michels	Ciências Contábeis	73513	1ª	590,50	20%	118,10
Beatriz Ross de Luca	Pedagogia	67150	5ª	542,85	20%	108,57
Bruna Coelho Vassoler	Educação Física	66390	5ª	585,34	20%	117,06
Bruna de Oliveira de Lima	Engenharia Ambiental	74030	1ª	771,36	20%	154,28
Bruna Schneider Topanotti	Fisioterapia	65306	5ª	1028,66	20%	205,73
Camila Inacio Premoli	Educação Física	73456	1ª	588,90	20%	117,78
Carine Tiscoski	Educação Física	73452	1ª	588,90	20%	117,78
Cleiton Machado	Engenharia Civil	47926	7ª	747,88	20%	149,57
Daiane Pola	Ciências Contábeis	65486	4º	590,50	20%	118,10
Daiane Saturno Pacheco	Enfermagem	69678	3ª	818,04	20%	163,60
Daniel Sehnem	Engenharia Civil	72925	1ª	717,96	20%	143,60
Douglas Alves Eyng	Ciências Contábeis	63378	6ª	557,59	20%	111,51
Fernanda Pereira	Tec. Processo Gerenciais	74008	1ª	478,33	20%	95,67
Franciele Fernandes Costa	Ciências Contábeis	71222	2ª	586,94	20%	117,39
Guilherme Martins da Costa	Engenharia Agrimensura	73288	1ª	526,07	20%	105,22
Jessica Cardoso	Farmácia	65253	5ª	1002,84	20%	200,56
Joice Accordi	Economia	68762	3ª	493,50	20%	98,70
Jonatan Eyng Dagostin	Artes Visuais	63818	6ª	647,81	20%	129,56
Jonatas Gonçalves	Ciências Contábeis	71048	2ª	586,94	20%	117,39
Joziane Eyng	Direito	57535	6ª	713,64	20%	142,73
Kaiana da Silva	Odontologia	70152	2ª	2140,92	10%	214,09
Kamila Marangoni Eyng	Fisioterapia	69593	3ª	1028,66	20%	205,74
Karina Lourenço da Silva	Engenharia Civil	62455	6ª	747,88	20%	149,57

Karla Gava	Farmácia	7170	4º	1002,84	20%	200,57
Kênifer Janaina Jaboinski de Souza	Administração	71816	2ª	582,21	20%	116,44
Luana Agostinho Tiscoski	Pedagogia	71510	3ª	493,50	20%	98,70
Luana Gomes Silva	Ciências da Computação	71025	2ª	741,35	20%	148,27
Macalister Guarezi Broca	Engenharia Civil	72947	1ª	717,96	20%	143,60
Marcos da Silva Colonetti	Engenharia Civil	72962	1ª	717,96	20%	143,60
Mayara Daniel da Rosa	Ciências Contábeis	65139	5ª	586,94	20%	117,38
Milena Ramiro Farias	Engenharia Química	73187	1ª	862,42	20%	172,48
Mislaine Paz Rosa	Engenharia Química	73564	1ª	862,42	20%	172,49
Noélie Vitali Trombim	Ciências Contábeis	69697	3ª	586,94	20%	117,39
Paula de Souza Fernandes	Arquitetura e Urbanismo	71205	2ª	455,42	20%	91,09
Paula Ghisi Minatto	Ciências Contábeis	28354	5ª	586,94	20%	117,39
Priscila Junkes	Ciências Contábeis	63397	6ª	590,50	20%	118,10
Priscila Locatelli Rocha	Comércio Exterior	71033	2ª	591,00	20%	118,20
Renê Dornel	Engenharia Ambiental	59888	8º	864,23	20%	172,85
Robson Fernandes Moro	Engenharia Agrimensura	67561	5ª	627,49	20%	125,49
Tamires Tramontin	Engenharia Química	65431	5ª	857,22	20%	171,45
Tayrini Vitali Felisberto	Direito	46206	7ª	717,96	20%	143,60
Vanessa Premolli	Ciências Contábeis	62156	6ª	586,94	20%	117,39
Vitor Griggio de Oliveira	Administração	73380	1ª	585,77	20%	117,15
Willian Acordi Cardoso	Engenharia Química	65927	7ª	486,56	20%	97,30
					Total	6412,73

SENAI - UNESC

NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	V. da BOLSA
------	-------	--------	------	-------	-------	-------------

Tatiana Duminelli	Design de Moda		3ª	677	20,00%	135,40
					Total	135,40

ESUCRI

NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	V. da BOLSA
Ariana Maximo Martins	Administração		1ª	499,20	20,00%	99,84
Ana Paula Frello	Direito		1ª	610,20	20,00%	122,04
André Machado Neves	Engenharia Civil		1ª	626,40	20,00%	125,28
Bárbara Martinello	Ciências Contábeis		2ª	499,20	20,00%	99,84
Camila da Silva Santos	Administração		3ª	444,50	20,00%	88,90
Camila Tramontin Colombo	Adm. Marketing Publicidade		1ª	499,20	20,00%	99,84
Daniel Sacoman Fagundes	Engenharia Civil	1201656	1ª	626,40	20,00%	125,28
Gislaine Martins	Educação Física		7ª	588,50	20,00%	117,70
Henrique Marcelino da Silva	Educação Física		4º	535,00	20,00%	107,00
Jaqueline Fabris Premoli	Ciências Contábeis		1ª	499,20	20,00%	99,84
Joelson da Rosa	Adm. Comércio Exterior		1ª	499,20	20,00%	99,84
Josue Vitorino Costa	Administração		5ª	499,20	20,00%	99,84
Luana de Aguiar Costa Teixeira	Direito		2ª	610,20	20,00%	122,04
Lucia Maximo Martins Américo	Administração		1ª	499,20	20,00%	99,84
Maiara Wessler Machado	Psicologia		2ª	580,80	20,00%	116,16
Rutcheli Viana	Engenharia Civil		3ª	626,40	20,00%	125,28
Tiago Hobold	Engenharia Civil	1201742	1ª	626,40	20,00%	125,28
Wagner Rodrigo Neuhaus	Educação Física	1101230	3ª	535,00	20,00%	107,00
					Total	1980,84

SATC

NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	V. da BOLSA
------	-------	--------	------	-------	-------	-------------

Juliano Vassoler Rabelo	Engenharia Mecânica	10719	1ª	845,1	20,00%	169,02
Mariane Generoso Rodrigues	Jornalismo	10828	7ª	735,66	20,00%	147,13
Michel Mandelli	Engenharia Mecânica	20725	3ª	819,75	20,00%	163,95
Nicolas Ronchi Teodoro	Engenharia Elétrica	10620	1ª	999,72	20,00%	199,94
Renan Vitali Kammer	Engenharia Elétrica	20609	3ª	785,95	20,00%	157,19
Renato Felisberto Zanette	Tec. Manutenção Industrial	11211	1ª	585,66	20,00%	117,13
Sabrina Wesler	Engenharia Elétrica	10620	1ª	791,44	20,00%	158,28
					Total	1112,64

UNIBAVE

NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	V. da BOLSA
Cainã Hobold	Medicina Veterinária	213523	1ª	1130,25	20,00%	226,05
Fabiana Marangoni	Administração	4241	8º	400,4	20,00%	80,08
João Francisco Fagundes	Administração	5279	8º	400,4	20,00%	80,08
					Total	386,21

UNISUL

NOME	CURSO	CÓDIGO	FASE	MENS.	PERC.	V. da BOLSA
Gustavo Vianna Junkes	Agronomia	36587	1ª	1020,87	20,00%	204,17
Roberto Junkes Ricken	Agronomia	29683	7ª	1177,93	20,00%	235,58
					Total	439,75

Parágrafo único. Os estudantes contemplados com a Bolsa de Estudos do art. 170 da Lei Estadual, deixarão, automaticamente, de receber a assistência financeira concedida pelo Município de Forquilha.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de março de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de março de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO
Chefe do Departamento de Gabinete

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0088/2012

DECRETO Nº 0088, DE 30 DE MARÇO DE 2012.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde

08.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0017.1.023 - Construção, Ampliação e Reformas de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0400 (87)

R\$ 2.000,00

Total R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 30 de Fevereiro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0836/2012

PORTARIA Nº 0836, DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Reduz Carga Horária de Servidor.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0451/2011 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 39 (trinta e nove) para 30 (trinta) horas semanais a carga horária da servidora JUSIANE BORGIA LORENCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 018.052.849-16, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0837/2012

PORTARIA Nº 0837, DE 30 DE MARÇO DE 2012.
Reduz Carga Horária de Servidor.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 0479/2011 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a carga horária da servidora TERESINHA FORTES MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 422.379.399-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0838/2012

PORTARIA Nº 0838, DE 30 DE MARÇO DE 2012.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0459/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 28 (vinte e oito) para 30 (trinta) horas semanais a carga horária do servidor TIAGO JOSÉ BECKER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 080.618.689-54, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 02 de abril de 2012 até 14 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0839/2012

PORTARIA Nº 0839 DE 30 DE MARÇO DE 2012.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0460/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora JESSICA MUSSOLIN, brasileira, solteira,

inscrita no CPF sob o n.º 078.886.919-19, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - FILOSOFIA OU TEOLOGIA, no período de 02 de abril de 2012 até 02 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0840/2012

PORTARIA Nº 0840 DE 30 DE MARÇO DE 2012.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0461/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 23 (vinte e três) para 32 (trinta e duas) horas semanais a carga horária da servidora MARIA DA GLORIA VARGAS LAZZAROTTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 015.491.419-37, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, no período de 02 de abril de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0841/2012

PORTARIA Nº 0841 DE 30 DE MARÇO DE 2012.
Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0477/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora LUCIANE DA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.176.679-07, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de abril de 2012 até 07 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0842/2012

PORTARIA Nº 0842 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0484/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 24 (vinte e quatro) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora CÂNDIDA DE SOUZA BATEZINI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 839.102.390-72, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 02 de abril de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0843/2012

PORTARIA Nº 0843 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Amplia Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0486/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora VALEICA CLEIA BAHAR DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 028.092.759-20, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, pelo período de 02 de abril de 2012 até 01 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0844/2012

PORTARIA Nº 0844 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0481/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora SIMONE PILLON DELFES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 026.031.339-42, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, pelo período

de 02 de abril de 2012 até 08 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0845/2012

PORTARIA Nº 0845, DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0462/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a servidora NEUSA MICHELON TROMBETA, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais da servidora CRISTIANE TEREZINHA PEREIRA GUEDES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 040.728.109-67, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 07 de abril de 2012 até 02 de julho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0846/2012

PORTARIA Nº 0846, DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Ampliação de Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0483/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora LUCI DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 811.779.689-91, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de abril de 2012 até 02 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 0847/2012

PORTARIA N.º 0847 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0036, de 28 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora LILIANE SANTOS GONÇALVES, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOCIMAR NUNES DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.656.239-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 02 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 0848/2012

PORTARIA N.º 0848 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Amplia de Carga Horária de Servidor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0485/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora MARINES DE FATIMA PINHEIRO SCAIN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 701.305.669-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 02 de abril de 2012 até 01 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 0849/2012

PORTARIA N.º 0849 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0035 de 11 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora NEIVA CUSTÓDIA DE OLIVEIRA, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IRACI PEREIRA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 022.555.719-35, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 02 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 0850/2012

PORTARIA N.º 0850 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0035 de 11 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo a servidora ORISA GULARTE SOLIGO, que se encontra afastada em auxílio doença;

Considerando que estará substituindo a servidora REGINA LUCAS ANTUNES, que está cedida como tutora do programa Pró-Letramento;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA CLAUDIA GANSALA DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 552.078.129-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 01 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0851/2012

PORTARIA N.º 0851 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0036 de 28 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora THAIZA DOS SANTOS, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSANE MARIA GRÄFF, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 996.254.749-00, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0852/2012

PORTARIA N.º 0852 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0036, de 28 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora VANDERLEA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VITALINA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 551.952.889-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 01 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0853/2012

PORTARIA N.º 0853 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0036, de 28 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora SOFIA CAROLINA BECKEMBACK MISSEL, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARGARIDA APARECIDA FERAZ DE DEUS DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 625.607.279-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0854/2012

PORTARIA N.º 0854 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0007 de 01 de março de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANTONIO IRINEU VICENTIN,



brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 865.559.369-91, contratado em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2012 até 14 de maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0855/2012

PORTARIA N.º 0855 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034 de 10 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JAQUELINE DOMINGUES RAMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 069.228.579-25, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 30 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0856/2012

PORTARIA N.º 0856 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALICE DE FÁTIMA BOLZANI ROSERA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 079.524.899-76, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE ESPORTES, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer - FME, e carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0857/2012

PORTARIA N.º 0857 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0036 de 28 de novembro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.928.359-00, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0858/2012

PORTARIA N.º 0858 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar 109/2010; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110/2010; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 046/2003; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1956/2008;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSANE WEHRMEISTER LEMOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 649.723.139-00, no cargo de provimento em comissão de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotada na Secretaria de Ação Social, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0859/2012

PORTARIA N.º 0859 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARIA DE LOURDES TIBES PAULETTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 512.831.739-04, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0860/2012

PORTARIA N.º 0860 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSEMERI SATURNINO DE MATOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 046.742.599-08, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR - NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0861/2012

PORTARIA N.º 0861 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DAIANE PIRES DA SILVA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 071.038.059-38, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR - NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0862/2012

PORTARIA N.º 0862 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DIEGO CLAUDIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 078.328.279-63, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0863/2012

PORTARIA N.º 0863 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ANGELITA APARECIDA DA ROSA DE ROSSI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.331.539-53, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0864/2012

PORTARIA N.º 0864 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março

de 2010; Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 005/2010, homologado pelo decreto 310/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear NEIVA APARECIDA CAMPAGNARO XAVIER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 479.985.399-68, no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de abril de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0865/2012

PORTARIA N.º 0865 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2010, homologado pelo decreto 306/2010;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RODRIGO NAFFIN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 048.829.059-37, no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0866/2012

PORTARIA N.º 0866 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2011, homologado pelo decreto 278/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GILMAR PONIECINSKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 016.172.219-96, no cargo de provimento efetivo de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0867/2012

PORTARIA N.º 0867 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o regime jurídico estatutário instituído pela Lei Complementar n.º 109, de 03 de março de 2010; Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2011, homologado pelo decreto 278/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VADAIR CHAVES DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 042.159.139-00, no cargo de provimento efetivo de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 02 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0868/2012

PORTARIA N.º 0868 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 16 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora ELAINE GERLACH, que se encontra em férias;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, SIRLEI TITON VICENTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.380.749-20, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 02 maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 0869/2012

PORTARIA N.º 0869 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 16 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora MARIZETE APARECIDA PEREIRA, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MAGALI CRISTINA PONTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 071.376.979-33, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 02 maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 0870/2012

PORTARIA N.º 0870 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 16 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora JURACI DOS SANTOS PADILHA, que se encontra afastada em auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, NEUZA RODRIGUES RICARDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º

674.452.769-04, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 02 maio de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 0871/2012

PORTARIA N.º 0871 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 16 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, para atender excepcional interesse público, na área da Educação;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 825.061.759-20, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 01 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 0872/2012

PORTARIA N.º 0872 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 06 de março de 2012 e Contrato Administrativo, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de INSTALADOR HIDRÁULICO, para atender excepcional interesse público, na área da Sanefrai;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, PEDRO ESTEVÃO CHRIST, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 386.127.719-00, na função de INSTALADOR HIDRÁULICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0873/2012

PORTARIA N.º 0873 DE 30 DE MARÇO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 06 de março de 2012 e Contrato Administrativo, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE ETA/ETE, para atender excepcional interesse público, na área da Sanefrai;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, REGINALDO JOSÉ DE MELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 064.445.529-23, na função de OPERADOR DE ETA/ETE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0874/2012

PORTARIA N.º 0874 DE 30 DE MARÇO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001 de 06 de março de 2012 e Contrato Administrativo, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE ETA/ETE, para atender excepcional interesse público, na área da Sanefrai;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para

a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARCIO GIORGIO RAMOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 004.445.059-11, na função de OPERADOR DE ETA/ETE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Pregão Presencial Nº 0052/2012-Pmf

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0052/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de cavalinhos de vime para uso nos Centros de Educação Infantis deste município. Julgamento: Menor Preço UNITÁRIO. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 15:30 horas do dia 18.04.2012. Abertura: Às 15:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, n.º 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Extrato Do Edital de Seleção Act Nº 0012/2012

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0012 DE 30 DE MARÇO DE 2012.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE das seguintes localidades: Bairro São José, Bairro Jardim América, Bairro Macieira, Bairro São Sebastião, Bairro Santa Monica, Bairro Roland Jean Mayer, Bairro Faxinal dos Carvalhos, Assentamento Rio Mansinho, Bairro Butiá Verde - Setor I, Assentamento Chico Mendes e Assentamento Campina do Cerro. O preenchimento de vagas será para o ano de 2012, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 02 de abril de 2012 a 20 de abril de 2012, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 30 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Lei N.º 1.627/2012

LEI N.º 1.627, DE 29 De Março de 2012.

DENOMINA SERVIDÃO NO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Servidão existente, no Bairro Ferraz, que se inicia junto a lateral leste da Rodovia GRP 010, seguindo sentido oeste, possui aproximadamente 86,00 m (oitenta e seis metros) de comprimento, por 4,00 m (quatro metros) de Largura, com término na Rua Edvaldo Araújo da Silva, passa a ser denominada SERVIDÃO BACATELA, conforme croqui anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 29 de Março de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 02/04/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

Aviso de Licitação Pr35/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2012

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando o Registro de preço para serviço de locação de balsa com operador e 02 ajudantes, equipada com braço hidráulico próprio para serviço de remoção de vegetação e desaçoreamento de rios. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 16/04/2012.

A sessão se dará a partir das 14 horas do dia 16/04/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 29 de Março de 2012

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pr36/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2012

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, objetivando o Registro de Preço pelo período de 12 meses de hora máquina de retro escavadeira para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 16h55min do dia 16/04/2012.

A sessão se dará a partir das 17 horas do dia 16/04/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 29 de Março de 2012

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Aviso de Suspensão de Licitação Nº 33/2012

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2012

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados que suspendeu "sine die" o edital de Pregão Presencial nº 33/2012, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM em 26/03/2012, que tem por objeto a Aquisição de filtros e óleos lubrificantes para atender os veículos que compõem a frota municipal. O referido edital foi suspenso para que se promovam as correções necessárias, visando o atendimento do interesse público da contratação.

Garopaba, 29 de Março de 2012

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº. 4.906, de 28 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.906, DE 28 De Março de 2012.

EXONERA A PEDIDO ALFONSO BERNARDO HOSTERT DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, ALFONSO BERNARDO HOSTERT, inscrito no CPF sob nº 380.628.879-87 e portador da CI nº 911093 SSP/SC, do cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura, Nível SEC, com 40 horas semanais, a partir de 30 de Março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Gaspar, 28 de Março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.907, de 28 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.907, DE 28 De Março de 2012.
EXONERA A PEDIDO ALCIDES DA SILVA DO CARGO DE DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 3.224 de 09 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 30 de Março de 2012, ALCIDES DA SILVA, portador do CPF nº 382.223.459-15 e da CI nº 795.613-4 SSP/SC, do cargo em comissão de Diretor-Geral da Secretaria de Agricultura, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de Março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.908, de 28 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.908, DE 28 De Março de 2012.
EXONERA A PEDIDO DANIELA SOUZA COELHO DO CARGO DE ASSESSOR DE AUDITORIA E CONTROLADORIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 3.224 de 09 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 30 de Março de 2012, DANIELA SOUZA COELHO, portadora do CPF nº 040.030.229-20 e da CI nº 4.247.663, do cargo em comissão de Assessor de Auditoria e Controladoria, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de Março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.909, de 29 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.909, DE 29 De Março de 2012.
NOMEIA ALCIDES DA SILVA PARA O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 02 de abril de 2012, ALCIDES DA SILVA, portador do CPF nº 382.223.459-15 e da CI nº. 795.613-4 SSP/SC, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Nível SEC, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de Março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.910, de 29 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.910, DE 29 De Março de 2012.
NOMEIA DANIELA SOUZA COELHO PARA O CARGO DE DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.612/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 02 de abril de 2012, DANIELA SOUZA COELHO, portadora do CPF nº 040.030.229-20 e da CI nº 4.247.663, para exercer o cargo em comissão de Diretora-Geral da Secretaria de Agricultura, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de Março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.911, de 29 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.911, DE 29 De Março de 2012.
NOMEIA ARMANDO ANTONIO CORREA DA COSTA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE AUDITORIA E CONTROLADORIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 3.224 de 09 de junho de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 02 de abril de 2012, ARMANDO ANTONIO CORREA DA COSTA, portador do CPF nº 543.185.720-72 e da CI nº 8044896127, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Auditoria e Controladoria, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de Março de 2012.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº. 4.914, de 29 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.914, DE 29 De Março de 2012.
DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os procedimentos

contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas	01/2014
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência	01/2014
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis	01/2013
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão	01/2014
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura	01/2014
6 - Implementação de Sistema de Custos	01/2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	01/2013
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	01/2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 29 de Março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº. 4.915, de 30 de Março de 2012.

DECRETO Nº. 4.915, DE 30 De Março de 2012.

SUPLEMENTA, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº. 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente da Procuradoria Geral do Município:

Órgão: 11 Procuradoria Geral do Município

Unidade: 23 Procuradoria Geral do Município
Funcional Programática: 00003.00092.00020 Gestão da Procuradoria do Município
Atividade: 2.200100 Manutenção da Procuradoria Geral
Dotação: 430 - 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 10.400,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de Março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Aviso de Alteração da Tomada de Preços Nº 2/2012 **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC**

Aviso de Alteração da Tomada de Preços nº 2/2012

O Município de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados no certame supramencionado, o qual tem por objeto a instalação e fornecimento de elevadores e monta carga na Policlínica Municipal, que em vista das alterações no Edital, a data anteriormente publicada foi ADIADA, redesignando-se o dia 17/04/2011 às 9h para o recebimento dos envelopes e às 9h30min do mesmo dia para a abertura do certame no local indicado inicialmente. O Edital completo está disponível no Depto de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 27 de Março de 2012

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso Do Pregão Presencial Nº 51/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 51/2012

O OBJETO é o registro de preços para confecção de blocos para a Área Azul. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 14h do dia 17/04/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 17/04/2012 às 14h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 30 de Março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Aviso Do Pregão Presencial Nº 55/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 55/2012

O OBJETO é o Registro de Preços de tubos, grelhas, lajotas, pavers, paralelepípedos, meios-fios de pedra e de concreto. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 14h do dia 16/04/2012 no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 16/04/2012 às 14h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 29 de Março de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº04/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 04
PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2012

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MOTOBÓY PARA TRANSPORTE DE DOCUMENTOS
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Registro de Preços n.º 12/2012.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC - Fundo Municipal de Saúde

Fornecedores:

RENATO ERWINI PFIFFER ME

Vencedor dos itens: 01.

Valor: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

Vigência: Início: 30/03/2012 Término: 30/03/2013.

Guaramirim-SC, 30 de Março de 2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 435/2012

PORTARIA Nº 435/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 033/2012, do Servidor ANTONINHO ZACCARON (Matr. 3257), o qual exerce a função de Motorista, Nível - 7, Referência "A", 40 horas semanais, a partir de 26 de Março de 2012, até a homologação de Concurso Público, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 436/2012

PORTARIA Nº 436/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 034/2012, do Servidor CLAIR ZIMMER (Matr. 3343), o qual exerce a função de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, a partir de 29 de Março de 2012, até a homologação de Concurso Público, constante do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 124/2001.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 437/2012

PORTARIA Nº 437/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão por Nova Habilitação Profissional, à Servidora SABRINA ROVER (Matr. 3156), nascida aos 16/10/1982, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 2, Referência "A", do anexo XI, da LC 286/2011, com regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, para o Nível - 6, Referência "A", do anexo XI, da LC 286/2011, a partir de 13 de Março de 2012, tendo em vista a Conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu: Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão e Orientação Escolar, com fulcro no art. 30, da Lei Complementar 286/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 30 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 438/2012

PORTARIA Nº 438/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor ANTONIO PEREIRA DE MORAES (Matr. 226), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas I, do Nível - 7, Referência "G", para o Nível - 7, Referência "H", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao mês de Janeiro de 2012, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 30 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Convênio Nº 007/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONVÊNIO Nº 007/2012 DE 28 De Março de 2012.

"TERMO DE CONVÊNIO DE REPASSE FINANCEIRO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E A ASSOCIAÇÃO ALTO DA COLINA".

O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), inscrito no CNPJ/MF sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Senhor NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d'Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72 e a ASSOCIAÇÃO ALTO DA COLINA, associação composta pelos integrados do sistema de abastecimento de água potável na área rural a partir do ponto de captação do poço artesiano da Linha Itororó, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 07.208.913/0001-47, sediada na cidade de Herval d'Oeste(SC), representada neste ato por seu Presidente, Sr. ADEMAR PARISENTI, brasileiro, casado, CPF nº. 384.187.709-53, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste (SC), resolvem por mútuo acordo celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Repasse Financeiro tem por objeto o repasse pelo Município a Associação Alto da Colina, de recursos financeiros destinados para o pagamento de despesas efetuadas com a manutenção e fornecimento de água potável aos associados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamentação Legal na Lei Municipal nº. 2.914/2011, a qual prevê a Programação Orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e na Lei Municipal nº. 2.919/2012, a qual autoriza firmar Convênio para repasse financeiro a esta Associação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio, o Município de Herval d'Oeste (SC) repassará a ASSOCIAÇÃO ALTO DA COLINA, a importância de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) mensais, pelo período de 06 (seis) meses, perfazendo o valor total de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), sendo o primeiro repasse referente ao mês de Março de 2012, e o último repasse referente o mês de agosto de 2012.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO

- 1- Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento.
- 2-Admitir a fiscalização do Município, quanto ao uso dos recursos recebidos.
- 3-Prestar contas no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento dos recursos, sob pena de bloqueio das parcelas subsequentes, porém a parcela referente ao mês de agosto/2012 não poderá exceder ao último dia do exercício financeiro.
- 4- Comunicar, prévia e imediatamente ao Município, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento.
- 5- A execução dos trabalhos que se tornem necessários em decorrência deste instrumento, serão de responsabilidade da Associação.

DO MUNICÍPIO

- 1- Contribuir mensalmente no prazo pactuado na Cláusula Terceira

- Do Valor, deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1- Fica vinculada a assinatura do termo de Convênio para o repasse financeiro à apresentação das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da União, Trabalhistas, bem como INSS e FGTS, quando possuírem; cópia do cartão do CNPJ, do Estatuto, da Ata de eleição da atual Diretoria e da RG e CPF do presidente da Associação, e manter a regularidade fiscal das mesmas até o término da vigência do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão à conta da seguinte programação orçamentária para o exercício financeiro de 2012, aprovado pela Lei Municipal nº. 2.914/2011: SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Função Programática: 0901.20.122.0028-2030. Manutenção, encargos e atividades do Departamento de Agricultura. Elemento de despesa: 33500000. Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1- A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira, será realizada mensalmente pela Associação Alto da Colina, não podendo ultrapassar o exercício financeiro, sob pena de bloqueio das parcelas subsequentes, de acordo com os Incisos de I a VII e IX do artigo 44, da resolução nº16/94 de 21/12/94 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Normativa Municipal CCI nº. 04/2006, conforme discriminada a seguir:

- I - Cópia do convênio e dos seus termos aditivos se houver;
- II - Comprovante de depósito do valor em conta bancária quando o valor for repassado em cheque;
- III - Cópia do extrato da conta bancária para movimentação dos recursos conveniados, com a demonstração do valor depositado e respectivos saques via cheque;
- IV - Conciliação bancária se for o caso;
- V - Balancete de prestação de contas na forma do Anexo II;
- VI - Comprovante do recolhimento do saldo financeiro, se houver;
- VII - Documentos comprobatórios da despesa em via original (Notas Fiscais, Cupons Fiscais, em nome da entidade beneficiada);
- § 1º Recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
- § 2º Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa autorizada pela Prefeitura Municipal, no caso de prestação de serviços.
- VIII - Comprovante de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS) no caso da despesa ser de prestação de serviços;
- IX - Fotocópia dos cheques utilizados;
- X - Declaração do Presidente da Associação que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
- XI - Carimbo nos comprovantes das despesas certificando que os materiais foram recebidos ou os serviços prestados e aceitos;
- XII - Relação contendo: nome completo, nº. do CPF e assinatura dos beneficiados quando se tratar de doação de cestas básicas, medicamentos ou outras doações.
- 2- Os recursos transferidos mediante convênio, termo ou ajuste não poderão ser utilizados em finalidade diversa da pactuada.
- 3- Os recursos recebidos do Município a título de convênios, acordos ou ajustes, deverão ser depositados em conta específica em nome da entidade beneficiária e movimentados exclusivamente via cheque para cada pagamento, nominal ao fornecedor do produto ou serviço, mediante apresentação do respectivo comprovante fiscal.
- 4- É vedada à utilização dos recursos concedidos para pagamento de despesas com taxas bancárias, multas, juros, correção monetária, CPMF e tarifa de manutenção de conta bancária ativa.

5- É vedada à concessão de recursos:

- I - Para entidades que visem à obtenção de lucros;
- II - Para entidades que não tiveram, por qualquer motivo, a sua aprovação pelo órgão concedente;
- III - Para atender despesas já realizadas;
- IV - Para Igrejas e cultos religiosos;
- V - Para fundação, organização ou instalação de entidade.

6- As parcelas vincendas somente serão liberadas após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior pela Coordenadoria de Controle Interno.

7- As compras, serviços e alienações a serem realizadas com os recursos ou bens repassados pela municipalidade, deverão ser contratados mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido em Lei Federal.

§ 1º A inviabilidade de adotar o processo estabelecido no "caput" deste artigo deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 2º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

§ 3º Nas prestações de contas dos recursos repassados pelo Município a esta entidade, deverá constar cópia do processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe à Municipalidade decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização relativa à execução do presente Convênio.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31 de dezembro de 2012, podendo ser renovado ou revogado, se do interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido de comum acordo, ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições. Em qualquer hipótese, a denúncia ou rescisão, deverá ser notificada por simples expediente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste (SC), para dirimir qualquer dúvida suscitada na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas a tudo inteirada.

Herval d' Oeste (SC), 28 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito

ADEMAR PARISENTI

Associação Alto da Colina

TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF

2- _____
CPF

Convênio Nº 008/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE

CONVÊNIO Nº 008/2012 DE 28 De Março de 2012.

"TERMO DE CONVÊNIO DE REPASSE FINANCEIRO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE (SC) E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS".

O MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Nereu Ramos, 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), inscrita no CNPJ/MF sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Sr. NELSON GUINDANI, brasileiro, casado, residente na cidade de Herval d' Oeste (SC), CPF nº. 501.589.459-72 e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS, entidade beneficente, sediada no Município de Joaçaba(SC), inscrita no CNPJ sob nº. 75.439.653/0001-70, representada neste ato por seu Presidente, Sr. PEDRO JOÃO DA SILVA, brasileiro, CPF nº. 134.450.149-49, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba(SC), resolvem por mútuo acordo celebrar o presente Termo de Convênio, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Repasse Financeiro tem por objeto o repasse pelo Município à Entidade de recursos financeiros, destinados à manutenção de despesas realizadas nesta escola especial com o atendimento de pessoas com deficiências de dicção e audição, procedentes do Município de Herval d'Oeste (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Tem fundamentação Legal na Lei Municipal nº. 2.914/2011, a qual prevê a Programação Orçamentária para o exercício financeiro de 2012 e na Lei Municipal nº. 2.923/2012, a qual autoriza firmar Convênio para repasse financeiro a esta Entidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio, o Município de Herval d'Oeste (SC) repassará mensalmente a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS - APAS, o valor de R\$ 960,00 (Novecentos e sessenta reais), pelo período de 09 (nove) meses, perfazendo o valor total de R\$ 8.640,00 (Oito mil, seiscentos e quarenta reais), sendo o primeiro repasse referente o mês de Março de 2012, e o último repasse referente o mês de novembro de 2012.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

DA ENTIDADE

- 1- Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento das despesas previstas no objeto deste instrumento.
- 2- Admitir a fiscalização do Município, quanto ao uso dos recursos recebidos.
- 3- Prestar contas no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento dos recursos, sob pena de bloqueio das parcelas subsequentes, porém a parcela referente ao mês de novembro/2012 não poderá exceder ao último dia do exercício financeiro.
- 4- Comunicar, prévia e imediatamente ao Município, qualquer alteração havida, inerente ao presente instrumento.
- 5- A execução dos trabalhos que se tornem necessários em decorrência deste instrumento, serão de responsabilidade da Entidade.

DO MUNICÍPIO

- 1- Contribuir mensalmente no prazo pactuado na Cláusula Terceira - Do Valor, deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1- Fica vinculada a assinatura do termo de Convênio para o repasse financeiro à apresentação de cópia do cartão do CNPJ, do Estatuto, da Ata de eleição da atual Diretoria, do RG e CPF do presidente da Associação, das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da União, Trabalhistas, bem como INSS e FGTS, quando possuírem, e manter a regularidade fiscal das certidões até o término da vigência do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste Convênio correrão à conta da seguinte programação orçamentária para o exercício financeiro de 2012, aprovado pela Lei Municipal nº. 2.914/2011: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES. Função Programática: 06.0602.12.367.0015.2019. Promoção do atendimento a crianças com necessidades especiais. Elemento de despesa: 33500000. Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

1- A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Terceira, será realizada pela Entidade beneficente mensalmente, não podendo ultrapassar o exercício financeiro, sob pena de bloqueio das parcelas subseqüentes, de acordo com os Incisos de I a VII e IX do artigo 44, da resolução nº16/94 de 21/12/94 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Normativa Municipal CCI nº. 04/2006, conforme descrita a seguir:

- I - Cópia do convênio e dos seus termos aditivos se houver;
 - II - Comprovante de depósito do valor em conta bancária quando o valor for repassado em cheque;
 - III - Cópia do extrato da conta bancária para movimentação dos recursos conveniados, com a demonstração do valor depositado e respectivos saques via cheque;
 - IV - Conciliação bancária se for o caso;
 - V - Balancete de prestação de contas na forma do Anexo II;
 - VI - Comprovante do recolhimento do saldo financeiro, se houver;
 - VII - Documentos comprobatórios da despesa em via original (Notas Fiscais, Cupons Fiscais, em nome da entidade beneficiada);
 - § 1º Recibos não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas à incidência de tributos federais, estaduais e municipais.
 - § 2º Poderá ser apresentada Nota Fiscal Avulsa autorizada pela Prefeitura Municipal, no caso de prestação de serviços.
 - VIII - Comprovante de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS) no caso da despesa ser de prestação de serviços;
 - IX - Fotocópia dos cheques utilizados;
 - X - Declaração do Presidente da entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
 - XI - Carimbo nos comprovantes das despesas certificando que os materiais foram recebidos ou os serviços prestados e aceitos;
 - XII - Relação contendo: nome completo, nº. do CPF e assinatura dos beneficiados quando se tratar de doação de cestas básicas, medicamentos ou outras doações.
- 2- Os recursos transferidos mediante convênio, termo ou ajuste não poderão ser utilizados em finalidade diversa da pactuada.
- 3- Os recursos recebidos do Município a título de convênios, acordos ou ajustes, deverão ser depositados em conta específica em nome da entidade beneficiária e movimentados exclusivamente via cheque para cada pagamento, nominal ao fornecedor do produto ou serviço, mediante apresentação do respectivo comprovante fiscal.
- 4- É vedada à utilização dos recursos concedidos para pagamento de despesas com taxas bancárias, multas, juros, correção monetária, CPMF e tarifa de manutenção de conta bancária ativa.
- 5- É vedada à concessão de recursos:
- I - Para entidades que visem à obtenção de lucros;

- II - Para entidades que não tiveram, por qualquer motivo, a sua aprovação pelo órgão concedente;
 - III - Para atender despesas já realizadas;
 - IV - Para Igrejas e cultos religiosos;
 - V - Para fundação, organização ou instalação de entidade.
- 6- As parcelas vincendas somente serão liberadas após a aprovação da prestação de contas da parcela anterior pela Coordenadoria de Controle Interno.

7- As compras, serviços e alienações a serem realizadas com os recursos ou bens repassados pela municipalidade, deverão ser contratados mediante processo de licitação pública, de acordo com o estabelecido em Lei Federal.

§ 1º A inviabilidade de adotar o processo estabelecido no "caput" deste artigo deverá ser devidamente justificada pelo dirigente ou autoridade competente.

§ 2º Nas situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as entidades privadas sem fins lucrativos, observarão o disposto no art. 26 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

§ 3º Nas prestações de contas dos recursos repassados pelo Município a esta entidade, deverá constar cópia do processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe à Municipalidade decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização relativa à execução do presente Convênio.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31 de dezembro de 2012, podendo ser renovado ou revogado, se do interesse das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido de comum acordo, ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições. Em qualquer hipótese, a denúncia ou rescisão, deverá ser notificada por simples expediente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Herval d'Oeste (SC), para dirimir qualquer dúvida suscitada na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em três vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas a tudo inteirada.

Herval d'Oeste (SC), 28 de Março de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito

PEDRO JOÃO DA SILVA
Presidente

TESTEMUNHAS:

1- _____
CPF

2- _____
CPF

Imbituba

PREFEITURA

Decreto Pmi Nº032.2012

DECRETO PMI Nº 032, de 27 de Março de 2012.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 5 de abril de 2012, quinta-feira, por ocasião da Semana Santa.

Art. 2º Ficam excluídos os serviços considerados essenciais nas diversas secretarias, cuja programação fica a cargo dos respectivos Secretários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 27 de Março de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINICIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Concorrência 02/2012 (Pmi)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

CONCORRÊNCIA Nº 02/2012

PROCESSO Nº 50/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 08 de maio de 2012, licitação na modalidade de Concorrência, tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa para pavimentação com peças pré-moldadas de concreto - PCC das Ruas Aurino Allves e Estrada Geral de Sambaqui - Sambaqui, Imbituba/SC. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 02 de abril de 2012.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão de Licitação

Extrato: Pmi Seinfra 2011/150 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/150 A02

Contratada: GELSON JEREMIAS DA ROSA - 3D ENGENHARIA/TOPOGRAFIA.

C.N.P.J: 11.569.580/0001-59

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2012.

Valor: R\$ 58.420,00Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 108/2011 Pregão 08/2011

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

GELSON JEREMIAS DA ROSA - 3D ENGENHARIA/TOPOGRAFIA

Representante Legal

Contratada

Edital Seagp Nº 057/2012

EDITAL SEAGP Nº 057/2012

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - DGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 29 de Março a 28 de Abril de 2012, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 29 de Março de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

 

EDITAL SEAGP Nº 057/2012

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Auxiliar de Serviços

LEANDRO MORAES

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 002, de 27 de Março de 2012.**

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 27 De Março de 2012.

Altera os Artigos 21, 38 e 184 e revoga o Art. 187 da Resolução nº 22, de 15 de dezembro de 1994, que estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam alterados os Artigos 21, 38 e 184 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, passando os mesmos a vigorarem com a seguinte redação:

“Art. 21. A eleição dos membros da Mesa Diretora far-se-á por maioria, assegurando-se o direito de voto inclusive aos candidatos a cargos na Mesa Diretora e, observando-se as seguintes exigências de formalidades:

I. inicialmente, o Presidente em exercício convidará dois vereadores para servirem de secretários, desde que não sejam candidatos a cargo da Mesa;

II. registro dos candidatos perante a direção dos trabalhos, individualmente ou por chapa;

III. chamada dos Vereadores, por ordem alfabética, pelo Presidente em exercício, sendo o voto proclamado oralmente no microfone de apartes.

IV. proclamação dos votos, em voz alta, por um Secretário e sua anotação por outro;

V- preenchimento pelo Secretário e leitura pelo Presidente, do boletim com o resultado da eleição, na ordem decrescente dos votados.

Art. 38. O Presidente da Câmara somente poderá votar nas hipóteses em que é exigível o quorum de votação de 2/3 (dois terços), nos casos de eleição e de destituição de membros da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes, e, ainda, nos casos de desempate, e em outros previstos em lei.

Parágrafo Único. O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.

Art. 184. Os processos de votação são 2 (dois): simbólico e nominal.

§ 1º O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§ 2º O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não.”

Art. 2º Fica revogado o Art. 187 do Regimento Interno.

Art. 3º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de Março de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 27/03/2012 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ALINE FORTUNATO NUNES FIGUEIREDO

Secretária Administrativa

Ato da Presidência Nº 11/2012

Ato da Presidência nº 11/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 9ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 02 de abril de 2012 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	PLC nº 256/2012	29/04/12	Poder Legislativo	Mesa Diretora	Dá nova redação ao Parágrafo Primeiro do Artigo 21 da Lei Complementar nº 1.145/91 que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba e dá outras providências	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 29 de abril de 2012.

ELÍSIO SGROTT Presidente	JAISON CARDOSO DE SOUZA Vice-Presidente
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	ZELI PIRES Segundo-Secretário

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1276/2012

DECRETO Nº. 1276 DE 28 De Março de 2012.

Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, em exercício, no uso de suas atribuições privativas que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Municipal Direta, no dia 05 de abril de 2012, quinta feira santa, no período vespertino.

Art. 2º Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
Iomerê (SC), 28 de Março de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 1874/2012

PORTARIA Nº 1874 DE 12 De Março de 2012.

Nomeia Comissão Especial

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições

legais e em conformidade com o Art. 231 da Lei Complementar nº 0003/1999:

RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão Especial para aprovação do Projeto de Revitalização da Praça Valdemar Kleinubing, ficando assim constituída:

- 1 - Valcir Afonso Serighelli - Secretário Municipal de Administração e Finanças
- 2 - Ronaldo Regalin - Engenheiro Civil
- 3 - Jean Marcelo Ziero - Arquiteto
- 4 - Elizéte Barichello Baldo - Funcionária Pública

Art. 2º A Comissão Especial será incumbida de analisar o projeto da obra e também do que trata o ofício 0083/2012, protocolado pelo servidor Jurandir Crestani Nunes.

Art. 3º A Comissão Especial tem o prazo de 30 dias para comunicar o resultado da análise.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 12 de Março de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 12 de Março de 2012.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Portaria 1875/2012

PORTARIA Nº 1875 DE 26 De Março de 2012.

Demite servidor comissionado.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Demitir, a pedido, o servidor PAULO CESAR DORÉ, do cargo comissionado de Assessor Jurídico, nomeado pela Portaria 1242 de 02 de janeiro de 2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 26 de Março de 2012.
ANTONINHO BALDISSERA
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 26 de Março de 2012.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI
Secretario de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Homologação 20/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 20/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2012

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Janaina dos Santos Martins Zucco ME, Papelaria São Bento Ltda., Luis Kaminski ME e Pégasus Atacadista Ltda.ME.

Irineópolis, 28 de Março de 2012.

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 44/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 44/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: Papelaria São Bento Ltda.

Objeto: Aquisição de Materiais Didaticos e de Expediente para o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, para o exercício de 2012

Valor R\$ 1.041,20 (Um mil e quarenta um reais e vinte centavos).
Vigência - 28/03/2012 a 31/12/2012
Base Legal - Processo Licitatorio 20/2012 - Pregão Presencial nº. 14/2012
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 45/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 45/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis
Contratada: Luis Kaminski ME

Objeto: Aquisição de Materiais Didaticos e de Expediente para o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, para o exercício de 2012

Valor R\$ 544,38 (Quinhentos e quarenta quatro reais e trinta oito centavos).
Vigência - 28/03/2012 a 31/12/2012
Base Legal - Processo Licitatorio 20/2012 - Pregão Presencial nº. 14/2012
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 46/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 46/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Janaina dos Santos Martins Zucco ME

Objeto: Aquisição de Materiais Didaticos e de Expediente para o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, para o exercício de 2012

Valor R\$ 1.725,13 (Um mil setecentos e vinte cinco reais e treze centavos).

Vigência - 28/03/2012 a 31/12/2012

Base Legal - Processo Licitatorio 20/2012 - Pregão Presencial nº. 14/2012

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 47/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 47/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Pegasus Atacadista Ltda. ME

Objeto: Aquisição de Materiais Didaticos e de Expediente para o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, para o exercício de 2012

Valor R\$ 199,00 (Cento e noventa nove reais).

Vigência - 28/03/2012 a 31/12/2012

Base Legal - Processo Licitatorio 20/2012 - Pregão Presencial nº. 14/2012

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Revogação

Processo Licitatório nº 21/2012 - Pregao Presencial nº 15/2012.
OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa(s) para prestarem serviços de lavagem dos veiculos da Secretaria Municipal de Educação. Fica revogado este Processo Licitatório pelo motivo de não acudirem interessados.

Itaiópolis, 29 de Março de 2012.

HELIO CESAR WENDT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato

PROCESSO LICITATORIO Nº 15/2012 - PREGAO ELETRONICO Nº 10/2012

OBJETO: aquisição de um caminhão truck, novo, zero Km, ano/ modelo 2012, 6X4, com caçamba basculante. Recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 364.581-17/2011, MAPA/Caixa Econômica Federal e o Município de Itaiópolis. Contrato nº 28/2012. Contratada: Konrad Curitiba Comércio de Caminhões Ltda. Valor: R\$ 250.000,00. Período da Garantia: 1 (um) ano.

Itaiópolis, 23/03/2012

HELIO CESAR WENDT

Prefeito Municipal.

Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 9º

Nº CONTRATO: 21/2007

CONTRATADA: Serrana Engenharia Ltda.

OBJETO: a duração deste Termo Aditivo será até 31/12/2012.

Itaiópolis, 29/02/2012.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal.

Itapoá**PREFEITURA****Ata Do Pregão Presencial Nº 010/ 2012**

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/ 2012, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2012 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Aos 30/03/2012, a partir das 10:31 horas, no sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira e a respectiva Equipe de Apoio, abaixo assinado, nomeados pelo Decreto nº1299/2011, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA referente ao Pregão Presencial nº 000010/2012, que tem como objeto a AQUISICAO DE PATRULHA MECANIZADA QUE CONSISTE NUM CONJUNTO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS PARA ATENDEREM SERVICOS DE RECUPERACAO DE SOLOS, PREPARO DE AREAS PARA PLANTIO, TRATOS CULTURAIS E COLHEITA EM NOSSO MUNICIPIO DE ITAPOA., com critério de julgamento de menor preço . No horário definido no Edital, a Senhora Pregoeira deu como aberta a Sessão Pública de realização do Pregão, Apresentaram os devidos elementos necessários à participação no certame a (s) seguinte (s) empresa (s):

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA	15.124.754/0001-20

Apta a participar da próxima fase do certame. A senhora Pregoeira FERNANDA CRISTINA ROSA informou ao representante presente os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência dele, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, a senhora Pregoeira iniciou, imediatamente, a abertura do envelope de proposta de preços. A proposta foi submetida à Equipe de Apoio, para avaliação do atendimento das especificações exigidas no (Anexo V do Edital), com base nas declarações e documentações apresentadas pelas licitantes. A senhora Pregoeira, com base na análise da equipe de apoio:

Equipe de Apoio
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Emitiu seu juízo classificando a proposta. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela senhora Pregoeira, fica a licitante vencedora responsável por entregar produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Para a etapa de lances foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002. Iniciou-se a etapa de lances verbais, em que o representante credenciado:

Representantes (Credenciados)

ANTONIO MAURICIO DOS SANTOS

Teve a oportunidade de redução do preço ofertado na proposta escrita, conforme Termo de Lance e vencedores anexo aos autos, da qual chegaram aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA	126.042,0000	109.686,9700

Encerrados os lances verbais para o presente certame, verificou-se a empresa vencedora citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA	109.686,9700

Em seguida, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde se constatou que a referida empresa atende as exigências editalícias, sendo habilitada para este Certame. Finalizada a etapa competitiva e habilitada a empresa ofertante do menor preço, a Senhora Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a empresa vencedora deverá cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme item 15 do edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epigrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; b) - A empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte do representante da licitante de intenção de interpor recursos. A Senhora Pregoeira adjudica o objeto da licitação à empresa vencedora supra indicada. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 30/03/2012.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial

Equipe de Apoio

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA ISABELA RAICIK DUTRA POHL

ELÓI ROBERTO MENDES

Participantes

MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA

ANTONIO MAURICIO DOS SANTOS

Ata Do Pregão Presencial Nº 014/ 2012

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/ 2012, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2012 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Aos 30/03/2012, a partir das 09:00 horas, no sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira e a respectiva Equipe de Apoio, abaixo assinado, nomeados pelo Decreto nº1299/2011, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA referente ao Pregão Presencial nº 000014/2012, que tem como objeto

a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, PARA ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E CENTROS ADMINISTRATIVOS, CONFORME OS QUANTITATIVOS E DESCRIÇÕES DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS CONSTANTES DOS ANEXOS, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE, A SEREM REALIZADOS SOB FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA, com critério de julgamento de menor preço. No horário definido no Edital, a Senhora Pregoeira deu como aberta a Sessão Pública de realização do Pregão, Apresentaram os devidos elementos necessários à participação no certame a (s) seguinte (s) empresa (s):

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	79.283.065/0001-41
ORCALI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA	83.892.174/0001-33

Aptas a participarem da próxima fase do certame. A senhora Pregoeira FERNANDA CRISTINA ROSA informou ao representante presente os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência dele, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, a senhora Pregoeira iniciou, imediatamente, a abertura dos envelopes de proposta de preços. As propostas foram submetidas à Equipe de Apoio, para avaliação do atendimento das especificações exigidas no (Anexo V do Edital), com base nas declarações e documentações apresentadas pelas licitantes. A senhora Pregoeira, com base na análise da equipe de apoio:

Equipe de Apoio
ISABELA RAICIK DUTRA POHL
JOSELENE GONCALVES DO N. CUNHA

Emitiu seu juízo classificando as propostas. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela senhora Pregoeira, fica a licitante vencedora responsável por entregar produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Para a etapa de lances foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002. Iniciou-se a etapa de lances verbais, em que os representantes credenciados:

Representantes (Credenciados)
CASSIO ANGELO FRASSOM SANCHEZ
ORCALI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA (PROPOSTA)

Teve a oportunidade de redução dos preços ofertado na proposta escrita, conforme Termo de Lance e vencedores anexo aos autos, da qual chegaram aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Valor Lance
1	ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	9.949,0000

Encerrados os lances verbais para o presente certame, verificou-se a empresa vencedora citada abaixo:

Vencedor	Valor Total
ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.	49.745,0000

Em seguida, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às

condições de habilitação constantes em edital, onde se constatou que a referida empresa atende as exigências editalícias, sendo habilitada para este Certame. Finalizada a etapa competitiva e habilitada a empresa ofertante do menor preço, a Senhora Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a empresa vencedora deverá cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme item 15 do edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; b) - A empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte do representante da licitante de intenção de interpor recursos. A Senhora Pregoeira adjudica o objeto da licitação à empresa vencedora supra indicada. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 30/03/2012.

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

Equipe de Apoio

JOSELENE GONCALVES DO N. CUNHA

ISABELA RAICIK

DUTRA POHL

Participantes
ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA.

CASSIO ANGELO FRASSOM SANCHEZ

Ata Do Pregão Presencial Nº 029/ 2011, Processo Licitatório Nº 077/2011 - Análise de Propostas
ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/ 2011, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2011 – ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO.

Aos 29/03/2012, a partir das 09:00 horas, no sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira e a respectiva Equipe de Apoio, abaixo assinado, nomeados pelo Decreto nº1299/2011, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA referente ao Pregão Presencial nº 000029/2011, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA USO NA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS UTILITÁRIOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO V DO EDITAL, com critério de julgamento de menor preço. No horário definido no Edital, a Senhora Pregoeira deu como aberta a Sessão Pública de realização do Pregão, apresentaram envelopes a(s) seguinte(s) empresa(s):

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
CATIPAR COM. DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA	77.506.301/0001-16
TRATOR PECAS COM. DE PECAS TRATOR LTDA	79.905.071/0001-93
ELISEU TELES DA SILVA ME	07.079.994/0001-22
CATIPEÇAS PEÇAS PARA TRATORES LTDA	73.352.535/0001-24

JULIO SILVESTRI ME	05.085.447/0001-24
TRATOR VALLY COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	08.112.238/0001-10

A senhora Pregoeira FERNANDA CRISTINA ROSA informou aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, a senhora Pregoeira iniciou, imediatamente a fase de credenciamento, onde, após analisados os documentos das empresas presentes, foi constatado que a empresa CATIPAR COM. DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA descumpriu os itens 5.1.2 e 5.1.3 do edital, não obtendo desta forma, poder para formular novas propostas e lances de preços na sessão (Item 5.9). Em seguida foram abertos os envelopes de proposta de preços. As propostas foram submetidas à Equipe de Apoio, para avaliação do atendimento das especificações exigidas no Anexo V do Edital e somente empresa CATIPAR COM. DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA não apresentou corretamente o arquivo digital exigido no item 6.4 do edital, sendo considerada DESCLASSIFICADA. Em seguida a senhora Pregoeira, com base na análise da equipe de apoio:

Equipe de Apoio
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Emitiu seu juízo classificando as demais propostas. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela senhora Pregoeira, ficam as licitantes vencedoras responsáveis por entregarem produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Para a etapa de lances foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002. Iniciou-se a etapa de lances verbais, em que os representantes credenciados:

Participantes	Representantes (Credenciados)
TRATOR PECAS COM. DE PECAS TRATOR LTDA	JOSÉ ANTONIO MOURA
ELISEU TELES DA SILVA ME	ADRIANA DA SILVA
CATIPEÇAS PEÇAS PARA TRATORES LTDA	CARLOS EDUARDO FARIAS
JULIO SILVESTRI ME	JULIO SILVESTRI FILHO
TRATOR VALLY COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME	JOAO MARIA WANDERLEY DE ALMEIDA

Tiveram a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas, conforme Termo de Lance e vencedores anexo aos autos, da qual chegaram aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vir Lance	Vir Negociado
1	JULIO SILVESTRI ME	26.040,0000	0,0000
2	TRATOR PECAS COM. DE PECAS TRATOR LTD	138.254,7000	121.294,0000
3	JULIO SILVESTRI ME	38.140,0000	0,0000
4	TRATOR PECAS COM. DE PECAS TRATOR LTD	27.633,5000	27.600,0000
5	TRATOR PECAS COM. DE PECAS TRATOR LTD	45.686,0000	45.600,0000
6	JULIO SILVESTRI ME	59.700,0000	59.500,0000
7	TRATOR PECAS COM. DE PECAS TRATOR LTD	32.985,0000	0,0000
8	TRATOR PECAS COM. DE PECAS TRATOR LTD	20.700,0000	0,0000
9	ELISEU TELES DA SILVA ME	52.455,6000	0,0000
10	ELISEU TELES DA SILVA ME	11.388,0000	0,0000

11	ELISEU TELES DA SILVA ME	6.140,2000	0,0000
12	ELISEU TELES DA SILVA ME	37.380,5000	0,0000

Encerrados os lances verbais para o presente certame, verificou-se as empresas vencedoras citadas abaixo:

Vencedor	Vir Total
TRATOR PECAS COM. DE PECAS TRATOR LTD	248.179,0000
ELISEU TELES DA SILVA ME	107.364,3000
JULIO SILVESTRI ME	123.680,0000

A cada encerramento de cada etapa competitiva e ordenadas as ofertas como requer o art. 4º, XII da Lei nº 10.520/2002, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde se constatou que as referidas empresas atendem as exigências editalícias, sendo habilitadas para este Certame, apenas as empresas TRATOR VALLY COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME, e CATIPEÇAS PEÇAS PARA TRATORES LTDA, deixaram de atender a cláusula nº 6.6 alínea "h" dos documentos de habilitação "alvará de funcionamento, da sede da empresa licitante", que ocorreu da seguinte forma: a empresa TRATOR VALLY COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME, apresentou alvará vencido e sem a devida autenticação que requeria o edital, e a empresa CATIPEÇAS PEÇAS PARA TRATORES LTDA, apresentou o alvará do ano de 2001 porém este com autenticação. Indagados a respeito os mesmos alegaram desconhecer o procedimento e que deveria ser consultado via internet, não obstante não constar no corpo do alvará esta verificação de autenticidade em sites oficiais. Porém mesmo assim a equipe de apoio e a Pregoeira com fulcro no §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, resolveram baixar diligências aos respectivos sites oficiais dos Municípios de São José/PR e Curitiba/PR na presença de todos, porém nada foi encontrado. Todas as empresas habilitadas presentes questionaram a validade do alvará o qual deveria se fazer constar presente na sessão pública dentro do envelope de habilitação, não devendo ser aberto margem para possíveis juntadas de documentos que não se faziam presentes no ato da sessão como todos os habilitados o fizeram devidamente como requeria o edital, que tal conduta feria o princípio da isonomia e a atitude prejudicaria a real legalidade presente. Refletida as arguições, na hipótese de se entender essencial, a não apresentação pelo licitante enseja sua inabilitação por descumprimento de norma edilícia, com amparo no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e por força, também, do art. 41 da Lei nº 8.666/93. Em seguida a senhora Pregoeira declarou INABILITADAS as empresas TRATOR VALLY COMERCIO DE PEÇAS LTDA - ME e CATIPEÇAS PEÇAS PARA TRATORES LTDA, pela impossibilidade imediata de constar a validade do alvará de funcionamento da empresa, e declarou as empresas supracitadas vencedoras deste Pregão. Os representantes das empresas credenciados manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica concedido o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002, que fica registrado da seguinte forma: TRATOR VALLY COMERCIO DE PEÇAS LTDA – ME, alega em suas razões que pede a sua habilitação solicitando que seu alvará seja considerado porque seu alvará é vitalício e não tem prazo de validade. E a empresa CATIPEÇAS PEÇAS PARA TRATORES LTDA apresenta sua razão de recurso alegando que seu alvará é correto pois é vitalício e perante consulta realizado junto ao jurídico da empresa, a devida comprovação pode ainda ser vista no site da prefeitura de Curitiba. A Pregoeira informa que as empresas vencedoras deverão cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme item 15 do edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - As propostas das empresas vencedoras satisfazem às exigências do edital; b)

- As empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Senhora Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata, encerrando-se a sessão pública do pregão às 15:17.

Itapoá, 29/03/2012.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial

Equipe de Apoio

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Participantes

TRATOR PECAS COM. DE PECAS TRATOR LTDA JOSÉ ANTONIO MOURA	ELISEU TELES DA SILVA ME ADRIANA DA SILVA
---	--

CATIEÇAS PEÇAS PARA TRATORES LTDA CARLOS EDUARDO FARIAS	JULIO SILVESTRI ME JULIO SILVESTRI FILHO
---	---

TRATOR VALLY COMERCIO DE PEÇAS LTDA ME JOAO MARIA WANDERLEY DE ALMEIDA	
---	--

Errata Do Edital de Licitação Pública Licitação/ Modalidade: Convite Nº 006/2012 - Processo Nº 032/2012

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

LICITAÇÃO/MODALIDADE: CONVITE Nº 006/2012 - PROCESSO
Nº 032/2012

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de 600 m3 de oxigênio a serem recarregados em cilindro de oxigênio "PP", "WMED", "G", e "K", para uso no Pronto Atendimento 24 horas, conforme especificações constantes no anexo I do edital.

O Município de Itapoá-SC torna público que no Edital de licitação pública onde lê-se:

Item	Quant	Unid	Especificação do objeto	Preço unitário R\$	Preço total R\$
------	-------	------	-------------------------	--------------------	-----------------

1	600	M3	Oxigênio Medicinal em cilindros Recarga em cilindros de oxigênio a serem recarregados em cilindros "PP", cilindros "WMED", em cilindros "G" e cilindros "K" em metragem cúbica – m3. Entrega e utilização no Pronto atendimento 24 horas. Prazo de entrega quando solicitada deverá ser em 24 (vinte e quatro) horas após a ordem de entrega/solicitação.		
---	-----	----	--	--	--

PASSA A VIGORAR DA SEGUINTE FORMA:

Item	Quant	Unid	Especificação do objeto	Preço unitário máximo R\$	Preço total máximo R\$
1	600	M3	Oxigênio Medicinal em cilindros Recarga em cilindros de oxigênio a serem recarregados em cilindros "PP", cilindros "WMED", em cilindros "G" e cilindros "K" em metragem cúbica – m3. Entrega e utilização no Pronto atendimento 24 horas. Prazo de entrega quando solicitada deverá ser em 24 (vinte e quatro) horas após a ordem de entrega/solicitação.	45,00	27.000,00

Conforme o Art. 21 § 4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES passará para DATA: 10/04/2012 mantendo-se os mesmos horários.

Itapoá, 30 de Março de 2012.

MÁRIO ELÓI TAVARES

Prefeito Municipal em exercício

Resposta À Impugnação Ref. Edital de Pregão Presencial Nº 10/2012 - Processo Nº 25/2012**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

REF. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012 - PROCESSO Nº 25/2012

Prot. Nº 1297/2012.

RECORRENTE: MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA

I. RELATÓRIO

Cuida-se de impugnação ao edital do pregão presencial nº 10/2012, apresentada tempestivamente pela empresa Maiochi Comércio de Tratores Ltda.

Em apertada síntese, como fundamento de suas alegações, a impugnante aduz que: (i) a forma descrita no edital do objeto exclui a participação de uma marca conhecida mundialmente denominada New Holland; (ii) solicita alterações na descrição do objeto alegando não interferir no desempenho do trator e na potencia nominal do mesmo;

Ao final, a impugnante requer a alteração do objeto do processo licitatório, passando a incluir Motor de 3 cilindros, com potencia mínima de 55 a 75 cv turbo ou aspirado para que sua empresa possa participar do certame.

É o necessário relatório.

II. DO MÉRITO

A presente licitação tem como escopo a Aquisição de Patrulha Mecanizada que consiste num conjunto de máquinas, equipamentos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas para plantio, tratamentos culturais e colheita em nosso município de Itapoá, conforme definido no instrumento convocatório e demais elementos do processo administrativo.

Não assiste razão aos argumentos deduzidos, senão vejamos:

No dia 21 de Março de 2012 a própria empresa G.MAIOCHI & CIA LTDA solicitou esclarecimento quanto ao requerido, com a observância aos parâmetros técnicos do objeto do edital em comento.

Consultado os técnicos do Município responsáveis pela elaboração da descrição que fossem necessários ao interesse público quanto a aquisição do objeto, no dia 23/03/2012 foi publicado de ofício como também ex-offício uma errata ao edital, que já se encontra disponível pelos sites www.itapoa.sc.gov.br, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Sobre o tema convém reproduzir as lições de Dr. JOEL DE MENEZES NIEBUHR (Licitação Pública e Contrato Administrativo):

A descrição do objeto talvez seja a fase mais delicada da licitação pública. Acontece que, por um lado, a Administração não pode restringir em demasia o objeto, sob pena de frustrar a competitividade. Por outro lado, ela não pode defini-lo de maneira excessivamente ampla, haja vista que, nesse caso, além de falecerem critérios objetivos para o julgamento das propostas, a própria consecução do interesse público é posta num segundo plano, em virtude de a Administração ter admitido propostas dispares, por força do que, é transparente, não soube ou não envidou os esforços necessários para delimitar, como devido, qual a utilidade que melhor o contempla. E isso porque, se a Administração descreveu o objeto de modo amplo demais, acaba por aceitar soluções dispares inclusive as que não satisfazem o interesse público. Assim sendo, supõe-se que ela não sabe definir bem o que queria e quais as especificidades que pretendia. Por corolário, conclui-se que descurou do interesse público, que demanda ser otimizado. []

A atividade de definição do objeto da licitação pública é eminentemente discricionária. Compete ao agente administrativo avaliar o que o interesse público demanda obter mediante contrato para desenvolver satisfatoriamente as atividades administrativas. [] grifo nosso.

Pois bem, importa que a definição do objeto da licitação e todas as suas especificidades são atividades entregues à discricionariedade dos agentes administrativos, que devem sentir o quadro social, político e econômico, bem como priorizar as demandas a serem atendidas pela Administração Pública. []

III. DECISÃO

Diante do exposto, opinamos pelo recebimento da impugnação ao edital proposta por MAIOCHI COMERCIO DE TRATORES LTDA, porque própria e tempestiva, para no mérito julgá-la PARCIALMENTE IMPROCEDENTE devido a correção ao edital já publicada desde o dia 23/03/2012.

Itapoá (SC), 29 de Março de 2012.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial do Município

ERVINO SPERANDIO

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato Homologação TP 2/2012/PMJ - PL 6/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6/2012/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 6/2012/PMJ.

- Modalidade: TP 2/2012/PMJ.

Objeto: Contratação de agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir os atos da Administração ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010.

- Empresa Vencedora:

DECZKA COMUNICAÇÕES LTDA.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 150.000,00 (conforme Edital TP 2/2012/PMJ).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 28 de Março de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PP 16/2012/PMJ - PL 32/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2012/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2012/PMJ

Objeto: Aquisição de pneus, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal utilizados nas atividades da Secretaria Municipal

de Educação. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 17/04/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 17/04/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 28 de Março de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PP 17/2012/PMJ - PL 36/2012/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2012/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de papelerias, destinadas à manutenção da limpeza e conservação das vias e logradouros públicos do perímetro urbano do Município de Joaçaba (SC). Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 19/04/2012, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 19/04/2012. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 29 de Março de 2012.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PP 7/2012/FMS - PL 14/2012/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2012/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de lanches e bebidas, destinados aos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 18/04/2012, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 18/04/2012, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 28 de Março de 2012.

RAFAEL LASKE
Prefeito

VILMAR ZÍLIO
Gestor do FMS

Extrato Contrato 920/2012/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 920/2012/PMJ
PL 6/2012/PMJ - TP Nº 2/2012/PMJ
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: DECZKA COMUNICAÇÕES LTDA

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir os atos da Administração ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no § 1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010. DOS PREÇOS: Pela execução dos serviços objeto do presente contrato o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a seguinte remuneração:

Desconto de 20% (vinte por cento) concedido pelos veículos de comunicação sobre seus preços, na forma do disposto no inciso III, letra "a" das Normas Padrão, do CENP, incorporadas ao sistema legal por força do art. 7º do Decreto 57.690/66, fixados como estímulo à agência:

Custos de criação e produção decorrentes dos trabalhos de produção interna (serviços internos) executados pela CONTRATADA, e honorários cobrados sobre os serviços prestados por terceiros, e tudo o mais contido na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

Na vigência do contrato, será adotada a seguinte política de preços para os serviços descritos:

a. Desconto a ser concedido ao Município, sobre os custos internos, baseado na Tabela Referencial de Preços Nº 35 do Sindicato das Agências de Propaganda de Santa Catarina: 30% (trinta por cento);

b. Honorários a serem cobrados da Contratante referente a produção de peças e materiais cuja distribuição proporcione à Contratada o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros: 10% (dez por cento);

c. Honorários a serem cobrados da Contratante, referentes à produção de peças e materiais cuja distribuição não proporcione à Contratada o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros: 10% (dez por cento);

d. De conformidade com os investimentos de mídia feitos pelo Município, a agência repassará (ou não) um percentual do desconto de Agência concedido pelos Veículos, segundo o estabelecido no Anexo B à Convenção Nacional Tripartite denominada "Normas-Padrão da Atividade Publicitária", tutelada pelo CENP.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.021 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
14 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas

DATA DE ASSINATURA: 28/03/2012.

VIGÊNCIA: 12 meses a contar da data de sua assinatura.

IMPRES**Portaria Aposentadoria 95/2012 - Maria Cristina**
PORTARIA 095/2012 DE 29 De Março de 2012.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, RESOLVE:

Art. 1º. Retificar o art. 1º, da Portaria nº 91/2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a MARIA CRISTINA KNOLSEISEN, inscrita no CPF sob o nº 385.248.219-49, portadora do RG nº 11/R 549.952, inscrita no PASEP sob o nº 107.31874.59-2, ocupante do cargo de Técnica de Administração, lotada na Secretaria de Educação, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 1.133, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, c/c o art. 41-A, da Lei Complementar nº 099/2005.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2012.

Joaçaba-SC, 29 de Março de 2012.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

SIMAE**Portaria JHL 42/2012**
PORTARIA SIMAE JHL – Nº 42/2012 DE 29.03.2012

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições, Considerando o art. 175, inciso III da Constituição Federal, o Art.2º da Lei nº 2.193 de 12 de dezembro de 1994, da Prefeitura Municipal de Joaçaba-SC, o art. 2º da Lei nº 1.545 de 23 de fevereiro de 1995, da Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste e Art. 3º da Lei nº 250 de 27 de Novembro de 2000 da Prefeitura Municipal de Luzerna,

RESOLVE:

Reajustar em 7,83% as Tarifas de Água e Esgoto e demais taxas do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna, de acordo com os valores constantes nas tabelas em anexo, a partir da competência Maio/2012.

Joaçaba-SC, 29 de Março de 2012.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

ANEXO I						
SIMAE DE JOAÇABA, HERVAL d'OESTE E LUZERNA - SC						
ANEXO DO DO DECRETO Nº 1.878 DE 24/06/98 ALTERADO PELO DECRETO 2.154/01 DE JOAÇABA						
ANEXO DO DO DECRETO Nº 1.161 DE 15/07/98 ALTERADO PELO DECRETO 1.245/99 DE HERVAL d'OESTE						
DECRETO 264 DE 02/01/01 DE LUZERNA						

ANEXO DA PORTARIA Nº JHL 42/2012						
APARTIR DE 1º DE MAIO DE 2012						
LIGAÇÃO DE ÁGUA						
Até 25mm						
CONDI- ÇÕES	PRES- TAÇÕES			TOTAL		
A VISTA				R\$ 286,96		
02 paga- mentos	R\$ 146,35			R\$ 292,70		
03 paga- mentos	R\$ 99,52			R\$ 298,56		
04 paga- mentos	R\$ 76,13			R\$ 304,52		
05 paga- mentos	R\$ 62,12			R\$ 310,60		
06 paga- mentos	R\$ 52,80			R\$ 316,80		
OBS:						
1 . Com diâmetro acima de 25mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.						
LIGAÇÃO DE ESGOTO						
Até 100mm						
CONDI- ÇÕES	PRES- TAÇÕES			TOTAL		
A VISTA				R\$ 196,80		
02 paga- mentos	R\$ 100,37			R\$ 200,74		
03 paga- mentos	R\$ 68,25			R\$ 204,75		
04 paga- mentos	R\$ 52,21			R\$ 208,84		
05 paga- mentos	R\$ 42,60			R\$ 213,00		
06 paga- mentos	R\$ 36,21			R\$ 217,26		
OBS:						
1. Com diâmetro acima de 100mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.						
2. O primeiro pagamento deverá ser efetuado na ocasião do pedido de ligação.						

ANEXO II									
TARIFAS DE ÁGUA									
CATEGORIA "A" - RESIDENCIAL									
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARI-FÁRIOS								
Até 10m³	R\$ 19,52								
De 11 a 15m³	R\$ 19,52 + R\$ 2,87			p/m³ excedente de 10m³					
De 16 a 20m³	R\$ 33,87 + R\$ 3,30			p/m³ excedente de 15m³					
De 21 a 30m³	R\$ 50,37 + R\$ 3,67			p/m³ excedente de 20m³					
De 31 a 40m³	R\$ 87,07 + R\$ 3,99			p/m³ excedente de 30m³					
Acima de 40m³	R\$ 126,97 + R\$ 3,27			p/m³ excedente de 40m³					
CATEGORIA "B" - COMERCIAL E PODE-RES PÚBLICOS									
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARI-FÁRIOS								
Até 10m³	R\$ 32,35								
De 11 a 30m³	R\$ 32,35 + R\$ 4,19			p/m³ excedente de 10m³					
De 31 a 100m³	R\$ 116,15 + R\$ 4,60			p/m³ excedente de 30m³					
Acima de 100m³	R\$ 438,15 + R\$ 3,60			p/m³ excedente de 100m³					
CATEGORIA INDUSTRIAL									
FAIXA DE CONSUMO	VALORES TARI-FÁRIOS								
Até 10m³	R\$ 34,19								
De 11 a 30m³	R\$ 34,19 + R\$ 4,38			p/m³ excedente de 10m³					
De 31 a 100m³	R\$ 121,79 + R\$ 4,84			p/m³ excedente de 30m³					
Acima de 100m³	R\$ 460,59 + R\$ 3,73			p/m³ excedente de 100m³					
OB-SERVA-ÇÕES:									
1 . A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, o cálculo da cobrança									

será efetuado observando o disposto no Parágrafo Único do Art.81 do Regulamento.									
2 . Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias ou temporárias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, e similares, equiparam-se às da Categoria Comercial.									
ANEXO III									
ITEM	OUTROS SER-VIÇOS							VALOR	
1	RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:								
	No cavalete por falta de pagamento							R\$ 21,95	
	No cavalete por falta de pagamento c/ lacre violado							R\$ 118,39	
2	AFERIÇÃO DE HIDRÔ-METROS:								
	Por solicitação do usuário, até ¾"							R\$ 36,47	
	Por solicitação do usuário, acima de 1"							R\$ 48,98	
3	DESLIGAÇÃO:								
	Por solicitação do usuário- temporária (Art. 72 Inciso VII)							R\$ 21,05	
	Por solicitação do usuário- definitiva							R\$ 40,57	
4	VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:								
	Por solicitação do usuário até 2 pavimentos							R\$ 43,48	
	Por solicitação do usuário, por pavimento excedente a 2							R\$ 23,17	
5	CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS:								
	Custo fixo de consumo até 15 dias							R\$ 265,68	
	Custo fixo mensal período superior a 15 dias							R\$ 455,85	
6	CUSTO POR HORA DE MÃO DE OBRA:								
	De encanador							R\$ 14,65	
	De auxiliar							R\$ 9,46	
7	DESLOCAMENTO DO CAVALETE:								
	Por solicitação do usuário (conforme material e tempo empregado, mais taxa de deslocamento veículo).								

8	AVISO DE INTERRUÇÃO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTOS							
	(suprimido conforme Decreto 2651/2005)							
	(art. 72)						R\$ -	
9	EXPEDIENTE:							
	Emissão de 2ª via, extrato, alteração cadastral, e outros						R\$ 2,06	
10	ANÁLISE DE ÁGUA:							
	Físico-Químico						R\$ 63,04	
	Bacteriologia						R\$ 72,76	
	Nitrogênio Total						R\$ 84,37	
	DQO e DBO						R\$ 101,92	
	Fosfato						R\$ 55,92	
11	HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO:							
	*-(Valor das peças empregadas, taxas de aferição, mais taxa de deslocamento de							
	veículo)							
12	HIDRÔMETRO ROUBADO:							
	* - (Valor das peças, mão-de-obra, deslocamento de veículo, hidrômetro e taxa de							
	expediente)							
13	PREÇO DO METRO DE TUBO EXCEDENTE							
	Empregado em ligações de água até 25mm						R\$ 2,43	
14	TAXA DE DESLOCAMENTO DE VEÍCULO,							
	Será cobrada em caso de visita improdutiva e na composição do						R\$ 11,61	
	custo dos itens 07, 11, 12 e 16 deste anexo							
15	DESENTUPIMENTO RAMAL DOMICILIAR DE ESGOTO SANITÁRIO						R\$ 68,11	
16	ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE ECONOMIAS							
	a pedido do usuário (Uma taxa de expediente e uma taxa						R\$ 13,67	
	deslocamento de veículo)							
	OBS.:							
	*Valor a ser cobrado conforme orça-mento.							
SERVIÇO NÃO MEDIDO								

CATE- GORIA	CONSUMO ES- TIMADO M³	VALOR
RESI- DEN- CIAL - R1	10	R\$ 19,52
R2	18	R\$ 43,75
R3	25	R\$ 68,73
R4	40	R\$ 127,03
R1 - Com área até 40m2		
R2 - Com área de 41 a 80 m2		
R3 - Com área de 81 a 120 m2		
R4 - Com área acima de 120 m2		
O Consumo estimado para as demais categorias será de acordo com a área e utilização do imóvel, observado o seguinte:		
- Quando a água for utilizada apenas para fins higiênicos:...10 litros por m2 de área útil/dia;		
- Quando além dos fins higiênicos, ainda for utilizada na produção de bens e serviços:.....40 litros por m2 da área útil/dia;		
Para cálculo dos valores tarifários será aplicado o contido no anexo II.		
ITEM	MULTAS	VALOR
I	intervenção de qualquer modo nas instalações dos serviços públicos de água e de esgoto;	R\$ 170,34
II	ligações clandestinas de qualquer canalização à rede distribuidora de água e coletora de esgotos;	15 vezes a tarifa correspondente ao consumo básico da categoria econômica da ligação
III	violação ou retirada de hidrômetro ou de limitador de consumo;	R\$ 203,97
IV	interconexão da instalação com canalizações alimentadas com água não procedente do abastecimento público;	R\$ 170,34

V	utilização de canalização ou coletor de uma instalação predial	R\$ 56,90	
	para abastecimento de água ou coleta de esgoto de outro imóvel		
	ou economia;		
VI	uso de dispositivos, tais como bombas ou ejetores, na rede	R\$ 340,73	
	distribuidora ou ramal predial;		
VII	lançamento de águas pluviais na instalação de esgoto do prédio;	R\$ 170,34	
VIII	lançamento de despejos "in natura", que por suas características exijam tratamento prévio, na rede coletora de esgoto;	R\$ 340,73	
IX	início da obra de instalação de água e de esgoto em loteamentos ou agrupamentos de edificações, sem prévia autorização do SIMAE;	R\$ 1.702,75	
X	alteração de projeto de instalações de água e de esgoto em loteamentos ou agrupamentos de edificações, sem prévia autorização do SIMAE;	R\$ 681,79	
XI	inobservância das normas e/ou instalações do SIMAE na execução de obras e serviços de água e esgoto;	R\$ 340,73	
XII	Qualquer impedimento para acesso ao hidrômetro, para realização de leitura, suspensão de fornecimento de água ou manutenção do hidrômetro;	R\$ 85,21	
XIII	Intervenção e/ou utilização de hidrantes para fins não autorizados pelo SIMAE;	R\$ 460,82	
XIV	Construção sobre redes de distribuição de água e rede coletora de esgotos;	R\$ 170,34	
XV	Impontualidade no pagamento de tarifas devidas ao SIMAE (Alterado pela Lei 2961 de 2007 Joaçaba)(Decreto 2.259 de 2007 Herval d'Oeste)(Decreto Nº 839 de 2007 Luzerna)	Multa de 2,0% (dois por cento). Juros de Mora calculados à taxa referencial do	

							Sistema de Liquidação e Custódia, SELIC, acumulada mensalmente.
Obs: As multas previstas neste anexo, poderão ser aplicadas em dobro, em caso de reincidência, exceto aquelas decorrentes da impontualidade no pagamento de tarifas (§ 4º Art. 1º do Decreto 2.154/01 Joaçaba)(§ 4º Art. 1º do Decreto Nº 1.245/99 de Herval d'Oeste).							
FAIXA DE CONSUMO		VALORES TARI-FÁRIOS					
Até 10m³		R\$ 24,92					
De 11 a 50m³		R\$ 24,92	+	R\$ 2,62		p/m³ excedente de 10m³	
De 51 a 100m³		R\$ 129,72	+	R\$ 2,98		p/m³ excedente de 30m³	
Acima de 100m³		R\$ 278,72	+	R\$ 3,26		p/m³ excedente de 100m³	
CATEGORIA INDUSTRIAL							
FAIXA DE CONSUMO		VALORES TARI-FÁRIOS					
Até 10m³		R\$ 31,38					
De 11 a 30m³		R\$ 31,38	+	R\$ 4,13		p/m³ excedente de 10m³	
De 31 a 100m³		R\$ 113,98	+	R\$ 4,85		p/m³ excedente de 30m³	
Acima de 100m³		R\$ 453,48	+	R\$ 3,73		p/m³ excedente de 100m³	
TARIFA DE ESGOTO							
A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, o cálculo da cobrança será efetuado observando o disposto no Parágrafo Único do Art.81 do regulamento.							
TARIFAS DE ÁGUA SOCIAL							
CATEGORIA "A" - RESIDENCIAL							
FAIXA DE CONSUMO							
Até 10m³		R\$ 9,76					
De 11 a 15m³		R\$ 9,76	+	R\$ 1,44		p/m³ excedente de 10m³	
De 16 a 20m³		R\$ 16,96	+	R\$ 3,30		p/m³ excedente de 15m³	

De 21 a 30m³	R\$ 33,46	+	R\$ 3,67	p/m³ excedente de 20m³	
De 31 a 40m³	R\$ 70,16	+	R\$ 3,99	p/m³ excedente de 30m³	
Acima de 40m³	R\$ 110,06	+	R\$ 3,27	p/m³ excedente de 40m³	
TARIFAS DE ÁGUA COMERCIAL II					
CATEGORIA "B" - COMERCIAL					
FAIXA DE CONSUMO					
Até 10m³	R\$ 19,52				
De 11 a 30m³	R\$ 19,52	+	R\$ 4,19	p/m³ excedente de 10m³	
De 31 a 100m³	R\$ 103,32	+	R\$ 4,60	p/m³ excedente de 30m³	
Acima de 100m³	R\$ 425,32	+	R\$ 3,60	p/m³ excedente de 100m³	

Portaria JHL 43/12

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 43/2012 DE 29/03/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar ROMALCIR SCHUCK, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, enquadrado no P-4, N-3 Ref. I-9, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Placa MAY -8031 e dirigir veículos do Setor de Manutenção de Eletromecânica, no período de 01 de Abril de 2012 à 31 de Maio de 2012, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de Março de 2012.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Portaria JHL 44/12

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 44/2012 DE 29/03/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Helton Lucio da Cunha Mattos, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no P-3, N-1 Ref. J-3,

para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Placa MAY - 8311 e dirigir o veículo Gol Power 1.6 Placa MCR 4695, no período de 01 de Abril de 2012 à 31 de Maio de 2012, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de Março de 2012.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Portaria JHL 45/12

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 45/2012 DE 29/03/2012

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Gerson Gregório Ribeiro, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no P-3, N-3 Ref. A-7, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Placa MDV - 5038 e dirigir veículo Gol Power 1.6 Placa MCR 4695, no período de 09 à 28 de Abril de 2012, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de Março de 2012.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Homologação Pregão 15/2012 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2012 - PR Processo Administrativo: 21/2012 Processo de Licitação: 21/2012 Data do Processo: 07/03/2012
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 21/2012
b) Licitação Nr.: 15/2012-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 29/03/2012
e) Data da Adjudicação: 29/03/2012 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR PARA AS SALAS DO DIRETOR ADJUNTO E DIRETORA DO SIMAE.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008028 - ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA EPP	<u>3</u>	0,0000	<u>5.010,00</u>
	3		5.010,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.060.4.4.90.00.00.00.00.00 (11)

Joaçaba, 29 de Março de 2012.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Resumo Contrato JHL 0031/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0031/2012
PREGÃO PRESENCIAL 0002/2012
LICITAÇÃO 0002/2012
PROTOCOLO Nº0017/2012
Data: 28/03/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2012.
Contratado: SAINT-GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA
Valor Total do Contrato: 4.651,55 (Quatro mil, seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).
PROGRAMA: 14.01.2.061
ELEMENTO: 3.3.90.30.99
Prazo de vigência: 28/03/2012 a 29/05/2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0032/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0031/2012
PREGÃO PRESENCIAL 0002/2012
LICITAÇÃO 0002/2012
PROTOCOLO Nº0017/2012
Data: 28/03/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2012.
Contratado: ANGOLINI & ANGOLINI LTDA
Valor Total do Contrato: 21.205,50 (Vinte e um mil, duzentos e cinco reais e cinquenta centavos).
PROGRAMA: 14.01.2.061
ELEMENTO: 3.3.90.30.99
Prazo de vigência: 28/03/2012 a 29/05/2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0033/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0031/2012
PREGÃO PRESENCIAL 0002/2012
LICITAÇÃO 0002/2012
PROTOCOLO Nº0017/2012
Data: 28/03/2012

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2012.
Contratado: STARLUX EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
Valor Total do Contrato: R\$2.260,65 (Dois mil, duzentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos)
PROGRAMA: 14.01.2.061
ELEMENTO: 3.3.90.30.99
Prazo de vigência: 28/03/2012 a 29/05/2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0034/2012

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0034/2012
TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0013/2011
TOMADA DE PREÇOS JHL 0001/2011
LICITAÇÃO JHL 0006/2011
PROCESSO JHL 0252/2011
Data: 28/03/2012

Objeto: Supressões dos quantitativos inicialmente contratados, de acordo com art.65 § 2º, inciso II da Lei 8666/93.
Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.
Anulação no Valor total de: R\$ 111.837,38 (Cento e onze mil, oitocentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos)

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

PP 28, 29 e 30 e Tp 13-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 28-2012 PML
Objeto: Aquisição de Persianas
Abertura: 25/04/2012 às 16:00

Modalidade: PP 29-2012 PML
Objeto: Aquisição de Material de Construção
Abertura: 02/05/2012 às 13:30

Modalidade: PP 30-2012 PML
Objeto: Aquisição de Computadores e Notebook
Abertura: 26/04/2012 às 15:30

Modalidade: TP 13-2012 PML
Objeto: Locação e Manutenção de Softwares
Abertura: 26/04/2012 às 13:30

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 30 de Março de 2012.
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário de Administração

Rerratificação PP 23-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitação
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2012- PML.
OBJETO:AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA USO NAS UNIDADES ESCOLARES

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

em resposta à pedido de esclarecimento, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

*INCLUIR ITEM 2.2 (ARMÁRIO 2 PORTAS) E 1.3 (BALCÃO TROCADOR), NO LOTE 03, QUE PASSA A TER UM VALOR ESTIMADO DE R\$ 138.231,80;

*INCLUIR ITEM 2.1 (ARMÁRIO AÉREO) NO LOTE 01, QUE PASSA A TER UM VALOR ESTIMADO DE R\$ 44.483,20;

*EXCLUIR O LOTE 02.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 03/04/2012 às 13:30 horas, para o dia 27/04/2012 às 13:30 horas.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 30 de Março de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário da Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 015/2012

DECRETO Nº 015/2012

Dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados e consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público e da outras providências.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2013
2 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2013
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2013
3 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidênciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2013
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	

4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro de 2013
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro de 2013
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2013
5 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2013
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2013
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2013
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2013
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almo-xarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º - Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º - Os Procedimentos Contábeis referidos neste Decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lauro Müller, 29 De Março de 2012.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Aviso de Licitação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 62/2012

Edital : TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS 62/2012



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Tipo: Menor Preço Global
Objeto: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) ESCOLA DE ENSINO INFANTIL TIPO C 220V - PROJETO PADRÃO FNDE/MEC.

Abertura às 9h00m do dia 17 de Abril de 2012.

A retirada do Edital deverá ser feita no Setor de Licitação da Prefeitura. Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 07:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 02 de Abril de 2012.
RENATO CITADIN
Comissão Permanente De Licitação

Lebon Régis

PREFEITURA

Decreto Nº 032 Ponto Facultativo

DECRETO Nº 032/2012, de 30 de Março de 2012.

Estabelece ponto facultativo e contem outras providencias.

O Prefeito Municipal DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido ponto facultativo para os servidores públicos municipais no dia 05 de abril de 2012 no horário normal de expediente, exceto as repartições cujos serviços são considerados essenciais por sua natureza e não podem ser paralisados.

Art. 2º - O expediente retorna ao seu horário habitual dia 09 de abril a partir das 08:00 horas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.
Lebon Régis, 30 de Março de 2012.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta data na Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Aviso Errata de Edital

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS - SC
SECRETARIA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS
TOMADA DE PREÇOS nº 4/2012 - Processo Licitatório nº 17/2012
ERRATA DE EDITAL onde Le-se:

O Município de Lebon Régis-SC, através da Comissão Permanente, torna público que fará realizar às 14:30h do dia 10 de Abril de 2012, na sala CPL, localizado no Paço Municipal situado na Rua

Artur Barth, Centro, TOMADA DE PREÇOS, para obra de Pavimentação da via urbana da Estrada Acesso ao Bairro Núcleo Rio Doce, executado em alvenaria polidétrica (pedras irregulares), totalizando área de 8.043,54 m2, conforme consta no edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até às 08h30min horas do dia 09 de Março de 2012. Obtenção Edital: No Setor de Compras e Licitações de segunda a sexta feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min horas, e pelo endereço: www.lebonregis.sc.gov.br. Comissão de Licitação. Lebon Régis, 17 de fevereiro de 2012. Itacir Luiz Rizzo- Presidente.

Leia-se:

O Município de Lebon Régis-SC, através da Comissão Permanente, torna público que fará realizar às 14:30h do dia 18 de Abril de 2012, na sala CPL, localizado no Paço Municipal situado na Rua Artur Barth, Centro, TOMADA DE PREÇOS, para obra de Pavimentação da via urbana da Estrada Acesso ao Bairro Núcleo Rio Doce, executado em alvenaria polidétrica (pedras irregulares), totalizando área de 8.043,54 m2, conforme consta no edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até às 14:30h do dia 18 de Abril de 2012. Obtenção Edital: No Setor de Compras e Licitações de segunda a sexta feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min horas, e pelo endereço: www.lebonregis.sc.gov.br. Comissão de Licitação.

Lebon Régis, 30 de Março de 2012.

ITACIR LUIZ RIZZO

Presidente.

Processo Deserto

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC

PROCESSO LICITATORIO 13/2012

TOMADA DE PREÇOS 4/2012

Nenhuma empresa compareceu para apresentar envelopes de documentação e Proposta, sendo assim, o Presidente e a Comissão, instituída pelo Decreto nº 15/2012 do município de Lebon Régis-SC, por meio de seu Presidente, em cumprimento do que dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, julga a licitação DESERTA, mediante o não comparecimento de licitantes.

Lebon Régis-SC, 29 de Março de 2012.

ITACIR LUIZ RIZZO

Presidente Oficial Prefeitura de Lebon Régis-SC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC

PROCESSO LICITATORIO 9/2012

TOMADA DE PREÇOS 1/2012

Nenhuma empresa compareceu para apresentar envelopes de documentação e Proposta, sendo assim, o Presidente e a Comissão, instituída pelo Decreto nº 15/2012 do município de Lebon Régis-SC, por meio de seu Presidente, em cumprimento do que dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, julga a licitação DESERTA, mediante o não comparecimento de licitantes. Lebon Régis-SC.

Lebon Régis 09 de Março de 2012.

ITACIR LUIZ RIZZO

Presidente Oficial Prefeitura de Lebon Régis-SC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC

PROCESSO LICITATORIO 11/2012

TOMADA DE PREÇOS 2/2012

Nenhuma empresa compareceu para apresentar envelopes de documentação e Proposta, sendo assim, o Presidente e a Comissão, instituída pelo Decreto nº 15/2012 do município de Lebon Régis-SC, por meio de seu Presidente, em cumprimento do que dispõe a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, julga a licitação DESERTA, mediante o não comparecimento de licitantes. Lebon Régis-SC.

Lebon Régis 12 de Março de 2012.
ITACIR LUIZ RIZZO
Presidente Oficial Prefeitura de Lebon Régis-SC.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei N.º 885/2012

LEI Nº 885 DE 29 De Março de 2012.
Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 434, de 15/06/2005 que criou o cargo CANTONEIRO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, SC, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei Nº 434, de 15 de junho de 2005, a qual cria cargo público no Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal passa a vigorar com a redação da presente Lei.

Art. 1º
Parágrafo único. Sobre o vencimento mensal descrito no caput deste artigo incidirá o abono previsto na Lei Municipal nº 388, de 10/03/2004.

Art. 2º A despesa desta lei correrá por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de Março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 892/2012

LEI Nº 892 DE 29 De Março de 2012.
"Autoriza a Chefe do Poder Executivo a firmar contrato de cessão de direito real de uso de áreas de terras e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art 1º Fica autorizada a Chefe do Poder Executivo a firmar contrato de cessão de direito real de uso, firmado entre o Município e o Senhor Jânio Guchert e sua esposa Dóris Maria Berns Guckert, objetivando a construção de um estádio de futebol, na localidade de Alto Vargedo.

Parágrafo único: A minuta contratual integra esta Lei de forma inseparável.

Art 2º O prazo da presente cessão é de 40 (quarenta) anos.

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de Março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 893/2012

LEI Nº 893 DE 29 De Março de 2012.
"Autoriza a Chefe do Poder Executivo a firmar contrato de cessão de direito real de uso de áreas de terras e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art 1º Fica autorizada a Chefe do Poder Executivo a firmar contrato de cessão de direito real de uso, firmado entre o Município e o Senhor Francisco Steinback e sua esposa Maria Julsá Guedes Steinback, objetivando a construção de um estádio de futebol, na localidade de Ribeirão dos Ovos.

Parágrafo único: A minuta contratual integra esta Lei de forma inseparável.

Art 2º O prazo da presente cessão é de 40 (quarenta) anos.

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de Março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 894/2012

LEI Nº 894 DE 29 De Março de 2012.
"Autoriza a Chefe do Poder Executivo a firmar contrato de cessão de direito real de uso de áreas de terras e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art 1º Fica autorizada a Chefe do Poder Executivo a firmar contrato de cessão de direito real de uso, firmado entre o Município e a Senhora Ida Maria Lofy, objetivando a construção de um estádio de futebol, na localidade de Ribeirão dos Ovos.

Parágrafo único: A minuta contratual integra esta Lei de forma inseparável.

Art 2º O prazo da presente cessão perdurará até que a Associação deixe de existir, em caso de dissolução a área de terras cedidas voltará automaticamente ao cedente.

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de Março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 895/2012

LEI Nº 895 DE 29 De Março de 2012.
Fixa o subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para o mandato de 2013 a 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art 1º Fica fixado em R\$ 8.000,00 (oito mil reais) o subsídio mensal

do Prefeito Municipal para o mandato de 2013 a 2016.

Art 2º Fica fixado em R\$ 3.000,00 (três mil reais) o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal para o mandato de 2013 a 2016.

Art 3º Fica fixado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) o subsídio mensal do Secretário Municipal para o período de 2013 a 2016, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie de remuneração.

Parágrafo único. Ao Chefe de Gabinete do Prefeito e ao Procurador Geral é atribuído o status de Secretário Municipal.

Art 4º O Prefeito, o Vice-Prefeito, e o Secretário Municipal fazem jus ao 13º (décimo terceiro) subsídio integral ou proporcional ao tempo de exercício, devido no mês de dezembro de cada exercício ou no mês do seu afastamento do cargo, além de férias remuneradas acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio, devidas após cada período de 12 (doze) meses ou proporcionais ao tempo de exercício.

Art 5º Os agentes políticos, a que se refere esta Lei, podem optar por escrito pela remuneração do cargo efetivo, se forem servidores municipais.

Art 6º Ao Vice-Prefeito não é permitido acumular o subsídio com a remuneração de cargo efetivo, se servidor de qualquer ente federativo.

Art 7º Os subsídios desta Lei devem ser revistos, anualmente, na mesma data da revisão geral anual da remuneração dos servidores municipais sem distinção de índice.

Art 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de Março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 896/2012

LEI Nº 896, DE 29 De Março de 2012.

"Fixa o Subsídio dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal para a Legislatura 2013 a 2016"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O subsídio mensal dos Vereadores é fixado em R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais).

§ 1º O valor a ser descontado do Vereador, por ausência às votações realizadas, ou às sessões é o correspondente a um quarto do valor do subsídio.

§ 2º O Vereador faz jus ao 13º (décimo terceiro) subsídio integral, em dezembro de cada sessão legislativa, se exerceu o mandato durante todo o período ou proporcional ao tempo de exercício do mandato, no mês do seu afastamento.

Art. 2º Além do subsídio, o Presidente da Câmara faz jus à verba de representação, de caráter indenizatório corresponde a cinquenta por cento do valor do subsídio.

Art. 3º O subsídio dos Vereadores, fixados por esta lei, deve ser revisado anualmente, na mesma data e no mesmo índice dos servidores públicos municipais. (art.37, X, da CF).

Art. 4º O subsídio dos Vereadores não deverá ultrapassar o limite de 20% (vinte por cento), do que, a igual título, for pago em espécie, no mesmo mês, aos Deputados Estaduais (art. 29, VI, a da CF).

Art. 5º A despesa total com o subsídio dos Vereadores, em cada exercício, não deve exceder a 5% (cinco por cento) da receita do Município.

Art. 6º A despesa total do Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos não deve exceder a 8% (oito por cento)

do somatório da receita tributária e as transferências constitucionais, efetivamente arrecadadas no exercício anterior (art. 29-A, CF).

Art. 7º A folha de pagamento da Câmara Municipal, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores, não deve exceder a 70% (setenta por cento) da sua receita devida e transferida mensalmente a título de suprimento (art. 29-A, § 1º, da CF).

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2013.

Leoberto Leal, 29 de Março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lei N.º 897/2012

LEI Nº 897, DE 29 De Março de 2012.

"CRIA A GRATIFICAÇÃO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

APREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica criada a gratificação de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) atribuída ao servidor que for designado pelo Chefe do Poder Executivo para coordenar o Centro Odontológico.

§ 1º A Gratificação estabelecida no caput deste artigo, terá seu valor nominal reajustado observando-se o mesmo percentual definido quando a revisão geral anual dos servidores públicos do Município de Leoberto Leal.

§ 2º A Gratificação de que trata esta Lei ficará incorporada ao vencimento e provento, sendo que, a cada doze meses ininterruptos de efetivo exercício nas atividades mencionadas no Art. 1º desta Lei, o servidor terá o acréscimo de 10% (dez por cento) do valor à gratificação no vencimento, se cumprido suas funções com zelo e obediência.

Art. 2º As despesas para a execução desta Lei, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 29 de Março de 2012
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Aviso de Licitação Deserta PP Nº 029/2012 PMLI

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 038/2012

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Pregão Presencial na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviço de táxi, para a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, foi DECLARADA DESERTA, no dia 29 de Março de 2012. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 29/03/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Processo Licitatório Nº 041/2012 - Pregão Presencial Nº 032/2012 PMLI

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2012 - PMLL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2012 - PMLL

TIPO: "Menor Preço" (por item). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais esportivos para a Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do Município de Leoberto Leal, conforme especificado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Licitação nº 032/2012. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 13 de abril de 2012. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 29/03/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul**PREFEITURA****Extrato Pregão 01/2012 FMS**

Estado de Santa Catarina

Município de Lindóia do Sul

Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2012

Genir Loli - Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de serviços médicos, na seguinte modalidade: ESF, para o ano de 2012, no dia 13 de abril de 2012 as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 30 de Março de 2012.

GENIR LOLI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Luzerna**PREFEITURA****Extrato Homologação Tp.003.2012 - Pavimentação Edmundo**

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Tomada de Preço nº 003/2012

O Prefeito de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0026/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia.

- Objeto: Fornecimento de material e mão-de-obra para execução de 7.614,75m² de pavimentação asfáltica em CAUQ sobre paralelepípedo e sinalização horizontal nas Ruas Afonso Edmundo Dresch e Engenheiro Roberto Anrain; e parte das ruas Francisco Lindner, Bela Vista e Rui Barbosa, situadas no perímetro urbano do município de Luzerna, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma.

- Empresas Vencedoras: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

- Valor total: R\$ 425.500,82

Luzerna (SC), 29 de Março de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

1º Ato de Apostilamento - Ata de Registro de Preços Nº PML.0018/2011 de 27/12/2011

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PML.0018/2011 de 27/12/2011

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº pml.0018/2011 de 27/12/2011, proveniente do Processo Licitatório nº pml.0086/2011, Pregão nº pml.0041/2011, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC), e as empresas AUTO POSTO LUZERNA LTDA e REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº pml.0018/2011 de 27/12/2011, proveniente do Processo Licitatório nº 0086/2011, Pregão nº 0041/2011, acrescendo a seguinte dotação orçamentária:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

07. SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

Atividade: 0701.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar

Reduzido: 120

Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 28 de Março de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Município de MARACAJÁ - SC RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Relatorio Resumido da Execução Orçamentária - Anexo I

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.010.000,00	16.010.000,00	2.142.463,48	13,38	2.142.463,48	13,38	13.867.536,52
RECEITAS CORRENTES	12.380.000,00	12.380.000,00	2.076.780,09	16,78	2.076.780,09	16,78	10.303.219,91
RECEITA TRIBUTARIA	787.360,00	787.360,00	77.392,80	9,83	77.392,80	9,83	709.967,20
IMPOSTOS	638.600,00	638.600,00	53.397,87	8,36	53.397,87	8,36	585.202,13
TAXAS	148.760,00	148.760,00	23.994,93	16,13	23.994,93	16,13	124.765,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	560.860,00	560.860,00	123.740,62	22,06	123.740,62	22,06	437.119,38
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	376.000,00	376.000,00	91.033,83	24,21	91.033,83	24,21	284.966,17
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação	184.860,00	184.860,00	32.706,79	17,69	32.706,79	17,69	152.153,21
RECEITA PATRIMONIAL	235.760,00	235.760,00	85.981,61	36,47	85.981,61	36,47	149.778,39
RECEITAS IMOBILIARIAS	3.260,00	3.260,00	339,81	10,42	339,81	10,42	2.920,19
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	232.500,00	232.500,00	85.641,80	36,84	85.641,80	36,84	146.858,20
RECEITA INDUSTRIAL	13.200,00	13.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.200,00
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	13.200,00	13.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.200,00
RECEITA DE SERVIÇOS	12.000,00	12.000,00	375,00	3,13	375,00	3,13	11.625,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.578.740,00	10.578.740,00	1.765.712,53	16,69	1.765.712,53	16,69	8.813.027,47
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.578.740,00	10.578.740,00	1.765.712,53	16,69	1.765.712,53	16,69	8.813.027,47
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	192.080,00	192.080,00	23.577,53	12,27	23.577,53	12,27	168.502,47
Multas e Juros de Mora	99.200,00	99.200,00	10.428,88	10,51	10.428,88	10,51	88.771,12
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	86.000,00	86.000,00	13.148,65	15,29	13.148,65	15,29	72.851,35
RECEITAS DIVERSAS	6.880,00	6.880,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.880,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.630.000,00	3.630.000,00	65.683,39	1,81	65.683,39	1,81	3.564.316,61
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	6.071,70	0,00	6.071,70	0,00	-6.071,70
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	6.071,70	0,00	6.071,70	0,00	-6.071,70
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.630.000,00	3.630.000,00	59.611,69	1,64	59.611,69	1,64	3.570.388,31
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.630.000,00	3.630.000,00	59.611,69	1,64	59.611,69	1,64	3.570.388,31
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	340.000,00	340.000,00	136.458,88	40,13	136.458,88	40,13	203.541,12
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	340.000,00	340.000,00	136.458,88	40,13	136.458,88	40,13	203.541,12
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	340.000,00	340.000,00	136.458,88	40,13	136.458,88	40,13	203.541,12
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	340.000,00	340.000,00	136.458,88	40,13	136.458,88	40,13	203.541,12
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.350.000,00	16.350.000,00	2.278.922,36	13,94	2.278.922,36	13,94	14.071.077,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de MARACAJÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.350.000,00	16.350.000,00	2.278.922,36	13,94	2.278.922,36	13,94	14.071.077,64
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.350.000,00	16.350.000,00	2.278.922,36	13,94	2.278.922,36	13,94	14.071.077,64
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	624.295,30	—	—	53.804,14	—	—
Superávit Financeiro	—	624.295,30	—	—	53.804,14	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.696.400,00	668.042,30	16.364.442,30	3.166.982,58	3.166.982,58	1.947.338,84	1.947.338,84	11,90	14.417.103,46
DESPESAS CORRENTES	10.628.400,00	72.204,62	10.700.604,62	2.925.026,08	2.925.026,08	1.849.530,34	1.849.530,34	17,28	8.851.074,28
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.732.384,00	56.650,10	5.789.034,10	1.120.625,60	1.120.625,60	1.092.143,47	1.092.143,47	18,87	4.696.890,63
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	119.000,00	0,00	119.000,00	39.122,07	39.122,07	39.122,07	39.122,07	32,88	79.877,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.777.016,00	15.554,52	4.792.570,52	1.765.278,41	1.765.278,41	718.264,80	718.264,80	14,99	4.074.305,72
DESPESAS DE CAPITAL	4.758.000,00	595.837,68	5.353.837,68	241.956,50	241.956,50	97.808,50	97.808,50	1,83	5.256.029,18
INVESTIMENTOS	4.388.000,00	595.837,68	4.983.837,68	187.988,10	187.988,10	43.840,10	43.840,10	0,88	4.939.997,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	370.000,00	0,00	370.000,00	53.968,40	53.968,40	53.968,40	53.968,40	14,59	316.031,60
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	310.000,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	653.600,00	0,00	653.600,00	166.414,06	166.414,06	166.414,06	166.414,06	25,46	487.185,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	653.600,00	0,00	653.600,00	166.414,06	166.414,06	166.414,06	166.414,06	25,46	487.185,94
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.350.000,00	668.042,30	17.018.042,30	3.333.396,64	3.333.396,64	2.113.752,90	2.113.752,90	12,42	14.904.289,40

Continua 2/3

Município de MARACAJA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.350.000,00	668.042,30	17.018.042,30	3.333.396,64	3.333.396,64	2.113.752,90	2.113.752,90	12,42	14.904.289,40
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	165.169,46	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.350.000,00	668.042,30	17.018.042,30	3.333.396,64	3.333.396,64	2.113.752,90	2.278.922,36	12,42	14.904.289,40

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 78.677,41

FONTE:

MARACAJA, 28/03/2012

HELDER FRANCISCO LOCH
Cont.CRC/SC 026224/O-5

RENAN MACHADO FREGULIA
Resp.Central do Sist.Cont.Interno

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Relatorio Resumido da Execução Orçamentária - Anexo II

Município de MARACAJA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.696.400,00	16.364.442,30	3.166.982,58	3.166.982,58	1.947.338,84	1.947.338,84	92,13	11,90	14.417.103,46
Legislativa	576.000,00	576.000,00	93.426,78	93.426,78	93.426,78	93.426,78	4,42	16,22	482.573,22
Ação Legislativa	576.000,00	576.000,00	93.426,78	93.426,78	93.426,78	93.426,78	4,42	16,22	482.573,22
Administração	1.433.480,00	1.433.480,00	542.972,51	542.972,51	273.925,24	273.925,24	12,96	19,11	1.159.554,76
Administração Geral	1.433.480,00	1.433.480,00	542.972,51	542.972,51	273.925,24	273.925,24	12,96	19,11	1.159.554,76
Segurança Pública	25.400,00	25.400,00	4.268,10	4.268,10	2.778,53	2.778,53	0,13	10,94	22.621,47
Policiamento	25.400,00	25.400,00	4.268,10	4.268,10	2.778,53	2.778,53	0,13	10,94	22.621,47
Assistência Social	330.260,00	337.350,68	70.435,13	70.435,13	25.008,23	25.008,23	1,18	7,41	312.342,45
Assistência ao Idoso	24.000,00	24.000,00	1.000,00	1.000,00	195,85	195,85	0,01	0,82	23.804,15
Assistência à Criança e ao Adolescente	81.000,00	81.000,00	12.548,17	12.548,17	6.875,06	6.875,06	0,33	8,49	74.124,94
Assistência Comunitária	205.260,00	212.350,68	56.886,96	56.886,96	17.937,32	17.937,32	0,85	8,45	194.413,36
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Previdência Social	630.000,00	630.000,00	57.781,47	57.781,47	57.781,47	57.781,47	2,73	9,17	572.218,53
Previdência do Regime Estatutário	630.000,00	630.000,00	57.781,47	57.781,47	57.781,47	57.781,47	2,73	9,17	572.218,53
Saúde	2.607.460,00	2.651.207,00	933.538,52	933.538,52	449.813,24	449.813,24	21,28	16,97	2.201.393,76
Atenção Básica	2.500.000,00	2.543.747,00	861.438,52	861.438,52	441.084,05	441.084,05	20,87	17,34	2.102.662,95
Alimentação e Nutrição	107.460,00	107.460,00	72.100,00	72.100,00	8.729,19	8.729,19	0,41	8,12	98.730,81
Educação	3.889.360,00	4.486.010,10	671.896,59	671.896,59	499.260,52	499.260,52	23,62	11,13	3.986.749,58
Ensino Fundamental	2.844.360,00	2.891.010,10	601.166,00	601.166,00	432.084,49	432.084,49	20,44	14,95	2.458.925,61
Ensino Profissional	96.000,00	96.000,00	2.568,00	2.568,00	2.568,00	2.568,00	0,12	2,68	93.432,00
Educação Infantil	770.000,00	1.320.000,00	54.769,95	54.769,95	51.215,39	51.215,39	2,42	3,88	1.268.784,61
Educação de Jovens e Adultos	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Educação Especial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Serviço da Dívida Interna	89.000,00	89.000,00	13.392,64	13.392,64	13.392,64	13.392,64	0,63	15,05	75.607,36
Cultura	58.000,00	58.000,00	610,00	610,00	110,00	110,00	0,01	0,19	57.890,00
Difusão Cultural	58.000,00	58.000,00	610,00	610,00	110,00	110,00	0,01	0,19	57.890,00
Urbanismo	3.796.440,00	3.816.994,52	518.778,39	518.778,39	353.477,45	353.477,45	16,72	9,26	3.463.517,07
Serviços Urbanos	3.676.440,00	3.696.994,52	518.778,39	518.778,39	353.477,45	353.477,45	16,72	9,56	3.343.517,07
Transportes Coletivos Urbanos	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Habitação	445.000,00	445.000,00	6.520,00	6.520,00	6.520,00	6.520,00	0,31	1,47	438.480,00
Habitação Urbana	445.000,00	445.000,00	6.520,00	6.520,00	6.520,00	6.520,00	0,31	1,47	438.480,00

Continua 1/3

Município de MARACAJA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.696.400,00	16.364.442,30	3.166.982,58	3.166.982,58	1.947.338,84	1.947.338,84	92,13	11,90	14.417.103,46
Saneamento	20.000,00	20.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Saneamento Básico Urbano	20.000,00	20.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Agricultura	470.000,00	470.000,00	105.515,25	105.515,25	66.483,94	66.483,94	3,15	14,15	403.516,06
Extensão Rural	470.000,00	470.000,00	105.515,25	105.515,25	66.483,94	66.483,94	3,15	14,15	403.516,06
Indústria	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Comércio e Serviços	490.000,00	490.000,00	47.240,80	47.240,80	20.626,22	20.626,22	0,98	4,21	469.373,78
Turismo	490.000,00	490.000,00	47.240,80	47.240,80	20.626,22	20.626,22	0,98	4,21	469.373,78
Desporto e Lazer	95.000,00	95.000,00	7.371,00	7.371,00	1.499,18	1.499,18	0,07	1,58	93.500,82
Desporto Comunitário	95.000,00	95.000,00	7.371,00	7.371,00	1.499,18	1.499,18	0,07	1,58	93.500,82
Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	96.628,04	96.628,04	96.628,04	96.628,04	4,57	19,33	403.371,96
Refinanciamento da Dívida Externa	500.000,00	500.000,00	96.628,04	96.628,04	96.628,04	96.628,04	4,57	19,33	403.371,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	653.600,00	653.600,00	166.414,06	166.414,06	166.414,06	166.414,06	7,87	25,46	487.185,94
Legislativa	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Ação Legislativa	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Administração	150.000,00	150.000,00	66.454,95	66.454,95	66.454,95	66.454,95	3,14	44,30	83.545,05
Administração Geral	150.000,00	150.000,00	66.454,95	66.454,95	66.454,95	66.454,95	3,14	44,30	83.545,05
Saúde	100.000,00	100.000,00	26.371,10	26.371,10	26.371,10	26.371,10	1,25	26,37	73.628,90
Atenção Básica	100.000,00	100.000,00	26.371,10	26.371,10	26.371,10	26.371,10	1,25	26,37	73.628,90
Educação	391.600,00	391.600,00	73.588,01	73.588,01	73.588,01	73.588,01	3,48	18,79	318.011,99
Ensino Fundamental	373.600,00	373.600,00	65.496,85	65.496,85	65.496,85	65.496,85	3,10	17,53	308.103,15

Continua 2/3

Município de MARACAJA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	653.600,00	653.600,00	166.414,06	166.414,06	166.414,06	166.414,06	7,87	25,46	487.185,94
Educação	391.600,00	391.600,00	73.588,01	73.588,01	73.588,01	73.588,01	3,48	18,79	318.011,99
Educação Infantil	18.000,00	18.000,00	8.091,16	8.091,16	8.091,16	8.091,16	0,38	44,95	9.908,84
TOTAL (III) = (I + II)	16.350.000,00	17.018.042,30	3.333.396,64	3.333.396,64	2.113.752,90	2.113.752,90	100,00	12,42	14.904.289,40

FONTE:

MARACAJA, 28/03/2012

HELDER FRANCISCO LOCH
Cont.CRC/SC 026224/O-5

RENAN MACHADO FREGULIA
Resp.Central do Sist.Cont.Interno

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Relatorio Resumido da Execução Orçamentária - Anexo X

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	706.000,00	706.000,00	58.817,80	58.817,80	8,33
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	104.000,00	104.000,00	5.370,78	5.370,78	5,16
1.1.1- IPTU	55.600,00	55.600,00	21,67	21,67	0,04
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.400,00	1.400,00	3,66	3,66	0,26
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	35.000,00	35.000,00	4.169,32	4.169,32	11,91
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	12.000,00	12.000,00	1.176,13	1.176,13	9,80
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	52.000,00	52.000,00	10.686,80	10.686,80	20,55
1.2.1- ITBI	51.000,00	51.000,00	10.632,52	10.632,52	20,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	54,28	54,28	5,43
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	476.200,00	476.200,00	32.300,17	32.300,17	6,78
1.3.1- ISS	458.200,00	458.200,00	32.283,63	32.283,63	7,05
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	5,50	5,50	0,28
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	7,24	7,24	0,05
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	3,80	3,80	0,38
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	73.800,00	73.800,00	10.460,05	10.460,05	14,17
1.4.1- IRRF	73.800,00	73.800,00	10.460,05	10.460,05	14,17
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.516.600,00	9.516.600,00	1.642.607,83	1.642.607,83	17,26
2.1- Cota-Parte FPM	5.124.000,00	5.124.000,00	952.328,49	952.328,49	18,59
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.124.000,00	5.124.000,00	952.328,49	952.328,49	18,59
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.740.000,00	3.740.000,00	612.311,48	612.311,48	16,37
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	18.800,00	18.800,00	3.241,10	3.241,10	17,24
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	52.600,00	52.600,00	7.987,65	7.987,65	15,19
2.5- Cota-Parte ITR	1.200,00	1.200,00	93,60	93,60	7,80
2.6- Cota-Parte IPVA	580.000,00	580.000,00	66.645,51	66.645,51	11,49
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.222.600,00	10.222.600,00	1.701.425,63	1.701.425,63	16,64
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	254.360,00	254.360,00	38.086,96	38.086,96	14,97
5.1- Transferências do Salário-Educação	170.000,00	170.000,00	38.086,96	38.086,96	22,40
5.2- Outras Transferências do FNDE	84.360,00	84.360,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	167.460,00	167.460,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	421.820,00	421.820,00	38.086,96	38.086,96	9,03

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.903.320,00	1.903.320,00	328.521,15	328.521,15	17,26
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.024.800,00	1.024.800,00	190.465,62	190.465,62	18,59
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	748.000,00	748.000,00	122.462,14	122.462,14	16,37
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.760,00	3.760,00	648,22	648,22	17,24
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.520,00	10.520,00	1.597,54	1.597,54	15,19
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	240,00	240,00	18,70	18,70	7,79
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	116.000,00	116.000,00	13.328,93	13.328,93	11,49
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.963.600,00	1.963.600,00	326.822,29	326.822,29	16,64
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.960.000,00	1.960.000,00	325.641,21	325.641,21	16,61
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	3.600,00	3.600,00	1.181,08	1.181,08	32,81
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	56.680,00	56.680,00	-2.879,94	-2.879,94	-5,08
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.178.160,00	1.224.810,10	236.556,99	236.556,99	19,31
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.178.160,00	1.224.810,10	236.556,99	236.556,99	19,31
14- OUTRAS DESPESAS	785.440,00	785.440,00	51.506,78	51.506,78	6,56
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	785.440,00	785.440,00	51.506,78	51.506,78	6,56
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.963.600,00	2.010.250,10	288.063,77	288.063,77	14,33
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					72,38
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	2.555.650,00	2.555.650,00	425.356,41	425.356,41	16,64
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	398.000,00	948.000,00	59.306,55	59.306,55	6,26
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	398.000,00	948.000,00	59.306,55	59.306,55	6,26
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.673.600,00	2.720.250,10	390.633,85	390.633,85	14,36
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.963.600,00	2.010.250,10	288.063,77	288.063,77	14,33
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	710.000,00	710.000,00	102.570,08	102.570,08	14,45
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.071.600,00	3.668.250,10	449.940,40	449.940,40	12,27
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-2.879,94
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.181,08
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.698,86
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					451.639,26
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,54

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	170.000,00	170.000,00	10.541,57	10.541,57	6,20
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	930.820,00	930.820,00	111.387,09	111.387,09	11,97
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.100.820,00	1.100.820,00	121.928,66	121.928,66	11,08
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.172.420,00	4.769.070,10	571.869,06	571.869,06	11,99
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	325.641,21	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.181,08	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	326.822,29	0,00

MARACAJÁ, 28/03/2012

HELDER FRANCISCO LOCH
Cont.CRC/SC 026224/O-5

RENAN MACHADO FREGULIA
Resp.Central do Sist.Cont.Interno

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 046/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 046/2012

Altera o artigo 474 da Lei Complementar nº 045 de 20 de dezembro de 2011, Código Tributário Municipal.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), com base nos art. 21 e 22 da Lei Municipal nº 1286/11, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 474 da Lei Complementar nº 045 de 20 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 474 O montante da obrigação principal referente à taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos domiciliares, será o produto da multiplicação entre a alíquota determinada de acordo com a Tabela de frequência de coleta abaixo, o valor da Unidade Fiscal Municipal (UFM) do mês de lançamento.

CL =	FrS	X	UFM
------	-----	---	-----

Fc7 = TABELA FREQUENCIAL DE COLETA

Frequência de coleta	% sobre a UFM		
Número de dias da semana	Imóveis Residenciais	Imóveis destinados ao comércio ou prestação de serviços	Imóveis Industriais
1	1,20	1,50	4,00
2	2,20	2,50	6,00
3	2,70	3,50	8,00
4	3,50	4,50	10,00
5	4,10	5,50	12,00
6	4,50	6,50	15,00

”(NR)

Art. 2º A presente tabela tem incidência a partir do exercício de 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 23 De Março de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 1392/2012

LEI Nº 1392/2012

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º A adesão ao BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação asfáltica com CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária de trecho da Estrada Ribeirão da Lagoa e da Estrada Massarandubinha.

Parágrafo Único. A pavimentação mencionada no caput deste artigo compreende:

I - Trecho da Estrada Ribeirão da Lagoa;

II - Trecho da Estrada Massarandubinha.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA CATARINENSE DE FOMENTO S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como, para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 1297 de 10 de junho de 2011.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 06 De Março de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

Lei Nº 1398/2012

LEI Nº 1398/2012

Autoriza a doação de imóvel que especifica, ao Governo do Estado de Santa Catarina, para sediar a unidade da Polícia Militar.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), com base nos art. 21 e 22 da Lei Municipal nº 1286/11, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a doação do imóvel com área de 739,61m² (Setecentos e trinta e nove metros e sessenta e um decímetros quadrados), localizado na esquina com a Rua Rodolfo Schmidt e com a Rua 25 de Julho, no centro do município de Massaranduba, com as seguintes confrontações: fazendo frente em 2 linhas, sendo a 1ª em linha curva de 7,53 metros, a 2ª em 32,53 metros,

ambas coincidindo com o alinhamento predial da Rua Rodolfo Schmitz; fundos em 37,30 metros com terras de Tamara Donath Roza e Emendino Roza; estremando do lado direito em 18,50 metros com terras de Tamara Donath Roza e Emendino Roza; estremando do lado esquerdo em 15,81 metros coincidindo com o alinhamento predial da Rua 25 de Julho, devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim, sob nº 25.802 (conforme certidão de registro e mapa em anexo), de propriedade do Município de Massaranduba, ao Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O imóvel, objeto da presente lei, será destinado à instalação da sede da Polícia Militar nesta cidade.

Art. 3º As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 13 De Março de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1399/2012

LEI Nº 1399/2012

Altera dispositivo da Lei nº 1304 de 13 de julho de 2011, que "dispõe sobre o auxílio alimentação de caráter indenizatório aos servidores do Município de Massaranduba".

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 1º da Lei nº 1304, de 13 de julho de 2011, e passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica fixado, a partir de 1º de abril de 2012, o auxílio alimentação de caráter indenizatório aos servidores públicos municipais ativos, comissionados, contratados em caráter temporário, conselheiros tutelares e estagiários do Poder Executivo no valor de R\$ 09,00 (nove reais), por dia efetivamente trabalhado, proporcional a jornada de trabalho, contando-se os dias trabalhados no mês.

Parágrafo único. Não será concedido auxílio alimentação de caráter indenizatório aos agentes políticos que percebam subsídios." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 27 De Março de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1400/2012

LEI Nº 1400/2012

Dispõe sobre Revisão Geral Anual aos Servidores do Município de Massaranduba.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica concedida aos Servidores Públicos do Município de Massaranduba, revisão geral anual incidente sobre os vencimentos e funções gratificadas, a partir de 01 de Abril de 2012, na seguinte forma:

I - revisão geral anual na ordem de 3,57% (três vírgula cinquenta e sete por cento) correspondente ao índice inflacionário medido pelo INPC, no período compreendido entre junho de 2011 e fevereiro de 2012, sobre os vencimentos dos cargos do quadro dos servidores públicos municipais ativos e inativos, comissionados e de funções gratificadas.

II - aumento salarial na ordem de 4,43% (quatro vírgula quarenta e três por cento) sobre os vencimentos dos cargos do quadro de servidores públicos municipais ativos, inativos, comissionados e funções gratificadas

Art. 2º. As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 27 De Março de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1401/2012

LEI Nº 1401/2012

Reajusta Vencimentos

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Concede aumento de 4,43% (quatro vírgula quarenta e três por cento) nos vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Massaranduba a partir de 01 de abril de 2012.

Parágrafo Único. Este aumento não é extensivo aos Agentes Políticos do Poder Legislativo, em obediência ao inciso VI do art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Está Lei entra em vigor a partir do dia 01 de abril de 2012.

Paço Municipal de Massaranduba, em 27 De Março de 2012.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

Meleiro

PREFEITURA

Decreto Nº 025/2012

Decreto no 025, de 28 de Março de 2012.

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do município afetada por estiagem.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 12, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 17 do Decreto Federal no 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº. 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº. 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução n.º 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

- Considerando a ausência de chuvas que passa o Município de Meleiro/SC, por um período superior a 80 (oitenta) dias provocando com isso, o esgotamento dos mananciais existentes;

- Considerando como consequência deste desastre, resultaram os danos humanos, e os prejuízos econômicos e sociais constantes do Formulário de Avaliação de Danos anexo a este Decreto.

- Em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de nível II, com agravantes;

- Considerando, finalmente, que tais fatos refletem diretamente de forma negativa na economia do Município, onde prepondera a atividade agropecuária.

DECRETA

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior,

caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Meleiro (SC), 28 de Março de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Portaria N.º 117/2012

PORTARIA n.º 117/2012

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MÉDICA GINECOLOGISTA POR TEMPO DETERMINADO

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei 910/2002, de 13 de Março de 2002, e Lei Complementar nº 034/2012, de 26 de dezembro de 2012, RESOLVE:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhora MICHELE SILVIA WOLF PIMENTEL, para exercer o cargo de Médica Ginecologista, exercendo suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir da presente data, por um período de até (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Março de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria N.º 003/2012

PORTARIA n.º 003/2012

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal CARLOS ALBERTO DA SILVA - matrícula 14, ocupante do cargo de Operador de Estação (ETA/ETE), referente ao período aquisitivo 09/03/2011 a 08/03/2012.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Março de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 115/2012

PORTARIA nº 115/2012

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de Março de 2002, RESOLVE:

C O N T R A T A R

Art. 1.º O Senhor ZAMIR XAVIER DE MOURA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Março de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 116/2012

PORTARIA nº 116/2012

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE MOTORISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro 2011, RESOLVE:

N O M E A R

Art. 1.º O Senhor VALMIR MANENTI, para ocupar o cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público - Edital n.º 001/2010, homologado em 29 de julho de 2010.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Março de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Aditivo N.º 001/2012 - Contrato N.º. 015/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 001/2012 (Prorrogação de prazo).

Contrato n.º. 015/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: MG COMERCIO E TRANSPORTE DE CARGAS LTDA ME

Objeto: O objeto do presente contrato é Aquisição para entregas futuras de Sub Base de seixo rolado para base, para uso no revestimento e manutenção de estradas do município, conforme descrição no Anexo I do edital.

Vigência: Início: 31/03/2012 Término: 29/06/2012.

Data da assinatura: 26 de Março de 2012.

Aditivo N.º 001/2012 - Contrato N.º. 039/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 001/2012 (Prorroga prazo de vigência).

Contrato n.º. 039/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENAGEM PLUVIAL EM RUAS DO MUNICIPIO (RUA MADRE BERTILA MORO, RUA MARIANO FONTANELA, RUA LUIZA NAPOLI CANELA E ROTULA INTERSECÇÃO AVENIDA ANTONIO WALMOR CANELA/RUA LUIZA NAPOLI CANELA), COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO EM ANEXO.

Vigência: Início: 23/03/2012 Término: 23/04/2012.

Data da assinatura: 19 de Março de 2012.

Aditivo N.º 002/2012 - Contrato N.º. 047/2010

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 002/2012 (Prorroga prazo de vigência).

Contrato n.º. 047/2010

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: VIVO S/A

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL.

Vigência: Início: 02/04/2012 Término: 31/03/2013.

Data da assinatura: 26 de Março de 2012.

Navegantes

PREFEITURA

Carta de Convocação

Navegantes, 29 de fevereiro de 2012

Ilma Sra. (a)

MARIA EDUARDA PEREIRA CAMINHA (CANDIDATA)

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO - 002/2011

Senhor (a) Candidato (a),

1. Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 002/2011, para o cargo de ENFERMEIRA ESF.

2. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

3. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER

Diretoria em Gestão de RH

Nova Trento

PREFEITURA

Lei Nº 2.457/2012

Lei Nº 2.457/2012

Autoriza o Prefeito Municipal a Promover a Disponibilização de Servidores públicos e dá Outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento Sr. Orivan Jarbas Orsi, no uso de suas atribuições, Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a promover a disponibilização de servidores públicos municipais ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Fórum da Comarca de São João Batista) e Secretaria de Estado da Segurança Pública (Delegacia local de Polícia Civil e Militar), por intermédio da celebração de Termo de Convênio.

Art. 2º - Os servidores disponibilizados em razão da presente Lei, observarão os horários e as regras de funcionamento estabelecidas pela Diretoria do Fórum da Comarca de São João Batista e da Delegacia Local de Polícia Civil e Militar, no qual prestarão serviços.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução financeira desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 29 de Março de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo Único do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI

Secretário M. Adm. e Finanças

Decreto Nº 030/2012

DECRETO Nº 030 / 2012

Proíbe a venda, o porte e a ingestão de bebida alcoólica no percurso do Morro da Cruz, (Santuário de Nossa Senhora do Bom Socorro) na Quinta Feira Santa e dá outras providências.

Orivan Jarbas Orsi, Prefeito Municipal de Nova Trento,

Considerando que a subida, a pé, do Morro da Cruz, no período pascal, trata-se de um evento religioso, onde a Paixão e Morte de Jesus Cristo é motivo de concentração, caminhadas, reflexões e orações e vem se constituindo autêntica tradição este evento; cumpre ao Poder Público Municipal envidar os esforços necessários para garantir a integridade física dos penitentes e visitantes que fazem o percurso da subida do Morro da Cruz, tornando-se de interesse público a realização do evento e a manutenção da ordem e tranquilidade de todos e que o Poder de Polícia " faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da comunidade ou do próprio Estado" (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 27ª edição, p.127), usando da competência que lhe confere os incisos VIII e XXVII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam proibidos a venda, o porte e a ingestão de bebida alcoólica, no trajeto compreendido entre o Posto Repsol (Nova Itália), até o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro e todas as suas dependências, no dia 05 de abril de 2012 (Quinta Feira Santa), no horário compreendido entre às 18:00 horas do dia 05 de abril, até às 7 horas do dia 06 de abril de 2012, (Sexta Feira Santa).

Parágrafo Único - Fica proibido também a venda ambulante de bebida alcoólica e a presença de carros com som em alto volume, no trajeto da Rua Santo Inácio, desde o início (Ponte Governador Ivo Silveira), até o início da Rua Nicolau Bado (Loja Tim Celulares), incluindo esta, até o Campo da Sociedade Recreativa Humaitá, Rua Nereu Ramos em toda a sua extensão e parte da Rua dos Imigrantes, até o início da Rua Cristóvão Gessele, incluindo esta e também as Ruas Pe. Afonso Kurzo, José Erbs e entornos, até o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, incluindo toda a sua área.

Art. 2º - Serão solicitados o auxílio e o reforço de efetivo da Polícia Militar, para assegurar nos horários determinados no artigo 1º e parágrafo único deste decreto, o seu cumprimento.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 26 de Março de 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado em Livro próprio e publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios, nos termos do Art.1º, parágrafo único, do Decreto nº 039/2009.

MOISÉS CIPRIANI
Secretário M. Administração e Finanças

Palhoça

PREFEITURA

Dispensa de Licitação N.º027/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2012.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA.

CONTRATADA: SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA - SOCIESC.

OBJETO: A dispensa de licitação tem por objeto realização de Concurso Público da Secretaria Municipal de Saúde. VALOR TOTAL DA DESPESA: A contratada poderá ficar com o valor das taxas de inscrição que não poderá ultrapassar a R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para o cargo de médico, R\$ 80,00 (oitenta reais) para os demais cursos superiores; R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de nível médio, e R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) para os cargos de nível fundamental. FUNDAMENTO: art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações. DATA: 26/03/2012.

Tomada de Preço 31-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 31/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a TOMADA DE PREÇO nº. 31/2012, no dia 18 de abril de 2012, às 08:30hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da TOMADA DE PREÇO que tem como objeto a Contratação de empresa para a construção do Centro de Inclusão Produtiva - GTR galpão com uma área de 392,95 (trezentos e noventa e dois metros e noventa e cinco centímetros) no Bairro Frei Damião, neste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 30 de Março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.589, de 27 de Março de 2012.

LEI Nº 1.589, DE 27 De Março de 2012.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Especial na orçamentária do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), para atender a seguinte programação:

03 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

0301 Fundo Municipal da Saúde

0301.10 Saúde

0301.10.301 Atenção Básica

0301.10.301.1001 Saúde para todos

0301.10.301.1001.4021 Manutenção da Atenção Básica

4490-0000 Aplicações Diretas .R\$ 6.000,00

Fonte de Recursos 0164.8

Art. 2º Para suporte do Crédito Especial de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais):

03 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

0301 Fundo Municipal da Saúde

0301.10 Saúde

0301.10.301 Atenção Básica

0301.10.301.1001 Saúde para todos

0301.10.301.1001.4021 Manutenção da Atenção Básica

3390-0000 Aplicações Diretas .R\$ 6.000,00

Fonte de Recursos 0164.8

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 27 de Março de 2012.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.590, de 27 de Março de 2012.

LEI Nº 1.590, DE 27 De Março de 2012.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária do Fundo de Assistência Social no valor de R\$ 24.200,00 (Vinte e quatro mil e duzentos reais), para atender a seguinte programação:

04 FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

0401 Fundo de Assistência Social

0401.08 Assistência Social

0401.08.244 Assistência Comunitária

0401.08.244.0801 Assistência Social Geral

0401.08.244.0801.4012 Manutenção do Fundo M. Assistência Social

4490-0000 Aplicações Diretas .R\$ 24.200,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 24.200,00 (Vinte e quatro mil, e duzentos reais):

02 PODER EXECUTIVO

0204 Sec. da Saúde e do bem estar social

0204.08 Assistência Social
0204.08.244 Assistência Comunitária
0204.08.244.0801 Assistência Social Geral
0204.08.244.0801.3014 Obras na área social
4490-0000 Aplicações Diretas .R\$ 24.200,00
Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 27 de Março de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.93 de 26 Março de 2012.

PORTARIA N.93 DE 26 MARÇO DE 2012.
HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA APTO IDERALDO LUIZ BEAL PARA O CARGO DE MOTORISTA, CONCURSO PÚBLICO 001/2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 10.4 do edital de concurso público n.º 001/2011;

Considerando o parecer do Laudo médico;

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar o exame médico Admissional e declara apto para o trabalho o candidato IDERALDO LUIZ BEAL, numero de inscrição 16 para o cargo de Motorista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 26 de Março de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.94 de 26 Março de 2012.

PORTARIA N.94 DE 26 MARÇO DE 2012.
HOMOLOGA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL E DECLARA APTO GUILHERME ANTONIO FLAVIO MATTANA PARA O CARGO DE MOTORISTA, CONCURSO PÚBLICO 001/2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no item 10.4 do edital de concurso público n.º 001/2011;

Considerando o parecer do Laudo médico;

RESOLVE:

Art. 1.º Homologar o exame médico Admissional e declara apto para o trabalho o candidato GUILHERME ANTONIO FLAVIO MATTANA, numero de inscrição 25 para o cargo de Motorista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 26 de Março de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria N.95 de 27 Março de 2012.

PORTARIA N.95 DE 27 MARÇO DE 2012.

NOMEIA GUILHERME ANTONIO FLAVIO MATTANA PARA O EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no Edital de Concurso Público nº 001/2011;

Considerando o resultado dos exames médicos realizados pelo candidato aprovado em concurso público;

Considerando o disposto na Portaria n.º 094 de 26 de Março de 2012;

Considerando o item 10.3 e 10.4 do Edital de Concurso Público 001/2011;

RESOLVE:

Art. 1.º Nomear, mediante concurso público GUILHERME ANTONIO FLAVIO MATTANA, brasileiro, casado, inscrito no CPF n.º 460.939409-00, para o exercício do cargo público de MOTORISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sob regime jurídico Estatutário, na forma que dispõe a Lei Complementar Municipal n.º 016, de 17 de novembro de 1992, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social (IPREPI), com o salário inicial previsto em Lei, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Parágrafo único. A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de nomeação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 27 de Março de 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Termo Aditivo 005/2012

TERMO ADITIVO 005/2012

OBJETO: Execução de Obra Pública

LICITAÇÃO: Modalidade Pregão Presencial nº 021/2011

EMPRESA CONTRATADA: LB Comércio e Serviços Ltda.

DATA DO CONTRATO: 30/01/2012

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 975/2012

DECRETO Nº 975/2012

“Decreta Ponto Facultativo no Município de Porto Belo e dá outras providências”.

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo no dia 05 de abril do ano

em curso, nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta.

Art. 2º O disposto neste Decreto não abrange os serviços considerados de natureza essencial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de Março de 2012.

ALBERT STADLER
PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

Resolução Nº 003/2012

RESOLUÇÃO Nº003/2012

Resolução nº 003 de 22 de Março de 2012.

A Comissão Especial de Eleição dos Conselheiros Tutelares designada pela Resolução nº 001/2012 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União-SC - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, torna público:

JULGAMENTO DO RECURSO IMPETRADO:

Recurso impetrado por Severino Brancalone: INDEFERIDO

Porto União, 22 de Março de 2012.

PYERRE CASTELLANO PEREIRA
Presidente Comissão Especial de Eleição

LUCIANA CRISTINA KAUA
Membro da Comissão Especial de Eleição

LARIZE KLIEMANN CIVIERO
Membro da Comissão Especial de Eleição

TATIANE WEGRNEN
Membro da Comissão Especial de Eleição

RITA BLOTTI VOLANICK
Membro da Comissão Especial de Eleição

Resolução Nº 004/2012

RESOLUÇÃO Nº004/2012

Resolução nº 004 de 22 de Março de 2012.

A Comissão Especial de Eleição dos Conselheiros Tutelares designada pela Resolução nº 001/2012 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto União-SC - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, torna público, com base no Art. 7º do Edital nº 01/2012, a:

LISTA DOS CANDIDATOS ELEGÍVEIS COM SEUS RESPECTIVOS NÚMEROS ELEITORAIS.

- 1) ERLON SOARES SLOMP
- 2) IZABEL CARDOSO
- 3) JULIANE PAOLA ROSA TEIXEIRA
- 4) SIMONE SCHROH

Porto União, 22 de Março de 2012.

PYERRE CASTELLANO PEREIRA
Presidente Comissão Especial de Eleição

LUCIANA CRISTINA KAUA
Membro da Comissão Especial de Eleição

LARIZE KLIEMANN CIVIERO
Membro da Comissão Especial de Eleição

TATIANE WEGRNEN
Membro da Comissão Especial de Eleição

RITA BLOTTI VOLANICK
Membro da Comissão Especial de Eleição

Edital de Convocação 064/2012

Edital de convocação 064/2012

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Superintendência de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 29/03/2012 a 04/04/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Superintendência de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Superintendência de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS NÍVEL I - FEMININO

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
LILIAN KELI DE SOUZA VIEIRA	39º		

Porto União (SC), 28 de Março de 2012.
RENATO STASIAK
 Prefeito Municipal

Edital de Convocação 0024/2012

Edital de convocação 0024/2012
 Concurso Público Municipal nº. 001/2009

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2009, a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 30/03/2012 a 05/04/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar as fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 3.3 do Edital 001/2009, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso
- Certificado de Reservista se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens sou Cópia do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos Letra "L", item 3.3, do Edital 001/2009, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega junto a Diretoria de Recursos Humanos dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

ENFERMEIRA - PSF

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
RAFAELA LEAO ANDRE	6º		

Porto União (SC), 29 de Março de 2012.
RENATO STASIAK
 Prefeito Municipal

Edital de Convocação 006/2012

Edital de convocação 006/2012
 TESTE SELETIVO MUNICIPAL nº. 001/2011

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal do Município de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Teste Seletivo Municipal nº 001/2011, a comparecer na Superintendência de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 29/03/2012 a 04/04/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 11 do Edital 002/2010, para investidura em emprego público:

- a) título de eleitor e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
- b) documento comprobatório de que está quite com o serviço militar, quando do sexo masculino;
- c) ter aptidão física e mental para o exercício da função, a ser comprovada por exame médico realizado pelo médico perito do Município;
- d) Declaração de não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- e) Declaração de não acumular cargo público, exceto aqueles previstos no Art. 37 inciso XVI, da Constituição Federal e suas emendas, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- f) Declaração de IRRF ou Declaração de Bens (modelo DRH);
- g) Fotocopia da Carteira de Trabalho (onde consta a foto e o verso)
- h) Fotocopia do PIS/PASEP
- i) Fotocopia da Certidão de Casamento ou equivalente, se for o caso;
- j) Fotocopia da Certidão de nascimento dos Filhos menores de 14 anos de idade;
- k) Conta corrente no Banco ITAU.
- l) Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- m) 01 foto 3x4;

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao TESTE SELETIVO.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE BAIRRO SÃO PEDRO

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
MICHEL PAULA KINGERSKI	18º		

Porto União (SC), 28 de Março de 2012.
RENATO STASIAK
 Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Dispensa de Licitações 076/2012 DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 076/2012

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE "A FORÇA DO ENTUSIASMO", DESTINADA AOS SERVIDORES INTEGRANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Valor aproximado R\$ 11.450,00 (onze mil e quatrocentos e cinquenta reais).

Contratada: Viabilização de Talentos Humanos Ltda.

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso II da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 29 de Março de 2012
MILTON HOBUS
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo 533/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 533/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) VALDETE MARIA AVI PONTICELLI portador(a) do CPF nº 831.554.579-53, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 1º Maio Bairro Centro, Agrônômica - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no Centro de Educação Infantil Cantinho de Amor II, em virtude de existência de vaga não ocupada em concurso público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.703,30 (mil setecentos e três reais e trinta centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 27/03/2012 e encerrando-se em 26/06/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 20 de Março de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração

VALDETE MARIA AVI PONTICELLI
Contratado (a)

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 1.251

DECRETO LEGISLATIVO No 1.251, DE 29 De Março de 2012
"Outorga Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Osnir Miliorini."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado Diploma do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Osnir Miliorini, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Março de 2012.
JOSÉ THOMÉ
Presidente da Mesa

Decreto Legislativo Nº 1.252

DECRETO LEGISLATIVO No 1.252, DE 29 De Março de 2012

"Outorga Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Willian Walter Sieverdt."

Art. 1º Fica outorgado Diploma do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Willian Walter Sieverdt, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

Decreto Legislativo Nº 1.253

DECRETO LEGISLATIVO No 1.253, DE 29 De Março de 2012

"Outorga Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Hari Schroeder."

Art. 1º Fica outorgado Diploma do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Hari Schroeder, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

Decreto Legislativo Nº 1.254

DECRETO LEGISLATIVO No 1.254 DE 29 De Março de 2012

"Outorga Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Almir Battisti Petris."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado Diploma do Mérito Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Almir Battisti Petris, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

Decreto Legislativo Nº 1.255

DECRETO LEGISLATIVO No 1.255 DE 29 De Março de 2012

"Outorga Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor André da Lança Marcon."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor André da Lança Marcon, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua

publicação.

Rio do Sul, 29 de Março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

Decreto Legislativo Nº 1.256

DECRETO LEGISLATIVO No 1.256 DE 29 De Março de 2012

"Outorga Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Neri Conte"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Neri Conte, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

Decreto Legislativo Nº 1.257

DECRETO LEGISLATIVO No 1.257 DE 29 De Março de 2012

"Outorga Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo à Moldu-art Indústria de Molduras Ltda"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado Diploma do Mérito Basílio Corrêa de Negredo à Moldu-art Indústria de Molduras Ltda, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

Decreto Legislativo Nº 1.258

DECRETO LEGISLATIVO No 1.258 DE 29 De Março de 2012

"Outorga Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Nilo Borgonovo".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Nilo Borgonovo, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

Decreto Legislativo Nº 1.259

DECRETO LEGISLATIVO No 1.259 DE 29 De Março de 2012

"Outorga Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo ao Senhor Emílio Tschumi".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo" ao Senhor Emílio Tschumi, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

Decreto Legislativo Nº 1.260

DECRETO LEGISLATIVO No 1.260 DE 29 De Março de 2012

"Outorga Diploma do Mérito "Basílio Corrêa de Negredo à Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Rio do Sul".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado Diploma do Mérito Basílio Corrêa de Negredo à Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Rio do Sul, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Março de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Mesa

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Nº 21/2012

DECRETO N. 021, DE 28 De Março de 2012.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, POR INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, AMIGÁVEL OU JUDICIAL, BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso em exercício, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com o art. 10, inciso XXXIV, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 2º, inciso V, da Lei 4.132, de 10 de setembro de 1962, e demais legislações aplicáveis à espécie, e,

Considerando a necessidade de o Município de Salto Veloso adquirir imóvel com vistas a destiná-lo à instituição de loteamento popular para edificação de casas populares;

Considerando que o acesso ao direito de moradia é de responsabilidade do Estado, configurando direito social, conforme expresso no art. 6º da Constituição Federal;

Considerando que não existe no patrimônio público municipal imóvel com as características necessárias para a implantação de

loteamento popular;

Considerando a existência de áreas com as características necessárias e os contatos que foram feitos com os proprietários no sentido de promover a desapropriação amigável, visando à agilização do processo;

Considerando, finalmente, a prerrogativa delegada ao Chefe do Poder Executivo pelo inciso XXXV, do art. 10, da Lei Orgânica do Município, c/c a legislação antes referida,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, por Interesse Social, para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma área de terras de 28.492,12 m² (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e metros e doze décimos quadrados), situada no Município de Salto Veloso, com as seguintes confrontações: Ao Norte, com Vilmar Donadelli, com 118,166 metros; Ao Sul, com terras de Sebastião Francisco dos Santos, com 173,555 metros; À Leste, com Quinto Patel, com 201,966 metros; e a Oeste, com os lotes n. 57 a 67, de Plácido Abitante, com 196,96 metros, pertencente a Wenceslau Suldowski e sua mulher Dulvilia Patel Suldowski e a Quinto Patel e sua mulher Ana Lidani Patel, registrada na matrícula n.5971, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira/SC.

Art. 2º Determina-se ao Secretário Municipal de Administração e Finanças que inicie os procedimentos necessários à avaliação do imóvel expropriando de acordo com o mapeamento do terreno e respectivas confrontações em anexo a este Decreto, e, posteriormente realize a avaliação da área exproprianda, sendo que para tal mister nomeio, desde já, uma Comissão Especial com a seguinte composição:

I - TANIA GIACOMIN DE BORTOLI, brasileira, casada, servidora pública municipal ocupante do cargo de Controlador Interno, residente e domiciliada na cidade de Salto Veloso;

II - SIBELI SANTIAN GAIO, brasileira, casada, servidora pública municipal ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Informatizados, residente e domiciliada na cidade de Salto Veloso;

III - ALVARO ANTONIO BISCARO, brasileiro, divorciado, servidor público municipal ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, residente e domiciliado na cidade de Salto Veloso.

Art. 3º Determina-se também ao Secretário de Administração e Finanças que proceda a publicação do presente Decreto em jornal de circulação regional e no mural público da Prefeitura Municipal e, após a publicação, oficie os membros da Comissão Especial de Avaliação ora nomeada, para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda a avaliação e emita o respectivo laudo, para fins de pagamento aos proprietários, ou de depósito judicial, se for o caso.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Salto Veloso/SC, 28 de Março de 2012.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal em exercício

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto de Homologação Edital 001/2012

DECRETO Nº 092/2012

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2012 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, com supervisão da Comissão Especial de Processo Seletivo;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o resultado da classificação final do Processo Seletivo nº 001/2012 apresentado pelo Instituto de Consultoria em Administração Pública Ltda., conforme relação a seguir:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
14	TACIANE CAZIZA LUNEBURGER	0,60	0,20	0,20	4,80	5,80	1º
6	ELIZEU SASSI	0,60	0,00	0,20	3,60	4,40	2º

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
18	SINARA DOS SANTOS SOUZA	0,40	0,00	0,40	2,40	3,20	-

MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos	Total	Nota Prova Prática	Nota Final	Classificação
16	VALDECIR DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	AUSENTE

MOTORISTA ESCOLAR

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos	Total	Nota Prova Prática	Nota Final	Classificação
1	CLAUDIR EDMAR WACHHOLZ	1,00	0,40	0,20	4,00	5,60	8,50	7,05	1º
13	VALERIS KESSLER MACHADO	0,40	0,00	0,20	2,40	3,00	9,00	6,00	2º

ODONTÓLOGO

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
5	ROMULO KOTZ JUNG	0,80	0,40	0,00	4,00	5,20	1º
10	JOANA PAULA FRANDOLOSO	0,20	0,00	0,00	4,40	4,60	2º

OPERADOR DE ETA

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classifica-ção
17	AMANDIO EVALINO KOPSEL	0,20	0,40	0,20	1,60	2,40	-

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Nota Prova Títulos	Nota Final	Classifica-ção
12	MARCELO BORTON-CELLO DE SOUZA	0,20	0,00	0,20	3,30	3,70	-	3,70	-

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIES

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Nota Prova Títulos	Nota Final	Classifica-ção
3	SIMONE TONELLO	0,40	0,20	0,40	4,50	5,50	-	5,50	1º
2	SILVANA RIBEIRO DOS SANTOS PINNO	0,40	0,00	0,40	3,90	4,70	-	4,70	2º
11	MARCIA DE FATIMA DE BORBA	0,40	0,00	0,00	3,60	4,00	0,50	4,50	3º
4	PATRICIA GEHRKE GEWEHR	0,60	0,20	0,20	3,30	4,30	-	4,30	4º
9	SIDIANE BARUFFI DALLA CORTE	0,00	0,00	0,00	3,00	3,00	1,00	4,00	5º
7	NEIDE TE-RESINHA DELALIBERA	0,20	0,00	0,00	2,70	2,90	0,60	3,50	-

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL DE ARTES

Ins-crição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Nota Prova Títulos	Nota Final	Classifica-ção
15	ELAINE COMPARIN	0,60	0,00	0,00	2,10	2,70	-	2,70	-

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Março de 2012.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Tecnólogo em Administração

Matricula nº 136/8

Decreto de Homologação Edital 002/2012

DECRETO Nº 093/2012

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2012 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, com supervisão da Comissão Especial de Processo Seletivo;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o resultado da classificação final do Processo Seletivo nº 002/2012 apresentado pelo Instituto de Consultoria em Administração Pública Ltda., conforme relação a seguir:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 06

Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos.	Total	Classificação
-----------	------	-----------	------------	------------	-----------------	-------	---------------

1	SIDIANE RODRIGUES	0,60	0,20	0,40	4,40	5,60	1º
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE MICRO ÁREA 08							
Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos	Total	Classificação
2	VANDERLEI JOSE LEDUR	0,60	0,20	0,20	3,20	4,20	1º
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS							
Inscrição	Nome	Português	Matemática	E. Sociais	C. Específicos	Total	Classificação
3	WAGNA DA SILVA CORDEIRO	0,80	0,00	0,40	2,00	3,20	-
4	ANDREIA LUZIA GASS DOS SANTOS	0,20	0,00	0,00	1,20	1,40	-

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 30 de Março de 2012.

ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Tecnólogo em Administração
Matricula nº 136/8

Extrato de Edital

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório N. 237/2012, na Modalidade de Tomada de Preços 01/2012, para EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE BASE E SINALIZAÇÃO NA RUA ERNESTO FRANCISCO CARDOSO, DE ACORDO COM O PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO GERAL DA AMERIOS, EM APENSO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 20/04/12, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Terezinha do Progresso (SC), 29/03/12.
ITACIR DETOFOL
Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.403, de 28 de Março de 2012.

DECRETO Nº 4.403, DE 28 De Março de 2012.

Dá posse aos membros eleitos do Conselho Tutelar de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 42, da Lei nº 1.827, de 25 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art.1º Ficam empossados, na forma da Lei, os cidadãos a seguir relacionados, como membros eleitos e respectivos suplentes ao Conselho Tutelar de São Lourenço do Oeste, criado através da Lei Municipal nº 1.827, de 25 de dezembro de 2009:

I - Membros titulares:

- a) Maria de Fatima Machado Menegatti;
- b) Daiana Gobbi;
- c) Mariza Kiavinski Peres;
- d) Celso Linhares;
- e) Marizete Pieta Tonon.

II - Membros suplentes:

- a) Daiane da Silva Kleimpaul;
- b) Débora Flôr;
- c) Selvina Wesolovski;
- d) Ivone Carneiro de Souza;
- e) Neusa Terezinha Gobbi;
- f) Juliana Rodrigues da Silva;
- g) Catarina Salete Nogueira.

Parágrafo único. O mandato dos Conselheiros será de 03 (três) anos a contar da data de sua diplomação.

Art. 2º As despesas decorrentes da posse e nomeação dos membros efetivos do Conselho correrão por conta do Orçamento do Fundo Municipal de Direitos da Criança e Adolescente em execução.

Art. 3º O Conselho Tutelar será regido pela Lei Municipal nº 1.827, de 25 de dezembro de 2009, subordinado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e seus respectivos Regimentos Internos de Funcionamento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2012.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de Março de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 52/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/04/2012, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2012, PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS, VISANDO O FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO

MUNICÍPIO E ATIVIDADE INDUSTRIAL EM TERRENOS URBANOS E RURAIS. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações 53/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/05/2012, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2012, CONCORRÊNCIA Nº 08/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO DO ELEVADOR DE CARGA PARA O CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

Editais de Processo Seletivo Nº 004/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2012
ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS, LÍNGUA PORTUGUESA E INGLÊS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL PARA O ANO LETIVO DE 2012, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 38, caput da Lei Complementar nº 90 de 2007 e a Lei nº 1.779 de 2008 e suas alterações e da Lei n.º 1.742 de 2008 e suas alterações, demais disposições legais aplicáveis a espécie, resolve baixar normas para realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE TÍTULOS, para admissão de professores em caráter temporário e excepcional para o ano letivo de 2012, da Rede Municipal de Ensino, regendo-se pelas seguintes regras:

1.1 DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS PARA A INSCRIÇÃO

1.1.1 - O professor não poderá se inscrever neste processo seletivo para vaga temporária quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 03 (três) anos, resultante de processo disciplinar.

1.2 - As inscrições serão realizadas gratuitamente, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Avenida Brasil, nº 1097, piso superior, Centro Comercial Janczeski, Centro, Município de São Lourenço do Oeste, pelo próprio candidato, no dia 04 de abril de 2012, das 8h às 11h e das 14h às 17h.

1.3 - O candidato poderá inscrever-se para 01 (uma) ou 02 (duas) disciplinas, devendo realizar uma inscrição por disciplina de opção.

1.4 - A validação da inscrição será realizada pela Comissão responsável pelo processo seletivo, após analisados os documentos.

1.5 - Em hipótese alguma admitir-se-á a validação da inscrição condicional ou por correspondência, aceitando-se, no entanto, por procuração, onde conste obrigatoriamente a menção a este edital, que deverá ser apresentada juntamente com a documentação.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

2.1.1 - Obrigatoriamente:

- a) Carteira de Identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor e quitação eleitoral (cópia);
- d) Comprovante de quitação militar (quando for o caso) (cópia);
- e) Declaração atualizada de tempo de serviço, expedida por órgão competente, expressa em anos, meses e dias, com respectivos períodos, rede de ensino (Municipal, Estadual e Particular) com data de início e fim, conforme modelo anexo (se não estiver de acordo com estes critérios não será aceita);
- f) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos (se for o caso) (cópia);
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 3) (cópia);
- h) Comprovante de conclusão de cursos de pós-graduação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado (cópia);

2.1.2. Necessários à comprovação da qualificação do candidato:

- a) Certificados de cursos de aperfeiçoamento na área da educação realizados nos anos de 2010 e 2011, totalizando no máximo 400 horas.

3. DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA

3.1 - Para atuar nas disciplinas de Ciências e Língua Portuguesa dos Anos Finais do Ensino Fundamental:

- a) Diploma, declaração, certificado ou certidão e histórico de conclusão do curso superior e licenciatura plena, em conformidade com a disciplina e área de atuação; ou
- b) Comprovação de conclusão da primeira fase (semestre) do curso superior na área em que pretende atuar; ou
- c) Diploma e histórico em outro curso superior que tenha, no mínimo, 180 horas na disciplina específica;

3.2 - Para atuar na disciplina de Inglês nos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental:

- a) Diploma, declaração, certificado ou certidão e histórico de conclusão do curso superior e licenciatura plena, em conformidade com a disciplina e área de atuação; ou
- b) Comprovação de conclusão da primeira fase (semestre) do curso superior na área em que pretende atuar; ou
- c) Diploma e histórico em outro curso superior que tenha, no mínimo, 180 horas na disciplina específica;
- d) Comprovante de conclusão em escola de línguas.

4. DO DESEMPATE

4.1 - Verificada a ocorrência de empate após a aplicação dos critérios de classificação definidos no item 3 deste Edital, o desempate será feito a partir da verificação da soma dos pontos das letras "a" e "b":

- a) Tempo de serviço no magistério;
- b) Número de pontos por horas de aperfeiçoamento.

4.2 - A atribuição de pontos para cada um dos quesitos deverá observar as regras do item 6 deste edital.

4.3 - No cálculo de pontos por tempo de serviço computar-se-á a fração de 15 dias ou mais como um mês.

4.4 - Para a contagem de tempo de serviço será considerada como data limite o dia 30 de dezembro de 2011.

4.5 - Persistindo o empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:

- a) candidato mais idoso;
- b) candidato com maior número de filhos;

c) sorteio público.

5. DA PONTUAÇÃO PARA DESEMPATE

5.1 - Os pontos a serem atribuídos aos candidatos deverão observar as seguintes regras:

5.1.1 - 1,0 (um) ponto para cada mês de tempo de serviço no magistério.

5.1.2 - 1,0 (um) ponto para cada 20 horas em cursos na área da educação até o limite máximo de 400 horas.

6. DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

6.1 - As listas classificatórias serão divulgadas no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Duque de Caxias, 789, no Mural da Secretaria Municipal de Educação e no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br, no dia 09 de abril de 2012.

7. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

7.1 - O candidato terá o dia 10 de abril de 2012, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão do Processo Seletivo, por meio de requerimento.

7.2 - Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia 11 de abril de 2012, por meio de Edital, a ser publicado no Mural do Centro Administrativo, no Diário Oficial dos Municípios - DOM (site: www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br.

8. DAS VAGAS

8.1 - A escolha de vagas será feita de acordo com a ordem de classificação dos candidatos no Processo Seletivo.

8.2 - Quadro de Vagas:

Nº Vagas	Disciplinas	Cargo
02	Ciências	Habilitado
01	Ciências	Não Habilitado
03	Língua Portuguesa	Habilitado
02	Língua Portuguesa	Habilitado
02	Inglês	Habilitado
01	Inglês	Não Habilitado

8.3 - As vagas das Disciplinas dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental serão abertas para escolha, na medida em que houver necessidade, com local de atuação definido pela Secretaria Municipal de Educação;

8.4 - Os professores poderão ter carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, desde que haja compatibilidade de horários.

8.5 - As vagas serão preenchidas pelo número de candidatos necessários, sendo estes responsáveis pelo deslocamento até as Unidades Escolares nas quais prestarão serviço.

8.6 - Se o candidato que não aceitar a vaga a que tem direito, será chamado o próximo da lista, permanecendo sua classificação.

8.7 - O candidato poderá fazer a escolha de vaga pessoalmente ou por procuração.

8.8 - O candidato que não comparecer no dia da escolha, ou seu procurador legal, perderá a vaga no decorrer do ano letivo.

8.8 - No decorrer do ano letivo, o professor convocado para preenchimento de vaga deverá manifestar sua aceitação pessoalmente ou por telefone, no prazo de 12 horas, sendo que a ausência de manifestação neste período implicará desistência da vaga.

8.9 - O professor que escolher aula e desistir da vaga, não será mais chamado no decorrer do ano letivo.

9. DA ADMISSÃO:

9.1 - A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades da Rede Municipal de Ensino.

9.2 - Para fins de admissão, o professor quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de 02 (dois) dias, apresentar ao setor competente desta Municipalidade, os documentos descritos no subitem abaixo, sob pena de perder a vaga.

9.2.1 - Cópias e originais:

- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- Comprovante de quitação militar (quando for o caso);
- Certidão de filhos menores de 14 anos;
- CPF;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 3);
- Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
- Número de Telefone para contato;
- Nº do PIS ou PASEP;
- Nº da Conta Bancária na Caixa Econômica Federal (conta salário);
- Tipagem sanguínea;

9.2.2 - Originais:

- Atestado de Saúde Física e Mental;
- Declaração de Bens;
- Declaração de Aptidão ao Serviço Público;
- Declaração de não Acumulação de Cargo/Função;
- Declaração de dependentes (citando o nome e a data de nascimento);
- Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
- 01 Foto 3 x 4 recente.

9.3 - O professor será admitido em caráter excepcional e temporário, para fins de suprir a ausência temporária do funcionalismo público, decorrente do processo de municipalização do ensino, por um período máximo de um ano letivo; podendo ser demitido a qualquer tempo, a critério da Municipalidade e a bem do interesse público.

9.4 - O professor admitido mediante o presente processo seletivo será submetido ao regime jurídico especial, estabelecido pela Lei n.º 1.742 de 2008 (contratação de pessoal do magistério em caráter temporário), com aplicação subsidiária das seguintes leis municipais: Lei Complementar nº 90 de 2007 (Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal), Lei nº 1.779 de 2008 (Sistema Municipal de Ensino) e Lei Complementar nº 118/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Lourenço do Oeste).

10. DOS VENCIMENTOS:

10.1 - Os professores admitidos através do presente processo seletivo, receberão o vencimento constante da tabela abaixo:

Professor habilitado (ensino superior) com carga horária de 40

horas semanais R\$ 1.573,97

Professor não habilitado com carga horária de 40 horas semanais
R\$ 1.024,74

10.2 - O professor contratado com carga horária de 10, 20 ou 30 horas semanais, receberá o equivalente a 25%, 50% e 75%, respectivamente, de acordo com o vencimento correspondente a sua habilitação.

10.3 - Será acrescido ao valor do vencimento, as seguintes vantagens financeiras:

a) percentual de 6,25%, de acordo com o art. 4º, § 9º, da Lei nº 1.742/2008, com redação determinada pela Lei Complementar nº 138/2011; e

b) Vale Alimentação, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), e Abono Pasqualino, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), de acordo com a Lei nº 1.978/2011.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 - Este processo seletivo terá validade para o ano letivo de 2012.

11.2 - O professor contratado e que solicitar sua exoneração deverá aguardar o deferimento em exercício, cujo pedido será analisado e decidido no prazo de 07(sete) dias.

11.2.1 - O não cumprimento do disposto no item 11.2 deste edital, implica no pagamento de multa equivalente a 07 (sete) dias de trabalho, cujo valor será descontado no saldo rescisório.

11.3 - O professor será dispensado a qualquer tempo, quando não atender às exigências pedagógicas.

11.4 - O Prefeito Municipal, antes de qualquer nomeação, a bem do interesse público, se reserva no direito de anular o Processo Seletivo.

11.5 - Os candidatos inscritos declaram que aceitam os termos deste edital.

11.6 - Eventuais alterações na legislação municipal relativa a normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente edital, serão automaticamente incorporadas a partir da sua vigência.

11.7 - Eventuais vagas que surgirem durante o ano letivo de 2012, poderão ser supridas pela admissão dos aprovados neste processo seletivo, respeitando-se a ordem de classificação dos aprovados.

11.8 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo processo seletivo, de forma a não prejudicar o nível de habilitação dos docentes, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste edital.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de Março de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUIÇÃO (PREFEITURA, GERED, ESCOLA)

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Declaramos para os devidos fins e efeitos legais que o(a) Sr(a) _____, conta o tempo de serviço abaixo especificado:

Escola Período (data de início e término) Total geral
(anos, meses e dias)

De acordo com o acima descrito, o interessado conta de efetivo exercício líquido com: _____ anos, _____ meses e _____ dias.

São Lourenço do Oeste - SC, ____ de _____ de _____.

Responsável pela Emissão da Declaração

Edital de Processo Seletivo Nº 005/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2012

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA SELEÇÃO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E EXCEPCIONAL, DE ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO, PARA ATUAR NO DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, IX da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 218 e seguintes, da Lei Complementar nº 118 de 2010, demais disposições legais aplicáveis a espécie, resolve baixar normas para realização de PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE TÍTULOS, para seleção e admissão de Assistente Social e Psicólogo em caráter temporário e excepcional, para atuar no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 123, de 19 de novembro de 2010, ambos vinculados a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social.

1. DOS CARGOS, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E HABILITAÇÃO.

1.1. CARGO: ASSISTENTE SOCIAL (40 horas semanais)

a) REQUISITOS MÍNIMOS: ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B;

b) Atribuições:

- Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;
- Realização de atendimento particularizados e visitas domiciliares às famílias referenciadas ao CRAS;
- Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;
- Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS;
- Realização da busca ativa no território de abrangência do CRAS e desenvolvimento de projetos que visam prevenir aumento de incidência de situações de risco;
- Acompanhamento das famílias em descumprimento de conditionalidades;
- Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva;
- Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;
- Realização de encaminhamento, com acompanhamento, para a rede socioassistencial;
- Realização de encaminhamentos para serviços setoriais;
- Participação de reuniões sistemáticas no CRAS, para planejamento das ações semanais a serem desenvolvidas, definição de fluxos,

instituição de rotina de atendimento e acolhimento dos usuários; organização dos encaminhamentos, fluxos de informações com outros setores, procedimentos, estratégias de resposta às demandas e de fortalecimento das potencialidades do território;

- Ter conhecimento básico em informática.

c) VENCIMENTO: R\$ 2.237,31 (dois mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e um centavos);

d) REGIME DE TRABALHO: 40 horas semanais

e) Nº DE VAGAS: 01 (uma vaga)

1.2. CARGO: PSICÓLOGO (40 horas semanais)

a) REQUISITOS MÍNIMOS: ensino superior específico na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador da profissão e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B;

b) Atribuições:

b.1) Para atuação no CRAS ou CREAS:

- Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS ou CREAS;

- Mediação dos processos grupais do serviço socioeducativo para famílias;

- Realização de atendimento individualizado e visitas domiciliares as famílias referenciadas ao CRAS ou CREAS;

- Desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias no território;

- Assessoria aos serviços socioeducativos desenvolvidos no território;

- Acompanhamento das famílias em descumprimento de condições;

- Alimentação de sistema de informação, registro das ações desenvolvidas e planejamento do trabalho de forma coletiva;

- Articulação de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência;

- Proporcionar atendimento ao demandante e suas famílias que apresentam sofrimento emocional e psíquico decorrente da violência sofrida;

- Propiciar uma escuta atenta, qualificada, favorecendo a empatia e oportunizando a emergência de significados ocultos ou inconscientes;

- Criar um ambiente favorável ao resgate da autoestima, à reconstrução de reações afetivas, à reconstrução de significados acerca da violência, da compreensão, da vivência familiar;

- Ter conhecimento básico em informática.

b.2) Descrição das atribuições, previstas na Lei Complementar Municipal nº 56/2005:

- Assessorar, no âmbito de sua formação e atuação básica, a equipe administrativa;

- Realizar atendimento ambulatorial;

- Participar das atividades de apoio médico das Unidades Sanitárias do Departamento - Municipal de Educação;

- Planejar, coordenar, controlar, avaliar e aplicar programas e projetos na área da Psicologia aplicada a indivíduos, grupos e comunidades;

- Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa, visando a implantação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário;

- Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família;

- Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde;

- Emitir pareceres e laudos, quando solicitado;

- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;

- Apresentar relatório de suas atividades;

- Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo.

c) VENCIMENTO BÁSICO: R\$ 2.237,31 (dois mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e um centavos);

d) REGIME DE TRABALHO: 40 horas semanais

e) Nº DE VAGAS: 01 (uma vaga)

1.3 - Será acrescido ao valor do vencimento dos cargos mencionados nos subitens nº 1.1 e 1.2, a seguinte vantagem financeira:

a) Vale Alimentação, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), de acordo com a Lei nº 1.978/2011.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições estarão abertas nos dias 09 e 10 de abril de 2012, das 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, no Centro Administrativo Municipal, junto a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, sita a rua Duque de Caixas, n. 789 Centro, em São Lourenço do Oeste - SC.

2.2 - As inscrições serão realizadas em formulário próprio fornecido pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, mediante a apresentação da documentação relacionada no item seguinte.

2.3 - O candidato poderá inscrever-se em apenas um cargo.

3. DA DOCUMENTAÇÃO:

3.1 - No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar cópia e originais dos seguintes documentos:

3.1.1 - Obrigatoriamente:

a) Carteira de Identidade;

b) CPF;

c) Título de Eleitor e quitação eleitoral;

d) Comprovante de quitação militar (quando for o caso);

e) Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 1);

3.1.2 - Necessários à comprovação da qualificação do candidato:

a) Comprovações de especialização, cursos, seminários, simpósios ou palestras, na área de atuação;

b) Somente serão aceitos cursos realizados a partir do ano de 2009 e com registro de carga horária;

c) Ter idade igual ou superior a 18 anos de idade;

3.1.3 - O processo seletivo é isento de taxas ou emolumentos e destina-se a cobrir vagas essenciais à regular prestação dos serviços públicos, sob pena de solução de continuidade, e visa tão somente atender as necessidades excepcionais.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 - A classificação dar-se-á em ordem decrescente, somando-se os pontos obtidos através da comprovação dos seguintes critérios:

a) Certificado de curso de Especialização na área específica: 100 pontos;

b) Maior pontuação obtida através dos comprovantes de cursos, seminários, simpósios ou palestras, na área de atuação: 01 ponto para cada 10 horas de curso.

5. DO DESEMPATE

5.1 - Verificada a ocorrência de empate após a aplicação dos critérios de classificação definidos no item 4 deste edital, o desempate será feito a partir do seguinte critério:

a) candidato mais idoso;

b) candidato com maior número de filhos menores de 14 (quatorze) anos;

c) sorteio público.

6. DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

6.1 - As listas classificatórias serão divulgadas no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Duque de Caxias, 789, a partir do dia 11 de abril de 2012, no site oficial do Município ([www](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)).

saolourenco.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

7. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

7.1 - O candidato terá o dia 12 de abril de 2012, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão do Processo Seletivo, por meio de requerimento, cuja resposta será fornecida a partir do dia 13 de abril de 2012, via comunicação pessoal.

7.2 - Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia 16 de abril de 2012 por meio de Edital, a ser publicado no mural e no Diário Oficial dos Municípios - DOM (site: www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br.

8. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO:

8.1 - Após o período de reconsideração previsto no item 7, o Chefe do Poder Executivo homologará a classificação final do Processo Seletivo, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, site oficial do Município e no mural do Centro Administrativo.

9. DA ADMISSÃO:

9.1 - A partir da homologação do resultado, obedecida a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme as necessidades da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social.

9.2 - Para fins de admissão, o profissional quando convocado para o preenchimento de vaga deverá, no prazo de um dia, apresentar ao setor competente desta Municipalidade, os documentos descritos no subitem abaixo, sob pena de perder a vaga.

9.2.1 - Cópias e originais:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- c) Comprovante de quitação militar (quando for o caso);
- d) Certidão de filhos menores de 14 anos;
- e) CPF;
- f) Certidão de nascimento ou casamento;
- g) Comprovante de habilitação na área de atuação (conforme detalhado no item 1);
- h) Endereço atualizado (conta de água, luz ou telefone);
- i) Número de Telefone para contato;
- j) Nº do PIS ou PASEP;
- k) Nº da Conta Bancária na Caixa Econômica Federal;
- l) Tipagem sanguínea.

9.2.2 - Originais:

- a) Atestado de Saúde Física e Mental;
- b) Declaração de Bens;
- c) Declaração de não Acumulação de Cargo/Função;
- d) Declaração de dependentes (citando o nome e a data de nascimento);
- e) Folha Corrida Judicial para Efeitos Criminais (Fórum);
- f) 01 Foto 3 x 4 recente.

9.3 - Os candidatos admitidos mediante o presente processo seletivo serão submetidos ao regime jurídico único estatutário, previsto na Lei Complementar nº 118/2010 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Lourenço do Oeste).

10. DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 - O Prefeito Municipal, antes de qualquer nomeação, a bem do interesse público, se reserva no direito de anular o Processo Seletivo.

10.2 - Os profissionais serão admitidos em caráter excepcional e temporário, para atuar nos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social (conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2010), da data da contratação até 20 de dezembro de 2012, podendo ser demitido a qualquer tempo, a critério da Municipalidade e a bem do interesse público.

10.3 - Na hipótese de serem extintos os serviços, projetos e programas Sociais, objeto deste processo seletivo, restarão extintas as vagas previstas neste edital, sendo que o Município poderá encerrar os contratos de trabalho decorrentes, em qualquer tempo.

10.4 - Eventuais alterações na legislação municipal, relativas as normas inerentes aos servidores públicos, com reflexo na contratação prevista no presente edital, serão automaticamente incorporadas a partir da sua vigência.

10.5 - A carga horária inicialmente contratada, poderá sofrer alteração, para mais ou para menos, conforme as necessidades da Administração e o interesse público devidamente justificado.

10.5.1 - As alterações ocorridas na jornada normal de trabalho dos servidores contratados nos termos deste edital e das Leis Complementares nº 118/2010 e 123/2010, sofrerão proporcional redução ou acréscimo remuneratório.

10.6 - Eventuais vagas para substituição de servidores do Município de São Lourenço do Oeste e Fundo Municipal de Saúde, que surgirem no decorrer do presente exercício, poderão ser supridas pela admissão dos aprovados neste processo seletivo, respeitando-se a ordem de classificação dos aprovados.

10.7 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, de forma a não prejudicar o nível de habilitação dos profissionais, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste edital.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de Março de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Decreto Nº 002417/12 de 23 de Março de 2012

DECRETO Nº 002417/12 DE 23 De Março de 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.304.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.3.90.39.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA
04.03.10.304.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 23 de Março de 2012
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças
Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Decreto Nº 002419/12 de 27 de Março de 2012

DECRETO Nº 002419/12 DE 27 De Março de 2012
Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 104.492,50 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER
05.01.27.812.0007.2.028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 104.492,50

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 104.492,50

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 27 de Março de 2012
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças
Registrado e Publicado na mesma data.

ROSÂNGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA
Chefe de Gabinete

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 37/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 37/2012-PMS
Processo de licitação nº. 18/2012 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2012 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: G. MAIOCHI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.091.974/0001-18, estabelecida na BR 280, KM 58, nº 13.354, no Município de Guarumirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Lote	Descrição do Serviço		
07	Serviço de mão de obra de manutenção de parte rotante para máquinas com Esteira. Fornecimento de peças como: roletes, correntes, sapatas, parafusos, preenchimento de roda motriz, recuperação de sapatas. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$) 50,00	Total de Horas 200	Custo Total (R\$) 10.000,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	0%	25.000,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	0%	
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	0%	
VALOR TOTAL DO LOTE 7 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			35.000,00

Lote	Descrição do Serviço		
08	Serviço de solda, com fornecimento das chapas de ferro e aço. Para máquinas, caminhões, ônibus e microônibus. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	59,00	500	29.500,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	0%	20.000,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	0%	
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	0%	
VALOR TOTAL DO LOTE 8 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			49.500,00

Valor do contrato: R\$ 84.500,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 30/03/2012 – Vigência: 30/03/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 38/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 38/2012-PMS
Processo de licitação nº. 18/2012 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2012 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.538.899/0001-98, estabelecida na Rua Goiás, nº. 318, Bairro Vila Lenzi, na Cidade Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89252-310.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz

parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Lote	Descrição do Serviço		
03	Serviço de mecânica para máquinas pesadas e maquinas agrícolas da Prefeitura Municipal conforme lote I, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral. Suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas freios, embreagem, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	46,00	1000	46.000,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	3%	48.500,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	4,5%	
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	6,75%	
VALOR TOTAL DO LOTE 3 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			94.500,00

Valor do contrato: R\$ 94.500,00 (noventa e quatro mil e quinhentos reais),

Data da Assinatura: 30/03/2012 – Vigência: 30/03/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Registro de Preço Nº. 39/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato Registro de Preço nº. 39/2012-PMS
Processo de licitação nº. 18/2012 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 10/2012 – PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RM COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.153.403/0001-57, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº. 50, Bairro Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC compreendendo:

mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Lote	Descrição do Serviço		
01	Serviços de mão de obra mecânica em geral com fornecimento de peças para a frota de veículos leves da Prefeitura Municipal, conforme lote IV em anexo. Serviços como: revisão geral, suspensão, freio, embreagem, mangueiras hidráulicas, embuchamentos, câmbio, caixa de direção, afinação e retífica de motores e demais acertos nos motores, instalação de peças e acessórios, etc. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	24,00	800	19.200,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	20%	40.000,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	30%	
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	40%	
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			59.200,00

Lote	Descrição do Serviço		
06	Serviço de manutenção elétrica para toda a frota da Prefeitura Municipal. Serviços como: revisão de chicote elétrico, alternadores, motor de arranque, motor de pábrisa, troca de lâmpadas, capas, faróis, recuperar fiação elétrica, revisar painéis, trocar fusíveis, sensores, relógios de temperatura, entre outros serviços. Para máquinas, caminhões, ônibus, microônibus e linha leve. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)	Custo por hora (R\$)	Total de Horas	Custo Total (R\$)
	36,00	300	10.800,00
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE	ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO	VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE, APÓS DESCONTO ¹
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG	DPG x 1,00	1%	7.920,00
Desconto sobre peças - Peças Originais	DPGx1,50	1,5%	
Desconto sobre peças - Outras Peças	DPGx2,25	2,25%	
VALOR TOTAL DO LOTE 6 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			18.720,00

Valor do contrato: R\$ 77.920,00 (setenta e sete mil, novecentos e vinte centavos).

Data da Assinatura: 30/03/2012 – Vigência: 30/03/2013

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Concurso Público Nº 01/2012 - ESF/NASF

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012 – ESF/NASF

EDITAL DE CONCURSO Nº 01.01/2012

O Prefeito do Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, Sr. FELIPE VOIGT, por meio de suas atribuições legais, torna público a ABERTURA DAS INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO PÚBLICO de provas escritas, para os cargos em que for requisito, para preenchimento dos cargos no quadro de servidores ou cargos que venham a existir ou forem criados dentro do prazo de validade deste concurso ou para formação de Cadastro Reserva, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital; tudo em conformidade com os dispositivos constitucionais pertinentes e com a Comissão Organizadora do Concurso Público, positivada pela Portaria nº 4.435/2012, de 08 de março de 2012, publicado em 12 de março de 2012.

Os trabalhos serão executados pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina - FAUEL, com sede na Av. Higienópolis, 174, 8º andar, Londrina PR, e supervisionado pela Comissão Organizadora do Concurso Público.

1 – DOS CARGOS, VENCIMENTOS, NÚMEROS DE VAGAS, JORNADA DE TRABALHO E REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

– Estão abertas as inscrições para o Concurso Público visando o preenchimento dos cargos abaixo relacionados, cujas atribuições constam no anexo II deste Edital:

Cargo	Nº Vagas	Vagas PNE*	Salário R\$	C/H Sem.	Escolaridade Exigida
MÉDICO	02		9.258,75	40	Ensino superior em medicina**
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	02		976,12	40	Ensino médio completo, curso técnico na área de enfermagem**
ODONTÓLOGO	01		3.657,48	40	Ensino superior em odontologia**
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	01		841,81	40	Ensino médio completo e registro profissional no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional**
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	05	01	759,41	40	Ensino fundamental completo
ENFERMEIRO	CR		2.841,88	40	Ensino superior em enfermagem**

Para o Núcleo de Apoio da Saúde da Família:

Cargo	Nº Vagas	Vagas PNE*	Salário R\$	C/H Sem.	Escolaridade Exigida
-------	----------	------------	-------------	----------	----------------------

FISIOTERAPEUTA	01		2.046,78	40	Ensino superior em fisioterapia**
NUTRICIONISTA	01		2.046,78	40	Ensino superior em nutrição**
FARMACÊUTICO	CR		2.046,78	40	Ensino superior em farmácia**
PSICÓLOGO	CR		2.046,78	40	Ensino superior em psicologia**

* Portadores de Necessidades Especiais.

** Possuir registro no respectivo conselho de classe, no ato da convocação para assumir o cargo e mantê-lo após a admissão, ficando sob sua responsabilidade o pagamento do respectivo conselho.

CR: Cadastro Reserva

1.2. Os candidatos aprovados e nomeados estarão sujeitos à Lei Complementar Municipal nº 060, de 11 de novembro de 2008, e suas alterações.

1.3 - Para os candidatos aprovados e convocados ao cargo de Agente Comunitário de Saúde, o Município de Schroeder – SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, irá fornecer o curso introdutório de formação inicial e continuada de ACS, sendo obrigatória à conclusão do curso, sob pena de desclassificação no Concurso Público.

1.4 - Os candidatos ao cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão residir, quando da assunção ao emprego público, na localidade (bairro/distrito) em que pretendem atuar conforme especificado na tabela abaixo. A comprovação de residência será feita posteriormente no ato da contratação, mediante apresentação da conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo, conforme Lei Federal nº 11.350/2006.

1.4.1- No caso das vagas destinadas aos bairros da cidade, poderá o candidato residir em qualquer bairro da sede, sendo de sua responsabilidade qualquer dispêndio atinente ao deslocamento.

Cargo:	Nº de vagas	Localidade:	Microáreas
Agente Comunitário de Saúde	01 vaga + Cadastro Reserva	Schroeder I - 001	Microárea – 01 Ruas: Erich Froehner Guilherme Ristau Paulo Meier Leodato Ribeiro Otto Hackbarth Erfrid Klabunde Bruno Henrique Zoz

Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	Schroeder I - 001	Microárea – 02 Ruas: Guaramirim Leopoldo Gorges Moisés Rabello João Correa Walter Ginow Tarcisio José Paulo Roberto Bertoldi 09 de Maio Porto Alegre Paulo Schmitt
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	Schroeder I - 001	Microárea – 03 Ruas: Rio de Janeiro (dentro desta microárea) Verônica Kniss Carlos Jacobi Tancredo Neves Ayrton Senna Alberto Jacobi
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	Schroeder I - 001	Microárea – 04 Ruas: Rio de Janeiro (dentro desta microárea) Maria Guesser Walter Ginow (dentro desta microárea) Vigando Winter Heins Winter Guilherme Daren Verônica Kniss (dentro desta microárea) Palotina Regina Tissi
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	Schroeder I - 001	Microárea – 05 Ruas: Erich Froehner (dentro desta microárea) Mário Bagatolli Rio de Janeiro (dentro desta microárea) Regina Tissi (dentro desta microárea) Gabriel Vargas Osvaldo Lenzi Argentina Fortaleza Delfino Demarchi Brasília Maceió Antonio Meier Tecla W. Negherbon

Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	Centro – 002	Microárea – 01 Ruas: Dom Pedro Guaíba Apiúna Willy Ziebel Henrique Ziebel Expedicionário Osvaldo Kanzler Rogate Pasold Carolina Meier Duwe Wilson Jose Mondine
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	Centro – 002	Microárea – 02 Ruas: Alberto Zanella (dentro desta microárea) Presidente Costa e Silva (Tifa Mohr) Carlos Zerbin Bartira Hertel José Ivo Ribeiro Princesa Isabel Léo Schultz
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	Centro – 002	Microárea – 03 Ruas: Barão do Rio Branco (dentro desta microárea) Alberto Zanella (dentro desta microárea) Hilário Guckert 15 de Outubro Sílvia Pretti Marcelino Zanella Clara Borinelli Frederico Zilz
Agente Comunitário de Saúde	1 vaga + Cadastro reserva	Centro – 002	Microárea – 04 Ruas: Estrada Duas Mamas Joinville João Maria Tomaselli Tifa Rio Camarada Tifa Silvado

Agente Comunitário de Saúde	1 vaga + Cadastro reserva	Centro – 002	Microárea – 05 Ruas: Candido Tomaselli Marguerita Tomaselli Gustavo Streit (dentro desta microárea) Jacó Alvise Jerônimo Tomaselli Rio Grande do Sul Alagoas 31 de Março Bahia Goiás Rancho Bom (dentro desta microárea) Barão do Rio Branco (dentro desta microárea)
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	Centro – 002	Microárea – 06 Ruas: Rancho Bom (dentro desta microárea) Germano Jahn Gustavo Streit (dentro desta microárea) 25 de Julho
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	Centro – 002	Microárea – 07 Ruas: Marechal Castelo Branco (dentro desta microárea) Jaraguá Beira Rio Presidente Costa e Silva (dentro desta microárea) Cristiane Zerbin Mário Zerbin Paulo Setter Bernardo Zoz André Tietz Inês Tietz

Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	Centro – 002	Microárea – 08 Ruas: Marechal Castelo Branco (dentro desta microárea) Paulo Jahn Blumenau Timbó Leana Voigt Deputado Lauro Loyola 07 de Setembro Marechal Hermes Tiradentes Antônio Pasquali Das Flores São Luís Princesa Isabel (dentro desta microárea) Nações Unidas Valentin Zoz Wendelin Reinert Ponte Pênsil
Agente Comunitário de Saúde	1 vaga + Cadastro reserva	Centro – 002	Microárea – 09 Ruas: Carlos Krogel Helena Koplin Martinho Lutero Júlio Bauer Adolfo Borchardt Palmiro Gneipel Germano Müller Marechal Castelo Branco (dentro desta microárea) Guilherme Piske Gottfried Maske Alemanha Francisco Weiss 1º de maio Cristina Bauer

Agente Comunitário de Saúde	1 vaga + Cadastro reserva	Centro – 002	Microárea – 10 Ruas: Marechal Castelo Branco (dentro desta microárea) Ernesto Krogel João Arnaldo Moritz Ida Luíza Bertha Jacob Wulf Willy Wulf Bela Vista Leopoldo Fiedler Wolkmar Gustav Berchtold Frederico Trapp Guilherme Zerbin Amazonas São Paulo Pedro Hang Nova Trento Marilete Neumann
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF III - 003	Microárea – 01 Ruas: Minas Gerais Ottoli Peschke Guilherme Zastrow Carlos Eggert Alphons Maria Schmalz
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF III - 003	Microárea – 02 Ruas: Marechal Castelo Branco (dentro desta microárea/ lado direito) Roberto Bauer Afonso Zilz Guilherme Bauer Helmuth Kanzler Maravilha Bom Pastor João Schmitt Ricardo Viergutz (lado esquerdo)
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF III - 003	Microárea – 03 Ruas: Duque de Caxias Marechal Castelo Branco (dentro desta microárea) Palmeiras Florianópolis Alphons Maria Schmalz (dentro desta microárea) 14 de Abril Eugênio Albrecht Jorge Lacerda Antônio Zoz Acre

Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF III - 003	Microárea – 04 Ruas: Paraná Úrsula Sievers Rodolfo Viebrantz Itoupava Teodoro Weiss 03 de Outubro (até na Tupy) Benhamino Conzatti Marechal Castelo Branco (dentro desta microárea)
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF III - 003	Microárea – 05 Ruas: Independência (até a Rua Alphons Maria Schmalz) 03 de Outubro (da Tupy até a Rua da Canela) 17 de Fevereiro (até a Rua Alphons Maria Schmalz) Santa Catarina (até a Rua Alphons Maria Schmalz) Kurt Hans Klaus Ricardo Viegutz (lado direito) Guilherme Bauer (final) Helmuth Kanzler (final) Maravilha (final)
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF III - 003	Microárea – 06 Ruas: Santa Catarina Independência 17 de Fevereiro XV de Novembro Da Canela Duque de Caxias (dentro desta microárea/apartir do n° 551) Jorge Lacerda (dentro desta microárea/apartir do n° 790) Alphons Maria Schmalz (dentro desta microárea/apartir do n° 488)

Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF III - 003	Microárea – 07 Rua: Emílio Reck Leopoldo Prust Ricardo Ruediger 03 de Outubro (dentro desta microárea)
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF IV – 004	Microárea – 01 Ruas: 300 - 23 de Março 306 - Nilo dos Santos 309 - Otto Elert 310 - Daniel Andrade Castro 311 - Constantino Gascho 312 - Guilherme Lafin
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF IV – 004	Microárea – 02 Ruas: 300 - 23 de Março (dentro desta microárea) 302 - Antônio M. Cisério 304 - Olívio Schiochet 305 - Ernesto Neida 307 - Armando Sebastiani 308 - Danilo Milan
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF IV – 004	Microárea – 03 Ruas: 23 de Março (dentro desta microárea) Tifa Araribá Estrada Bracinho
Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF IV – 004	Microárea – 04 Ruas: Marechal Castelo Branco (dentro desta microárea) Ricardo Pommerning (dentro desta microárea) Emílio Mundt Ademar Lindner Germano Oberthir Arthur Klabunde Bertoldo Kanzler

Agente Comunitário de Saúde	Cadastro reserva	ESF IV – 004	Microárea – 05 Ruas: Alberto Krause Brusque Paulo Lindner Herman Hertel Luan Carlos Pommerening Bandeirantes Dora Pommerening Carlos Pommerening Reinoldo Pommerening Ricardo Pommerening (dentro desta microárea) Marechal Castelo Branco (dentro desta microárea) Bruna Walkinir Moreira
-----------------------------	------------------	--------------	--

1.5 – O regime de trabalho e remuneração dos candidatos aprovados neste Concurso Público será regido pelo regime de emprego público, vinculado aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (DL 5.452/43) 1.6 – As vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, conforme dispositivos legais, caso não sejam preenchidas, serão ocupadas pelos demais candidatos aprovados, conforme ordem de classificação.

1.7 – Maiores informações acerca do presente concurso podem ser pesquisadas no endereço eletrônico www.fauel.org.br ou através do e-mail coordenaconcursos@fauel.org.br.

2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1 - As inscrições serão realizadas exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico www.fauel.org.br, no período compreendido entre as 08h (horário de Brasília) de 04 de abril de 2012 até às 16h30min (horário de Brasília) do dia 24 de abril de 2012.

2.2 - Para os candidatos que não tiverem acesso à Internet, será disponibilizado o telecentro que funciona no prédio da biblioteca de Schroeder, situada na rua: Paulo Jahn, nº 325, centro, no mesmo período das inscrições via internet, no horário das 08h às 11h e das 14h às 16h30min, durante os dias úteis, considerando-se o horário de Brasília, onde serão disponibilizados computadores.

2.3 - Para os efeitos dos itens anteriores, nem a FAUEL, nem o Município se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.4 – Todas as inscrições somente serão aceitas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição, que deverá ser efetuada, obrigatoriamente, por intermédio de boleto bancário, obtido no próprio endereço eletrônico, pagável em qualquer agência bancária, até a data do seu vencimento, não sendo efetivada a inscrição de candidatos que efetuarem o pagamento da taxa de inscrição por meio de depósito, DOCs (operação bancária), transferência ou similar.

2.4.1 - O pagamento da importância correspondente à inscrição se feito em cheque somente será considerada efetuada após a compensação do título;

2.4.2 - O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído;

2.5 - O boleto bancário, emitido no último dia do período de inscrições, poderá ser pago até o primeiro dia útil subsequente ao do término das inscrições.

2.6 - Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos, será ela cancelada.

2.7 - Haverá isenção da taxa de inscrição, conforme Decreto Federal nº 6.593/2008 e Lei Estadual nº 10.567/1997.

2.8 - Conforme o Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, Art. 1º, ficam isentos do pagamento da taxa de inscrição neste Concurso Público, realizado no âmbito municipal, os candidatos que:

a) estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007; e

b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

2.8.1-O candidato que faz jus ao benefício deverá:

a) efetuar sua inscrição no concurso público no período de 04 a 10 de abril de 2012, através do site www.fauel.org.br.

b) Preencher o anexo III deste edital.

c) Encaminhar por Sedex para a FAUEL, Av. Higienópolis, 174 -8º andar – CEP 86020-908, Londrina PR, até o dia 10 de abril de 2012, os seguintes documentos: Anexo III devidamente preenchido, cópia autenticada do documento de identificação tipo R.G.; cópia autenticada da Carteira de Trabalho – CTPS (páginas que identifiquem o candidato e caracterizem a sua situação de desemprego).

2.9- O candidato amparado pela Lei Estadual n. 10.567/1997 (doador de sangue), interessado na isenção de pagamento da inscrição, desde que efetue sua inscrição até o dia 10 de abril de 2012, sendo tal pedido composto pelas seguintes etapas:

a) Primeira etapa - Efetuar sua inscrição no concurso público no período de 04 a 10 de abril de 2012, através do site www.fauel.org.br.

b) Segunda etapa – O candidato deverá apresentar a FAUEL, comprovante que demonstre seu enquadramento nos termos da citada legislação, ou seja, declaração que comprove três doações nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores ao término da inscrição deste concurso, ou então, documento específico que comprove integrar a Associação de doadores e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato, declarando que o candidato enquadra-se como beneficiário da lei referida. A declaração, com a comprovação da condição de doador de sangue deverá ser expedida pela entidade coletora oficial ou discriminando a quantidade de doações e as datas correspondentes em que foram realizadas. Essa documentação deverá ser encaminhada via SEDEX, com postagem até o dia 10 de abril de 2012, para o Departamento de Concursos da FAUEL, sito na Av. Higienópolis, 174 -8º andar – CEP 86020-908, Londrina PR.

2.10- Caso a documentação não esteja plenamente de acordo com as disposições editalícias, o candidato terá sua inscrição não homologada.

2.11 - A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

2.12 -Não será aceita solicitação de isenção do pagamento de valor de inscrição via fax ou via correio eletrônico.

2.13 - A relação dos pedidos de isenção deferidos e indeferidos será divulgada, em mural na Prefeitura do Município de Schroeder – SC, e no site www.fauel.org.br no dia 18 de abril de 2012.

2.14 - Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

2.15 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão acessar o endereço eletrônico www.fauel.org.br, imprimir o boleto para pagamento da taxa de inscrição e efetuar o pagamento até o dia 25 de abril de 2012, conforme procedimentos descritos neste edital.

2.16 – O candidato deverá conferir os dados de sua inscrição antes do pagamento, observar sua disponibilidade de prestar o presente concurso público e certificar-se de que preenche todos os

requisitos necessários para tomar posse do cargo, pois sob nenhuma hipótese, o valor pago, como taxa de inscrição será devolvido.

2.17 - Não serão admitidas, em nenhuma hipótese, duas ou mais inscrições do mesmo candidato às vagas/cargos ofertados neste Concurso Público, sendo válida somente a última inscrição efetuada e paga.

2.18 – A efetivação da inscrição implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. A verificação em qualquer época de documentos falsos ou inexatos, ou falta de cumprimento às condições exigidas, acarretará no cancelamento da inscrição em qualquer momento, por decisão da Comissão Organizadora do Concurso Público, com posterior publicação. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

2.19 – A Comissão Organizadora deste Concurso Público divulgará a homologação das inscrições, no Diário Oficial dos Municípios e no site www.fauel.org.br no prazo de até 10 (dez) dias após o encerramento das mesmas.

2.20 – Se o candidato não encontrar o seu nome no Edital das inscrições homologadas ou encontrar erros em seus dados pessoais ou para o cargo ao qual se inscreveu, deverá, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do Edital de Homologação das Inscrições, apresentar recurso junto a Comissão Organizadora do Concurso Público ou enviar recurso via e-mail para coordenacaconcursos@fauel.org.br, comprovando ter cumprido todos os itens da etapa das inscrições.

2.21 – Se o candidato não acompanhar a publicação da homologação das inscrições e seu nome não constar na relação das inscrições homologadas, ele não poderá fazer a prova e se o seu nome constar em outro cargo, ele somente poderá fazer a prova para o cargo onde sua inscrição foi homologada.

3 – DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1 – Serão destinadas aos portadores de deficiência, 5% do total de vagas do concurso, conforme item 1.1, desde que a deficiência de que são portadores não seja incompatível com as atribuições do cargo a ser preenchido, nos termos do art. 43 do Decreto nº 3.298/99.

3.1.1- Para efeito do cálculo da proporcionalidade dos 5% referido no item 3.1 será considerado como inteira a fração igual ou superior a 0,5 (zero vírgula cinco).

3.2 – O candidato portador de deficiência deverá enviar, obrigatoriamente, via SEDEX postado até o dia 24 de abril de 2012, para a FAUEL, Av. Higienópolis, 174 - 8º andar – CEP 86020-908, Londrina PR, Anexo IV, deste Edital devidamente preenchido e laudo médico ou atestado (original ou cópia autenticada) indicando a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID) vigente, bem como a provável causa da deficiência e, também, o enquadramento previsto no artigo 4º do Decreto Federal nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Não serão considerados resultados de exames e/ou documentos diferentes do descrito e/ou que tenham sido emitidos a mais de 90 (noventa) dias.

3.3 – Caso o candidato inscrito como portador de deficiência não se enquadre nas categorias definidas no art. 4º, incisos I a V, do Decreto Federal nº. 3.298/99, ou seu Laudo Médico não se enquadre nas especificações deste edital, a homologação de sua inscrição se dará na listagem geral de candidatos.

3.4 – Haverá concorrência em igualdade de condições para todos os candidatos.

3.5 – Fica anulada a participação do candidato como portador de necessidades especiais, sem possibilidade de posterior discussão, quando, no ato da inscrição, não tenha declarado esta condição nem tampouco obedecido aos requisitos anteriormente descritos.

3.6 – O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de condição(ões) especial(ais) para realização da prova, no ato da inscrição, deverá protocolar um requerimento na Prefeitura do

Município de Schroeder, solicitando a(s) condição(ões) especial(ais) de que necessita, sendo vedadas alterações posteriores. Caso não o faça, sejam quais forem os motivos alegados, fica sob sua exclusiva responsabilidade a opção de realizar ou não a prova, sendo a data máxima para o protocolo o último dia de inscrição.

3.7 – O resultado final será também publicado em duas listas, sendo a primeira com a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência, e a segunda, somente a pontuação destes.

4 – DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Escolaridade exigida	Valor da Taxa de inscrição
Até o Ensino fundamental	R\$ 40,00
Ensino médio	R\$ 60,00
Ensino superior	R\$ 80,00

5 – DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

5.1 - O Concurso Público compreenderá a realização de Prova Escrita Objetiva, aplicada a todos os candidatos, possuindo caráter eliminatório e classificatório.

6 – PROVA ESCRITA OBJETIVA

6.1 – Da Composição da Prova Objetiva

6.1.1 – A prova objetiva, será composta por 30 questões, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

Conteúdos	Quantidade de Questões	Peso Individual
Conhecimentos Específicos do cargo	20	4,0
Conhecimentos Gerais	5	2,0
Língua Portuguesa	5	2,0
MÁXIMO DE PONTOS A SEREM OBTIDOS (nº questões x peso)	100,00	

6.2 – Dos Conteúdos Programáticos e Atribuições dos Cargos

6.2.1 – Os conteúdos programáticos estão disponibilizados no Anexo I e as Atribuições dos Cargos estão disponibilizados no Anexo II, observando-se a especificidade para cada cargo e estarão disponíveis no site www.fauel.org.br.

6.3 – Das Disposições Gerais Sobre a Prova Objetiva

6.3.1 – As provas escritas objetivas serão realizadas no dia 20 de maio de 2012, no período da manhã, devendo o candidato comparecer às 08h30min, pois os portões permanecerão abertos somente até as 09 horas (horário de Brasília). Os locais de aplicação das provas serão publicados no Edital de Homologação das Inscrições.

6.3.2 – O candidato deverá comparecer ao local da prova portando documento oficial de identificação com fotografia e caneta esferográfica azul ou preta.

6.3.3 – Considera-se documento oficial de identificação: Cédula de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação com foto, Carteira de Trabalho, Passaporte e Certificado de Reservista. Também serão aceitas as carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.), carteiras funcionais do Ministério Público ou expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade.

6.3.4 – Não serão aceitos como documentos de identificação a certidão de nascimento, CPF, título de eleitor, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.3.5 – Também não serão aceitos o protocolo e/ou o comprovante pagamento de pedido de documento, bem como de sua 2ª via.

6.3.6 – Poderá ser exigida identificação especial do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador. A mesma exigência será feita

nos casos de apresentação de Boletim de Ocorrência original, expedido há no máximo 90 dias, ou sua cópia autenticada, quando houver perda, furto ou roubo dos documentos de identificação.

6.3.7 – A falta de apresentação de documento de identificação com foto, descrito no item 6.3.4, compõe falta de requisito para realizar a prova, cominando na exclusão do candidato do concurso.

6.3.8 – Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a qualquer uma das provas de caráter eliminatório implicará na eliminação automática do candidato.

6.3.9 – Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas, mesmo em razão de afastamento de candidato da sala de provas.

6.3.10 – A prova objetiva será composta por questões de múltipla escolha, contendo cinco opções (A, B, C, D, e E), com uma única alternativa a ser assinalada de acordo com o comando da questão, que terá marcação correspondente no Cartão Resposta e seu preenchimento deverá ter conformidade com as instruções apresentadas em sua parte superior.

6.3.11 – O tempo de resolução da prova é de 3 (três) horas, e o tempo mínimo para deixar o local de provas é de 1 (uma) hora. O candidato que não tenha terminado sua prova, somente poderá afastar-se da sala com acompanhamento do fiscal responsável.

6.3.12 – Não serão computadas as questões não preenchidas integralmente, não assinaladas ou assinaladas a lápis, assim como aquelas que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legíveis.

6.3.13 – Sua correção obedecerá a uma escala centígrada (de 0 a 100 pontos), estando classificado nesta etapa, somente o candidato que somar 50 pontos, cominando com a eliminação dos demais.

6.3.14 – Não será permitida a permanência de acompanhante de candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso Público, nas dependências do local de aplicação da prova.

6.3.15 – Será sumariamente eliminado do Concurso, o candidato que:

- a) durante a realização da prova, fizer tentativa de consulta de qualquer natureza;
- b) utilizar-se de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou similar;
- c) utilizar-se de processos ilícitos na realização das provas ou fizer qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
- d) tratar com descortesia os fiscais de provas, seus auxiliares, coordenadores ou autoridades;
- e) perturbar a ordem dos trabalhos;
- f) criar tumulto e/ou situação constrangedora para si, para outros candidatos, para pessoas que trabalham pelo concurso e para a instituição aplicadora;
- g) afastar-se do local das provas sem o acompanhamento do fiscal;
- h) antes de ter concluído as provas, deixe de assinar a Lista de Presença e/ou seu Cartão Resposta;
- i) ausentar-se da sala portando o Cartão Resposta e/ou o Caderno de Questões;
- j) descumprir as instruções contidas na capa das provas ou emanadas pelos fiscais ou por responsáveis pelo concurso.

6.3.16 – Durante a prova:

6.3.16.1 – Aparelhos celulares e eletrônicos deverão ser desligados durante o período de realização da prova. A FAUEL não se responsabilizará por perda ou extravio de qualquer objeto ocorrido durante a realização das provas.

6.3.16.2 – Ao atingir o horário estipulado para o início do exame, o candidato receberá o Caderno de Provas e seu Cartão de Respostas, sendo que, são de inteira responsabilidade do candidato a conferência de seus dados (nome, número de inscrição e de identidade), a assinatura nos campos necessários, a conferência das páginas e do número de questões do Caderno de Provas.

6.3.16.3 – O preenchimento e o cuidado com o Cartão de Respostas são de inteira responsabilidade do candidato, pois será o único documento válido para a correção, não podendo o candidato

amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o Cartão, sob pena de ter sua correção prejudicada pela impossibilidade de realização da leitura óptica. Em hipótese nenhuma haverá sua substituição em caso de erro ou rasura no preenchimento dos dados ou na transcrição das respostas.

6.3.16.4 – Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal da FAUEL, devidamente treinado.

6.3.16.5 – Nos casos de dúvida relacionada a qualquer questão, o candidato poderá solicitar a folha de ATA ao fiscal, para que registre seus motivos, os quais posteriormente serão analisados pela equipe técnica da empresa e pela Comissão Organizadora.

6.3.16.6 – As anotações de informações relativas às respostas deverão ser realizadas apenas no verso do comprovante de inscrição ou do comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

6.3.16.7 – Ao terminar a prova e o preenchimento do Cartão de Respostas, entregar o cartão resposta ao fiscal de sala, podendo levar sua prova consigo.

6.3.16.8 – Os dois últimos candidatos deverão permanecer na sala até o final da prova, para acompanhar o encerramento dos trabalhos, assinar a folha ATA, lacrar o envelope dos gabaritos, que deverá ter suas assinaturas sobre a fita do lacre.

6.3.16.9 – O gabarito preliminar estará disponível no site www.fauel.org.br até às 09 horas do dia 21 de maio de 2012.

7 – DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

7.1 – Dos Recursos Interpostos Contra a Prova Escrita

7.1.1 – Os candidatos que desejarem interpor recurso contra os gabaritos preliminares disporão de 02 (dois) dias úteis, a contar do início do horário de expediente da Prefeitura do Município de Schroeder, do primeiro dia útil subsequente a aplicação das provas.

7.1.2. – Se o candidato quiser interpor recursos contra alguma das questões, deverá protocolar o recurso (anexo V deste Edital), anexando fundamento teórico, junto a Prefeitura do Município de Schroeder, setor de Protocolo, aos cuidados da Banca Examinadora de Concursos da FAUEL.

7.1.3. – O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo na elaboração de seu recurso, indicando de maneira evidente, suas intenções (alteração de gabarito, anulação da questão, etc.).

7.1.4 – Serão preliminarmente indeferidos os recursos extemporâneos, inconsistentes, que afrontem a dignidade e o decoro da FAUEL, da Prefeitura do Município de Schroeder ou de qualquer de seus colaboradores, o mesmo ocorrendo com recursos enviados via postal e via fax.

7.1.5 – A Comissão Organizadora da FAUEL julgará os recursos e, caso alguma questão seja anulada, sua respectiva pontuação será atribuída a todos os candidatos, alterando-se o gabarito preliminar publicado.

7.2 – Dos Recursos Interpostos Contra as Demais Fases do Concurso

7.2.1 – O candidato poderá interpor recurso contra o Edital de Homologação, caso não tenha seu nome publicado ou encontre erro em seus dados pessoais, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação.

7.2.2 – Os recursos genéricos contra qualquer ocorrência durante o andamento corrente do concurso, terão prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar de sua efetivação.

8 – DO RESULTADO FINAL

8.1 – Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a nota final obtida.

9 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1 – Em caso de empate na nota final no concurso, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) Tiver idade mais elevada;
- b) Obter maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) Obter maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
- d) Obter maior nota na prova de Língua Portuguesa.

10 – DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

- 10.1 – Aprovação no Concurso Público.
- 10.2 – Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- 10.3 – Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino, por meio de comprovação.
- 10.4 – Estar em dia com as obrigações eleitorais, apresentando comprovante da última eleição.
- 10.5 – Possuir cédula de identidade RG e estar cadastrado no CPF.
- 10.6 – Ter idade mínima de dezoito (18) anos na data da convocação;
- 10.7 – Certidão negativa fornecida pelo DETRAN, para o cargo Operador de Máquinas Rodoviárias.
- 10.8 – Não possuir condenação criminal transitada em julgado e não cumprida, sendo comprovado por declaração expedida pelo Distribuidor do Fórum.
- 10.9 – Não ter sido demitido por justa causa do serviço público, sendo comprovado por declaração assinada pelo candidato.
- 10.10 – Não estar em exercício de cargo público incompatível, nem tampouco aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público, de acordo com o previsto no art. 37, XVI, XVII e §10 da Constituição Federal.
- 10.11 – Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar em dia com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, quando for o caso.
- 10.12 – Possuir escolaridade e habilitação legal para o exercício do cargo pretendido.
- 10.13 – Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo candidato aprovado e convocado para tomar posse do cargo.
- 10.14 – Apresentar demais documentos solicitados no Edital de Convocação para tomar posse do cargo.
- 10.15 – O atendimento a cada um dos requisitos acima é de responsabilidade exclusiva do candidato e sua inobservância acarreta a impossibilidade de sua titularização.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1 - A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital.
- 11.2 – É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos Editais e demais comunicados com a divulgação dos locais e datas das provas que serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e estarão também disponíveis no site www.fauel.org.br.
- 11.3 – Não será expedido qualquer documento comprobatório de classificação ou aprovação, valendo-se o candidato, das publicações oficiais do Concurso.
- 11.4 – Os candidatos aprovados e convocados prestarão serviços na jurisdição territorial do município de Schroeder, podendo ser na sede, distritos, vilas e/ou localidades, de acordo com as necessidades da administração do município.
- 11.5 – A convocação para nomeação dar-se-á por convocação no Diário Oficial dos Municípios e carta com Aviso de Recebimento.
- 11.6 – Os aprovados serão chamados exclusivamente para preenchimento de vagas existentes, de acordo com a necessidade do serviço público municipal, atendendo aos Princípios da Administração Pública.
- 11.7 – Caso venha a mudar de endereço e telefone, informados no ato da inscrição do concurso, o candidato aprovado deverá atualizar seus dados cadastrais, protocolando pedido na Prefeitura do Município de Schroeder.
- 11.8 – O candidato classificado que, quando convocado para tomar posse, não aceitar a convocação, será considerado desistente e automaticamente eliminado do concurso.
- 11.9 – Os Cartões Resposta deste Concurso, bem como os

Cadernos de Provas, serão arquivados pela instituição responsável, mantidos por um período de 06 (seis) meses e depois incinerados.

12 – DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

- 12.1 – O prazo de validade do presente Concurso Público será de 06 (seis) meses, a contar da data de homologação do resultado final, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do Poder Executivo Municipal.
- 12.2 – A aprovação no Concurso Público não garante a titularização no cargo pretendido, assegurando apenas, a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização deste ato, condicionado à observância dos Princípios da Oportunidade e da Conveniência do Poder Público.

13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1 – Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Concurso Público, com auxílio da Assessoria Jurídica do Município.
- 13.2 – São partes integrantes deste Edital, todos os seus Anexos, que trarão os Conteúdos Programáticos, as atribuições de cada cargo, o requerimento de isenção da taxa de inscrição, requerimento de reserva de vagas para portadores de deficiência, o requerimento para recurso e o cronograma, os quais estão disponíveis no site www.fauel.org.br e no mural da Prefeitura do Município de Schroeder – SC.
- 13.3 – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em 02 de abril de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito

Kesley de Moraes Silva

Presidente

Comissão Organizadora de Concurso

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01.01/2012

ANEXO I

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Para os cargos que exijam como escolaridade mínima até o ensino fundamental completo:

Interpretação de textos. Ortografia oficial. Divisão silábica. Acentuação gráfica. Flexão do substantivo e adjetivo (gênero e número). Uso de conectivos. Emprego dos pronomes. Pontuação. Conhecimentos básicos de concordância nominal e verbal.

Para os cargos do ensino médio e superior:

Interpretação de textos. Ortografia oficial. Divisão silábica. Acentuação gráfica e crase. Flexão do substantivo e adjetivo (gênero e número). Emprego das classes de palavras. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Sintaxe da oração e do período. Redação de correspondências oficiais.

Obs. Não serão cobradas as alterações promovidas pelo novo Acordo Ortográfico, pois, de acordo com a resolução de 29 de setembro de 2008, a reforma entrou em vigor em janeiro de 2009, mas as duas grafias (a antiga e a nova) continuarão valendo até dezembro de 2012.

CONHECIMENTOS GERAIS E LEGISLAÇÃO PARA TODOS OS CARGOS



Fundamentos históricos e geográficos do Brasil. República Velha (1889 e 1930). A Revolução de 1930 e a Era Vargas. O Estado Novo (1937 a 1945). República Liberal-Conservadora (1946 a 1964). Governos militares. A Nova República. Brasil Contemporâneo. Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas ambientais. Interação entre o clima, a vegetação, o relevo, a hidrografia e o solo no espaço natural brasileiro. Os recursos minerais e energéticos brasileiros, produção e consumo, conservação e esgotamento. História do Estado. Aspectos históricos do Município. Aspectos geográficos do Município: hidrografia, relevo, população, clima, vegetação, limites geográficos, economia e símbolos municipais. Ética e trabalho. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas atualizações. (arts. 1º a 14 e arts. 37 a 43). Lei Orgânica e Lei Complementar Municipal nº 060/2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

Conhecimentos específicos: Competências e habilidades do Agente Comunitário de Saúde. Cadastramento de famílias. Pré-Natal. Parto e Nascimento Humanizado, Puerpério. Aleitamento materno. Vigilância epidemiológica.

Conhecimentos básicos: Conceitos básicos: endemias, epidemia, pandemia, hospedeiros, reservatório, vetores de doenças, via de transmissão de doenças. Indicadores de saúde. Interpretação demográfica. Saneamento Básico Meio Ambiente (água, Solo e Saúde). Higiene pessoal (bucal). Saúde da criança, do adolescente, da mulher (exames de prevenção ao câncer de mama e cérvico-uterino), do homem (exames de prevenção ao câncer de próstata), do idoso. Prevenção a acidentes da criança e do idoso. Direitos da criança. Direito dos idosos. Alimentação e nutrição. Planejamento familiar. Prevenção e combate ao uso de drogas. Conhecimento sobre as principais doenças Infecciosas e Parasitárias: DST/AIDS, coqueluche, dengue, difteria, doença de chagas, escarlatina, esquistossomose, febre amarela, febre tifóide, hanseníase, hepatites, leptospirose, malária, meningite, parotidite, poliomielite, raiva, rubéola, sarampo, tétano, tuberculose, varicela e outras doenças do aparelho respiratório e circulatório. Biologia e controle de roedores, escorpiões e outros peçonhentos. Calendário de vacinas. PSF (programa de saúde da família). Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes, Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96) e (NOAS/2001). Outros assuntos relacionados diretamente com a área de atuação do cargo.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO:

Preenchimento de fichas clínica. Prevenção. Cariologia. Placa bacteriana. Técnicas de escovação. Tipos de dentição. Anatomia dental. Esterilização, Desinfecção, Assepsia, Antissepsia. Ergonomia (trabalho a quatro mãos). Métodos de Prevenção (selantes, flúor, palestras). Materiais e Instrumentais utilizados na clínica odontológica (seqüência, utilização). Rotina de cuidados com equipamentos da clínica. Equipamentos de Proteção Individual (EPI's). Sistema Único de Saúde (SUS): seus princípios e diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90). Normas e portarias atuais, Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Programa Saúde da Família (PSF). Informática: Sistema Operacional Windows 98, ME, 2000/XP e GNU/LINUX, Conhecimento sobre o pacote Microsoft Office XP, 2003 e 2007 (Word, Excel, PowerPoint), Internet; Anti-vírus. Outros assuntos relacionados diretamente com a área de atuação do cargo.

ENFERMEIRA:

Conhecimentos específicos - Enfermagem: conceito, objetivos,

categorias e atribuições. Noções de Anatomia e Fisiologia. Esterilização, desinfecção, assepsia e antissepsia. Fontes de infecções: ambiente, paciente e equipe médica. Infecção hospitalar. Técnicas e procedimentos: admissão do paciente, sistema de informação em enfermagem - prontuário, sinais vitais, aferição de altura e peso, lavagem das mãos, arrumação de cama, higiene oral, banhos, lavagem intestinal, curativos, sondagem nasogástrica, sonda nasoenteral, nebulização, inalação, aspiração, retirada de pontos. Posições para exames. Administração de medicamentos. Assistência cirúrgica: central de material de esterilização, tipos, potencial de contaminação, materiais e equipamentos dos centros. Enfermagem pré-operatório: prevenção de complicações, instrumentais e fios cirúrgicos, cuidados pós operatórios. Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, obstrução das vias aéreas superiores, hemorragias, traumatismos, desmaios, convulsões, queimaduras, picadas de animais peçonhentos. Saúde do profissional de enfermagem.

Conhecimento sobre as principais doenças Infecciosas e Parasitárias: AIDS, coqueluche, dengue, difteria, escarlatina, doença de chagas, esquistossomose, febre amarela, hanseníase, hepatites, leptospirose, malária, meningite, parotidite, poliomielite, raiva, rubéola, sarampo, tétano, tifóide, tuberculose, varicela e outras doenças do aparelho respiratório e circulatório.

Enfermagem materno-infantil: Assistência de enfermagem à mulher no ciclo grávido-puerperal. Assistência de enfermagem às principais afecções ginecológica. Assistência de enfermagem ao recém-nascido e à parturiente (normal ou com complicações). Crescimento e desenvolvimento infantil. Assistência de enfermagem ao aleitamento materno. Crianças com afecções dos aparelhos respiratórios, renais, vias urinárias e do aparelho reprodutor. Distúrbios metabólicos, hematológicos, cardiovasculares e digestivos, considerações pediátricas. Oncologia pediátrica e envenenamento infantil.

Enfermagem de Saúde Pública e Coletiva: Noções gerais de Saúde Pública e Coletiva: conceito de saúde e saúde pública e coletiva. Notificação compulsória. Lixo hospitalar. Calendário de vacinação. Noções de trabalho em equipe. Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, diretrizes e Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Programa Saúde da Família (PSF). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações. (arts 196 a 200).

Ética Profissional: Código de ética profissional. Conselho Federal e Regional de Enfermagem (COREN e COFEN).

FARMACÊUTICA:

Farmacologia: Farmacologia geral: introdução, formas farmacêuticas, farmacocinética(vias de administração, absorção, distribuição e eliminação das drogas). Farmacodinâmica (princípios de ação das drogas, teoria de receptores). Fatores que alteram o efeito de medicamentos. Toxicologia Prescrição terapêutica. Farmacologia especial: farmacologia do(s): SNC, SNA, aparelho digestivo, cardio-vascular-renal e sanguíneo, sistema respiratório, aparelho genital feminino, autacóides, antiinflamatórios, drogas antimicrobianas, quimioterapia das doenças parasitárias, vitaminas, hormônios e antagonistas hormonais. Sistematização de uma farmacoterapia racional. Vantagens e desvantagens do uso de medicamentos. O risco terapêutico na lactação, geriatria e nas doenças hepáticas e renais. Causas que modificam as ações e os efeitos dos medicamentos. Interações fármacos-alimentos. Farmacogenética. Intoxicações medicamentosas. Farmacotécnica - Assunto: Operações e abreviaturas em Farmacotécnica. Cálculos utilizados em manipulação, Equivalência. Controle de qualidade. Diluições; Extração, Formas farmacêuticas: Líquidas (Soluções, xaropes, colírios etc). Formas farmacêuticas sólidas (pós, cápsulas, pílulas, grânulos, bolos, pastilhas, granulados, comprimidos, drágeas), Semi-sólidos (pomadas, cremes, loções) e fatores que influenciam na estabilidade destas formas farmacêuticas. Controle de qualidade de medicamentos - Assunto: Análises Físicas; Análise Físico-químicas; Análises Microbiológicas de fármacos e formas

farmacêuticas. Bioquímica Geral –Bioquímica das proteínas e aminoácidos, dos ácidos nucleicos e nucleoproteína, dos carboidratos e dos lipídios. Vitaminas lipossolúveis e hidrossolúveis. Enzimas. Relações com o meio ambiente. Metabolismo de carboidratos. Ciclo de ácidos tricarboxílico. Transporte de elétrons e fosforilação oxidativa. Metabolismo de lipídios. Metabolismo de proteína. Metabolismo de ácido nucleico. Integração metabólica e mecanismo de regulação. Bioquímica dos tecidos. Detoxicação. Bioquímica do leite. Equilíbrio eletrolítico e ácido básico. Microbiologia -Contaminação microbiológica em medicamentos; Desinfecção; Esterilização. Assepsia. Bacteriologia geral. Morfologia e fisiologia. Genética bacteriana. Antibióticos e quimioterápicos. Introdução à virologia.. Vírus de interesse na medicina humana. Cocos gram positivos. Bacilos gram positivos não esporulados. Bacilos gram positivos esporulados. Bacilos álcool-ácido resistentes. Espiroquetideos. Cocos gram negativos. Bacilos gram negativos fermentadores. Bacilos gram negativos não fermentadores. Gêneros clamydial/micoplasma. Introdução à micologia. Dermatofitos. Outros agentes de micoses superficiais. Gêneros cryptococcus/cândida. Agentes da cromomicroscopia e micetozoa. Gêneros sporotrichum/rinosporidium. Gêneros paracoccidiales. Homeopatia - Assunto: Princípios Gerais. Fundamentos, farmacotécnica, Métodos Hahnemannianos; Centesimal Hahnemanniano, Decimal Hering ; Cinquenta Milsimal; Korsakov ; Fluxo contínuo. Farmacologia homeopática. Insumos ativos e inertes. Classificação dos medicamentos. Métodos de preparo. Formas farmacêuticas de uso interno e externo. . Bioterápicos. Formas farmacêuticas de uso externo. Fitoterapia (Farmacognosia) - Assunto: Princípios gerais. Farmacotécnica. Tipos de extração. Legislação Sanitária e Farmacêutica - Assunto: lei 5.991. Decreto 793/MS. Portaria 344/98. Lei dos Genéricos. Resolução Nº 357/2001. Administração e Economia Farmacêutica - Assunto: Lei 8.666 (noções básica sobre licitações). controle de estoques. Parasitologia: Relações parasito-hospedeiro. (morfologia, biologia, patogenia, profilaxia epidemiologia). gêneros: Leishmania, Trypanosoma, Plasmodium, Toxoplasma, Giardia, Entamoeba, Shistosoma, Taenia, Ascaris, Ancilostomídeos, Strongyloides, Enterobius, Trichiuris. Farmacovigilância - Assunto: Conceitos gerais de dados práticos sobre o mercado farmacêutico. BPFC – Boas práticas de fabricação e controle - Assunto:Validação de processos e equipamentos. Validação dos fluxos. Custos. Controle de contaminação cruzada. Descarte de lixo, etc. Saúde Pública - Assunto: Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes, Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais, Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96)). Código de ética da profissão farmacêutica (Resolução do CFF nº 417 de 29 de setembro de 2004). Constituição Federal de 1988 e suas alterações (arts 196 a 200).

FISIOTERAPEUTA:

Desenvolvimento motor normal e patológico até o 2º Ano de vida da criança; Revisão anatômica e fisiológica do Sistema Nervoso Central, Sistema respiratório, sistema ósseo e sistema muscular; Tratamento fisioterápico nas deficiências acima comentadas; Biomecânica Básica dos sistemas acima citados. Fisioterapia aplicada à geriatria; Fisioterapia Traumatológica-Ortopédica e Desportiva (lesões mais comuns nos esportes e tratamento); Fisioterapia do Exercício. Saúde do Trabalhador; Saúde do Idoso; Processo Saúde-Doença; Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes, Leis n.ºs 8.080/90 e 8.142/90; Normas e Portarias atuais, Constituição Federal de 1988 (seção II Da Saúde); Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações (arts 196 a 200).

MÉDICO CLÍNICO GERAL – ESF:

Conhecimento sobre as principais doenças infecciosas e parasitárias: DST/AIDS, cólera, coqueluche, dengue, difteria, doença de chagas, escabiose, esquistossomose, febre amarela, filariose, hanseníase, hepatites, herpes, histoplasmosse, leishmaniose, leptospirose, malária, meningite, peste, poliomielite, raiva, rubéola,

sarampo, tétano, toxoplasmose, tuberculose, gripes e outras doenças do aparelho respiratório e circulatório.

Medicina Interna: Doenças do Sistema Nervoso: acidentes vasculares cerebrais, comas com e sem sinais de localização, convulsões, epilepsia, infecções do sistema nervoso, distúrbios do sistema nervoso periférico, miastenia gravis, doença de Parkinson, demência e depressão. Doenças Endócrino-Metabólicas e Distúrbios Hidroeletrolíticos e Ácidos-Básicos: distúrbios hipotálamo-hipofisários, distúrbios da tireóide, do córtex e medula da supra-renal, diabetes melito tipo I e II, desidratação hiper e hipotônica, hiper e hipocalemia, acidose e alcalose metabólicas e respiratórias, desnutrição, hiper e hiponatremia, hiper e hipocalcemia, hiper e hipomagnesemia. Doenças do Aparelho Respiratório: doenças das vias aéreas superiores, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonias, tuberculose, doenças da pleura, sarcoidose, câncer de pulmão, tromboembolia pulmonar, doenças pulmonares ocupacionais. doenças do sistema cardiovascular: arritmias cardíacas, insuficiência cardíaca, cor pulmonale, miocardiopatia dilatada, endocardite infecciosa e pericardites, hipertensão arterial sistêmica, dislipidemias, doença isquêmica coronariana. Doenças do Rim e Trato-urinário: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, nefrolitíase, infecções urinárias alta e baixa. Distúrbios Reumatológicos: artrite reumatóide, lupus eritematoso sistêmico, esclerodermia, gota, artrite séptica, dermatomiosite, osteoporose. Desordens do Sistema Gastrointestinal: esofagites e câncer do esôfago, úlcera péptica, câncer gástrico, pancreático e colônico, colite ulcerativa, doença de Crohn, apendicite aguda, pancreatites, obstrução intestinal, hepatites, cirrose hepática, doença diverticular do cólon. Doenças Infecciosas e Parasitárias: febre de origem indeterminada, septicemia, infecções bacterianas e virais, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, tétano, botulismo, leptospirose, malária, leishmaniose, toxoplasmose, parasitoses intestinais. Doenças Hematológicas: anemias, leucemias, linfomas, discrasias sanguíneas. Emergências Médicas: parada cardio-respiratória, insuficiência respiratória aguda, choques, hemorragia digestiva alta e baixa, queimaduras, afogamentos, intoxicações e envenenamentos, mordedura e picadas de animais peçonhentos. Saúde Pública: Sistema Único de Saúde (SUS): seus princípios e diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90). Normas e portarias atuais. Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Programa Saúde da Família (PSF).

NUTRICIONISTA:

Importância da alimentação para o homem e a sociedade. Nutrientes energéticos, reguladores e construtores: Funções, necessidades diárias, fontes alimentares, fatores que modificam a absorção. Finalidades e Leis da alimentação. Determinação de valor calórico total. Necessidades calóricas. Modificação do regime normal: Pré-escolar, escolar, adolescente, adulto, gestante, nutriz, idoso. Dietas terapêuticas. Fisiopatologia e dietoterapia: Distúrbio do aparelho digestivo, distúrbios metabólicos e hepatopatias, cardiopatias, ontologia, distúrbios renais, gota, doenças infantis, estados febris, doenças carenciais. Processos básicos de cocção: pré-preparo, preparo, cocção. Quantidade de compras: fator de correção, massas alimentares. Equivalência de pesos e medidas. Cereais: tipos, princípios de cocção, massa alimentícia. Leguminosas: variedades, valor nutritivo, fatores que interferem na cocção. Hortaliças: valor nutritivo, pigmentos, cuidados no armazenamento e na cocção. Frutas: valor nutritivo, pigmentos, cuidados no armazenamento e na cocção. Carnes (bovinos, suínos, aves, pescados, vísceras): valor nutritivo, cortes, princípio de cocção. Gorduras: utilização culinária, decomposição. Leite e derivados: processos de industrialização, utilização culinária, decomposição. Técnicas básicas de congelamento. Aproveitamentos de sobras e partes não convencionais dos alimentos. Nutrição e gravidez. Gravidez na adolescência. Aleitamento materno e artificial. Alimentação da criança de 0 a 12 anos. Higiene alimentar. Controle do desenvolvimento microbiano em alimentos. Doenças transmitidas por alimentos: agente biológicos e químicos, epidemiologia,

medidas preventivas. Água: cuidados Lixo: acondicionamento e destino Educação alimentar: objetivos e importância. Planejamento de aulas de educação alimentar: conteúdo, estratégia, aplicação, avaliação. Inquéritos alimentares: tipos e importância. Administração aplicada, instrumentos administrativos: organograma e fluxograma. Dimensionamento de espaço físico. Dimensionamento de pessoal. Organização dos serviços de alimentação: rotinas, roteiros, empregos e atribuições. Tipos de serviços de alimentação para a coletividade. Custos: cálculos, controle de estoque, custo operacional e de materiais. Higiene e segurança no trabalho. Ética profissional. Código de defesa do consumidor. Noções Básicas de Economia da Alimentação e Nutrição. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações (arts 226 a 230) .

ODONTÓLOGO:

Conhecimentos específicos - Odontologia Social e Preventiva: Educação em saúde bucal. Epidemiologia aplicada à odontologia. Níveis de prevenção. Métodos preventivos (Flúor, Selantes). Prevenção das doenças bucais.

Anatomia: Anatomia dental e análise funcional. Anatomia e aplicação clínica. Sistema dental.

Anestesia: Farmacologia dos anestésicos locais. Anestésicos locais e controle da dor. Complicações das anestésias locais. Técnicas anestésicas em odontologia. Substância anestésica. Toxicologia.

Cirurgia: Princípios da cirurgia. Técnica exodônticas. Acidentes e complicações exodônticas. Técnicas cirúrgicas. Instrumental. Medicação pré e pós-operatório.

Dentística restauradora: Cárie dentária. Princípios de preparo cavitário. Materiais protetores do complexo dentina polpa. Restaurações de resina em dentes anteriores e posteriores. Adesivos. Amálgama. Cimento ionômero de vidro. Tratamento Restaurador Atraumático (ART). Tratamentos preventivos. Técnicas restauradoras minimamente invasivas. Isolamento absoluto. Radiologia oral.

Endodontia: Considerações iniciais. Topografia da cavidade pulpar. Alterações patológicas no periápice. Tratamento conservador da polpa dental. Abertura coronária. Obturação do canal radicular. Apeificação. Reabsorção dentária.

Farmacologia e Terapêutica Aplicada à Odontologia: Antibióticos. Analgésicos. Atipiréticos. Antiinflamatórios. Hemostáticos. Drogas Ansiolíticas. Relaxantes musculares de ação central. Vitaminas. Tratamento de paciente grávidas, diabéticos. Problemas cardiovasculares, doenças gastrointestinais e doenças do sangue. Endocardite bacteriana.

Odontopediatria: Procedimentos preventivos e restauradores. Prevenção da cárie dentária na criança e no adolescente. Traumatismo na dentição decídua. Tratamento pulpar em dentes decíduos. Restaurações em dentes decíduos. Anatomia dos dentes decíduos. Fluorose dental. Selantes. Técnicas anestésicas em crianças. Técnicas de RX em crianças. Farmacologia para crianças.

Patologia Bucal: Distúrbios do desenvolvimento e do crescimento. Doenças de origem microbiana. Distúrbios do metabolismo. Doenças do sistema específico. Anomalias dentárias. Patologia das glândulas salivares. Tumores de tecidos moles.

Periodontia: Anatomia periodontal. Classificação das doenças periodontais. Placa e cálculo dental. Doença periodontal necrosante. Raspagem e alisamento radicular. Gengivite. Periodontite. Doenças infecciosas.

Materiais dentários: Materiais de moldagem, gessos, ligas para amálgama. Composição das resinas.

Ética odontológica: Código de ética odontológica.

Saúde Pública: Sistema Único de Saúde (SUS): seus princípios e diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90). Normas e portarias atuais. Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Programa Saúde da Família (PSF).

PSICÓLOGO:

Instituições e organizações: O papel do psicólogo nas instituições

organizacionais, na atualidade. Acompanhamento e adaptação do trabalhador e sua saúde mental em relação ao estresse. Conhecimento clínico: Psicopatologia: neuroses, transtornos, perversões, distúrbio emocional, fatores intervenientes, técnicas terapêuticas e aspectos sociais. Psicologia familiar: O trabalho com família – orientação, aconselhamento e sua dinâmica. Psicologia escolar: Avaliação, acompanhamento, orientação dos pais educadores, relação entre a dificuldade escolar e problemas emocionais. Noções básicas de psicanálise: Mecanismos de defesa, formação do aparelho psíquico, fases da vida. Distúrbios emocionais das crianças, sociabilidade, escolaridade, alimentação, sono, manipulações e hábitos e comportamento. Saúde pública e código de ética do psicólogo: Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, diretrizes e Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais. Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96).

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

Conhecimentos específicos - Enfermagem: conceito, objetivos, categorias e atribuições. Noções de Anatomia e Fisiologia. Esterilização, desinfecção, assepsia e antisepsia. Fontes de infecções: ambiente, paciente e equipe médica. Infecção hospitalar. Técnicas e procedimentos: admissão do paciente, sistema de informação em enfermagem - prontuário, sinais vitais, aferição de altura e peso, lavagem das mãos, arrumação de cama, higiene oral, banhos, lavagem intestinal, curativos, sondagem nasogástrica, sonda nasoenteral, nebulização, inalação, aspiração, retirada de pontos. Posições para exames. Administração de medicamentos. Assistência cirúrgica: central de material de esterilização, tipos, potencial de contaminação, materiais e equipamentos dos centros. Enfermagem pré-operatório: prevenção de complicações, instrumentais e fios cirúrgicos, cuidados pós operatórios. Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, obstrução das vias aéreas superiores, hemorragias, traumatismos, desmaios, convulsões, queimaduras, picadas de animais peçonhentos. Saúde do profissional de enfermagem.

Conhecimento sobre as principais doenças Infecciosas e Parasitárias: AIDS, coqueluche, dengue, difteria, escarlatina, doença de chagas, esquistossomose, febre amarela, hanseníase, hepatites, leptospirose, malária, meningite, parotidite, poliomielite, raiva, rubéola, sarampo, tétano, tifoide, tuberculose, varicela e outras doenças do aparelho respiratório e circulatório.

Enfermagem de Saúde Pública e Coletiva: Noções gerais de Saúde Pública e Coletiva: conceito de saúde e saúde pública e coletiva. Notificação compulsória. Lixo hospitalar. Calendário de vacinação. Noções de trabalho em equipe. Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, diretrizes e Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96). Programa Saúde da Família (PSF). Constituição Federal de 1988 e suas alterações (arts 196 a 200).

Ética Profissional: Código de ética profissional. Conselho Federal e Regional de Enfermagem (COREN e COFEN).

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01.01/2012

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ATRIBUIÇÕES COMUNS A TODOS OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DA FAMÍLIA:

I - participar do processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos, inclusive aqueles relativos ao trabalho, e da atualização contínua dessas informações, priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local;

II - realizar o cuidado em saúde da população adscrita, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando

necessário;

III - realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;

IV - garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;

V - realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;

VI - realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;

VII - responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;

VIII - participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;

IX - promover a mobilização e a participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;

X - identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;

XI - garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas nacionais de informação na Atenção Básica;

XII - participar das atividades de educação permanente; e

XIII - realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

I - desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade;

II - trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea;

III - estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe;

IV - cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados;

V - orientar famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis;

VI - desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e de agravos, e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas nos domicílios e na comunidade, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito daquelas em situação de risco;

VII - acompanhar, por meio de visita domiciliar, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe; e

VIII - cumprir com as atribuições atualmente definidas para os ACS em relação à prevenção e ao controle da malária e da dengue, conforme a Portaria nº 44/GM, de 3 de janeiro de 2002.

MÉDICO – ESF:

I - realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

II - realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.);

III - realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, gineco-obstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;

IV - encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;

V - indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;

VI - contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Auxiliares de Enfermagem, ACD e THD; e

VII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

ENFERMEIRO - ESF:

I - realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.), em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

II - conforme protocolos ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão, realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares e prescrever medicações;

III - planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos ACS;

IV - supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos ACS e da equipe de enfermagem;

V - contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do Auxiliar de Enfermagem, ACD e THD; e

VI - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF:

I - participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.);

II - realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe; e

III - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

ODONTÓLOGO - ESF:

I - realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação em saúde bucal;

II - realizar os procedimentos clínicos da Atenção Básica em saúde bucal, incluindo atendimento das urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais;

III - realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, de acordo com planejamento local, com resolubilidade;

IV - encaminhar e orientar usuários, quando necessário, a outros níveis de assistência, mantendo sua responsabilização pelo acompanhamento do usuário e o segmento do tratamento;

V - coordenar e participar de ações coletivas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças bucais;

VI - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da Equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar;

VII - contribuir e participar das atividades de Educação Permanente do THD, ACD e ESF;

VIII - realizar supervisão técnica do THD e ACD; e

IX - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

(RH da Prefeitura preencher)

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF:

- I - realizar ações de promoção e prevenção em saúde bucal para as famílias, grupos e indivíduos, mediante planejamento local e protocolos de atenção à saúde;
- II - proceder à desinfecção e à esterilização de materiais e instrumentos utilizados;
- III - preparar e organizar instrumental e materiais necessários;
- IV - instrumentalizar e auxiliar o cirurgião dentista e/ou o THD nos procedimentos clínicos;
- V - cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;
- VI - organizar a agenda clínica;
- VII - acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de saúde da família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar; e
- VIII - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

(RH da Prefeitura preencher)

ENFERMEIRA:

(RH da Prefeitura preencher)

FARMACÊUTICO:

- I - Coordenar e executar as atividades de Assistência Farmacêutica no âmbito da Atenção Básica/Saúde da Família;
- II - Auxiliar os gestores e a equipe de saúde no planejamento das ações e serviços de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica/Saúde da Família, assegurando a integralidade e a intersetorialidade das ações de saúde;
- III - Promover o acesso e o uso racional de medicamentos junto à população e aos profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família, por intermédio de ações que disciplinem a prescrição, a dispensação e o uso;
- IV - Assegurar a dispensação adequada dos medicamentos e viabilizar a implementação da Atenção Farmacêutica na Atenção Básica/Saúde da Família;
- V - Selecionar, programar, distribuir e dispensar medicamentos e insumos, com garantia da qualidade dos produtos e serviços;
- VI - Receber, armazenar e distribuir adequadamente os medicamentos na Atenção Básica/ Saúde da Família;
- VII - Elaborar, em conformidade com as diretrizes municipais, estaduais e nacionais, e de acordo com o perfil epidemiológico, projetos na área da Atenção/Assistência Farmacêutica a serem desenvolvidos dentro de seu território de responsabilidade;
- VIII - Intervir diretamente com os usuários nos casos específicos necessários, em conformidade com a equipe de Atenção Básica/Saúde da Família, visando uma farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados à melhoria da qualidade de vida;
- IX - Estimular, apoiar, propor e garantir a educação permanente de profissionais da Atenção Básica/Saúde da Família envolvidos em atividades de Atenção/Assistência Farmacêutica; e
- X - Treinar e capacitar os recursos humanos da Atenção Básica/Saúde da Família para o cumprimento das atividades referentes à Assistência Farmacêutica.

(RH da Prefeitura preencher)

FISIOTERAPEUTA:

- I - Desenvolver ações de promoção e proteção à saúde em conjunto com as ESF incluindo aspectos físicos e da comunicação, como consciência e cuidados com o corpo, postura, saúde auditiva e vocal, hábitos orais, amamentação, controle do ruído, com vistas ao autocuidado;
- II - Desenvolver ações conjuntas com as ESF visando ao

- acompanhamento das crianças que apresentam risco para alterações no desenvolvimento;
- III - Realizar ações para a prevenção de deficiências em todas as fases do ciclo de vida dos indivíduos;
- IV - Acolher os usuários que requeiram cuidados de reabilitação, realizando orientações, atendimento, acompanhamento, de acordo com a necessidade dos usuários e a capacidade instalada das ESF;
- V - Desenvolver ações de reabilitação, priorizando atendimentos coletivos;
- VI - Realizar visitas domiciliares para orientações, adaptações e acompanhamentos;
- VII - Capacitar, orientar e dar suporte às ações dos ACS;
- VIII - Realizar, em conjunto com as ESF, discussões e condutas terapêuticas conjuntas e complementares;
- IX - Desenvolver projetos e ações intersetoriais, para a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência;
- X - Orientar e informar as pessoas com deficiência, cuidadores e ACS sobre manuseio, posicionamento, atividades de vida diária, recursos e tecnologias de atenção para o desempenho funcional frente às características específicas de cada indivíduo;
- XI - Acolher, apoiar e orientar as famílias, principalmente no momento do diagnóstico, para o manejo das situações oriundas da deficiência de um de seus componentes;
- XII - Acompanhar o uso de equipamentos auxiliares e encaminhamentos quando necessário;
- XIII - Realizar encaminhamento e acompanhamento das indicações e concessões de órteses, próteses e atendimentos específicos realizados por outro nível de atenção à saúde;
- XIV - Realizar ações que facilitem a inclusão escolar, no trabalho ou social de pessoas com deficiência.

(RH da Prefeitura preencher)

MÉDICO CLÍNICO GERAL –ESF:

(RH da Prefeitura preencher)

NUTRICIONISTA:

- I - conhecer e estimular a produção e o consumo dos alimentos saudáveis produzidos regionalmente;
- II - promover a articulação intersetorial para viabilizar o cultivo de hortas e pomares comunitários;
- III - capacitar ESF e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micronutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição; e
- IV - elaborar em conjunto com as ESF, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à Alimentação e Nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contra-referência do atendimento.

(RH da Prefeitura preencher)

ODONTÓLOGO:

(RH da Prefeitura preencher)

PSICÓLOGO:

- I - Realizar atividades clínicas pertinentes a sua responsabilidade profissional;
- II - Apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar;
- III - Discutir com as ESF os casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas;
- IV - Criar, em conjunto com as ESF, estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas, visando à redução de danos e à melhoria da qualidade

do cuidado dos grupos de maior vulnerabilidade;
 V - Evitar práticas que levem aos procedimentos psiquiátricos e medicamentos à psiquiatria e à medicalização de situações individuais e sociais, comuns à vida cotidiana;
 VI - Fomentar ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não-manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura;
 VII - Desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando constituir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade, como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial, como Conselhos tutelares, associações de bairro, grupos de auto-ajuda etc.;
 VIII - Priorizar as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade; e
 IX - Ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.

(RH da Prefeitura preencher)

TÉCNICO EM ENFERMAGEM:
 (RH da Prefeitura preencher)

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012
 EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01.01/2012

ANEXO III

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nome do candidato:		
Registro Geral (RG):		
Órgão expedidor:		
Nº Inscrição no concurso:		
CPF:	Telefone: ()	
Cargo pretendido:		
Número de Identificação Social – NIS (atribuído pelo CadÚnico):		

Solicito isenção da taxa de inscrição no Concurso Público aberto pelo Edital nº 01.01/2012 e declaro que:

() BENEFICIADO PELO Decreto n.º 6.135, de 2007.

a) Estou inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

b) Sou membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n.º 6.135, de 2007.

OU

() BENEFICIADO PELA Lei Estadual n. 10.567/1997 (doador de sangue).

2.9- O candidato amparado pela Lei Estadual n. 10.567/1997 (doador de sangue), interessado na isenção de pagamento da inscrição, desde que efetue sua inscrição até o dia 09 de abril de 2012, sendo tal pedido composto pelas seguintes etapas:

a) Primeira etapa - Efetuar sua inscrição no concurso público no período de 03 a 09 de abril de 2012, através do site www.fauel.org.br.

b) Segunda etapa – O candidato deverá apresentar a FAUEL, comprovante que demonstre seu enquadramento nos termos da citada legislação, ou seja, declaração que comprove três doações

nos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias anteriores ao término da inscrição deste concurso, ou então, documento específico que comprove integrar a Associação de doadores e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato, declarando que o candidato enquadra-se como beneficiário da lei referida. A declaração, com a comprovação da condição de doador de sangue deverá ser expedida pela entidade coletora oficial ou discriminando a quantidade de doações e as datas correspondentes em que foram realizadas. Essa documentação deverá ser encaminhada via SEDEX, com postagem até o dia 09 de abril de 2012, para o Departamento de Concursos da FAUEL, sito na Av. Higienópolis, 174 -8º andar – CEP 86020-908, Londrina PR.

Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações prestadas. Estou ciente de que poderei ser responsabilizado criminalmente, caso as informações aqui prestadas não correspondam à verdade.

_____ de _____ de 2012.

Assinatura

Para uso exclusivo da Comissão de Concurso

Schroeder – SC, ____/____/ 2012 () Deferido () Indeferido

Assinatura do Presidente da Comissão de Concurso: _____

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012
 EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01.01/2012

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E/OU CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

À COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSOS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome:			
Inscrição:	Documento:		
Cargo Pretendido:		Fone:	

Deseja participar da reserva de vagas destinadas a candidatos portadores de deficiência, conforme previsto no Decreto Federal n.º 3.298/1999

() Não () Sim

Tipo da Deficiência: () Física () Auditiva () Visual () Mental () Múltipla

Necessita condições especiais para realização da(s) prova(s)?

() Não () Sim

Em caso positivo, especificar: _____

Schroeder – SC, ____ de _____ de 2012.

Assinatura do candidato

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01.01/2012

Anexo V – Requerimento de recurso

REQUERIMENTO DE RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome:			
Inscrição:		R.G.:	
Cargo Pretendido:		Fone:	

À Comissão Organizadora do Concurso Público/ Fundação de Apoio a Universidade Estadual de Londrina - FAUEL

O PRESENTE RECURSO REFERE-SE A :

JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO:

_____, ____ de _____ de 2012.

Assinatura do Candidato

INSTRUÇÕES:

Somente serão analisados pela Comissão Organizadora os recursos protocolados dentro dos prazos previstos e formulados de acordo com as normas estabelecidas no Edital de Abertura;
No caso de recurso às questões da prova escrita este deverá apresentar argumentação lógica e consistente, devendo, ainda, estar acompanhado de cópia da bibliografia pesquisada para fundamentação.

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01.01/2012

Anexo VI

CRONOGRAMA

ETAPA OU ATIVIDADE	DATAS
Publicação do Edital	02/04/2012
Período de Inscrição	04/04/2012 a 24/04/2012
Último dia para pagamento do boleto bancário	25/04/2012
Publicação da relação das inscrições homologadas e divulgação dos locais para realização das provas objetivas.	07/05/2012
Prazo para recurso quanto a homologação das inscrições	08 e 09/05/2012
Realização da Prova Objetiva	20/05/2012
Publicação do gabarito preliminar da prova objetiva	Até 21/05/2012 às 09 horas.
Recebimento de recurso contra gabarito preliminar	21 e 22/05/2012
Publicação do resultado final da prova objetiva e gabarito oficial	30/05/2012

Recebimento de recurso contra resultado final da prova objetiva	31 /05/2012 e 01/06/2012
Homologação do resultado final	08/06/2012

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 10/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2012**Número do Registro de Preços: 12/2012****Data do Registro: 30/03/2012****Válido até: 30/03/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos;

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de mão de obra mecânica em geral com fornecimento de peças para a frota de veículos leves da Prefeitura Municipal, conforme lote IV em anexo. Serviços como: revisão geral, suspensão, freio, embreagem, mangueiras hidráulicas, embuchamentos, câmbio, caixa de direção, afinação e retífica de motores e demais acertos nos motores, instalação de peças e acessórios, etc. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	24,0000	1
			CRISTIANO JOSE ROSA - ME (11743)		0	31,6301	2
2	valor das peças com desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG, veículos leves	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	40.000,0000	1
			CRISTIANO JOSE ROSA - ME (11743)		0	40.145,9108	2
5	Serviço de mecânica para máquinas pesadas e máquinas agrícolas da Prefeitura Municipal conforme lote I, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral. Suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas freios, embreagem, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retífica de motores, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	46,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	46,6000	2
6	valor com desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG para máquinas pesadas e máquinas agrícolas	UN	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	48.500,0000	1
			G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	50.000,0000	2
11	Serviço de manutenção elétrica para toda a frota da Prefeitura Municipal. Serviços como: revisão de chicote elétrico, alternadores, motor de arranque, motor de pára-brisa, troca de lâmpadas, capas, faróis, recuperar fiação elétrica, revisar painéis, trocar fusíveis, sensores, relógios de temperatura, entre outros serviços. Para máquinas, caminhões, microônibus e linha leve. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	36,0000	1
12	valor com desconto das peças genuínas- DPG para serviço de manutenção elétrica	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	7.920,0000	1
13	Serviço de mão de obra de manutenção de parte rotante para máquinas com Esteira. Fornecimento de peças como: roletes, correntes, sapatas, parafusos, preenchimento de roda motriz, recuperação de sapatas. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	50,0000	1
14	valor com desconto das peças genuínas DPG - para manutenção de parte rotante para máquinas com Esteira	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	25.000,0000	1
15	Serviço de solda, com fornecimento das chapas de ferro e aço. Para máquinas, caminhões e microônibus. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	59,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2012**Número do Registro de Preços: 12/2012****Data do Registro: 30/03/2012****Válido até: 30/03/2013****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos;

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	valor com desconto das peças genuínas DPG para Serviço de solda, com fornecimento das chapas de ferro e aço	UN	G.MAIOCHI E CIA.LTDA (6122)		0	20.000,0000	1

SCHROEDER, 30 de Março de 2012.

Siderópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 29

DECRETO N.º29, DE 30 De Março de 2012
EXONERA DICIONEI SAVARIS DO CARGO EM COMISSÃO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado(a) DICIONEI SAVARIS, CPF/MF sob nº 743.777.609-04, Chefe de Departamento, a partir de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto Nº21

DECRETO N.º21, DE 30 De Março de 2012
EXONERA LAIS CORREA FABRE DO CARGO EM COMISSÃO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado(a) LAIS CORREA FABRE, CPF/MF sob nº 066.484.009-43, Chefe de Setor II, a partir de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto Nº22

DECRETO N.º22, DE 30 De Março de 2012
EXONERA PEDRO MOTA DA SILVA

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da

Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado PEDRO MOTA DA SILVA, CPF/MF sob nº 376.787.959-04, Secretário de Agricultura - Agente Político, a partir de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto Nº23

DECRETO N.º23, DE 30 De Março de 2012
EXONERA SAMUEL ELIAS DO CARGO EM COMISSÃO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado(a) SAMUEL ELIAS, CPF/MF sob nº 769.245.729-87, Chefe de Departamento, a partir de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto Nº24

DECRETO N.º24, DE 30 De Março de 2012
EXONERA DALVANIA CARDOSO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado(a) DALVANIA CARDOSO, CPF/MF sob nº 770.966.659-00, Secretária de Administração - Agente Político, a partir de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto Nº25

DECRETO N.º25, DE 30 De Março de 2012
EXONERA DEOCLESIO DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA
Art. 1º - Fica exonerado(a) DEOCLESIO DA SILVA, CPF/MF sob nº 800.541.029-87, Chefe de Setor II, a partir de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto Nº26

DECRETO N.º26, DE 30 De Março de 2012
EXONERA VALTER DOS SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA
Art. 1º - Fica exonerado(a) VALTER DOS SANTOS, CPF/MF sob nº 823.862.859-87, Assessor, a partir de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto Nº27

DECRETO N.º27, DE 30 De Março de 2012
EXONERA ELIZABETH BARRETO DE SOUZA FORTUNATO DO CARGO EM COMISSÃO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA
Art. 1º - Fica exonerado(a) ELIZABETH BARRETO DE SOUZA FORTUNATO, CPF/MF sob nº 854.918.889-15, Assessor II, a partir de 01/04/2012.
Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto Nº28

DECRETO N.º28, DE 30 De Março de 2012
EXONERA JULIO CESAR VITTO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA
Art. 1º - Fica exonerado(a) JULIO CESAR VITTO, CPF/MF sob nº 592.484.089-15, Secretário de Obras - Agente Político, a partir de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto Nº30

DECRETO N.º30, DE 30 De Março de 2012
EXONERA SIRLEI MAGNA ROUSSENQ STOPAZZOLLI

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado(a) SIRLEI MAGNA ROUSSENQ STOPA-ZZOLLI, CPF/MF sob nº 016.451.629-82, Secretária de Saúde - Agente Político, retornando ao cargo efetivo de Professora, a partir de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Decreto Nº31

DECRETO N.º31, DE 30 De Março de 2012
EXONERA CARLOS SEBASTIÃO RODRIGUES DO CARGO EM COMISSÃO

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso X, Art. 51 da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº1.808 e 1.818/2009 e Decreto nº87/2010;

DECRETA

Art. 1º - Fica exonerado(a) CARLOS SEBASTIÃO RODRIGUES, CPF/MF nº341.475.199-20, Chefe de Departamento, a partir de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria Nº115

PORTARIA Nº 115, DE 30 De Março de 2012
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº186/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;
RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria nº186/2011, considerando que WILLIAN BONASSA, brasileiro, CPF nº027.335.969-00, não terá mais a responsabilidade designada, a contar de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria Nº116

PORTARIA Nº 116, DE 30 De Março de 2012
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº035/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria nº35/2010, considerando que MOACIR PAVAN, brasileiro, CPF nº615.113.669-15, não terá mais a responsabilidade designada, a contar de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Portaria Nº117

PORTARIA Nº 117, DE 30 De Março de 2012
CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº248/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DOUGLAS GLEEN WARMLING, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria nº248/2011, considerando que ROGERIO OLI RODRIGUES, brasileiro, CPF nº289.334.279-53, não terá mais a responsabilidade designada, a contar de 01/04/2012.

Paço Municipal ANTÔNIO FELTRIN
Em, 30 de Março de 2012.
DOUGLAS GLEEN WARMLING
Prefeito Municipal

DALVANIA CARDOSO
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 30 de Março de 2012.

BARBARA MARIA BONASSA RONSONI
Agente Administrativo

Timbó

PREFEITURA

Aviso de Julgamento da Habilitação Credenciamento 29-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CREDENCIAMENTO PARA PAVIMENTAÇÃO 0029-2012

AVISO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO 0029/2012

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que foi julgada habilitada a empresa BLOCO E PAIVER COM. E CONSTRUTORA LTDA. Data: 30/03/2012.

JEAN M. R. VARGAS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Aviso Pregão Presencial N.º 14 2012 Sistema de Radiografia Computadorizada (Cr)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO Nº 000014/2012 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE RADIOGRAFIA COMPUTADORIZADA (CR) MONOCASSETTE OU MULTICASSETTE PARA DIGITALIZAÇÃO DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS DE RAIOS-X CONVENCIONAL DESTINADO À POLICLÍNICA DE REFERÊNCIA. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 16 de abril de 2012. ABERTURA: dia 16 de abril de 2012 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Licitações sito à Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

TIMBO (SC), 27/03/2012.

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 32 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pregão Presencial n.º 32/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura Municipal de Timbó

OBJETO: Contratação de serviço de filmagens em geral e edição de vídeos institucionais e contratação de empresa para impressão digital, colagem, impermeabilizações e veiculação em pontos de outdoor de publicidade para a Prefeitura de Timbó, a fim de divulgar as ações feitas no Município.

EMPRESA FORNECEDORA: Arte Visual Paineis Ltda ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 35.960,00 (Trinta e cinco mil, novecentos e sessenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30/06/2012

Timbó, 28/03/2012

LAERCIO SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato Contrato 79 2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/79

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Soberana Serviços e Construções Ltda

OBJETO: Construção e Implantação de praça no bairro Araponguinhas.

VALOR TOTAL: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)

PRAZO: 03 (três) meses.

Data da Assinatura: 28/03/2012

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

Decisão - Inidoneidade - Instituto Interdisciplinar DECISÃO

OBJETO:

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de arbitragem n. 2011/77

RELATÓRIO:

O Município de Timbó - Fundação Municipal de Esportes, lançou o Edital de Pregão Presencial n. 0001/2011 FME, cujo objeto, conforme cláusula primeira, se define: "todos os serviços de arbitragem para campeonatos municipais do ano de 2011, de diversas modalidades, tudo de conformidade com as disposições constantes do Edital de Pregão n. 0001/2011, planilhas e anexos do presente contrato."

O Instituto Interdisciplinar restou vencedor do referido certame licitatório, vindo a firmar com esta municipalidade o Contrato Administrativo n. 2011/77 (fls. 182-187).

Após a subscrição do contrato, através de informações prestadas pelo Presidente da Fundação Municipal de Esportes de Timbó, tomou-se conhecimento de que o Instituto Interdisciplinar não estaria procedendo ao repasse dos valores atinentes aos profissionais contratados para a efetiva prestação dos serviços.

Diante deste fato, aludida empresa fora notificada em 22/08/2011 a promover o integral cumprimento das disposições editalícias e contratuais, devendo proceder ao imediato repasse dos valores devidos aos profissionais listados, sob pena de aplicação de multa, rescisão contratual, suspensão do direito de licitar e declaração de inidoneidade, sendo ofertado, ainda, prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de justificativas para o fato ocorrido.

Entretanto, a empresa contratada deixou de apresentar qualquer resposta ou justificativa, bem como deixou de executar qualquer medida no sentido de regularizar o repasse dos valores aos árbitros e respectivos auxiliares, descumprindo o contrato firmado entre as partes.

Por tal conduta o Município de Timbó notificou a empresa em 06/09/2011, onde esclareceu, novamente, acerca das responsabilidades e condições assumidas quando da participação no certame licitatório e posterior subscrição do contrato administrativo, expondo, ao final, o seguinte:

"Diante do exposto, NOTIFICAMOS a empresa INSTITUTO INTERDISCIPLINAR acerca da imediata RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 2011/77 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, bem como quanto à aplicação de penalidade de multa de 10 % sobre o valor total do contrato, correspondente a R\$ 11.174,90 (onze mil cento e setenta e quatro

reais e noventa centavos) “

Apesar de, novamente, ter sido regularmente notificado, o Instituto Interdisciplinar além de não promover qualquer esclarecimento perante esta municipalidade, não tomou quaisquer medidas no sentido de dar efetivo cumprimento ao contrato, deixando de recolher os valores atinentes à multa que lhe foi aplicada em virtude da inexecução contratual.

Diante do nítido prejuízo da municipalidade e considerando que esta última empreendeu administrativamente todos os esforços necessários à efetiva resolução da problemática criada pelo Instituto Interdisciplinar, não restaram alternativas senão a de promover a imediata rescisão contratual e aplicação das penalidades previstas.

Sendo, em síntese, o relato dos fatos apurados no processo, passo ao fundamento da decisão:

Vistos e examinados os autos, infere-se que o Procedimento Administrativo seguiu regularmente seu rito, assegurando a observância ao devido processo legal, através da plena concessão do contraditório e da ampla defesa à empresa Instituto Interdisciplinar.

De fato a aludida empresa participou e restou vencedora do certame licitatório - Edital de Pregão Presencial nº. 0001/2011 FME, firmando com esta municipalidade o Contrato Administrativo nº.2011/77, assumindo desta forma todas as responsabilidades pela execução do objeto, conforme a Cláusula Segunda - Da Execução dos Serviços, dos profissionais e das responsabilidades, senão vejamos:

“CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DOS PROFISSIONAIS E DAS RESPONSABILIDADES

O objeto deverá ser total, integral e exclusivamente executado e realizado pela CONTRATADA, sem quaisquer restrições. A CONTRATADA se compromete a apresentar todo o aparato e toda a estrutura, sejam elas de que natureza forem, necessárias à execução do objeto, em pleno e total funcionamento. Toda a execução do objeto dar-se-á obrigatoriamente através de profissionais devidamente habilitados, capacitados, treinados, equipados (inclusive no que tange aos itens de proteção, quando necessário) e regularmente inscritos junto ao órgão competente. (quando necessário).

É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA, a prestação e o cumprimento de todos os serviços, fornecimento de toda mão de obra, pessoal, equipamentos, materiais e produtos necessários à plena execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes do Edital de Pregão n. 01/2011, planilhas, anexos e do presente instrumento, bem como arcar, de forma única e exclusiva, com todos e quaisquer encargos trabalhistas, fiscais, securitário, previdenciário, social, tributário, comercial ou de outra natureza (inclusive FGTS, INSS, PIS, SEGURO e outros), resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos a FUNDAÇÃO ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou terceiro.

Mesmo diante destas responsabilidades, resta claramente comprovado que o Instituto Interdisciplinar, sem qualquer justificativa, deixou de efetivar a integral execução do objeto, o que motivou a expedição de inúmeros atos administrativos com o objetivo de solucionar amigavelmente a problemática existente.

Contudo, em nenhum momento a empresa Contratada apresentou qualquer justificativa ao ocorrido, sequer procedeu ao repasse dos valores devidos aos profissionais envolvidos na efetiva prestação dos serviços, prejudicando e inviabilizando a execução das

atividades.

Deste modo, considerando que a recorrente de fato causou graves danos e prejuízos a esta municipalidade, não restou alternativa senão a de rescindir imediatamente o contrato firmado, aplicando-lhe as penalidades e demais sanções decorrentes de sua infração.

Acerca da rescisão contratual, dispõe o Contrato Administrativo n. 2011/77:

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO:

()

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela FUNDAÇÃO, com as conseqüências previstas na CLÁUSULA SÉTIMA. Constituem também motivos para rescisão do contrato, aquele constante do art. 77, art. 78 e as demais disposições constantes da Lei Federal n. 8.66/93.

()

Independente das sanções aplicáveis, a critério da FUNDAÇÃO, a rescisão importará em: - aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com a FUNDAÇÃO e qualquer dos órgãos a ela vinculados, pelo prazo de até 2(dois) anos; - declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé (a juízo da FUNDAÇÃO).

No mesmo sentido, estabelece a Lei n. 8.666/93:

“Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;”

O Contrato Administrativo n. 2011/77 prevê as penalidades aplicáveis ao caso em tela, senão vejamos:

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Além das penalidades previstas no Edital, anexos e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e/ou aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo MUNICÍPIO, a CONTRATADA incorrerá na seguinte penalidade: I - pagamento de 10 % (dez por cento) do valor total do contrato, pelo descumprimento, seja ele parcial ou total, de quaisquer de suas cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades ou, ainda, pela rescisão, sem justo motivo.

A CONTRATADA sempre será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 05 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições constantes do contrato em questão, independente das demais medidas legais cabíveis. A penalidade deverá ser paga junto à Tesouraria da Fazenda Pública Municipal, podendo ser retida dos valores devidos à CONTRATADA ou ainda cobrada administrativa ou judicialmente após a notificação.

A Lei nº. 8.666/93 também garante a aplicação de penalidades à parte infratora, conforme segue:

“Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a

Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior "

Constata-se, através dos fatos narrados, que a CONTRATADA descumpru as condições editalícias e contratuais, repercutindo em falta grave, causando danos à municipalidade.

Assim, não restam dúvidas de que o Município de Timbó cumpriu todos os trâmites, procedimentos, princípios e obrigações necessárias ao fiel e correto andamento do procedimento administrativo (rescisão contratual e aplicação de penalidades/sanções) ora instaurado, resguardando à empresa Instituto Interdisciplinar todas as suas garantias constitucionais e legais, principalmente aquelas relacionadas ao devido processo legal, contraditório e a ampla defesa.

DECISÃO:

Diante do exposto, considerando que, apesar de devidamente Notificada a empresa Instituto Interdisciplinar deixou de apresentar qualquer justificativa, bem como deixou de proceder ao repasse dos valores efetivamente devidos aos profissionais prestadores de serviço, fato que ensejou o inadimplemento injustificado das obrigações editalícias e contratuais avençadas, em razão da rescisão contratual ocorrida determino a declaração de inidoneidade do INSTITUTO INTERDISCIPLINAR, sem prejuízo da penalidade de multa anteriormente aplicada no valor de R\$ 11.174,90 (onze mil cento e setenta e quatro reais e noventa centavos), tudo em conformidade com os documentos constantes do processo licitatório n.01/2011 FME para que surta os efeitos legais.

Publique-se.

Intime-se.

Timbó/ SC, 28 de Março de 2012.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

CLÓVIS NAGEL GÜTZ

Fundação Municipal de Esportes

SAMAE

Extrato Contrato 2012-80

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SAMAE SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/80

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: SERVIM COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO BAIRRO DAS NAÇÕES.

PRAZO: 60 DIAS

VALOR TOTAL DE: R\$ 120.110,47 (CENTO E VINTE MIL, CENTO E DEZ REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS)

TIMBÓ, 28 De Março de 2012.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Edital de Nº 002/2012

CONCURSO PÚBLICO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

EDITAL DE Nº 002/2012 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Diretor Presidente do SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de timbó, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, incisos IV e V da Lei Complementar n. 212/2001, e alterações, através da Comissão Central de Concurso Público n ° 002/2012 designada pela Portaria nº 495, de 20 de março de 2012, e considerando o que dispõe o Decreto nº 2.690 de 19 de março de 2012, torna pública que se acham abertas, as inscrições presenciais ao Concurso Público, para provimento de vagas para o emprego público de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, em conformidade com a Lei Complementar no. 409 de 16/12/2011, o qual reger-se-á pelas instruções deste.

Capítulo I

DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

A realização do certame seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

Item	Cronograma das Atividades	Período
1.	Período de inscrições exclusivamente presenciais ou via correios	02/04/2012 a 23/04/2012
	Último dia para pagamento do valor da inscrição e para protocolo via sedex da inscrição realizada pelo correio.	23/04/2012
2.	Prazo final para entrega do requerimento e do laudo médico dos candidatos que optarem por vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais e solicitar condição especial para realização da prova, inclusive mãe nutriz.	13/04/2012
3.	Prazo final para requerer isenção de taxa de inscrição	13/04/2012
4.	Homologação das inscrições e divulgação do local de provas.	25/04/2012
5.	Prazo para recursos contra o resultado da homologação das inscrições	26, 27 e 30/04/2012
6.	Publicação do edital de homologação definitiva das inscrições caso haja alterações.	03/05/2012
7.	Aplicação da prova escrita objetiva	13/05/2012
8.	Aplicação da prova prática e de aptidão física	Será divulgado na data de homologação das inscrições.
9.	Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva escrita	13/05/2012 após as 18 horas
10.	Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita	14, 15 e 16/05/2012



11.	Divulgação do gabarito definitivo da prova objetiva escrita	Após julgados os recursos
12.	Divulgação da classificação preliminar da prova escrita objetiva e prova de aptidão física	Após julgados os recursos
13.	Recursos contra a classificação preliminar da prova escrita objetiva e prática	Três dias após publicação
14.	Divulgação da classificação final	Após julgados todos os recursos
15.		

16. O cronograma acima é uma previsão e poderá sofrer alterações, principalmente nos itens de 10 a 15, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial de Concurso Público e do Instituto o Barriga Verde, sendo responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

Capítulo II

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde, obedecidas as normas deste Edital.
2. O Concurso Público destina-se ao provimento das vagas existentes atualmente e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do Concurso, sendo as vagas e cargo indicado no quadro abaixo:

N.º do Cargo	Cargo	N.º vagas	Carga Horária Semanal	Salário R\$	Escolaridade/Habilitação	Tipo de Prova
01	Agente de Coleta e Seleção de Lixo	10	44 h	703,31	Conclusão do Ensino Fundamental	Escrita Objetiva e Aptidão Física

3. Os servidores ocupantes dos empregos públicos criados por esta Lei estarão submetidos ao Regime Jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei nº 5.452, de 1943), ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS, art. 201, CF) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS, art. 7º, III, CF).
4. As atribuições dos cargos encontram-se descritas no Anexo I do presente edital e os conteúdos programáticos constam do Anexo II.
5. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Secretaria do SAMAE, respeitada a ordem de classificação decrescente.
6. O Concurso Público para o cargo público terá validade por dois anos, a contar da publicação da homologação, prorrogáveis por mais dois anos, a critério do SAMAE.
7. A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-ão pela publicação de editais Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br e em caráter meramente informativo no site www.lobv.com.br e seus extratos serão publicados em órgão oficial. Publicação no mural do SAMAE e no site do SAMAE (www.samaetimbo.com.br).

Capítulo III

DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

1. Ter nacionalidade brasileira, admitidos estrangeiros na forma da lei.
2. Idade mínima de 18 (dezoito) anos (completados até a posse).
3. Estar no gozo dos direitos políticos.
4. Estar em dia com as obrigações eleitorais.
5. Estar em dia com as obrigações militares, para os candidatos

do sexo masculino.

6. Comprovar os requisitos (escolaridade, formação, habilitação, etc.), exigidos para o exercício do cargo de acordo com o estabelecido no Anexo I do presente Edital, na data da posse.
7. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada através dos exames médicos.
8. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.
9. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador, bem como a certidão de quitação de suas obrigações perante o referido órgão.
10. Declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aqueles previstos na Lei.
11. Declaração de bens.

Capítulo IV

DAS INSCRIÇÕES

1. A inscrição do candidato implicará conhecimento e a tácita aceitação das condições do Concurso, tais como se acham definidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
 - 1.1 Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para o Concurso.
2. As inscrições poderão ser realizadas na forma presencial, pessoalmente ou mediante procuração simples, no horário de expediente do SAMAE, das 8 às 12h e das 13h às 17h, sito na Rua: Duque de Caxias, 56 - Centro – Timbó – SC ou ainda através dos correios.
3. O valor da taxa de inscrição para o emprego de Agente de Coleta e Seleção de Lixo é de R\$ 30,00 (trinta reais)
4. Para as inscrições o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:
 - a) Original e uma Fotocópia do documento de identidade (dispensada a autenticação).
 - b) Comprovante original do depósito de pagamento da taxa de inscrição.
 - c) Ficha de inscrição devidamente preenchida digitada ou em letra de forma. (Anexo V deste edital)
- 4.1. Para efetivar sua inscrição o candidato deve cumprir os seguintes procedimentos:

Ler e aceitar as normas do edital, preencher o Formulário de Inscrição e dirigir-se à sede do SAMAEI para finalizar inscrição.

O candidato deverá efetuar o pagamento do valor da taxa de inscrição através de depósito bancário, até o dia estabelecido conforme cronograma do capítulo I deste edital, na seguinte conta e agência:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Agência: 0809-5

Conta Corrente: 126-8

Operação 006

Após o pagamento da taxa de inscrição o candidato deve preencher a ficha de inscrição (anexo V) juntar a documentação necessária e dirigir-se novamente ao SAMAE, no setor responsável pelas inscrições para finalizar sua inscrição e receber seu comprovante devidamente numerado.

Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o depósito deverá ser efetuado antecipadamente.

5.1. Os candidatos postulantes ao benefício previsto na Lei Municipal no. 2.275/2005, deverão apresentar comprovante de inscrição

no Cadastro Único para Programas Sociais. O documento deverá ser apresentado no Departamento de Assistência Social situado ao lado da Prefeitura, pela Rua Sete de Setembro, 595.

5.1.1. Confirmada a falta de condições econômicas para o pagamento dos valores de inscrição, a assistente social fornecerá documento para a inscrição sob amparo da Lei, citada no item anterior.

5.2. Os candidatos doadores de sangue, que tenham doado 3 (três) vezes nos últimos 12 (doze) meses, perante declaração do órgão coletor ou cópia da carteira de doador com os devidos registros de doação, estarão isentos dos valores de inscrição, conforme a Lei Municipal no 2.275/2005.

5.2.1. A cópia do documento comprovante da qualidade de doador, deverá ser entregue no protocolo da Secretaria do SAMAE ou enviado, por sedex ou AR para o SAME, situado na Rua: Duque de Caxias, 56 - Centro - 89.120-000 - Timbó - SC, protocolado ou postado até a data determinada no item 4 do cronograma.

6. Inscrição via correios

6.1. Será admitida inscrição pelos Correios, mediante remessa (somente Via SEDEX) da ficha de inscrição (a ficha de inscrição está no final deste edital - via do SAMAE e via do Candidato) e a cópia da carteira de Identidade autenticada em cartório anexa e o respectivo comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário) em via original e identificado com o nome do candidato. Não serão aceitos depósitos através de Caixas Eletrônicas.

6.1.1.. Deverá ser colocado anexo à ficha de inscrição um envelope COM SELO e endereçado ao próprio candidato para devolução do comprovante da inscrição, que será devidamente numerado e assinado pela empresa.

6.2. O envelope contendo a ficha de inscrição e todos os anexos, deverá ser postado até a data do término das inscrições, conforme cronograma e encaminhado para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Avenida Luiz Bertoli, nº 233 - Sala 01 - Centro

89.190-000 - Taió

6.3. O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino.

7. É de responsabilidade do candidato manter-se informado sobre possíveis alterações do horário de expediente do SAMAE, acessando o site www.samaetimbo.com.br ou ligando para o número (47) 3382 0394 ou 3382-1299.

8. É de inteira responsabilidade do candidato preencher a ficha de inscrição de forma completa e legível, com dados verídicos, sob pena de indeferimento da inscrição.

9. Ao assinar a ficha de inscrição, o candidato declarará de forma expressa que está de acordo com as regras do certame constantes deste edital, e que no ato da posse deverá apresentar todos os documentos exigidos para a nomeação no cargo.

10. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.

10.1. A prorrogação das inscrições de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.com.br.

11. As inscrições somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.

12. As solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após o dia estabelecido no cronograma, não serão aceitas.

13. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de devolução da importância paga em hipótese alguma, a não ser no caso de cancelamento do concurso.

14. Ao inscrever-se, o candidato deverá indicar no Formulário de Inscrição o cargo a que deseja concorrer.

15. O local de realização da prova será somente no município de Timbó - SC.

16. Ao inscrever-se no Concurso, é recomendado ao candidato

observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas, uma vez que é de sua responsabilidade manter-se informado sobre as publicações deste certame.

17. O candidato que efetivar mais de uma inscrição terá confirmada apenas a última, sendo as demais canceladas. Não sendo possível identificar a última inscrição efetivada, todas poderão ser canceladas.

18. Será de inteira responsabilidade do candidato a viabilidade de apresentar-se nos locais e horários determinados para a realização das provas.

19. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração.

20. Com exceção do item 5 deste edital, não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição, seja qual for o motivo alegado.

21. O candidato que não regularizar sua inscrição por meio do pagamento do valor de inscrição terá o pedido de inscrição invalidado.

22. Ao candidato será atribuída total responsabilidade pelo correto preenchimento do Formulário de Inscrição, reservando-se ao Instituto o Barriga Verde e o SAMAE o direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e legível e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

23. O Instituto o Barriga Verde e o SAMAE não se responsabilizam por solicitações de inscrições não recebidas por motivo de ordem técnica dos correios, bancos, computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

24. O descumprimento das instruções para inscrição implicará na sua não efetivação.

25. O Instituto o Barriga Verde e o SAMAE eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Concurso Público.

26. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, prova ou nomeação do candidato, desde que sejam identificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.

27. O candidato não portador de deficiência que necessitar de condição especial para realização da prova deverá assinalar em local apropriado no formulário de inscrição e em seguida solicitá-la de acordo com o que estabelece este edital.

28. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes a seguir, para adoção das providências necessárias.

28.1. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova deverá solicitá-la através do Anexo III, deste edital, até o término das inscrições, protocolar pessoalmente ou enviar via correios através do Sedex para o seguinte endereço:

Instituto o Barriga Verde

Ref: Edital SAMAE- Amamentação

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

89.190-000 - Taió - SC

O Instituto o Barriga Verde não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino.

28.2. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

28.3. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata). O Instituto o Barriga Verde não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança e a candidata não poderá permanecer com a criança no local da prova.

28.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

28.5. Na sala reservada para amamentação ficarão a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de

adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), referido no item 27.3, ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

29. O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.

Capítulo V

DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1. Após análise das inscrições o Diretor Presidente do SAMAE de Timbó homologará as inscrições nos meios de publicações oficiais, abrindo-se prazo recursal de 3 (três) dias úteis para contestação.

2. Julgados os recursos interpostos, com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, caso haja alteração, será divulgada nova homologação.

Capítulo VI

DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E das condições especiais PARA REALIZAR AS PROVAS

1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e na Lei nº 7.853/89 é assegurado o direito de inscrição para os cargos em Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possuem.

2. Em obediência ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes, que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do Concurso.

3. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

4. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seus artigos 40 e 41, participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para aprovação. Os benefícios previstos no referido artigo, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito através do anexo III deste edital, durante o período das inscrições, protocolados pessoalmente ou enviados via SEDEX, ao IOBV, considerando, para este efeito, a data de protocolo e da postagem.

5. O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ter deficiência, especificando-a no Formulário de Inscrição e indicando que deseja concorrer às vagas reservadas. Para tanto, deverá protocolar pessoalmente ou enviar via correios através de Sedex O requerimento/declaração Anexo III do edital no seguinte endereço:

Instituto o Barriga Verde

Ref: Edital SAMAE - Amamentação

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

89.190-000 – Taió - SC

5.1. O requerimento/declaração Anexo III do edital deverá estar acompanhado dos documentos a seguir:

a) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF e opção de Cargo, carimbo indicando o número do CRM e a assinatura do médico responsável por sua emissão;

b) O candidato com deficiência visual, que necessitar de prova especial (ampliada ou Leitura), além do envio da documentação

indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito, até a data prevista no cronograma, especificando o tipo de deficiência e necessidade;

c) O candidato com deficiência auditiva, que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicado na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito, até o término das inscrições;

d) O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra "a" deste item, deverá encaminhar solicitação, por escrito, até o término das inscrições, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.

5.2 Não haverá prova em Braille, os deficientes visuais deverão solicitar ampliação de prova ou auxílio de um fiscal leitor.

5.3 Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial Ampliada serão oferecidas provas nesse sistema.

5.3.1 O candidato deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova Ampliada, entre 18, 24 ou 28. Não havendo indicação de tamanho de fonte, a prova será confeccionada em fonte 24.

6. Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no capítulo VI e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência e não terão a prova e/ou condições especiais atendidas, seja qual for o motivo alegado.

7. No ato da inscrição o candidato com deficiência deverá:

7.1 Declarar conhecer o Decreto nº 3.298/99 e o Decreto nº 5.296/2004.

7.2 Declarar estar ciente das atribuições do Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

7.3 Informar se deseja concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

8. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá recorrer em favor de sua condição.

9. Os candidatos com deficiência, não eliminados no Concurso, serão convocados e deverão, munidos de documento de identidade original, submeter-se à avaliação a ser realizada por junta médica indicada pela SAMAE, objetivando verificar se a deficiência se enquadra na previsão do artigo 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), nos termos dos artigos 37 e 43 do referido Decreto, observadas as seguintes disposições:

9.1 A avaliação de que trata este item, de caráter terminativo, será realizada por equipe prevista pelo artigo 43 do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações.

9.2 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato com deficiência à avaliação de que trata o item 9.

9.3 Será eliminado da lista específica de candidatos com deficiência o candidato cuja deficiência assinalada no Formulário de Inscrição não se fizer constatada na forma do artigo 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), passando o mesmo a constar na lista de classificação de ampla concorrência, caso obtenha pontuação necessária para tanto.

10. As vagas definidas no item 2 deste Capítulo que não forem providas por falta de candidatos com deficiência ou por reprovação no Concurso ou na perícia médica, esgotada a lista específica, serão preenchidas pelos demais candidatos classificados, com estrita observância à ordem classificatória.

11. A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

12. O candidato com deficiência, depois de nomeado, será acompanhado por Equipe Multiprofissional, que avaliará a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a sua deficiência durante o estágio probatório.

Capítulo VII DAS PROVAS

1. As provas serão realizadas no município de Timbó – SC.
2. Não será permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação;
3. O Concurso Público constará da aplicação de provas escritas objetivas e prova de aptidão física, de caráter classificatório.

4. DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS PARA O CARGO

- 4.1. Os itens das provas objetivas poderão avaliar habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio.
- 4.2 Cada item das provas objetivas poderá contemplar mais de uma habilidade de conhecimentos relativos a mais de uma área de conhecimento e conhecimentos relativos às atribuições do cargo.
- 4.3. Será aplicado exame de habilidades e de conhecimentos, mediante provas objetivas, de caráter classificatório e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas em cada questão, com somente uma opção correta, distribuídas conforme quadros abaixo:

4.3.1 – Prova Escrita Objetiva para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo (Ensino Fundamental):

PROVAS	DISCIPLINA	No. QUES- TÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL PON- TOS
Prova Co- nhecimentos Gerais	Língua Portu- guesa	05	0,50	2,50
	Matemática	05	0,50	2,50
	Conteúdos Gerais (Ciências, História, Geografia, atualidades conforme conteúdo pro- gramático)	05	0,50	2,50
Prova de Co- nhecimentos Específicos	Legislação e Conteúdos Específicos do Cargo	05	0,50	2,50
Total		20		10,00

4.4. DO HORÁRIO E LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA

- 4.4.1. As provas escritas objetivas, serão realizadas na data estipulada no cronograma item 8 deste edital, em local a ser divulgado quando da homologação das inscrições, terão duração de 2 (duas) horas e serão realizadas no seguinte horário:

Escolaridade	Fechamento dos Portões	Início da Prova	Término	Liberação do Caderno de Provas
Ensino Funda- mental	8:45	9 h	11h	10 h

- 4.4.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário de Brasília.

- 4.4.3. A confirmação da data e as informações sobre horários, locais e distribuição dos cargos e candidatos por sala (ensalamento)

serão divulgadas oportunamente por meio de edital próprio a ser publicado no mural oficial da Secretaria do SAMAE em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

- 4.4.4. Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, local e horários se constar o seu nome no edital de homologação e convocação.

- 4.4.5. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

- 4.4.6. Os portões de acesso às salas de provas serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início das provas e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário, ficando, automaticamente, excluído do certame. O candidato terá o tempo de 15 minutos para localizar sua sala, conferir seu material e documentação e deverá estar em sala de provas até o horário previsto para o início das provas.

- 4.4.7. A identificação correta do local da prova e o comparecimento no horário determinado será de inteira responsabilidade do candidato.

- 4.4.8. Somente será admitido à sala de provas o candidato:

- a) cujo nome conste da lista de homologação das inscrições
- b) que se apresentar no portão antes do horário estabelecido para seu fechamento.

- c) e estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, valem como documento de identidade, como por exemplo, as da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

- 4.4.8.1. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

- 4.4.8.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, sendo, então, submetido a identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

- 4.4.8.3. A identificação especial será exigida, também, do candidato cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

- 4.4.9. O candidato deverá levar consigo o material de uso pessoal para realização da prova, sendo este obrigatoriamente: 02 (duas) canetas esferográficas de tinta preta ou azul de material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

- 4.4.10. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Concurso Público, o Instituto O Barriga Verde, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital nas folhas de respostas personalizadas, de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

- 4.4.11. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova.

- 4.4.12. O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

- 4.4.13. O não comparecimento às provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do Concurso Público.

- 4.4.14. Durante a realização das Provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

- 4.4.15. Motivarão a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Concurso, aos comunicados, às Instruções ao

Candidato ou às Instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

4.4.16. Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.

4.4.17. Poderá ser excluído do Concurso Público o candidato que:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;

c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) não apresentar documento que bem o identifique;

e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 45 (quarenta e cinco) minutos do início das provas;

g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o autorizado pelo Instituto o Barriga Verde no dia da aplicação das provas;

h) ausentar-se da sala de provas levando Cartão de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;

i) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

j) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

k) não devolver integralmente o material recebido;

l) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar;

m) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

n) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

4.4.18. Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados antes de embalados e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

4.4.18.1 Os pertences pessoais dos candidatos deverão ser acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova, onde deverão ficar durante todo o período de permanência dos candidatos na sala de prova.

4.4.18.2 O Instituto o Barriga Verde e o SAMAE não se responsabilizarão por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.

4.4.19. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto o Barriga Verde procederá à inclusão do candidato, desde que apresente comprovação de pagamento, mediante preenchimento de formulário específico.

4.4.19.1 A inclusão de que trata o item 4.4.19 será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto o Barriga Verde, na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

4.4.19.2 Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

4.4.20. Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de serem verificadas falhas de impressão, o Coordenador do Local de Prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de Questões defeituosos;

b) proceder, em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo;

c) estabelecer, prazo para compensação do tempo usado para

regularização do Caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

4.4.21. Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e o candidato será automaticamente eliminado do Concurso.

4.4.22. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.

4.4.23. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

4.4.24. Ao candidato só será fornecido o caderno de provas se permanecer em sala de provas até 01 (uma) hora antes do término da prova.

4.4.25. Os três últimos candidatos que permanecerem na sala das provas deverão retirar-se do local simultaneamente, após lacrar o envelope de provas.

4.4.26. A Comissão Especial poderá, justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

4.4.27. Não será aceita a solicitação de condição especial de prova se o candidato não comprovar a sua deficiência, e requerer tais condições nos termos deste edital.

4.4.28. Durante a realização da prova, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

4.4.29. Durante a realização da prova, sobre a carteira do candidato deverá permanecer apenas seu caderno de prova, canetas, cartão de respostas, comprovante de inscrição e identidade.

4.4.30. Ao candidato aconselha-se que no dia da realização da prova, leve consigo o comprovante de pagamento e de inscrição para possíveis conferências. Porém é indispensável a apresentação de documento de identificação com foto.

4.5. DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

4.5.1. As questões da prova serão do tipo múltipla escolha. O candidato deverá assinalar as respostas da prova objetiva no cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.

4.5.2. Poderá haver mais de um tipo de prova para cada cargo, neste caso o candidato deverá obrigatoriamente identificar o tipo de prova no seu cartão resposta.

4.5.3. Nas Provas Objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas no CARTÃO-RESPOSTA, que será o único documento válido para a correção da prova.

4.5.4. O preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas no Caderno de Questões.

4.5.5. Não será fornecido em nenhuma hipótese novo cartão-resposta.

4.5.6. Não é de responsabilidade do fiscal de sala conferir se o candidato preencheu corretamente o cartão-resposta.

4.5.7. O candidato deverá conferir os seus dados pessoais impressos no cartão-resposta, em especial seu nome, número de inscrição e opção de cargo, e em seguida deverá assiná-lo.

4.5.8. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

4.5.9. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão-resposta serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.5.10. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

4.5.11. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

4.5.12. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de

respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se da folha de instruções do caderno de provas.

4.5.13. O Gabarito Preliminar das provas objetivas será divulgado pelo SAMAE, no Quadro de Atos Oficiais da Secretaria no dia seguinte da data da realização das provas e em caráter meramente informativo no site www.iobv.com.br.

4.5.14. Os gabaritos das provas serão disponibilizados no site www.iobv.com.br, em até 24 horas após a realização das provas.

4.5.15. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

4.5.16. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

5. DA PROVA PRÁTICA E DE APTIDÃO FÍSICA

1. Serão submetidos à PROVA PRÁTICA E DE APTIDÃO FÍSICA, todos os candidatos ao cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo que alcançarem nota diferente de zero (0,00) na prova escrita.

2. A prova prática e de aptidão física terá peso 2 (dois) e será realizada em data e local a ser divulgada em edital de convocação, quando da divulgação da homologação das inscrições.

3. É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar a divulgação dos atos atinentes ao Concurso, inclusive quanto a data e horário de realização das provas práticas.

4. DAS DETERMINAÇÕES GERAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E DE APTIDÃO FÍSICA

4.1. Para realizarem a Prova de Aptidão Física, todos os candidatos convocados deverão comparecer, no local das provas e no horário anunciado, com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do comprovante de inscrição, do documento de identidade, e deverão apresentar atestado médico original específico para a finalidade do concurso, em que conste seu nome completo e nº. do seu documento de identidade, datado de no máximo 15 (quinze) dias antes da prova. Deverá conter também o número do registro do médico responsável, inscrito no Conselho Regional de Medicina - CRM, que ateste ter o candidato as condições de saúde necessárias para a realização das provas.

4.2. O atestado médico disposto no item 4.1. será retido pela comissão examinadora e não será devolvido ao candidato.

4.3. A não apresentação do atestado médico, nos termos definidos no item 4.1, impedirá que o candidato participe da prova de aptidão física.

4.4. Para a Prova Prática e de Aptidão Física o candidato deverá apresentar-se:

a) trajado adequadamente (traje de prática esportiva condizente com as atividades a serem desenvolvidas, por exemplo, tênis, bermuda e camiseta).

b) munido de documento oficial de identificação, original com foto, (o mesmo informado no ato da inscrição).

4.5. A prova prática e de Aptidão Física será composta de testes práticos e exercícios (testes físicos) que o candidato deverá executar dentro de um tempo máximo estabelecido e terá por objetivo, a coordenação motora, equilíbrio, agilidade, bem como a resistência física do candidato com a aplicação de testes de aptidão física. O candidato será avaliado por profissional habilitado fornecido pelo IOBV que aplicará os testes.

5. DA APLICAÇÃO DA PROVA PRÁTICA E DE APTIDÃO FÍSICA

5.1. Na realização do teste, o candidato deverá demonstrar agilidade com a aplicação da prova prática, conforme descrito abaixo:

5.1.1. MATERIAL UTILIZADO PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

Equipamento e material: fita adesiva, cronômetro e blocos de madeira medindo 5 centímetros por 5 centímetros por 10 centímetros.

5.1.2. DESCRIÇÃO DA REALIZAÇÃO DA PROVA

A prova consistirá em duas linhas paralelamente traçadas no solo, distantes 9,14 metros, medidos a partir de seus bordos externos. Quatro blocos de madeira, com dimensões de 5 cm x 5cm x 10 cm, identificados com o tipo de lixo a ser separado, serão colocados a 10 cm da linha externa e separados entre si por um espaço de 30 cm. Estes devem ocupar uma posição simétrica em relação à margem externa. O avaliado deverá colocar-se em afastamento antero-posterior das pernas, com o pé anterior o mais próximo possível da linha de saída. Com voz de comando do aplicador da prova: "vai, corre em direção aos blocos, pega um bloco, retorna à linha de partida, colocando o bloco dentro do recipiente adequado e repete esta movimentação com os outros blocos."

5.1.3. DA PONTUAÇÃO DAS PROVAS

O resultado será o tempo de percurso. A nota para os candidatos do sexo masculino será atribuída de acordo com o menor tempo que realizar a prova, segundo a seguinte pontuação:

Tempo	Nota
26 segundos	Eliminado
24 a 25 segundos	4,00
22 a 23 segundos	6,00
20 a 21 segundos	8,00
18 a 19 segundos	10,00

A nota para os candidatos do sexo feminino será atribuída de acordo com a seguinte pontuação:

Tempo	Nota
28 segundos	Eliminado
26 a 27 segundos	4,00
24 a 25 segundos	6,00
22 a 23 segundos	8,00
20 a 21 segundos	10,00

5.1.4. Para cada bloco não depositado corretamente no seu devido recipiente será descontado 0,25 (vinte e cinco centésimos).

6. Todos os materiais que deverão ser utilizados na prova de aptidão física serão fornecidos pelo Instituto o Barriga Verde no estado e que se encontrarem.

7. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso. O não comparecimento à prova, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência e resultará na eliminação do Concurso. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado no edital de convocação.

8. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

9. Após a identificação dos candidatos, estes permanecerão à espera de sua vez de realizar a prova. Todos os candidatos ficarão aguardando o momento de realizar seu teste no local de realização da prova.

10. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

11. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

12. O candidato ao assinar o termo de realização da prova prática atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias. Os candidatos da prova prática serão chamados por ordem alfabética, devendo assinar a lista de presença, caso o candidato não

se apresente na hora da chamada não terá acesso aos locais de provas, sendo considerado ausente e será desclassificado.

13. Em razão de condições climáticas, a critério da Banca Examinadora e das Comissões de Concursos, a Prova de aptidão física poderá ser cancelada ou interrompida. Em caso de adiamento da prova, a nova data será marcada e divulgada através de Edital.

Capítulo VII

DA NOTA DE APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

1. São considerados aprovados os candidatos que atingirem nota final igual ou superior a 5,00 (cinco), a nota final será dada aplicando-se a seguinte fórmula: $NF = NE + \{NPA \times 2\} \div 3$, onde NF = Nota Final; NE = Nota Escrita; NPA = Nota Prática e Aptidão física.

2. A classificação dos candidatos aprovados obedecerá a ordem decrescente das notas obtidas, expressas com 2 (duas) casas decimais.

3. Não serão divulgadas as notas dos candidatos que não atingirem a nota mínima para aprovação, os quais poderão solicitar seu boletim de notas através do email concursos@iobv.com.br.

Capítulo IX

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

1. Em caso de empate nas notas, para fins de classificação final, como critério de desempate, terá preferência o candidato que:

- possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
- possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
- possuir maior número de pontos na prova prática e de aptidão física;
- possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;
- possuir maior número de pontos na prova de Matemática;
- o candidato mais velho.

Capítulo X

DOS RECURSOS E REVISÕES

Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Concurso Público.

Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- a) do presente edital;
- b) do não deferimento do pedido de inscrição;
- c) da formulação das questões;
- d) da discordância com o gabarito das provas escritas;
- e) da classificação;

3. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas do Concurso Público, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

- a) seja dirigido ao Presidente da Comissão de Concurso e entregue para registro no protocolo geral do SAMAE, situada na Rua: Duque de Caxias, 56 -, Centro, CEP 89120-000, Timbó, no horário de funcionamento do mesmo, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;
 - b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser firmado pelo candidato em todas as folhas.
 - c) seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.
4. Será indeferido o requerimento que não atender os requisitos do item 2.

5. Os recursos interpostos serão decididos em até 10 (dez) dias úteis pelos organizadores do certame, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

6. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

7. Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8. No caso de o gabarito de alguma questão ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

9. Será dada publicidade às decisões dos recursos através da internet, no site www.iobv.com.br e no mural do SAMAE e Site do SAMAE www.samaetimbo.com.br.

Capítulo XI

REQUISITOS BÁSICOS PARA A NOMEAÇÃO AO CARGO E DA CONVOCACAO

- 1. Após a homologação do resultado do concurso, o SAMAE convocará apenas os candidatos aprovados, de acordo com sua necessidade e de acordo com a lista de classificação, para comprovação dos pré-requisitos exigidos, conforme Edital;
- 2. O candidato que deixar de comparecer no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de convocação, perderá automaticamente o direito a vaga, sendo convocado o candidato seguinte na ordem de classificação. Em se tratando de dia não útil no 15º dia, deverá o candidato apresentar no dia útil imediatamente anterior.
- 3. O provimento de cargos ficará a critério do SAMAE e obedecerá à ordem rigorosa de classificação dos candidatos aprovados.
- 4. O Candidato deverá comunicar o SAMAE toda e qualquer alteração de seu endereço;
- 5. Em não havendo a comunicação do candidato de alteração de seu endereço, considerar-se-á perfeita e acabada a convocação, com a indicação de não entrega da convocação por alteração de endereço.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1 Serão convocados para contratação somente os candidatos aprovados em todas as etapas estabelecidas neste Edital;

10.2 A aprovação e classificação neste Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro do SAMAE. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Secretaria do SAMAE, respeitada a ordem de classificação decrescente.

10.3 A contratação do candidato habilitado, ocupante de cargos, empregos, funções ou mesmo aposentados no âmbito do serviço público municipal, federal e estadual, fica condicionada ao cumprimento do artigo 37, parágrafo 10, da Constituição Federal.

Capítulo XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

2. A legislação com vigência após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos constitucionais, legais e normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

3. Todos os cálculos descritos neste Edital, relativos aos resultados das provas, serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

4. O SAMAE poderá homologar, por atos diferentes e em épocas

distintas, o resultado final dos cargos deste Concurso.

5. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Concurso Público.

6. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Concurso, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for nomeado, perder o prazo para tomar posse, caso não seja localizado.

7. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

8. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as Provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

9. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à sua apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.

10. O SAMAE e o Instituto O Barriga Verde não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso.

11. O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua eliminação do Concurso Público.

12. Os cadernos de provas escritas serão mantidos sob responsabilidade do Instituto O Barriga Verde, por um período de 03 (três) meses, após a homologação do resultado, quando serão incinerados.

13. Os demais apontamentos e documentação do certame, serão mantidos por 6 (seis) meses, quando serão encaminhados para arquivo da Secretaria do SAMAE, após serem feitas cópias aleatórias para arquivo de segurança do IOBV.

14. É expressamente vedada a participação de candidatos que forem parentes até 2º grau de membros das bancas examinadora ou organizadora.

14.1. Ficam impedidos de participarem do Concurso Público os parentes até 2º grau dos membros da Comissão Coordenadora do Concurso Público.

14.2. Na ocorrência de inscrição de parente, o membro deverá afastar-se da comissão e ser substituído por outro a ser designado pelo Diretor da Secretaria do SAMAE se for o caso.

15. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Especial de Concurso.

16. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I – Atribuições dos Cargos, Anexo II – Conteúdo Programático, Anexo III- Requerimento de Necessidades Especiais, Anexo IV – Formulário para Interposição de Recursos. Anexo V – Formulário de Inscrição.

Timbó (SC), 29 de Março de 2012.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DO CARGO

AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO

Serviços Gerais de Coleta de lixo domiciliar;

Serviços Gerais de triagem/seleção de resíduos sólidos;

Recolhimento/coleta de lixo urbano;

Acatar escalas de horários pré-estabelecidos e demais determinações necessárias;

Zelar pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de

risco e de trabalho;

Trabalhar com segurança, utilizando equipamento de proteção individual e promovendo a segurança individual e da equipe;

Execução de demais atividades estabelecidas pelo SAMAE relativas à coleta e seleção de lixo urbano.

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO

1. Língua Portuguesa

Demonstrar Domínio da língua escrita, Leitura e Interpretação de Textos Interpretação de texto; Alfabeto – Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Ditongos, tritongos, Aumentativo e Diminutivo; Masculino e Feminino (artigos); Sinônimo e Antônimo; Plural e Singular; encontros vocálicos; encontros consonantais; dígrafos; sílabas; tonicidade das sílabas. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico

Bibliografia Sugerida

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.

Livros didáticos da Língua Portuguesa de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Outras Gramáticas Normativas.

1.1. Matemática

Conjunto de Números Naturais: Operações: (adição/subtração/multiplicação/divisão); Propriedades/comparação; Expressões numéricas; Teoria dos números: pares/ímpares/múltiplos/divisão/potenciação/radiciação simplificação; Ordem. – Conjunto de números inteiros relativos; Propriedades/comparação; Problemas simples de juros e porcentagem.

Referências Bibliográficas

Livros didáticos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

GIOVANNI, José Ruy; CASTRUCCI, Benedito; GIOVANNI JR., José Ruy. A conquista da Matemática: 5ª a 8ª série. SP, Ed. FTD, 2008.

CAVALCANTE, Luiz G; SOSSO, Juliana; VIEIRA, Fabio; POLI, Edneia. Para Saber Matemática: 5ª. A 8ª. Série. SP Ed. Saraiva, 2008

SOARES, Eduardo Sarquis. Matemática com o Sarquis. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANCHES, Lucília Bechara, LIBERMAN, Marlúcia, WEY, Regina Lúcia Motta. Fazendo e compreendendo a

Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Saraiva.

SANTOS, Ieda Medeiros C.E, DARIN Áurea Joana S. Matemática. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed.

IBEP.

SOUZA, Maria Helena Soares de. Matemática - série Brasil. 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Ed. Ática.

1.1.1. Conhecimentos Gerais

Temáticas atuais relevantes e amplamente divulgadas referente a acontecimentos no Mundo, no Brasil, no Estado de Santa Catarina e no Município de Timbó. História, Geografia, Ciências Naturais, cultura, artes, pluralidade, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo, do Estado de Santa Catarina e do Município de Timbó. Fatos da atualidade: nacionais e internacionais; Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e movimentos ecológicos.

Bibliografia sugerida:

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abrangem o programa proposto e a: a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS



01 – AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO

Noções de higiene e limpeza; Destinação do lixo; Destinação do lixo hospitalar; Equipamentos para a segurança e higiene; Normas de segurança; Coleta do lixo domiciliar, hospitalar e industrial; Serviços de carga e descarga, armazenagem e disposição final do lixo. Conhecer coleta, tratamento e destino final dos resíduos líquidos (esgotos); identificar melhores práticas para acondicionamento, coleta, transporte e tratamento/destino final dos resíduos sólidos. Ética e Cidadania: direitos e deveres do profissional: ética da responsabilidade, da humanidade. EPI'S (Equipamentos de Proteção Individual), Primeiros Socorros, Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, atividades e conhecimentos básicos sobre a rotina do trabalho, compatível com a função. Noções de serviços de coleta de lixo, transportes de lixo e entulho; prevenção de acidentes no trabalho; Gerenciamento de resíduos sólidos, líquidos e pastosos; Reciclagem; Noções de qualidade e produtividade na área. Proteção ao meio ambiente: Utilização de materiais, conservação, descarte e impactos ambientais. Lixo: tipos, origem, tratamento, coleta seletiva e descarte

Lei Orgânica do Município de Timbó. Estatuto do Servidor Público de Timbó.

Bibliografia Sugerida: a critério do candidato.

ANEXO III**REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO**

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 01/2012 da SAMAE, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

- 1) () Vaga para Deficiente Físico
- 2) () Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova, sendo a deficiência:

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

3) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte
Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial
Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.
Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Declaro conhecer o Decreto nº 3.298/99 e o Decreto nº 5.296/2004. Declaro ainda estar ciente das atribuições do Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, estarei sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do Requerente

ANEXO IV**FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONCURSO PÚBLICO 0002/2012**

Nome do Candidato:	Tipo de Recurso:
	1 – Contra o edital
	2 – Contra indeferimento de inscrição
	3 – Contra Inscrição
	4 – Contra questão da prova
	5 - Contra o Gabarito
	6 – Contra a Pontuação Prova
	7 - outros
	1 – Deferido
	2 – Indeferido
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação e Referência Bibliográfica:	

Assinatura do Candidato

Local e data _____ de _____ de 2012.

**ANEXO V - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
COMPROVANTE DO CANDIDATO**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 002/2012		Nº da Inscrição:			
Nome Completo do Candidato:					
Data de Nascimento: ____/____/____	Nº Identidade:	Órgão Emissor	Nº CPF:	Nº Dependentes:	
Estado Civil € Casado € Solteiro € Outros	Sexo € Feminino € Masculino	Escolaridade: € Alfabetizado € Fundamental Incompleto € Fundamental Completo € Ensino Médio € Ensino Médio Incompleto € Superior Incompleto € Superior Completo			
Deficiente Físico? € Sim € Não	Se sim qual a deficiência?	Qual a necessidade para fazer a prova?			
Endereço:	Bairro:				
Cidade:	UF:	Fones de contato:	e-mail:		
ASSINALE O CARGO DESEJADO					
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 0002/ 2012					
[] 01 Agente de Coleta e Seleção de Lixo					
Escreva aqui o nome do cargo escolhido:					
DECLARO que aceito todas as exigências especificadas no Edital n.0002/2012 de Abertura deste certame, responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.					
Data: ____/____/____	Assinatura do Candidato	Conferencia do Responsável			

.....corte aqui.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ
COMPROVANTE DO CANDIDATO

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 0002/2012	Nº da Inscrição:				
Nome Completo do Candidato:					
Nº Identidade:	Fones de contato:	e-mail:			
Cargo:					

Assinatura do Candidato	Carimbo e Assinatura do Responsável pela Inscrição				
-------------------------	--	--	--	--	--

Os portões da escola fecham 15 minutos antes do início da prova. Esteja no local com pelo menos meia hora de antecedência. LEVE CANETA ESFEROGRÁFICA DE TUBO TRANSPARENTE - AZUL OU PRETA.

LEVE UM DOCUMENTO DE IDENTIDADE COM FOTO sem ele você NÃO terá acesso à sala de provas.

Tunápolis

PREFEITURA

Decreto Nº 1452/2012.

DECRETO Nº 1452/2012.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Enói Scherer, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Ago/2012
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa	Jan/2012
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Abr/2012
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Mai/2012
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Abr/2012
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Dez/2012
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Dez/2012

4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Jan/2013
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Nov/2012
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Nov/2012
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Nov/2012
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Jan/2013
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Abr/2013
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Out/2013
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Jan/2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Jan/2013
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Jan/2013
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Jan/2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxrifado.	Jan/2014

Art. 2º Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis, 30 de Março de 2012.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto Nº. 1.451/2012.

DECRETO Nº. 1.451/2012.

Prorroga os efeitos do Decreto nº 1288/2010 e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, no exercício das atribuições emanadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para mais 2 (dois) anos os efeitos do Decreto nº 1288/2010 que homologa o resultado classificatório das provas do Concurso Público do Edital nº 003/2009.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 26 de Março de 2012.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em controladoria Interna

Turvo

PREFEITURA

Lei 2126/2012

LEI nº 2.126/12, de 27 de Março de 2012.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, através de leilão, os seguintes bens móveis:

1) um veículo, cor vermelha, chassi 9BM695014VB142810, código do renavan no 691.225.265, placa MCE 7310, ano fabricação 1997, ano modelo 1997, combustível diesel, marca modelo M. Benz/L 1620 e espécie tipo caminhão / basculante.

2) um veículo, cor amarela, chassi 34500212644299, código do renavan no 555.349.357, placa MAS 6355, ano fabricação 1984, ano modelo 1984, combustível diesel, marca modelo M. Benz/L 1313 e espécie tipo caminhão / basculante.

3) uma retroescavadeira, marca Case, modelo 580H, Produto Identificação Número JHF0007033.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 27 de Março de 2012
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2127/2012

LEI Nº 2.127/12, de 27 de Março de 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TURVO

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Turvo, crédito adicional ESPECIAL, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para a suplementação

do seguinte programa:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

15.452.0007.1004 - VIAS URBANAS, PAVIMENT., PASSEIO E PRAÇAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0083 ()- Aplicações DiretasR \$
3.000.000,00

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito ESPECIAL de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 2.100/2011, de 06/09/2011.

§ 1º. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º. O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo, que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 27 de Março de 2012.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 16/2012

DECRETO Nº016/12, de 27 de Março de 2012

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 2.127/12, de 27 de Março de 2012,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), assim classificado:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1004 - VIAS URBANAS PAVIM., PASSEIO E PRAÇAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0083 ()- Aplicações DiretasR \$
3.000.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 27 de Março de 2012.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.727/12

LEI Nº 2.727/12, DE 28 De Março de 2012.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder ao pagamento de despesas relativas a ressarcimento de danos que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao pagamento de despesas, relativas ao ressarcimento de danos decorrentes de um acidente causado por maquinário da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, na data de 08 de fevereiro do corrente ano, no veículo Renault/Clio, placas MDG - 0824, de propriedade de Tatiane Denardi da Silva, inscrita no CPF sob o nº 019.629.569-62, residente e domiciliado na Rua Wilmar Argenton, nº 74 - Bairro Vinhedo do Velho Antonio, na cidade de Videira/SC, no valor total de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), conforme Processo Administrativo de Pedido de Ressarcimento de Danos nº 1617/2012.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

10 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
01 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
2.052 - Manutenção do Departamento de Agricultura
3.3.90.93.99.00.00.00 - Diversas Indenizações e Restituições

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de Março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de Março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.723/12

LEI Nº 2.723/12, DE 28 De Março de 2012.

Fixa o piso salarial para os Profissionais do Magistério Municipal em observância ao determinado na Lei Federal nº 11.738/2008 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado, em face à aplicação da Lei Federal nº 11.738/2008, em R\$ 1.451,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais) o piso salarial dos Profissionais do Magistério Público da educação básica, para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§1º Por Profissionais do Magistério Público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, exercidas no âmbito das unidades escolares da educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima exigida pela legislação federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§2º O valor do piso referente as demais jornadas de trabalho será, no mínimo, proporcional ao valor mencionado no caput deste artigo.

Art. 2º Fica instituído o Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM, a ser pago aos Profissionais do Magistério Público da educação básica, correspondente a diferença apurada entre o valor atualmente fixado para o vencimento base contido no Anexo XIII da Lei Complementar Municipal nº 118/2011 e o valor do piso fixado pelo art. 1º desta Lei.

§1º A base de cálculo para a composição de todas as vantagens funcionais estabelecidas em Lei, será o vencimento base contido no Anexo XIII da Lei Complementar Municipal nº 118/2011 acrescido do Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM indicado no caput deste artigo.

§2º A fixação do piso e o pagamento do valor do Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM previsto neste artigo será retroativo a competência de janeiro de 2012.

Art. 3º Aos Profissionais do Magistério, contratados em caráter temporário, aplica-se o disposto nos artigos 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º As disposições relativas ao piso nacional de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos Profissionais do Magistério público da educação básica alcançadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e pela Emenda Constitucional nº 47/2005.

Art. 5º Fica determinada a incidência da contribuição previdenciária para o INPREVID, relacionadas as contribuições efetuadas pelos servidores e pelo Município de Videira, sobre o Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM instituído por esta Lei.

Parágrafo Único O valor do Complemento ao Piso Nacional do Magistério - CPNM será utilizado para a composição da extração do valor dos proventos de aposentadoria calculados com base na Lei federal n. 10887/2004.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Videira, 28 de Março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de Março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.724/12

LEI N.º 2.724/12, DE 28 De Março de 2012

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a outorgar permissão de uso a Associação de Artesanato ARTEVIDE, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar permissão de uso a Associação de Artesanato ARTEVIDE, mediante termo cuja minuta integra a presente Lei, de uma sala comercial com 41,10 m² (quarenta e um metros e dez decímetros quadrados), situada na Estação Ferroviária, nesta cidade de Videira, SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de Março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de Março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO
LEI Nº 2.724/12**

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, inscrita no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado por seu Prefeito, Sr. Wilmar Carelli, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 229.320, inscrito no CPF sob nº 056.326.419-53, residente e domiciliado em Videira, SC, doravante denominado PERMITENTE; e a ASSOCIAÇÃO DE ARTESANATO ARTEVIDE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.348.069/0001-36, com sede na Rua Nicolau Cavan, s/nº, na cidade de Videira, SC, neste ato representada pela sua presidente Sra. Clauri Inês Andreolli Ghizzoni, residente e domiciliada nesta cidade de Videira - SC, doravante denominada PERMISSIONÁRIA,

Acordaram e ajustaram, nos termos da Lei Municipal nº 2.724/12, a permissão de uso, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O PERMITENTE outorga, gratuitamente, à PERMISSIONÁRIA, a permissão de uso de uma sala comercial, medindo 41,10 m², localizada na Antiga Estação Ferroviária, nesta cidade de Videira - SC

CLÁUSULA SEGUNDA - A permissão de uso será outorgada a título precário, podendo ser revogado a qualquer tempo pelo poder Público, para fins de utilização como ponto de turismo e comercialização de artigos de artesanato, pelo período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, podendo ser renovada por igual período se houver interesse da administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - Correrão à conta da permissionária as despesas com manutenção e luz, incorridas em decorrência da permissão outorgada.

CLÁUSULA QUARTA - A PERMISSIONÁRIA se obriga a velar pela boa conservação do objeto da permissão, ficando inteiramente responsável por qualquer dano resultante do descumprimento

desses deveres.

CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA obriga-se a não se utilizar da sala para outro mister que não seja para ocupação de seu estabelecimento comercial, não lhe sendo permitido transferir, este contrato a outrem, ceder, emprestar fazer modificações ou transformações na sala sem o expresse consentimento do PERMITENTE.

CLÁUSULA SEXTA - Ao PERMITENTE fica facultado vistoriar e examinar o imóvel, sempre que lhe aprouver.

CLÁUSULA SÉTIMA - A PERMISSIONÁRIA, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se a manter o imóvel em boas condições de higiene e limpeza, de iluminação, telhado, vidraças, ralos e demais acessórios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim, restituí-los quando findo ou rescindido este contrato sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão desde logo incorporadas ao imóvel.

CLÁUSULA OITAVA - A PERMISSIONÁRIA se obriga, ainda, a restituir o uso do espaço cedido, ao término do prazo da permissão ou das atividades.

CLÁUSULA NONA - À presente permissão aplicam-se às normas e princípios de direito administrativo e subsidiariamente os de direito civil.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica desde já eleito o foro da comarca de Videira - SC, para dirimir todas as dúvidas ou questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, acordados, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente instrumento, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, 28 de Março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PERMITENTE

CLAURI INÊS ANDREOLLI GHIZZONI

Presidente

PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

Lei Nº 2.725/12

LEI N.º 2.725/12, DE 28 De Março de 2012.

Homologa o Contrato de Prestação de Serviços - Arrecadação de Contas, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Videira e a Caixa Econômica Federal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Contrato de Prestação de Serviços

- Arrecadação de Contas, celebrado entre a Prefeitura de Videira e a Caixa de Econômica Federal, nos termos do contrato anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de Março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de Março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.726/12

LEI Nº 2.726/12, DE 28 De Março de 2012.

Homologa o Convênio de Cooperação, celebrado entre o Município de Arroio Trinta e o Município de Videira, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o Convênio de Cooperação celebrado entre o Município de Arroio Trinta e o Município de Videira visando a cooperação financeira do Município de Arroio Trinta em favor do Município de Videira, a qual constituirá na execução do projeto de atendimento integral a crianças e adolescentes ameaçados de seus direitos fundamentais, nos termos do convênio anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de Março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de Março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.728/12

LEI Nº 2.728/12, DE 28 De Março de 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, faço saber a todos os municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 131.230,03 (cento e trinta e um mil, duzentos e trinta reais e três centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.070 - Assistência ao Idoso

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0147.0 Aplicações Diretas 11.172,25

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.071 - Assistência ao Portador de Deficiência

3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0149.0 Aplicações Diretas 4.366,84

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0150.0 Aplicações Diretas 7.091,79

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0151.0 Aplicações Diretas 28.697,07

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0190.0 Aplicações Diretas 6.568,92

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0191.0 Aplicações Diretas 18.784,01

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0192.0 Aplicações Diretas 1.997,76

2.073 - Assistência Comunitária

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0152.0 Aplicações Diretas 5.293,73

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0189.0 Aplicações Diretas 47.257,66

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 131.230,03

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de Março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de Março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.989/12

DECRETO Nº 9.989/12, DE 28 De Março de 2012.

Abre Crédito Adicional Suplementar das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.728/12, de 28 de Março de 2012.
Decreta

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 131.230,03 (cento e trinta e um mil, duzentos e trinta reais e três centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.070 - Assistência ao Idoso

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0147.0 Aplicações Diretas 11.172,25

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.071 - Assistência ao Portador de Deficiência

3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.0149.0 Aplicações Diretas 4.366,84

16 - Fundo Municipal de Assistência Social

01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0150.0 Aplicações Diretas	7.091,79
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0151.0 Aplicações Diretas	28.697,07
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0190.0 Aplicações Diretas	6.568,92
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0191.0 Aplicações Diretas	18.784,01
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0192.0 Aplicações Diretas	1.997,76

2.073 - Assistência Comunitária	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0152.0 Aplicações Diretas	5.293,73
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0189.0 Aplicações Diretas	47.257,66

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 131.230,03

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de Março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de Março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial 07/2012 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012 - FME

O Prefeito Municipal, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 07/2012 - FME. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA TREINAMENTOS DAS MODALIDADES ESPORTIVAS MANTIDAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 04 de Maio de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 29 de Março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Extrato Do Contrato N. 0084/2012

Extrato do Contrato n. 0084/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA MARILDE GARCIA MILAN
CPF: 017.730.729-35

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0099/2012

Extrato do Contrato n. 0099/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLISE GORETE PASQUALI CAMARGO
CPF: 019.047.779-28

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA PATRICIA GONÇALVES DIAS
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0100/2012

Extrato do Contrato n. 0100/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LEONIDA WUERZIUS PETRY
CPF: 057.865.539-06

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSIMERI RIBEIRO FRARÃO
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0103/2012

Extrato do Contrato n. 0103/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA CRISTINA NUNES DOS SANTOS
CPF: 070.750.469-42

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA EDEGARTH IRMA MOLDENHAUER
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de Março de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0105/2012

Extrato do Contrato n. 0105/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIRLEY DE DEUS DE CAMPOS
CPF: 893.399.089-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VANDA SALETE KOKOVISKI DUARTE
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de abril de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0106/2012

Extrato do Contrato n. 0106/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PATRICIA FERNANDES FRANÇA

CPF: 044.053.639-19

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSELI VIVAN

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de abril de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0107/2012

Extrato do Contrato n. 0107/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DALUZ NUNES DA ROSA

CPF: 020.106.029-94

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LOURDES RASTIROLLA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 13 de Março de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0110/2012

Extrato do Contrato n. 0110/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIA FERNANDES

CPF: 044.226.679-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIZENE SALETE DE DEUS BOEIRA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 20 de Março de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0147/2012

Extrato do Contrato n. 0147/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELI ZAGO

CPF: 051.124.179-86

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0172/2012

Extrato do Contrato n. 0172/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAIULI KELI DA SILVA

CPF: 047.825.129-70

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA BERNARDETE TOMASI PADILHA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 29 de fevereiro de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0174/2012

Extrato do Contrato n. 0174/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSIMAR PEREIRA DA SILVA

CPF: 892.126.739-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELENICE SALETE SCHNEIDER

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 29 de fevereiro de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0175/2012

Extrato do Contrato n. 0175/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLARISSE DE OLIVEIRA

CPF: 918.668.479-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0187/2012

Extrato do Contrato n. 0187/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: RAFAELA SEGALIN

CPF: 046.523.919-60

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato Do Contrato N. 0274/2012

Extrato do Contrato n. 0274/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA PAULA MONARI

CPF: 060.188.609-70

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARILDA DO ROCIO RODRIGUES

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de Março de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato Do Termo de Rescisão N. 0029/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0029/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0187/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: RAFAELA SEGALIN
CPF: 046.523.919-60

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 01 de Março de 2012.

Extrato Do Termo de Rescisão N. 0031/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0031/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0175/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLARISSE DE OLIVEIRA
CPF: 918.668.479-53

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 01 de Março de 2012.

Extrato Do Termo de Rescisão N. 0032/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0032/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0174/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSIMAR PEREIRA DA SILVA
CPF: 892.126.739-53
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 01 de Março de 2012.

Extrato Do Termo de Rescisão N. 0034/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0034/2012
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0147/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELI ZAGO
CPF: 051.124.179-86

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir 05 de Março de 2012.

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA

CONTRATO/2012
Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Videira (SC)
Contratada: Serviço Social da Indústria - SESI.

Objeto: Contratação de prestação de serviços:
PRA, PCMSO, LTCAT e exames médicos ocupacionais

Valor: R\$ 1.198,35, (um mil, cento e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos) em 09 parcelas.

Videira - SC, 02 de Março de 2012.
LEONARDO BOM GUSE
Câmara Municipal de Vereadores de Videira
Presidente

Extrato Contrato Nº 004/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
CONTRATO/2012
Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Videira (SC)
Contratada: Serviço Social da Indústria - SESI.

Objeto: Contratação de prestação de serviços:
PRA, PCMSO, LTCAT e exames médicos ocupacionais

Valor: R\$ 1.198,35, (um mil, cento e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos) em 09 parcelas.

Videira - SC, 02 de Março de 2012.
LEONARDO BOM GUSE
Câmara Municipal de Vereadores de Videira
Presidente

Vitor Meireles**PREFEITURA****Ata de Registro e Preços Nº 17/2012**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE VITOR MEIRELES

Aos vigésimo terceiro dia do mês de março do ano de 2012, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 17/2012, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 23/03/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando registro de preços para aquisição de Transporte Escolar, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I do Edital nº 17/2012.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

4006.1 - EDINO VENDRAMI ME

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
------	-----	---------	-------	------------	-----------	----------

00001	UN	TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DA PONTE ENTRE O RIO DENECKE II E RESERVA INDIGENAS 12H00M DESLOCANDO-SE ATE A ESCOLA FIGUEIRA COM APROXIMADAMENTE 14 ALUNOS, E CONTINUANDO ATE A ALDEIA COQUEIRO RETORNANDO ATE A ESCOLA NOVAMENTE COM APROXIMADAMENTE 14 ALUNOS, NO FINAL DA AULA RETORNANDO ATE A ALDEIA COQUEIRO E DEPOIS ATE O PONTO DE PARTIDA NA PONTE, EM UM PERCURSO TOTAL APROXIMADO DE 41,4 KILOMETROS.	200,00000	190,0000	38.000,00
-------	----	--	-----------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 38.000,00 (TRINTA E OITO MIL REAIS)

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível

no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 17/2012 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - O Serviço será prestado conforme calendário escolar elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, para verificação de sua conformidade com a especificação..

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado mensalmente até o décimo quinto dia do mês subsequente mediante, apresentação a Nota Fiscal e aceita pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e o SAMAE não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo FMS.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes

penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 23 de Março de 2012.

COMISSÃO:

IVANDRO ANZINI

Pregoeiro

JEOVANA WINTER

Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Equipe de Apoio

EDINO VENDRAMI ME

Associações

AMOSC

Resolução Amosc 2012

RESOLUÇÃO N.º 01/2012

Dispõe sobre a Comissão Central Organizadora - CCO dos Jogos de Integração dos Servidores Municipais da Microrregião da AMOSC e dá outras providências.

LENOIR BIGOLIN, Prefeito Municipal de Quilombo e Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26, incisos VIII e XIII do Estatuto Social,

R E S O L V E

Art. 1º Instituir a Comissão Central Organizadora - CCO dos XLI Jogos de Integração dos Servidores Municipais da Microrregião da AMOSC - JISMA, a ser realizado no dia 28 de abril de 2012, no Município de Sul Brasil, composta pelos seguintes integrantes:

I. Presidente: Paulo Utzig

II. Coordenador Local: Claudemir Saugo

III. Coordenador Futebol Suíço: Valdecir Anzolin

IV. Coordenador Bocha: Vera Rosa Back Sartoretto

V. Coordenador Futebol de Salão Feminino: Geísa Muller de Oliveira

VI. Coordenador Vôlei Misto: Jorge César Drews

VII. Coordenador Canastra: Michelle Raquel Parolin Damo

VIII. Coordenador Truco: Sedenir Ribeiro de Mello

IX. Coordenador Truco Prefeitos: Erli Terezinha de Abreu

X. Coordenador Bocha 48 Masculino: Leandro Schafer

XI. Coordenador Bocha 48 Feminino: Juliana Salete Guarda

XII. Coordenador Pênalti Prefeitos: Luciano Deon

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar a partir desta data.

Chapecó, SC, 26 de Março de 2012.

LENOIR BIGOLIN

Prefeito de Quilombo

Presidente da AMOSC

Consórcios

CIGA

Extrato de Contrato Nº 088/2012

Extrato de Contrato nº 088/2012

Contrato Administrativo

CONTRATANTE: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

CONTRATADA: Pública Informática Ltda.

CNPJ: 95.836.771/0001-20

OBJETO: Cessão de Direito de Uso (CDU) de forma definitiva e intransferível de Sistema de Gestão de Pessoas (módulo de administração de pessoas e Vetorh Web).

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93

VALOR: Pela Cessão de Direito de Uso (CDU) do Sistema de Gestão de Pessoas (módulo de administração de pessoas e Vetorh Web), a Contratante pagará à Contratada os seguintes valores:

Sistema/Módulos Valor Unitário

Gestão de Pessoas - Módulo Administração de Pessoas até 50 colaboradores 1.800,00

Gestão de Pessoas - Módulo Vetorh Web 01 instância 1.500,00

Valor Total 3.300,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8666/93.

Florianópolis, 14 de fevereiro de 2012.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Resolução N. 012/2012

Resolução n. 012/2012

Homologa o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0003, de 15 de Março de 2012.

O Presidente do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Nelmar Pinz, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0003, de 15 de Março de 2012, conforme Anexo I, parte integrante desta resolução.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de Março de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

RESOLUÇÃO N. 0012/2012

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0003, DE 15 De Março de 2012.

CLASSIFICAÇÃO FINAL

CÓDIGO/FUNÇÃO 1./ ASSISENTE ADMINISTRATIVO

Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação
01.	0002	Lucélia Fedrigo	28
02.	0003	Nádia de Lorenzi	6

CÓDIGO/FUNÇÃO 2./ CONTADOR

Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação
01.	0001	Luiz Fernando Raldi	32

Fraiburgo, 30 de Março de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito de Fraiburgo

Extrato Ta Nº Ta.At12cinco25

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO25

Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. As partes do Contrato epigrafado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta mediante requerimento comprobatório do fornecedor e pesquisa de mercado efetuada, ajustam e contratam a revisão do preço do ITEM 504 constante da Cláusula Primeira da Ata firmada, a partir do dia 27/03/2012, passando a ser o seguinte nos termos da tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR REG. - R\$	VALOR REVISTO EM 27/03/2012 - R\$
504	Comp.	Sinvastatina 20mg Marca: Laboris	0,0450	0,0563

Data: 29.03.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 29 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato Ta Nº Ta.At12cinco26

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO26
Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. As partes do Contrato epigrafado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta mediante requerimento comprobatório do fornecedor e pesquisa de mercado efetuada, ajustam e contratam a revisão do preço do ITEM 504 constante da Cláusula Primeira da Ata firmada, a partir do dia 27/03/2012, passando a ser o seguinte nos termos da tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR REG. - R\$	VALOR REVISTO EM 27/03/2012 - R\$
504	Comp.	Sinvastatina 20mg Marca: Laboris	0,0450	0,0563

Data: 29.03.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 29 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato Ta Nº Ta.At12cinco27

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO27
Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. As partes do Contrato epigrafado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta mediante requerimento comprobatório do fornecedor e pesquisa de mercado efetuada, ajustam e contratam a revisão do preço do ITEM 504 constante da Cláusula Primeira da Ata firmada, a partir do dia 27/03/2012, passando a ser o seguinte nos termos da tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR REG. - R\$	VALOR REVISTO EM 27/03/2012 - R\$
504	Comp.	Sinvastatina 20mg Marca: Laboris	0,0450	0,0563

Data: 29.03.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 29 de Março de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato Ta Nº Ta.At12cinco28

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO28
Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. As partes do Contrato epigrafado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta mediante requerimento comprobatório do fornecedor e pesquisa de mercado efetuada, ajustam e contratam a revisão do preço do ITEM 504 constante da Cláusula Primeira da Ata firmada, a partir do dia 27/03/2012, passando a ser o seguinte nos termos da tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR REG. - R\$	VALOR REVISTO EM 27/03/2012 - R\$
504	Comp.	Sinvastatina 20mg Marca: Laboris	0,0450	0,0563

Data: 29.03.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 29 de Março de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato Ta Nº Ta.At12cinco29

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO29
Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. As partes do Contrato epigrafado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta mediante requerimento comprobatório do fornecedor e pesquisa de mercado efetuada, ajustam e contratam a revisão do preço do ITEM 504 constante da Cláusula Primeira da Ata firmada, a partir do dia 27/03/2012, passando a ser o seguinte nos termos da tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR REG. - R\$	VALOR REVISTO EM 27/03/2012 - R\$
504	Comp.	Sinvastatina 20mg Marca: Laboris	0,0450	0,0563

Data: 29.03.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 29 de Março de 2012.
Nelmar Pinz
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato Ta Nº Ta.At12cinco30

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO30
Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
RES LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. As partes do Contrato epigrafado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta mediante requerimento comprobatório do fornecedor e pesquisa de mercado efetuada, ajustam e contratam a revisão do preço do ITEM 504 constante da Cláusula Primeira da Ata firmada, a partir do dia 27/03/2012, passando a ser o seguinte nos termos da tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR REG. - R\$	VALOR RE- VISTO EM 27/03/2012 - R\$
504	Comp.	Sinvastatina 20mg Marca: Laboris	0,0450	0,0563

Data: 29.03.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 29 de Março de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato Ta Nº Ta.At12cinco31

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO31
Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
RES LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. As partes do Contrato epigrafado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta mediante requerimento comprobatório do fornecedor e pesquisa de mercado efetuada, ajustam e contratam a revisão do preço do ITEM 504 constante da Cláusula Primeira da Ata firmada, a partir do dia 27/03/2012, passando a ser o seguinte nos termos da tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR REG. - R\$	VALOR RE- VISTO EM 27/03/2012 - R\$
504	Comp.	Sinvastatina 20mg Marca: Laboris	0,0450	0,0563

Data: 29.03.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 29 de Março de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato Ta Nº Ta.At12cinco32

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO32
Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
RES LTDA.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. As partes do Contrato epigrafado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta mediante requerimento comprobatório do fornecedor e pesquisa de mercado efetuada, ajustam e contratam a revisão do preço do ITEM 504 constante da Cláusula Primeira da Ata firmada, a partir do dia 27/03/2012, passando a ser o seguinte nos termos da tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR REG. - R\$	VALOR RE- VISTO EM 27/03/2012 - R\$
504	Comp.	Sinvastatina 20mg Marca: Laboris	0,0450	0,0563

Data: 29.03.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 29 de Março de 2012.
Nelmar Pinz
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato Ta Nº Ta.At12cinco33

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO Nº TA.AT12CINCO33
Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
RES LTDA .

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. As partes do Contrato epigrafado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta mediante requerimento comprobatório do fornecedor e pesquisa de mercado efetuada, ajustam e contratam a revisão do preço do ITEM 504 constante da Cláusula Primeira da Ata firmada, a partir do dia 27/03/2012, passando a ser o seguinte nos termos da tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR REG. - R\$	VALOR RE- VISTO EM 27/03/2012 - R\$
504	Comp.	Sinvastatina 20mg Marca: Laboris	0,0450	0,0563

Data: 29.03.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 29 de Março de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato Ta Nº Ta.At12cinco34

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO34
Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
RES LTDA .

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. As partes do Contrato epigrafado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta mediante requerimento comprobatório do fornecedor e pesquisa de mercado efetuada, ajustam e contratam a revisão do preço do ITEM 504 constante da Cláusula Primeira da Ata firmada, a partir do dia 27/03/2012, passando a ser o seguinte nos termos da tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR REG. - R\$	VALOR REVISTO EM 27/03/2012 - R\$
504	Comp.	Sinvastatina 20mg Marca: Laboris	0,0450	0,0563

Data: 29.03.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 29 de Março de 2012.
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato Ta Nº Ta.At12cinco35

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATO DO DÉCIMO OITÁVIO TERMO ADITIVO Nº
TA.AT12CINCO35
Fornecedor: DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALA-
RES LTDA .

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos. As partes do Contrato epigrafado, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos termos do art. 65, inc. II, alínea "d", objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial da proposta mediante requerimento comprobatório do fornecedor e pesquisa de mercado efetuada, ajustam e contratam a revisão do preço do ITEM 504 constante da Cláusula Primeira da Ata firmada, a partir do dia 27/03/2012, passando a ser o seguinte nos termos da tabela abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR REG. - R\$	VALOR REVISTO EM 27/03/2012 - R\$
504	Comp.	Sinvastatina 20mg Marca: Laboris	0,0450	0,0563

Data: 29.03.2012. Validade: 01.02.2012 a 30.06.2012. PAL nº: 0014/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0006. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 29 de Março de 2012.
NELMAR PINZ

Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo

Extrato das Atas de Registro de Preços Do Pe 0001/2012 - Consulta

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0001/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de materiais de consumo, aparelhos e utensílios utilizados na área hospitalar ou ambulatorial, de forma parcelada, para uso do Órgão Participante do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Salto Veloso, durante o período de 29 de março a 31 de julho de 2012.

FORNECEDORES:

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT12CINCO370;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO371;
COMÉRCIO DE MATERIAS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA - Ata nº AT12CINCO372;
DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT12CINCO373;
FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT12CINCO374;
MEDSONDA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES DESCARTÁVEIS LTDA - Ata nº AT12CINCO375;
METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT12CINCO376;
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO377;
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO378.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 29.03.2012 a 31.07.2012. PAL nº: 0002/2012 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0001. Registro de Preços nº: 0001.

Fraiburgo (SC), 29 de Março de 2012
NELMAR PINZ
Presidente do CINCO
Prefeito Municipal de Fraiburgo